

Marx, 200 anos

*Entre o ambiente fabril e o mundo
neural de redes e conexões*

Luiz Gonzaga Belluzzo

Michael Heinrich

Michael Löwy

José Eustáquio Diniz Alves

Marcelo Carcanholo

Yann Boutang

Marildo Menegat

Andrea Fumagalli

Anselm Jappe

Carlos Eduardo Martins

Jose Arthur Giannotti

Ruy Fausto

Leia também

Massimo Faggioli ■

José Carlos Moreira ■

Anselmo Otavio ■

Karl Marx, 200 anos

Entre o ambiente fabril e o mundo neural de redes e conexões

Os 200 anos de nascimento de Karl Marx, pensador que marcou a teoria política, econômica e social do século XX, são completados em 2018. Para muitos pesquisadores, a volta às produções marxianas pode ser importante para compreender não só como o capitalismo eclode na sociedade moderna, mas como vai se transformando e engendrando novas e profundas transformações como a que vivemos atualmente, a assim chamada 4ª Revolução Industrial.

O economista **Luiz Gonzaga Belluzzo** considera equivocado afirmar que o pensador se limitou a olhar o capitalismo inglês do século XIX, quando, na verdade, desvelou a dinâmica do capital.

Nesse contexto, o cientista político alemão **Michael Heinrich** está lançando uma biografia de Marx que, para ele, não se limita apenas a uma visão de mundo. O pesquisador compreende as concepções marxianas como algo em processo, que não fornece respostas prontas.

Michael Löwy, diretor de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS, de Paris, defende a atualidade de Marx, reconhecendo que a ortodoxia na interpretação dos escritos do filósofo limita a compreensão dos problemas atuais e reduz a potência de seu pensamento.

José Eustáquio Diniz Alves, pesquisador da Escola de Ciências Estatísticas do IBGE, destaca a atualidade da obra de Marx para crítica do capitalismo e, especialmente, das denúncias das desigualdades do mundo.

Marcelo Carcanholo, professor de Economia da UFF, compreende que Marx foi quem melhor conseguiu observar as determinações do capitalismo.

General intellect é uma das importantes categorias de Marx. **Yann Boutang**, professor de Ciências Econômicas na Université de Technologie de Compiègne - Sorbonne Universités, na França, retoma essa categoria e analisa as transformações nos modos de produção de hoje.

Marildo Menegat, professor da UFRJ, analisa o impacto destrutivo do capitalismo no contexto da chamada Revolução 4.0, em que a tecnologia assume grande protagonismo. Para ele, o marxismo fornece um instrumental pertinente para observar essa realidade.

Andrea Fumagalli, professor da Università di Pavia, Itália, destaca o pioneirismo de Marx ao conceber a economia como uma ciência que vai

muito além de análise numérica. Para ele, é nisso que consiste a atualidade.

O filósofo e ensaísta alemão **Anselm Jappe** se debruça na reflexão sobre a ideia de “fetichismo” e demonstra como o conceito é válido para pensar acerca das crises do presente. “A teoria do fetichismo permite explicar, entre outras coisas, um fenômeno que Marx ainda não podia conhecer bem: a crise ecológica”, aponta.

O socialismo pensado por Marx não é o mesmo que poderia ser concebido hoje. Mas, para **Carlos Eduardo Martins**, da UFRJ, a leitura do pensador contribui para a reinvenção do socialismo no século XXI.

Em artigo, **Jose Arthur Giannotti**, professor emérito da USP, destaca que a esquerda está ferida. Para ele, o remédio para cicatrizar os ferimentos passa pela retomada das ideias marxianas.

Por fim, o professor **Ruy Fausto**, em perspectiva política similar, observa que a esquerda no mundo todo está em crise. Para ele, revisitar os conceitos marxianos pode ser um caminho para conceber saídas e uma outra política para esquerda mundial e, em especial, a brasileira.

A presente edição traz ainda entrevistas com o professor **Massimo Faggioli** da Universidade de Villanova, nos EUA, que destaca os movimentos do papa Francisco no cenário geopolítico contemporâneo; com o jurista **José Carlos Moreira da Silva Filho**, que repercute a condenação do Brasil em corte internacional pela morte de Vladimir Herzog; e o artigo de **Anselmo Otavio** sobre a política externa da África do Sul.

A todas e a todos uma boa leitura, uma excelente semana!



Foto de capa: Wikipedia

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **José Carlos Moreira da Silva Filho | Caso Herzog:** resolver a violência do passado é enfrentar a exceção do Brasil de hoje
- 16 ■ **Tema de capa | Karl Marx**
- 20 ■ **Tema de capa | Luiz Gonzaga Belluzzo:** Uma leitura marxiana para iluminar as reflexões sobre a realidade brasileira
- 29 ■ **Tema de capa | Michael Heinrich:** O pensamento de Marx não se limita a uma visão de mundo
- 33 ■ **Tema de capa | Michael Löwy:** "Marxismo só tem sentido como um pensamento aberto
- 37 ■ **Tema de capa | José Eustáquio Diniz Alves:** O marxismo continua atual para crítica do capitalismo e denúncia das desigualdades
- 43 ■ **Tema de capa | Marcelo Dias Carcanholo:** Na gênese do capital, caminhos para compreender as crises e a sociedade contemporânea
- 49 ■ **Tema de capa | Yann Boutang:** Capitalismo no século XXI e a força cerebral no cerne da cadeia do valor
- 56 ■ **Tema de capa | Marildo Menegat:** Impacto destrutivo do capitalismo já é maior do que todas as destruições anteriores da vida no planeta
- 64 ■ **Tema de capa | Andrea Fumagalli:** A potência da concepção de uma economia para além dos números
- 70 ■ **Tema de capa | Anselm Jappe:** O fetichismo da mercadoria
- 74 ■ **Tema de capa | Carlos Eduardo Martins:** Papel fundamental do marxismo é contribuir para reinvenção do socialismo no século XXI
- 83 ■ **Tema de capa | Jose Arthur Giannotti:** A esquerda ferida
- 85 ■ **Tema de capa | Ruy Fausto:** Uma outra política para a esquerda e a necessidade de rever a relação com Marx
- 90 ■ **Massimo Faggioli:** Francisco, a autoridade que tenta frear a reversão de conquistas do século XX
- 96 ■ **Crítica internacional | Anselmo Otavio:** A administração Zuma e o legado na política externa da África do Sul
- 98 ■ **Publicações | Acauam Oliveira:** Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo
- 99 ■ **Publicações | Alessandra Smerilli:** Tendências econômicas do mundo contemporâneo
- 100 ■ **Publicações | Massimo Faggioli:** A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco
- 101 ■ **Publicações | José Roque Junges:** Os documentos eclesiais pós-sinodais "Familiaris Consortio" de Wojtyła e "Amoris Laetitia" de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial
- 102 ■ **Publicações | Celso Gabatz:** Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira
- 103 ■ **Outras edições**

IHU ON-LINE
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vítor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patrícia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS
(vnechi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia

Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen, William Gonçalves, Stefany de Jesus Rocha e Wagner Fernandes de Azevedo.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider
(jacintos@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

A pauta do Brasil é rediscutir o Estado brasileiro



“No Brasil nós nunca tivemos uma noção muito clara do papel do Estado.”

Rudá Ricci, graduado em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política e doutor em Ciências Sociais. Disponível em <https://bit.ly/2uQNMzV>. Segunda parte da entrevista: <https://bit.ly/2v8r2Ld>

Caravana Semiárido Contra a Fome denuncia iminência da volta do Brasil ao Mapa da Fome



“Houve cortes nos investimentos para ações que garantem a segurança alimentar e nutricional das populações.”

Cícero Felix dos Santos, técnico em Agropecuária, participa da Articulação Popular São Francisco Vivo - APSFV. Disponível em <https://bit.ly/2JYlh8h>.

Plano Safra não é sinônimo de política agrícola



“Os produtores orgânicos não poderão trabalhar mais com produção própria de nada.”

Rogério Dias, engenheiro agrônomo e vice-presidente da região Centro-Oeste da Associação Brasileira de Agroecologia. Disponível em <https://bit.ly/2mJrMmj>.

Pressão pró-desmatamento comprometem metas de emissão de gás carbônico



“Houve uma pressão e uma sinalização pró-desmatamento maior, que acabou anulando ou se sobrepondo à pressão antidesmatamento.”

Raoni Rajão, graduado em Ciência da Computação, mestre e doutor em Organização, Trabalho e Tecnologia. Disponível em <https://bit.ly/2LEbQja>.

Má-formação congênita e puberdade precoce, uma herança maldita do agronegócio



“Enquanto alguns produtos são rapidamente degradados no ambiente, outros possuem a capacidade de se acumular nos ecossistemas durante um longo período de tempo.”

Ada Pontes Aguiar, graduada em Medicina, especialista em Saúde da Família, mestra em Saúde Coletiva. Disponível em <https://bit.ly/2v7vo5i>.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

A complexa crise que explode na Nicarágua sob o governo de Ortega

O efeito imediato de condenação à postura de Ortega trouxe uma enxurrada de críticas internacionais aos sandinistas, somada à pressão interna contra o casal presidencial que até então liderava uma das nações mais estáveis da região.

Reportagem de Murilo Matias, publicada por CartaCapital em 23-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2NP82t4>.

Os quatro meses de silêncio de um brutal crime político

Investigação da Polícia Civil do Rio sobre assassinato da vereadora Marielle e de seu motorista, Anderson, segue sigilosa. Pressão da Anistia Internacional por comissão externa cresce.

Reportagem de Felipe Betim, publicada por El País em 22-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2LGTm1B>.

Desde as chacinas da Candelária e Vigário geral, mais de meio milhão de jovens foram assassinados

O ano de 2018 marca as bodas de sangue das chacinas da Candelária e de outra matança ocorrida um mês depois, a de Vigário Geral. Nestes 25 anos, o Brasil retrocedeu em quase tudo, especialmente na violência.

Artigo de Eliane Alves Cruz, publicado por The Intercept em 23-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2LDIhyl>.

Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente

País lidera estatística compilada por ONG britânica, com 57 mortes de um total de 207 no ano passado.

Reportagem de Jacqueline Fowks, publicada por El País em 24-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2mMc49K>.

O desfinanciamento do SUS e o desmonte da atenção primária trazem de volta doenças evitáveis

Entrevista de Luís Eduardo Gomes, publicada por Sul21 em 23-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2v7IcbZ>.

Redes livres, alternativa à Internet colonizada

Como multiplicam-se, em muitos cantos do mundo, iniciativas para compartilhar cultura, comunicação, lutas e atitudes transformadoras. Por que Google e Facebook tentam sufocá-las.

Artigo de Leonardo Foletto, publicado por Outras Palavras em 25-7-2018, disponível em <https://bit.ly/2OkIJzX>.

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Os projetos políticos da eleição brasileira de 2018. (Im)previsões e análises

16/ago

Horário
17h30 às 19h

Conferencista
Prof. Dr. Bruno Lima Rocha – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Apresentação da obra *La vie algorithmique: critique de la raison numérique*, de Éric Sadin

20/ago

Horário
17h às 18h30

Conferencista
Prof. Dr. Ícaro Ferraz Vidal Junior - UTP-PR

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Revolução 4.0 e os riscos da totalização digital

20/ago

Horário
19h30 às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Ícaro Ferraz Vidal Junior - UTP-PR

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

6

Determinantes da desigualdade social e da riqueza no Brasil

27/ago

Horário
19h30 às 22h

Conferencista
Prof. Dr. Pedro Herculano de Souza – IPEA – Brasília

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Exibição e debate do filme *No Intenso Agora*, de João Moreira Salles

28/ago

Horário
17h às 22h

Debatedoras
Profas. Dras. Marília Veríssimo Veronese e Sinara Santos Robin – Unisinos

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo

Apresentação da obra *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*, de Tim Jackson

29/ago

Horário
19h30 às 22h

Conferencistas
Profa. Dra. Clitia Martins – FEE

Local
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos
São Leopoldo





Caso Herzog: resolver a violência do passado é enfrentar a exceção do Brasil de hoje

Para José Carlos Moreira da Silva Filho, é necessário estar atento às injustiças e violações transcorridas para lidar com as violências estatais do presente

João Vitor Santos

A imagem do falso suicídio do jornalista Vladimir Herzog divulgada pelos militares é um ícone das dissimulações inventadas para encobrir a barbárie que ocorreu durante o regime militar no Brasil, entre 1964 e 1985. Torturado até a morte, em 1975, nas dependências do Departamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI, Herzog se tornou símbolo pela busca da justiça, já que os responsáveis nunca foram julgados, sob o argumento de que estão protegidos pela Lei de Anistia, de 1979.

Para o jurista **José Carlos Moreira da Silva Filho**, esse é um capítulo da história nacional que ainda não foi resolvido e, logo, ainda reverbera. “Ao contrário do que o senso comum indica, é justamente ao estarmos atentos e diligentes com nossas dívidas históricas e com as injustiças e violações praticadas no passado que estaremos realmente habilitados, afiados e capacitados para lidarmos com as violências e arbitrariedades estatais praticadas no presente”, avalia, em entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

Foi por isso que familiares de Vladimir e ativistas de Direitos Humanos seguiram lutando pelo reconhecimento não só do que foi esse crime, mas de

toda a repressão vivida por milhares de brasileiros. Agora, no início de julho, uma vitória: o Estado brasileiro foi condenado, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, pela prisão, tortura e morte do jornalista. “No caso Herzog, o Brasil vem se negando sistematicamente a cumprir esses deveres”, salienta José Carlos. Agora, diante dessa decisão, o Estado brasileiro será obrigado a reconhecer o crime e punir os culpados. Na entrevista, o jurista analisa não só a condenação em si, mas o efeito que deve ter diante de outros casos de vítimas do regime.

José Carlos Moreira da Silva Filho é ex-conselheiro e vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, membro da Associação Brasil de Juristas pela Democracia - ABJD. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. É professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Esta entrevista foi publicada originalmente nas Notícias do Dia, em 13-7-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <https://bit.ly/2LFJlBO>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consiste essa condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Vladimir Herzog? O que deve ser feito a partir de agora?

José Carlos Moreira da Silva Filho – A Corte Interamericana de Direitos Humanos não condenou o Brasil pelo assassinato de Vladimir Herzog, pois à época dos fatos, o ano de 1975, o Brasil não havia ade-

rado à Convenção Interamericana de Direitos Humanos (o que fez em 1992), muito menos se submetido à jurisdição da Corte Interamericana. O motivo da condenação foi o fato de que desde a data em que o Bra-



“O Estado é culpado por omissão do seu dever de investigar e de promover a responsabilidade criminal dos agentes que praticaram crimes contra a humanidade”

sil reconheceu a jurisdição da Corte (mais precisamente desde o dia 10 de dezembro de 1998), o Brasil continuou não cumprindo com seus deveres internacionais de levar adiante o processo de investigação a respeito das graves violações de direitos humanos sofridas por Herzog, mesmo que tais violações tivessem ocorrido anteriormente ao reconhecimento da jurisdição da Corte. O Estado é culpado por omissão do seu dever de investigar e de promover a responsabilidade criminal dos agentes que praticaram crimes contra a humanidade (dever que atenderia o direito dos familiares às garantias e às proteções judiciais), do seu dever de garantir o direito à verdade dos familiares e de repará-los pela perpetuação desses danos.

No caso Herzog, o Brasil vem se negando sistematicamente a cumprir esses deveres. Faço aqui uma breve cronologia. Em outubro de 1975, logo após a morte de Herzog, é instaurado um Inquérito Policial Militar - IPM para “apurar as circunstâncias em que aconteceu o suicídio do jornalista”. O IPM, conforme cnicamente já indicado na sua própria instauração, confirma o suposto suicídio de Herzog. Importante dizer que três médicos legistas confirmam a versão de suicídio, são eles: Harry Shibata, Arildo Viana e Armando Canger. O atestado de óbito nesses termos sai em dezembro de 1975 e o IPM é arquivado em março de 1976 pelo juiz auditor da Justiça Militar. Em 19 de abril de 1976, Clarice e seus filhos ingressam com uma Ação Declaratória contra a União na Justiça Federal de São Paulo, pedindo que se

declare a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte de Herzog, desmentindo a versão de suicídio, e que a família seja indenizada. Em 27 de outubro de 1978 o juiz federal Márcio José de Moraes, em sentença correta e de grande coragem naquele contexto, emite sentença pela procedência da Ação movida por Clarice e seus familiares. Em 1983, o então Tribunal Federal de Recursos confirma a sentença por maioria. A decisão transita em julgado em 27 de setembro de 1995. Infelizmente, tal decisão foi sistematicamente descumprida.

Será apenas em 1992 que o então deputado federal Hélio Bicudo apresentará representação ao Ministério Público de São Paulo solicitando uma investigação policial para apurar a responsabilidade de Pedro Antônio Mira Grancieri, o “capitão Ramiro”, pela morte de Herzog. Em 04 de maio, o Ministério Público solicita à Polícia Civil de São Paulo a abertura de inquérito policial. Foi instaurado o Inquérito Policial Nº 487/92. Em 21 de julho, Grancieri interpôs *habeas corpus*, alegando que a investigação já havia sido feita no IPM anterior, que a instância adequada seria a justiça militar e que a investigação seria vedada pela Lei de Anistia. Em 13 de outubro, a 4ª Câmara Criminal do TJSP decidiu por unanimidade conceder o *habeas corpus* e trancar o Inquérito Policial com fundamento na Lei de Anistia. Em 28 de janeiro de 1993, a Procuradoria Geral de Justiça apelou da decisão. Em 18 de agosto a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão do TJSP pelo tran-

camento do Inquérito Policial.

Confirmação do assassinato

Em 1995, é promulgada a Lei 9.140, que instituiu a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP. Em 28 de fevereiro de 1996, Clarice Herzog apresenta pedido perante a CEMDP para reconhecimento do assassinato de Herzog e para a indenização cabível. Em 17 de julho de 1997, a decisão favorável da CEMDP é confirmada pelo presidente da República. Em 2007 o Relatório da CEMDP é publicado e nele se afirma que “Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado sob torturas no DOI-CODI de São Paulo”.

Em 19 de novembro, o advogado Fabio Konder Comparato apresenta uma Representação ao Ministério Público Federal para adotar as medidas necessárias e investigar os abusos e atos criminosos praticados contra os opositores do regime. Em março de 2008, a Representação foi encaminhada a Fábio Elizeu Gaspar, membro do Ministério Público Federal com atribuições penais à época, que em 12 de setembro apresentou uma promoção de arquivamento para a 1ª Vara Federal Criminal, com argumento de que a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP fundada na Lei de Anistia havia produzido coisa julgada material e de que o crime estaria prescrito. Em 09 de janeiro de 2009, a juíza federal substituta Paula Mantovani Avelino, da 1ª Vara Federal Criminal, determinou o arquivamento do processo, o que foi feito no mesmo dia.



A Comissão Nacional da Verdade

Em 18 de novembro de 2011, foi promulgada a Lei Nº 12.528, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade - CNV. Em 30 de agosto de 2012, a CNV requereu ao juiz da 2ª Vara de Registros Públicos da Comarca de São Paulo a retificação do atestado de óbito de Vladimir Herzog. Em 24 de setembro de 2012, o Juiz emitiu sentença na qual ordenou a retificação do atestado de óbito de Vladimir Herzog para que nele constasse que sua morte “decorreu de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército SP (DOI-CODI).” Em setembro de 2014 uma equipe de peritos da CNV produziu um laudo pericial indireto sobre a morte de Herzog e concluiu pelo seu assassinato. No dia 10 de dezembro de 2014, exatos 16 anos após o Brasil ter se submetido soberanamente à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, é entregue o Relatório Final da CNV no qual se confirma o assassinato de Herzog e se recomenda a responsabilização criminal, civil e administrativa dos agentes cujas autorias são descritas no Relatório, sem que sobre eles recaia a anistia.

Penalização dos culpados

Paralelamente a tais desdobramentos internos, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos começa a ser provocado a partir de julho de 2009. A Comissão admite o caso em 08 de novembro de 2012 e após as manifestações das partes decide, em outubro de 2015, pelo mérito do pedido, estabelecendo várias recomendações ao Estado brasileiro, entre elas a de investigar e processar criminalmente os agentes responsáveis pela morte de Herzog. As recomendações não são atendidas e no dia 22 de abril de 2016 o Caso Herzog é enviado pela Comissão à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, finalmente, em 15 de março de 2018, mas com publicação da sentença apenas em 04 de julho de 2018, decide pela condenação do Brasil.

O que se deveria fazer a partir de

agora? Muito simples. Cumprir a sentença. O que implica que o Estado brasileiro deve: 1) de modo diligente, urgente e eficaz “reiniciar a investigação e o processo penal cabíveis, para identificar, processar e, caso seja pertinente, punir os responsáveis pela tortura e morte de Vladimir Herzog”; 2) reconhecer internamente e sem exceção o caráter imprescritível dos crimes contra a humanidade e internacionais; 3) “realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional” perante o caso Herzog, em desagravo à sua memória e “à falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis por sua tortura e morte”, contando com a presença de altos representantes das Forças Armadas inclusive; 4) publicar a sentença integral no Diário Oficial e resumos dela em jornais de grande circulação e nas redes sociais (por pelo menos um ano e com promoção da página eletrônica) do Exército, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos; e 5) pagar as indenizações pelos custos materiais e imateriais sofridos por Clarice, Ivo, André e Zora Herzog, respectivamente, viúva, filhos e mãe de Vladimir Herzog, em sua cruzada na busca de justiça.

IHU On-Line – A Corte considerou esse um crime contra a humanidade. O que isso significa?

José Carlos Moreira da Silva Filho – O Crime contra a Humanidade é um delito reconhecido pelo Direito Internacional a partir tanto do costume internacional quanto de diversos tratados internacionais e normas e decisões produzidas por Organismos Internacionais e por Tribunais Internacionais. É de fato acachapante o volume de normas, decisões e manifestações, até mesmo no âmbito jurisdicional e legal interno de inúmeros países, no sentido do seu reconhecimento. Acertadamente a sentença da Corte no Caso Herzog identifica o início do desenvolvimento da noção de crime contra a humanidade no início do século passado. O preâmbulo da Conven-

ção de Haia sobre leis e costumes da guerra terrestre de 1907 estabelece que “as populações e os beligerantes permanecem sob a garantia e o regime do Direito das Gentes preconizados pelos usos estabelecidos entre as nações civilizadas, pelas leis da humanidade e pelas exigências da consciência pública”. Tem-se aqui uma norma legal internacional que reconhece a existência do costume internacional como fonte e que faz alusão às leis da humanidade.

Mas será apenas no Acordo de Londres de 1945, base jurídica para o Tribunal de Nuremberg, que o crime contra a humanidade será reconhecido em suas linhas e elementos constitutivos, quais sejam: I- a prática de um ato por parte do Estado que seja violador de direitos humanos, como o assassinato, o estupro, a tortura, e outros atos altamente repudiáveis contra civis; II- que tais atos sejam praticados em um contexto de perseguição sistemática ou generalizada. O Acordo de Londres, frise-se bem, não cria o crime contra a humanidade, simplesmente o reconhece, visto que ele já era tido como um crime internacional nos “usos estabelecidos entre as nações civilizadas”. Já era tido como um direito cogente de natureza internacional, como *jus cogens*. A sua imprescritibilidade obedece ao mesmo raciocínio, ou seja, não depende de que tenha sido reconhecida em algum Tratado Internacional, é característica inerente à sua configuração consuetudinária, o que faz sentido, pois em contextos de violência institucional generalizada ou de exceção torna-se extremamente difícil a investigação de violações de direitos praticadas pelos Estados, sem falar no caráter intensamente reprovável de uma grave violação praticada por quem detém o monopólio da força contra quem deveria proteger.

Os Tratados, normas e decisões que reconhecem a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade apenas a reconhecem, não a instituem, e assim é afirmado nos mais diversos tribunais e organismos internacionais, bem como em múltiplas jurisdições nacionais, como,

aliás, a sentença da Corte no Caso Herzog bem específica. A descrição legal internacional mais acabada do crime contra a humanidade está presente no Tratado de Roma de 1998, que institui o Tribunal Penal Internacional e que foi incorporado pelo Brasil em 2002.

Sem prescrição

A proibição e necessária investigação e responsabilização de agentes pela prática de crimes contra a humanidade é uma norma imperativa do Direito Internacional (*jus cogens*), o que significa que não se admite qualquer hipótese de acordo em sentido contrário, mesmo que pela via de uma lei de anistia. Do mesmo modo, como assinalado, a prescrição não pode ser invocada. Tampouco poderá ser acionado o princípio *ne bis in idem*, ou seja, o de que uma pessoa não poderá ser julgada pelo mesmo fato novamente, pois os julgamentos absolutórios ou que eximem o agente de responsabilidade pela prática de tais crimes não observaram as normas internacionais como se deveria, e, na maior parte dos casos foram arremedados de prestação jurisdicional ditadas por normas e procedimentos de exceção, em si mesmos violadores de direitos.

No caso Herzog, inclusive, a sentença da Corte assinalou que embora seja um dever imperioso do Estado que perpetrar tais crimes fazer a devida investigação e responsabilização dos seus agentes, qualquer Estado tem jurisdição para processar e julgar esses agentes, o que fundamenta e dá visibilidade ao instituto da jurisdição universal, o mesmo que foi invocado pelo juiz espanhol Baltasar Garzón para determinar a prisão do ditador chileno Augusto Pinochet em 1998.

Repressão e perseguição

Vladimir Herzog foi morto tanto em um contexto de repressão generalizada quanto de perseguição sistemática a um determinado grupo de civis. Em outubro de 1975, quando ocorreu o assassinato do jornalista, já estava estruturado e sedimentado

no Brasil, como já é reconhecido pelo próprio Estado brasileiro por intermédio tanto da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos quanto pela Comissão Nacional da Verdade, um enorme e capilarizado aparato de repressão, informação, censura, morte e tortura, direcionados a partir da Doutrina de Segurança Nacional e das suas noções de guerra psicológica adversa, interna e subversiva, aptas a demarcar a noção de um inimigo interno, que poderia ser virtualmente qualquer um.

Foram muitos os órgãos e agentes que atuaram a serviço dessa repressão generalizada, sem que se hesitasse em praticar atos criminosos e proibidos à luz das próprias leis do período. Foram órgãos das Forças Armadas, das Polícias, dos Estados, da União, médicos, juízes, promotores, políticos, empresários. Paralelamente a tal pano de fundo, após a resistência armada ter sido trucidada, após dezenas de jovens terem sido mortos e vítimas de desaparecimento forçado na Guerrilha do Araguaia (situação até hoje pendente e que motivou condenação anterior do Brasil pela mesma Corte), o regime mirou entre 1973 e 1976 os membros e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro - PCB na famigerada "Operação Radar", com o objetivo de eliminar as principais lideranças, e que foi conduzida pelo Centro de Informação do Exército - CIE em conjunto com o DOI-CODI do II Exército, comandado ao longo do seu período mais violento pelo falecido coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Dezenas de membros do PCB foram detidos, torturados e mortos, praticamente todo o Comitê Central. Vladimir Herzog, à época da sua prisão e morte, era jornalista de destaque na TV Cultura, diretor do Departamento de Jornalismo, e também era membro do PCB.

IHU On-Line – Qual a importância dessa decisão internacional e como isso tensiona o Estado brasileiro a, de fato, incursionar pelos porões da ditadura e promover uma justiça restaurativa?

José Carlos Moreira da Silva Filho – Imagino que em vez de “justiça restaurativa” você tenha querido dizer “justiça de transição” ou “justiça transicional”. Sem dúvida esta decisão internacional tensiona o Estado brasileiro, evidenciando a resistência do Brasil em cumprir seus deveres internacionais e em promover a necessária justiça de transição no país. A justiça de transição indica o que devemos fazer nos regimes democráticos para confrontar o passado de violações e arbitrariedades generalizadas, promovendo o direito à verdade e à memória, as responsabilizações por graves violações de direitos humanos, as reparações e as necessárias reformas institucionais.

Ao contrário do que o senso comum indica, é justamente ao estarmos atentos e diligentes com nossas dívidas históricas e com as injustiças e violações praticadas no passado, especialmente quando tais violências foram realizadas mediante instrumentalização das instituições públicas, que estaremos realmente habilitados, afiados e capacitados para lidarmos com as violências e arbitrariedades estatais praticadas no presente. O esquecimento do passado é o principal ingrediente para a continuidade da violência e para a sua impunidade, especialmente quando estamos falando de crimes praticados pelo Estado por meio dos seus agentes.

Dentre os atores institucionais que hoje mais intensamente e sistematicamente descumprem seus deveres no campo da justiça de transição no Brasil estão as Forças Armadas e o Poder Judiciário. Aquelas por até hoje, mesmo que veladamente em alguns casos, ainda insistir no discurso de apologia da ditadura e no negacionismo das barbaridades que ela cometeu, e também por ter se negado acintosamente a colaborar seriamente com a Comissão Nacional da Verdade. Este, com honrosas exceções, por até hoje bloquear as ações de responsabilização por crimes contra a humanidade praticados pela ditadura e, particularmente, por ter endossado por meio do seu mais alto órgão, o Supremo

Tribunal Federal - STF, a interpretação autoritária da ditadura para a lei de anistia de 1979. Não é à toa que tanto o Exército como o Judiciário brasileiro são explicitamente mencionados em várias passagens da sentença da Corte Interamericana no Caso Herzog.

O que se deveria fazer a partir de agora? Muito simples. Cumprir a sentença

IHU On-Line – A Corte ainda aponta que a Lei de Anistia de 1979 foi usada para encobrir a verdade dos fatos desse caso. Em que medida essa decisão pode também promover uma espécie de revisão da legislação, visando levantar todas informações encobertas por leis?

José Carlos Moreira da Silva Filho – A verdade é que a lei de anistia de 1979 não passou no necessário duplo controle constitucional-convencional de legitimidade. O jurista André de Carvalho Ramos teoriza sobre esta noção, estipulando que à luz dos direitos humanos as leis necessitam passar por um duplo controle para serem consideradas legítimas e válidas juridicamente. Como tanto a ordem nacional quanto a internacional buscam proteger os direitos humanos, teremos o reconhecimento da obrigação da sua proteção e da vedação de sua violação nas Constituições e em Convenções Internacionais de Direitos Humanos.

O órgão responsável por analisar a adequação da lei à Constituição é a Suprema Corte ou Corte Constitucional de cada país. Ainda que possamos cientificamente discordar da decisão do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 153 tomada em abril

de 2010 (que apreciou a compatibilidade da Lei de Anistia de 1979 com a Constituição de 1988) – e, salientado, discordo dela diametralmente¹ – é o STF o mais alto órgão público competente para apreciar a compatibilidade entre lei e Constituição. No entanto, o órgão responsável, em última instância, por analisar a compatibilidade entre a lei de um país signatário da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e esta Convenção é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ainda mais em decisão que condena o país em questão.

A lei de anistia de 1979, no que toca à anistia dos agentes da ditadura que praticaram crimes contra a humanidade passou (por enquanto, já que a decisão segue pendente de apreciação de recurso e de ações posteriores) pelo controle de constitucionalidade, mas não passou pelo controle de convencionalidade, o que é verdade desde pelo menos novembro de 2010, quando a Corte Interamericana publicou sentença condenatória do Brasil no Caso Gomes Lund, mais conhecido como Caso Guerrilha do Araguaia. A sentença da Corte no Caso Herzog reafirma isto. O Estado brasileiro, quando soberanamente reconheceu a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, se comprometeu a cumprir integralmente as condenações que viesse a sofrer. Não há, portanto, justificativa jurídica plausível para que o Poder Judiciário (um dos poderes do Estado) continue a descumprir o que foi determinado pela Corte, valendo o mesmo para o Exército brasileiro, submetido em todos os sentidos jurídicos e legais ao comando do Poder Executivo.

IHU On-Line – Em que medida essa decisão sobre o caso Herzog pode abrir caminho para decisões similares em outros crimes de morte e tortura feitos durante o regime militar no Brasil?

¹ Sobre os motivos da minha discordância ao Acórdão do STF na ADPF 153 ver meu livro: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição* - da ditadura civil-militar ao debate justicialista - direito à memória e à verdade e os caminhos da reparação e da anistia no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015 (em especial os capítulos 3 e 10). (Nota do entrevistado)

José Carlos Moreira da Silva Filho – Na medida em que em outros casos (e os há em profusão) tenham sido esgotadas todas as possibilidades internas para que as vítimas e familiares possam ter atendidos os direitos consagrados na Convenção Interamericana. Para que tais ações possam progredir depende, por óbvio, da capacidade e disposição tanto das vítimas (os familiares de mortos e desaparecidos também são considerados vítimas pela Corte) quanto de entidades que patrocinam tais causas no exercício da advocacia transnacional, e desde que, claro, os possíveis perpetradores ainda estejam vivos.

Todas as dezenas de casos e ações penais que o Ministério Público Federal vem tentando levar adiante desde que o Brasil foi condenado no Caso Araguaia representam virtualmente casos que poderão ser levados ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, visto que todos eles, ainda que com honrosas exceções em primeira e segunda instância (mas já devidamente bloqueadas por juízes de segunda instância ou pelo próprio STF), já foram bloqueados, interrompidos e em alguns casos arquivados pelo Poder Judiciário brasileiro.

IHU On-Line – Em resposta à decisão da Corte, o Ministério dos Direitos Humanos brasileiro disse que vai aprimorar as investigações sobre o Caso Herzog. Como avalia essa postura do governo brasileiro e quais suas expectativas com relação a ações concretas?

José Carlos Moreira da Silva Filho – Honestamente, não acredito que o atual governo irá cumprir a decisão da Corte. Eu tive a oportunidade de oferecer um *amicus curiae* [expressão em Latim utilizada para designar uma instituição que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto] nessa causa, que foi produzido por integrantes do Grupo de Pesquisa Direito à Verdade e à Memória e

Justiça de Transição, o qual coordeno no Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS. Assinaram e elaboraram a peça junto comigo alunas, alunos, ex-alunas e ex-alunos da Escola de Direito da PUCRS. Foram oferecidos cinco *amicus* nessa causa, o nosso foi o primeiro a ser mencionado na sentença (parágrafo 12, página 6). Também fizemos o mesmo na causa da Guerrilha do Araguaia (aí já era um outro grupo à época).

Mencionei o *amicus* porque um dos pontos que levantamos na peça (além da configuração do assassinato de Herzog como crime contra a humanidade e da afirmação do cumprimento do direito à verdade para os familiares, entre outros pontos) foi a descrição dos retrocessos em matéria de justiça de transição que começaram a ser operados desde o primeiro dia do Governo Temer, tais como a inédita exoneração da maioria dos antigos Conselheiros e Conselheiras da Comissão de Anistia, o cancelamento de inúmeras políticas de memória e reparação que eram empreendidas (dentre as quais o belo, inédito e exitoso projeto Clínicas do Testemunho e a finalização e inauguração do Memorial da Anistia Política em Belo Horizonte-MG), o recente cancelamento do pedido de desculpas aos perseguidos políticos, o cancelamento do apoio e da estrutura mínima para o funcionamento da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, que felizmente conseguiu encontrar outros meios para continuar o seu importante trabalho, e, claro, a observação ao contrário das recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade, especialmente no que toca à questão da militarização da segurança pública, e nesse particular com grande destaque para a intervenção federal operada por *manu militare* no Rio de Janeiro (com direito à afirmação do Comandante do Exército de que é preciso não haver outra Comissão da Verdade para apurar “eventuais excessos” dos militares) e a absurda sanção presidencial à lei que retira da justiça comum para a justiça militar a jurisdição sobre militares que tenham praticado crimes

contra civis, incluindo-se aí os policiais militares.

Poderia incluir nesta lista outros feitos como o de tornar o ensino de História no Ensino Médio algo facultativo, por exemplo. Eu diria que o Governo Temer tem seguido ao contrário as recomendações da Comissão Nacional da Verdade - CNV. É um modelo de como não se fazer a justiça de transição. Não se poderia esperar algo diferente de um governo que chegou ao poder mediante um golpe institucional, que não tem legitimação popular, que é fruto de um processo de impeachment fraudulento.

Por fim, quando o governo diz que “irá aprimorar a investigação sobre o Caso Herzog”, está claramente tergiversando. Caso tivesse mesmo a disposição em cumprir a sentença, o governo teria declarado sua intenção em reiniciar as investigações com o envolvimento imediato da Polícia Federal e em envidar esforços para o subsequente processamento e a responsabilização penal dos agentes, bem como declararia seu intento em exigir do Exército o acesso aos arquivos do período. Confesso meu ceticismo até mesmo de que o atual governo faça o ato público em desagravo à memória de Herzog nos termos exigidos pela sentença.

Honestamente,
não acredito
que o atual
governo
irá cumprir
a decisão
da Corte

IHU On-Line – De que forma fatos como esse reacendem e atualizam a memória da ditadura no Brasil? E por que é importante sempre fazer essa memória?

José Carlos Moreira da Silva Filho – A memória do que não co-

nhecemos, à qual temos noção por processos de enfrentamento, reconhecimento e apaziguamento, ou mediante o testemunho, seja presencial, seja por vídeos, gravações, fotos ou documentos, juntamente com os trabalhos mais distanciados da investigação histórica e da produção da verdade institucional, é uma fonte indispensável de conhecimento para quem pretende agir e se reconhecer em uma comunidade política, fazer parte da sociedade. Ao contrário do que se pode pensar, a memória outrora bloqueada ou negada, coloca em cena algo novo, jamais reconhecido. Por vezes a memória abre expedientes que a história havia dado por encerrados. Ela atualiza as potencialidades críticas e emancipatórias. A memória da injustiça, da violação dos direitos mais básicos, do aviltamento da condição humana, tão claro na prática institucionalizada da tortura, do aparelhamento de instituições públicas e coletivas para a perseguição, a morte, a tortura, o estupro, o desaparecimento forçado, tal memória é o ingrediente mais importante para que haja o engajamento político da sociedade em prol do nunca mais.

É somente tendo a experiência de viver ou testemunhar a injustiça e a violência que se tem a necessária motivação e estímulo para a construção de políticas de não repetição. Apenas quem de fato se sensibiliza por tanta dor irá agir para evitar que ela se repita. Aprende-se mais sobre Direitos Humanos ao se experimentar a sua violação do que lendo artigos de lei, teorias ou livros de história. Walter Benjamin, mergulhado na meia-noite da História, já havia notado que a Modernidade que se abraça com o progresso é a mesma que se abraça com o fascismo, pois descarta o passado dos vencidos como um custo necessário, como página virada. Tal lógica é a responsável pela continuidade dos mesmos dispositivos de massacre. Se quisermos de fato avançar é para trás que temos de olhar.

Recuperar as narrativas de sofrimento das vítimas do passado e fazer



justiça a elas é o impulso e direcionamento de que precisamos para que tenhamos justiça para as vítimas de hoje. Não é de se estranhar que o Brasil é o país mais violento da América Latina, com a Polícia que mais mata e que mais morre, e que o combate à tortura nunca tenha sido uma bandeira prioritária das instituições públicas. Por exemplo, por que o Ministério Público nunca fez uma forte e incisiva campanha pública de combate ao mal crônico da tortura? Ou o Judiciário? São perguntas que deixo no ar.

“A verdade é que a lei de anistia de 1979 não passou no necessário duplo controle constitucional-convencional de legitimidade”

IHU On-Line – Vivemos um tempo de tensões, conservadorismos, disputas polares em que a própria democracia é posta em xeque. É nesse tempo que defensores de regimes militares parecem que tomam voz. Como o senhor tem observado esse contexto? Em que medida esse sentimento revela o desconhecimento do que foi o regime militar no Brasil? Ou seria apenas uma decepção com as promessas do Estado Democrático?

José Carlos Moreira da Silva Filho – A democracia está em crise no mundo todo. O estágio atual do capitalismo financeiro e o incrível desenvolvimento tecnológico criaram condições novas de sociabilidade com mudanças enormes no mundo do trabalho, cada vez mais

escasso diante do intenso desenvolvimento de processos de automação e de inteligência artificial, e no mundo da política, cada vez mais atrelada aos interesses econômicos de conglomerados cada vez mais poderosos. O cenário atual, colonizado por uma racionalidade individualista que idolatra uma ilusória liberdade de escolha, revela uma institucionalidade que falha fragorosamente em cumprir as clássicas promessas da democracia como regime político e como concretização de direitos. É um cenário de retomada do aumento da desigualdade sem o amparo de promessas emancipatórias. Assume-se o vale-tudo e a exclusão como processos naturais e inexoráveis. O serviço público mais visível é o braço punitivo, a repressão, que ilusoriamente é tida como voltada à proteção dos indivíduos que se enxergam como empreendedores de si mesmos e únicos credores dos méritos pelas suas frágeis condições econômicas. O sistema punitivo revela-se mais e mais seletivo e mira com furor os pobres, os migrantes, os defensores de direitos humanos e os movimentos políticos que buscam construir alternativas a este discurso único.

O grande problema é as pessoas comprarem a ideia de que não há alternativas, de que a desregulação da economia, a precarização do trabalho, e o abandono dos desempregados ou miseráveis (mesmo com trabalho) a um cenário ausente de serviços públicos sociais, ou mesmo o extermínio maciço em guerras e conflitos civis são consequências factuais e científicas do processo de inovação tecnológica. Ledo engano. São escolhas políticas vendidas como realidade incontornável. A maior prova de que, apesar de tudo, a política está viva e pulsante, é o enorme esforço e investimento que fazem para dizer que a política acabou ou que é coisa de “gente que não presta”. O que falta hoje para a democracia é uma reorganização das forças políticas comprometidas com a diminuição da desigualdade, falta o engajamento de todos aqueles que buscam uma sociedade melhor, que jamais virá por meio de uma distopia

individualista e ilusória. É preciso reconstruir o espaço político tanto no fortalecimento dos espaços democráticos existentes como na busca de novas vias de engajamento solidário.

A política necessária está por ser inventada e creio que na verdade vem sendo. Em momentos como esse é fundamental a reflexão, a discussão, a denúncia dos lobos vestidos em peles de cordeiro. Em momentos assim é forte a tentação de comprar o velho como novo, de sucumbir ao discurso tão fácil como enganoso e traiçoeiro do fascismo, pois este escolhe um inimigo a ser combatido, rotulado como o bode expiatório de todos os males. O rótulo vai se alargando e alcança cada vez mais grupos da sociedade, vai se instalando confortavelmente na mesma medida em que critérios seguros de igualdade legal e cláusulas pétreas da Constituição vão cedendo ao puro decisionismo de juízes que se arvoram a salvadores da pátria, que invocam incríveis capacidades psíquicas de absorção e medição de clamores vindos das ruas.

Exceção mal resolvida

Quando as garantias e os direitos fundamentais, individuais, sociais e políticos, são relativizados em escala geométrica, como vem ocorrendo paulatinamente, a exceção é a regra para estratos cada vez mais amplos da sociedade. E a exceção no Brasil de hoje se encontra com a exceção mal resolvida do Brasil da ditadura. Os paralelismos entre a atual degradação institucional da frágil e historicamente recente democracia no Brasil com o processo golpista e autoritário de 1964 são inúmeros e espantosos. Novamente temos um judiciário clara e maciçamente mais disposto a servir determinadas forças políticas do que o sentido político da Constituição, que não hesita em violar cláusulas pétreas e em aprovar atos de exceção como se legais fossem. Novamente temos um alinhamento internacional com forte ingerência dos Estados Unidos nos processos de ruptura política na América Latina. Novamente temos processos coordenados de crimi-

nalização de lideranças políticas de esquerda ou populares na América Latina. Novamente temos um golpe parlamentar² no Brasil. Novamente a educação pública e a Petrobras sofrem ataques que buscam a sua privatização. Novamente elites brancas vão às ruas entoar seus preconceitos e defender o Brasil da desigualdade.

Apoio à ditadura

Entre os jovens que vão às ruas apoiar a ditadura e pedir o governo de militares para “limpar a política”, enaltecendo notórios torturadores ou candidatos à presidência que os defendem, estão muitos para os quais a palavra “ditadura” não tem significado real, é um significante vazio adaptável a frases de efeito e a declarações pretensamente honestas que se prestam a memes de assimilação fácil e imediata. Mas não ignoro que há também jovens e adultos que assumem explicitamente sua visão autoritária, violenta e genocida.

Construção de Estado Democrático de Direito

A decepção com o Estado Democrático é grande, mas é preciso aprender a construir as alternativas de modo democrático e dentro de limites civilizacionais que foram historicamente estabelecidos à custa de muito sangue e sofrimento. É preciso também agir com vigor e celeridade para chamar à responsabilidade os autores de atos fascistas e de intolerância e violência explícitas. É preciso combater a omissão, a covardia e a irresponsável conveniência na inação tanto dos agentes institucionais como das pessoas que presenciaram tais atos em buscar responsabilizá-los e denunciá-los. A saída autoritária e a violência não têm nada de novo, embora os atores políticos que as defendam estejam sendo apresen-

tados como “novos”. Reforçar a memória dos que foram atingidos pela ditadura e dos que lutaram contra ela, promover do modo mais público e intenso possível a justiça de transição, falar dela em sala de aula, nos espaços de convivência social, na imprensa, nas pesquisas, nas palestras, nas periferias, nos salões das elites, é um antídoto necessário que temos no presente para desarmar as tentações autoritárias.

Vlado

No caso do Vlado [Vladimir Herzog], foco central desta entrevista, a construção da memória do seu papel de opositor à ditadura, o reconhecimento da sua morte brutal nas mãos do Estado de exceção e a omissão do Estado, perpetuada até os dias atuais, em investigar o fato e em responsabilizar os seus próprios agentes guarda estreita relação com graves e inúmeros fatos do presente: os suicídios fabricados pelo Estado, as falsas versões de fugas, tiroteios e resistências, a ausência de investigações eficazes e de condenações de agentes da repressão estatal (da qual temos hoje o exemplo gritante da execução de Marielle Franco e Anderson Costa e da total ausência de qualquer resposta ou interesse público em investigar tais execuções), a copiosa prática da tortura pelas forças de segurança e a correlata ociosidade da aplicação da lei de tortura contra os seus agentes.

Vou finalizar lembrando que a já mencionada e corajosa sentença prolatada pelo juiz federal Márcio José de Moraes em 1978, declarando a União responsável pela morte de Herzog, decisão que foi desrespeitada e descumprida, restou citada em polêmica e recente declaração dada pelo atual presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, cujo avô, Carlos Thompson Flores foi nomeado ministro do STF pela ditadura em 1968. Em agosto de 2017, à época da remessa ao TRF4 do processo no qual o juiz Sérgio Moro condenou o ex-presi-

dente Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, o desembargador Thompson Flores afirmou que a sentença de Moro era “histórica” e “irretocável”, e a comparou à sentença dada pelo juiz Márcio José de Moraes em 1978.

Não sei o que pensa sobre tal declaração do hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Márcio José de Moraes, mas eu a considero um enorme desrespeito com a memória de Vladimir Herzog e com a decisão justa, legal, corajosa e correta dada em 1978. Já tive a oportunidade de afirmar, e em muito boa companhia de uma centena de outros juristas³, que a sentença de Moro é uma peça de exceção voltada à criminalização de uma das maiores lideranças populares da história brasileira, sem que haja provas suficientes dos delitos alegados, com múltiplas arbitrariedades e aberrações jurídicas. Acredito que essa comparação feita pelo presidente do TRF4 entre a sentença de Moro e a de Márcio Moraes não foi inocente. Ela nos mostra que a memória do arbítrio pode ser cooptada ou desvalorizada no objetivo de justificar ou encobrir novos arbítrios e medidas de exceção.

No cenário em que vivemos, a memória das nossas lutas de resistência, pela ampliação de direitos, pelo combate da desigualdade social, pela necessária justiça e reconhecimento aos que se opuseram dos mais diversos meios à ditadura e ao projeto de desigualdade e violência que ela representou, é um patrimônio valioso a ser cultivado e protegido. A condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Herzog representa uma importante vitória nessa direção.

Vlado, presente! Hoje e sempre! ■

2 Em recente artigo argumento que o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016 pode ser chamado de golpe parlamentar, e identifiquei relações entre a reticência do judiciário brasileiro em promover a justiça de transição no país e a sua participação no processo de ruptura que ora vivenciamos. Ver: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Justiça de Transição e Usos Políticos do Poder Judiciário no Brasil em 2016: um Golpe de Estado Institucional?. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. AOP, p. 1-29, 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/31488>. (Nota do entrevistado)

3 SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Condenação sem Provas e Juízo de Exceção como Ameaça à Democracia – uma nódoa a ser superada. In: Carol Proner; Gisele Citadino; Gisele Ricobom; João Ricardo Dornelles. (Org.). *Comentários a uma Sentença Anunciada – o processo Lula*. 1ed. Bauru: Cana 6, 2017, v. p. 237-246. O livro está disponível em: https://drive.google.com/file/d/1T_TfkjjaV5gVkgGRg_bp0vYQbmRfGo/view. (Nota do entrevistado)

Karl Marx

João Vitor Santos

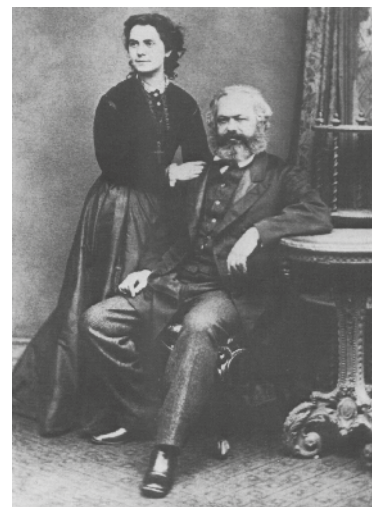
Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na cidade alemã de Trier. Agora, em 2018, inúmeros eventos e publicações celebraram seus 200 anos. A efeméride também tem servido de gatilho para que se revise a sua obra, tendo em perspectiva as questões e desafios do século XXI. Obra, aliás, que vai da Filosofia às Ciências Sociais, passando pela Economia e História, e que o consagra como um dos pensadores que exerceram grande influência sobre o pensamento social do século XX.

Embora nascido na Prússia, Marx passou grande parte de sua vida em Londres, no Reino Unido. É de onde observa as transformações do mundo operário e concebe, no campo da economia, uma de suas célebres análises em que relaciona o capital com o trabalho. Nasceu em uma família de classe média e passou pelas universidades de Bonn e Berlim, ainda na Alemanha. É nessa fase de estudante que se interessa por concepções filosóficas mais hegelianas. Recém-saído da universidade, começa a publicar seus textos para um jornal da cidade de Colônia, quando também começa a desenvolver seus estudos de concepção materialista da história.

Marx chega a Paris em 1843, e segue escrevendo para outros jornais. Nesse período conhece Friedrich Engels, que se tornaria seu amigo de longa data e colaborador. Em 1849, foi exilado e se mudou para Londres junto com sua esposa e filhos, onde continuou a escrever e formular suas teorias sobre a atividade econômica, mas sem desconsiderar essa uma também uma ciência social.

Em linhas gerais, podemos afirmar que suas teorias sobre sociedade, economia e política estão centradas numa ideia de desenvolvimento a partir da luta de classes. Nesse sentido, o Estado teria sido criado para proteger os interesses das classes dominantes, embora se vendesse a ideia de que seria um instrumento de zelo pelo interesse de todos.

O pensador vai elaborar que, assim como havia ocorrido com o feudalismo e outros sistemas anteriores, o capitalismo iria aprofundar tensões internas. Tensões essas que, para alguns de seus leitores, vai levar à autodestruição do capitalismo e, talvez, à substituição desse sistema pelo socialismo. Atualmente, muitos pesquisadores observam como o capitalismo tem sido capaz de apreender as dinâmicas do século XXI, mas sem desconsiderar as elaborações iniciais de Marx e as concepções de que o socialismo pode ser um caminho para superar as desigualdades geradas pelas lutas de classes. No entanto, há consenso mesmo somente sobre a grande influência de Marx, entre seus seguidores e até entre os que questionam seu pensamento. É normalmente citado, ao lado de Émile Durkheim e Max Weber, como um dos três principais arquitetos da ciência social moderna.



Marx e sua esposa Jenny

Foi casado com Jenny von Westphalen, filha de um barão prussiano com quem mantinha noivado desde a universidade. Dessa união, teve sete filhos, mas, muito em decorrência das más condições de vida que foram forçados a viver em Londres, três morreram na infância. Outras duas filhas cometeram suicídio. Marx também teve um filho nascido de sua relação amorosa com a militante socialista e empregada da família, Helena Demuth. A pedido de Marx, Engels assumiu a paternidade da criança, Frederick Demuth. Mas biógrafos sempre destacam o amor de Marx por Jenny. Depois da morte da esposa, em 1881, problemas de saúde que ele teve por toda a vida, como bronquite e pleurisia, chegaram a estágios severos e o levaram à morte em 1883. Marx foi sepul-



tado no Cemitério de Highgate, em Londres e, hoje, seu mausoléu se tornou ponto turístico da cidade.

Referências:

- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. São Paulo: Zahar, 1988.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. São

Paulo: Boitempo, 2018.

- KARL MARX. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Karl_Marx&oldid=52783429>. Acesso em: 27 jul. 2018.

- LOSURDO, Domenico. *O Marxismo Ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Obra

A célebre obra de Marx é *O Capital* (1867), na qual faz uma extensa análise da sociedade capitalista. Também é reconhecido pelo *Manifesto Comunista* (1848), mas sua produção é muito mais extensa. Convencionalmente, estudiosos de seu legado dividem sua produção em três fases: Jovem Marx, escritos entre 1839 e 1850; Transição, entre 1852 e 1856; e Fase adulta, de 1857 a 1880.

Veja a lista dos escritos

Segundo critérios de Tom Bottomore, em *Dicionário do Pensamento Marxista* (São Paulo: Zahar, 1988)

Jovem Marx

- Oulanem (1839)
- Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro (Über die Differenz der Demokritischen und Epikureischen Naturphilosophie) (1841)
- Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (Kritik des Hegelschen Staatsrech) (1843)
- A Questão Judaica (Zur Judenfrage) (1843)
- Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito em Hegel: Introdução (Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie: Einleitung) (1844)
- Manuscritos Econômico-filosóficos (Ökonomisch-philosophischen Manuskripte) (1844)
- Teses sobre Feuerbach (Thesen über Feuerbach) (1845)
- A Sagrada Família (Die Heilige Familie) (1845)
- A Ideologia Alemã (Die deutsche Ideologie) (1845-1846)
- Miséria da Filosofia (Misère de la philosophie: réponse à la philosophie de la misère de Proudhon) (1847)
- A Burguesia e a Contra-Revolução (1848)
- Manifesto Comunista (Manifest der Kommunistischen Partei) (1848)
- Trabalho Assalariado e Capital (Lohnarbeit und Kapital) (1849)
- As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850 (Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848-1850) (1850)
- Mensagem da Direção Central da Liga Comunista (Ansprache der Zentralbehörde an den Bund) (1850)

Transição

- O 18 de Brumário de Luís Bonaparte (Der Achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte) (1852)
- Punição Capital (Capital Punishment) (1853)

- Revolução na China e na Europa (Revolution in China and Europa) (1853)
- O Domínio Britânico na Índia (The British Rule in India) (1853)
- Guerra na Birmânia (War in Burma) (1853)
- Resultados Futuros do Domínio Britânico na Índia (The future results of British Rule in India) (1853)
- A Decadência da Autoridade Religiosa (The Decay of Religious Authority) (1854)
- Revolução na Espanha (Revolution in Spain) (1856)

Fase adulta

- Grundrisse (Grundrisse der Kritik der Politschen Ökonomie) (1857-1858)
- Para a Crítica da Economia Política (Zur Kritik der Politschen Ökonomie) (1859)
- População, Crime e Pauperismo (Population, crime and pauperismo) (1859)
- Manifesto de Lançamento da Primeira Internacional (Inaugural Address of the Working Men’s International Association) (1864)
- Salário, Preço e Lucro (Value, Price and Profit) (1865)
- O Capital: crítica da economia política (Livro I: O processo de produção do capital) (Magnum Opus) (Das Kapital: Kritik der politschen Ökonomie (Erster Band: Der Produktion Prozess des Kapitals)) (1867)
- ** Durante os anos seguintes, até o fim de sua vida, Marx se dedicará à redação dos demais volumes d’O Capital (publicados postumamente por Engels).
- A Guerra Civil na França (The Civil War in France) (1871)
- Resumo de “Estatismo e Anarquia”, obra de Bakunin (Konzpekt von Bakunins Buch “Staatlichkeit und Anarchie”) (1874-1875)
- Crítica ao Programa de Gotha (Kritik des Gothaer Programms) (1875)
- Carta sobre o futuro do desenvolvimento da sociedade na Rússia, escrita ao editor do periódico russo Otechesvenniye Zapiski e não enviada (1877)
- Notas sobre Adolph Wagner (Randglossen zu Adolph Wagners) (1880)

18

EAD Ciclo de Filmes e Debates

CRISE DO CAPITALISMO DEZ ANOS DEPOIS

Período:
03/09 a 23/11 de 2018

Ministrante:
Prof. MS. Gilberto Faggion - Unisinos

Local:
Plataforma Moodle | 3 horas semanais

ihu.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Veja algumas publicações do IHU específicas sobre Marx

- **A (anti)filosofia de Karl Marx.** Artigo de Leda Maria Paulani, publicada no número 41 do Cadernos IHU ideias, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>.

- **De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras.** Artigo de Rodrigo Marques Leistner, publicado no Cadernos IHU ideias número 136, disponível em <http://bit.ly/2LOLOq9>.

- **A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.** Revista IHU On-Line número 278, de 20-10-2008, disponível em <https://goo.gl/7aYkWZ>.

- **Os 'Grundrisse' de Marx em debate.** Revista IHU On-Line, número 381, de 21-11-2011, disponível em <http://bit.ly/2JVYHgF>.

- **Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem.** Entrevista com Pedro de Alcântara Figueira, publicada na Revista IHU On-Line, número 327, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>.

- **Contra Marx, apesar de Marx, além de Marx: ou o ressurgir da fórmula materialista da história.** Artigo de Carlos A. Gadea, publicado na Revista IHU On-Line, número 397, de 6-8-2012, disponível em <http://bit.ly/2uTe7gR>.

- A IHU On-Line também publicou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

O Use
pensar

o que ninguém
PENSOU

ihu.unisinos.br

Uma leitura marxiana para iluminar as reflexões sobre a realidade brasileira

Luiz Gonzaga Belluzzo considera que o filósofo e economista desvelou a dinâmica do capital, que possibilidade ainda hoje usar suas reflexões para compreender os cenários mundial e local

João Vitor Santos

Há quem defenda que o pensamento de Karl Marx se dá por superado por estar inscrito no século XIX. Assim, observando apenas os movimentos do capitalismo nesse tempo, suas ideias seriam incapazes de dar conta de outro capitalismo, completamente atravessado pela tecnologia e pela velocidade tão características do século XXI. Para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, é um grande equívoco adotar essa concepção reducionista. Segundo ele, Marx não descobriu como o capitalismo movia os sentidos numa sociedade industrial ainda em desenvolvimento na Inglaterra. “Marx desvendou com grande precisão a dinâmica do regime do capital. Não se trata de uma antecipação, mas da compreensão das ‘leis de movimento’ desse modo de produção”, analisa. Ou seja, apresentando como esse capital funciona, ele também concebe possibilidades de análises para possíveis transformações que ainda estão por vir.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Belluzzo ainda detalha que “o movimento de reconstituição teórica de Marx parte da circulação simples de mercadorias como a dimensão mais abstrata do regime do capital investido em todas as suas formas, já ‘dotado’ do capital a juros e das ‘normas’ da concorrência generalizada,

ademais de amparado nas forças produtivas da grande indústria que abriga em suas entranhas o progresso técnico ‘autonomizado’”. Assim, reitera a ideia de que Marx pensa em possibilidades metodológicas muito mais do que em descrição e observação de realidades. “Vou simplificar: O Capital é um exercício da dialética materialista, de passagem do abstrato ao concreto”, acrescenta.

Luiz Gonzaga Belluzzo é graduado em Direito pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Economia Industrial pelo Instituto Latino-Americano de Planificação-Cepal e doutor em Economia pela Universidade de Campinas - Unicamp. Foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e, atualmente, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. É um dos fundadores da Faculdade de Campinas - Facamp, onde é professor. Entre suas obras publicadas, destacamos *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo* (São Paulo: Facamp/Editora Contracorrente, 2017), *Capital e suas metamorfoses* (São Paulo: Unesp, 2013), *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global* (Campinas: Facamp, 2009) e *Temporalidade da Riqueza - Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo* (Campinas: Oficinas Gráficas da Unicamp, 2000).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como Karl Marx pode contribuir para compreendermos a realidade brasileira de hoje e conceber saídas para impasses?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Marx afirmou que em todas as etapas de expansão do capitalismo o jogo do mercado global envolve transformações financeiras, tecnológicas, patri-

moniais e espaciais. A globalização financeira e produtiva da segunda metade do século XX descortinou uma nova fase, marcada por desenhos e controles nas relações entre o modo

“Marx afirmou que em todas as etapas de expansão do capitalismo o jogo do mercado global envolve transformações financeiras, tecnológicas, patrimoniais e espaciais”

de funcionamento dos mercados, movidos pelas estratégias da grande empresa transnacional e os espaços jurídico-políticos nacionais, espaços “desintegrados” pela aceleração do tempo de produção e da circulação do capital. Nesse movimento, o Brasil perdeu espaço e continua perdendo.

O processo de concorrência movido pela grande empresa se dá sob a tutela das instituições nucleares de “governança” do sistema, que são a finança e o Estado hegemônico, pelos quais passam as estratégias nacionais de “inserção” das regiões periféricas. As transformações que hoje observamos são impulsionadas pelo jogo estratégico entre o “polo dominante” – no caso a economia americana, sua capacidade tecnológica, a liquidez e profundidade de seu mercado financeiro, o poder de *seignorage* de sua moeda – e a capacidade de “resposta” dos países em desenvolvimento às alterações no ambiente internacional.

É desnecessário dizer que as economias periféricas dispõem de estruturas e trajetórias sociais, econômicas e políticas muito dessemelhantes, o que dificulta para umas e facilita para outras a chamada “integração competitiva” nas diversas etapas de evolução do capitalismo. O sucesso do Brasil, até o início dos anos 1980, desencadeou a crise da dívida externa que iria provocar o seu reiterado “fracasso” na tentativa de se ajustar às novas condições internacionais. No polo oposto, o fracasso chinês até os anos 1980 propiciou condições iniciais mais favoráveis para o sucesso das reformas empreendidas a

partir de então.

A “globalização do século XXI”, ao operar nas órbitas financeira, patrimonial e produtiva, engendrou dois tipos de regiões: aquelas cuja inserção internacional se faz pela atração do investimento direto destinado aos setores produtivos afetados pelo comércio internacional; e aquelas, como Brasil e Argentina, que buscaram sua integração mediante a abertura comercial passiva e a flexibilização da conta de capitais.

IHU On-Line – Como podemos compreender o caso da China, que cresce tentando manter um socialismo que não rompe com a ordem capitalista mundial?

Luiz Gonzaga Belluzzo – É impossível resistir à constatação de que a China enfrenta os desafios da globalização com concepções e objetivos que desmentem a propalada perda de importância das políticas nacionais e intencionais de industrialização e desenvolvimento. Em discurso de abertura do 19º Congresso do Partido Comunista da China¹, o presidente Xi Jinping²

discorreu a respeito do socialismo com características chinesas. Fosse possível pinçar a visão “econômica” da sesquipedal arenga, eu arriscaria a pele apontando a conexão Partido -Estado-Mercado.

A formulação estratégica é do Partido Comunista da China povoado de 80 milhões de membros. O sistema de consultas da base para a cúpula e vice-versa é inçado de instâncias, marchas e contramarchas. Tomada a decisão, as burocracias de Estado, os gestores das empresas estatais, os governos provinciais, o People’s Bank of China³ cuidam de implementar as diretrizes. Obedecem às máximas de Deng Xiao Ping⁴: “não importa a cor do gato, se o bicho caça ratos” ou “atravessar o rio das reformas saltando as pedras”. Devagar e sempre é o lema do socialismo à moda chinesa.

O presidente Xi Jinping anunciou as políticas de “ampliação do papel do mercado” e de reforço às empresas estatais. O propósito é alentar o empreendedorismo e a inovação.

IHU On-Line – Ainda sobre a

Escola Central do Partido, e o mais importante membro do Comitê Permanente do Politburo, que é o órgão de controle de fato do país. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **People’s Bank of China** [Banco Popular da China]: é o banco central da República Popular da China responsável pela condução da política monetária e regulação das instituições financeiras na China continental, conforme determinado pela Lei Bancária. Avaliado em US\$ 3,21 trilhões, o Banco Popular da China possui as maiores posições de ativos financeiros de qualquer banco central do mundo desde julho de 2017. Apesar de possuir um alto grau de independência pelos padrões chineses, continua a ser um departamento do Conselho de Estado. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Deng Xiaoping** (1904-1997): foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), sendo, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1990. Foi o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ Na seção Notícias do Dia, em seu sítio, o IHU publicou inúmeros textos acerca do 19º Congresso do Partido Comunista da China. Entre eles *Ao Congresso Xi reitera: ‘sinizar’ as religiões sob o Partido Comunista*, disponível em <http://bit.ly/2K7bzkB>; *Xi Jinping surge como o primeiro ditador da China desde Mao Zedong*, disponível em <http://bit.ly/2M4R4pN>; e, recentemente, *Raízes da guerra comercial entre EUA e China*, disponível em <http://bit.ly/2LLVJQS>. Ainda sobre esse tema, é interessante acessar a entrevista exclusiva que o economista francês Yann Moulier-Boutang concedeu à IHU On-Line, disponível em <http://bit.ly/2LuWfCn>. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Xi Jinping** (1953): é um político da República Popular da China, atual Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista da China. Xi é atualmente o principal membro do Secretariado do Partido Comunista Chinês, o presidente da China, o diretor da

China, que socialismo emerge dessa sua experiência econômica? E o que difere de outras experiências como a da ex-União Soviética?

Luiz Gonzaga Belluzzo – A experiência chinesa combina o máximo de competição – a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento – e o máximo de controle. Entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington⁵ não deveriam ser “copiadas” pelos países emergentes. Também compreenderam que a “proposta” americana para a economia global incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento. Assim controlaram as instituições centrais da economia moderna: o sistema de crédito e a política de comércio exterior, aí incluída a administração da taxa de câmbio. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.

O que realmente importa para o desenvolvimento chinês é a capacidade de adaptação do sistema às novas condições impostas pelas transformações da economia global, sem destruir o que foi herdado do passado. Não interessa se o sistema é “melhor” no sentido de atender a configurações abstratas, frequentemente irrealistas e, portanto, perigosas. Nesta perspectiva, é vital assegurar que o sistema econômico tenha sempre canais abertos para reformas institucionais.

O professor Yao Yang da Universidade de Pequim atribui a flexibilidade institucional à capacidade do governo de promover as políticas corretas sem atender aos grupos de interesses (dentro e fora do Estado, é bom lembrar) que buscam influenciar as decisões. Essa neutralidade,

diz ele, explica o sucesso da transição econômica da China de uma economia de comando para uma economia “mista” em que o mercado tem papel importante, mas não tem influência na formulação das estratégias de longo prazo.

Na Rússia de Gorbachev⁶, as oligarquias particularistas (cientistas acadêmicos, dirigentes industriais e cúpulas militares) que proliferaram à sombra da oligarquia partidária não tiveram maiores dificuldades em manter e ampliar os privilégios na democracia de Yeltsin⁷. Os novos ricos da Rússia contemporânea não desembarcaram de uma nave espacial enviada à Terra diretamente do Planeta Marte, mas foram criados nas entranhas do regime soviético.

IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre Marx e Keynes⁸? Em que medida esse segundo abre outras perspectivas de leitura do marxismo?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Marx e Keynes compreenderam que a característica central do capitalismo não é a produção de mercadorias por meio de mercadorias, nem vai ser encontrada na coordenação, efetuada através dos mercados competitivos, dos planos dos indivíduos ra-

cionais, na busca da maximização da utilidade. Admiradores da sua enorme capacidade de produção de mercadorias e de seu formidável potencial de satisfação de necessidades, para eles o capitalismo é um regime de acumulação de riqueza abstrata, monetária.

Se, por um lado, é admirável o seu potencial de criação de riqueza material, de progresso tecnológico e de bem-estar das nações, de outra parte é assustador o seu inerente desprezo pelas condições particulares da existência dos povos e pelos conteúdos da vida. Assim, o capitalismo é o regime de produção em que a riqueza acumulada sob a forma monetária está sempre disposta a dobrar-se sobre si mesma, na busca da autorreprodução. D-D’, e não D-M-D’, é o processo em estado puro, adequado a seu conceito, livre dos incômodos e empecilhos de suas formas materiais particulares.

Não se trata de uma deformação, mas do aperfeiçoamento de sua substância, na medida em que o dinheiro é o suposto e o resultado do processo de acumulação de riqueza no capitalismo. É este processo fantasmagórico de autorreprodução que o capital está realizando sob os nossos olhos nos mercados financeiros contemporâneos.

O capital a juros e a circulação financeira

Marx trata no volume III do circuito próprio do *loanable* capital – o capital a juros – que mais tarde Keynes chamaria de “circulação financeira” em contraposição à “circulação industrial”. No capítulo 30, Marx estabelece as relações entre capital-mercadoria, capital produtivo e capital monetário: “Em nossa análise da forma peculiar da acumulação do capital monetário e da riqueza monetária em geral, vimos que ela se reduziu à acumulação de títulos de propriedade sobre o trabalho. A acumulação de capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que detêm o privilégio de retirar antecipadamente para si

6 **Gorbachev** (Mikhail Gorbachov, 1931): advogado e economista-agrônomo russo. Inscreveu-se no Partido Comunista em 1952, com 21 anos de idade. Foi o último secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, de 1985 a 1991. As suas tentativas de reforma conduziram ao final da Guerra Fria e, ainda que não tivesse esse objetivo, à dissolução da antiga União Soviética. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Boris Nikolayevich Yeltsin** (1931-2007): foi um político soviético e russo e o primeiro presidente da Federação Russa, servindo de 1991 a 1999. Originalmente um defensor de Mikhail Gorbachev, Yeltsin emergiu sob as reformas da perestroika como um dos oponentes políticos mais poderosos de Gorbachev. No final dos anos 80, Yeltsin foi candidato a membro do Politburo e, no final de 1987, apresentou uma carta de renúncia em protesto. Ninguém havia renunciado ao Politburo antes. Este ato marcou Yeltsin como um rebelde e levou à sua ascensão na popularidade como uma figura antiestablishment. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuid37>. Leia, também, a edição 276 da Revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Consenso de Washington**: conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser “receitado” para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (Nota da **IHU On-Line**)



certas somas sobre a massa de impostos públicos. [...] Esses títulos de dívida que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e gasto há muito tempo, essas duplicatas de um capital já consumido, servem para seus possuidores como capital na medida em que são mercadorias que podem ser vendidas e, com isso, reconvertidas em capital. [...] ganhar ou perder em virtude de preços desses títulos de propriedade e de sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc. converte-se cada vez mais em obra do acaso, que agora toma lugar do trabalho como modo original de aquisição da propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Esse tipo de riqueza monetária imaginária constitui uma parte considerável não só da riqueza monetária dos particulares, mas também, como já dissemos, do capital dos banqueiros.”

Keynes tinha familiaridade com os mercados financeiros. Escreveu na Teoria Geral⁹: “Este é o resultado inevitável dos mercados financeiros organizados em torno da chamada ‘liquidez’. Entre as máximas da finança ortodoxa, seguramente nenhuma é mais antissocial que o fetiche da liquidez, a doutrina que diz ser uma das virtudes positivas das instituições investidoras concentra seus recursos na posse de valores ‘líquidos’. Ela ignora que não existe algo como a liquidez do investimento para a comunidade como um todo. A finalidade social do investimento bem orientado deveria ser o domínio das forças obscuras do tempo e da ignorância que rodeiam o nosso futuro. O objetivo real e secreto dos investimentos mais habilmente efetuados em nossos dias é ‘sair disparado na frente’ como se diz coloquialmente, estimular a multidão e transferir adiante a moeda falsa ou em depreciação.”

9 **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda:** é um livro de autoria do economista britânico John Maynard Keynes, publicado pela primeira vez em fevereiro de 1936. É considerado uma das mais importantes obras de literatura econômica, tendo lançado as bases conceituais da macroeconomia. Além do aspecto de incrementar o nascente estudo da macroeconomia, o livro também desafia conceitos tradicionais da Economia clássica, como a visão a longo prazo dos ciclos econômicos e o valor da política monetária e da política fiscal. (Nota da **IHU On-Line**)

Prossegue: “Esta luta de esperteza para prever com alguns meses de antecedência as bases de avaliação convencional, muito mais do que a renda provável de um investimento durante anos, nem sequer exige que haja idiotas no público para encher a pança dos profissionais: a partida pode ser jogada entre estes mesmos. Também não é necessário que alguns continuem acreditando, ingenuamente, que a base convencional de avaliação tenha qualquer validade real a longo prazo. Trata-se, por assim dizer, de brincadeiras como o jogo do anel, a cabra-cega, as cadeiras musicais. É preciso passar o anel ao vizinho antes do jogo acabar, agarrar o outro para ser por este substituído, encontrar uma cadeira antes que a música pare. Estes passatempos podem constituir agradáveis distrações e despertar muito entusiasmo, embora todos os participantes saibam que é a cabra-cega que está dando voltas a esmo ou que, quando a música para, alguém ficará sem assento.”

IHU On-Line – Como a crítica que Polanyi¹⁰ faz à razão moderna pode ser cotejada com a crítica ao capitalismo de Marx?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Em *A Grande Transformação*¹¹, Karl Polanyi chamou de moinho satânico as engrenagens do mercado autorregulado. O católico Polanyi procura mostrar em seu livro que a transformação da terra, da mão de obra e do dinheiro em mercadorias significa subordinar a própria substância da sociedade às intempéries da economia “desencastrada” das demais instâncias da vida social.

A terra (recursos naturais), a mão de obra (capacidade de trabalho) e o dinheiro (poder de compra) não podem estar sujeitos aos processos

10 **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação - as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a **IHU On-Line** n. 147, de 27-6-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens de nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 São Paulo: Edições 70, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

imprevisíveis e frequentemente catastróficos do mercado porque são, antes de mais nada, condições de sobrevivência humana, meios que permitem o acesso aos bens da vida. Condicionar o acesso a esses meios de vida a decisões que não têm outra finalidade senão a maníaca acumulação de riqueza abstrata, monetária, significa lançar os indivíduos na insegurança permanente. Atingidos pelo desemprego, pela falência ou pela desvalorização de sua riqueza, os indivíduos são afastados dos meios que permitem a sua sobrevivência. O colapso do mercado autorregulado e de sua utopia moral desencadeou reações de autoproteção da sociedade contra o desemprego, o desamparo, a falência, a bancarrota, enfim, contra a exclusão dos circuitos mercantis, o que significa, na prática, a impossibilidade de acesso aos meios necessários à sobrevivência humana.

Nos anos de 1930, Polanyi observa um momento da história do século XX em que a revolta contra o “moinho satânico” revelou-se, na maioria dos países europeus, tão brutal quanto os males que a economia destravada impôs à sociedade. O avanço do coletivismo, diz ele, não foi fruto de uma patologia ou de uma conspiração irracional de classes ou grupos, mas sim de forças gestadas nas entranhas da sociedade “dos indivíduos racionais”.

Com o colapso dos nexos mercantis, a superpolitização das relações sociais tornou-se inevitável. O despotismo social-darwinista da mão invisível é substituído pela tirania visível do chefe. O político se transfigura na polícia, no policiamento da vida social, como se fossem suspeitas quaisquer formas de espontaneidade.

IHU On-Line – Ainda é possível, à luz do marxismo, compreender as transformações do capitalismo de nosso tempo?

Luiz Gonzaga Belluzzo – Marx desvendou com grande precisão a dinâmica do regime do capital. Não se trata de uma antecipação, mas da compreensão das “leis de movimento” desse modo de produção. Muitos

cometem o equívoco de afirmar que Marx analisou o capitalismo inglês do século XIX.

Não é trivial enfrentar o percurso conceitual de Marx em seu empenho para investigar os desdobramentos da forma valor. O movimento de reconstituição teórica de Marx parte da circulação simples de mercadorias como a dimensão mais abstrata do regime do capital investido em todas as suas formas, já “dotado” do capital a juros e das “normas” da concorrência generalizada, ademais de amparado nas forças produtivas da grande indústria que abriga em suas entranhas o progresso técnico “autonomizado”. Vou simplificar: O Capital é um exercício da dialética materialista, de passagem do abstrato ao concreto.

Vamos conversar sobre um tema atual: o progresso técnico no regime do capital. Nos Grundrisse¹², Marx vislumbrou o momento em que o avanço dos métodos capitalistas de produção tornaria o tempo de trabalho uma “base miserável” para a valorização da imensa massa de valor que deverá funcionar como capital. “Quando o processo de trabalho em sua totalidade não está mais submetido à habilidade do trabalhador, mas à aplicação tecnológica da ciência, então a tendência do capital é dar à produção um caráter científico. [...] o desenvolvimento do capital fixo indica o grau em que o conhecimento social tornou-se uma força direta de produção e em que medida, portanto, o processo da vida social foi colocado sob o controle do **General Intellect**¹³ e passou a

ser transformado de acordo com ele.”

Em seu desenvolvimento, a Indústria 4.0 exprime o avanço do capital fixo. São fábricas inteligentes com máquinas conectadas em rede e a sistemas que podem visualizar toda cadeia produtiva, podendo tomar decisões por si só. A nova fase da digitalização da manufatura é conduzida pelo aumento do volume de dados, ampliação do poder computacional e conectividade, a emergência de capacidades analíticas aplicada aos negócios, novas formas de interação entre homem e máquina, e melhorias na transferência de instruções digitais para o mundo físico, como a robótica avançada e impressoras 3-D.

Nos Grundrisse e em O Capital, Marx investiga, como já foi dito, a “natureza” do regime do capital como modalidade histórica cujo propósito é a acumulação de riqueza monetária, abstrata; assim abre espaço para a compreensão da predominância do capital a juros e do capital fictício, como formas de riqueza e de enriquecimento derivadas da propriedade do capital e não da atividade inovadora e fáustica do empreendedor capitalista. No capitalismo carregado de todas as suas determinações, riqueza agregada compreende não só o estoque de ativos físicos, reprodutivos, mas também aparece sob a forma “duplicada” de direitos de propriedade sobre as empresas (ações), títulos de dívida gerados ao longo de vários ciclos de crédito e de criação de valor. Esses ativos financeiros – ações e títulos de dívida – são avaliados diariamente em mercados especializados.

No Livro III de O Capital, Marx estabelece a conexão entre a expansão do crédito e a valorização dos ativos financeiros: “Ao desenvolver-se o capital-dinheiro disponível também se desenvolve a massa de valores rentáveis, títulos do Estado, ações,

etc. Mas aumenta ao mesmo tempo a demanda de capital-dinheiro disponível posto que os que especulam com títulos e valores desempenham um papel fundamental no mercado de dinheiro. [...] Se todas as compras e vendas desses títulos não fossem mais do que a expressão dos investimentos reais de capital, seria certo dizer que não influem na demanda de capital de empréstimo.”

IHU On-line – Que respostas a economia política marxista é capaz de dar a crises, como as geradas pelo capital fictício, o sistema de crédito?

Luiz Gonzaga Belluzzo – No dia 11 de julho de 1856, o “New York Tribune” publicou o terceiro artigo de Marx sobre o *Crédit Mobilier*. Sob os auspícios de Napoleão III¹⁴, o banco de investimento empreendido pelos irmãos Pereire¹⁵, Emile e Isaac, tinha o propósito de “concentrar grandes somas de capital de empréstimo para investimento em empresas industriais”. Depois de ironias e sarcasmos lançados sobre o “socialismo imperial” de Luís Napoleão e das habituais estocadas nas concepções reformistas de Saint-Simon¹⁶ e discípulos, Marx reconhece que as transformações da finança capitalista e o surgimento da sociedade por ações, sobretudo da sociedade anônima, “marcam uma nova época na vida econômica das nações modernas”.

Os bancos comerciais, diz ele, “fluidificam temporariamente o capital fixo”, enquanto os bancos de investimento cuidam de “fixar o capital

12 **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie** (Elementos fundamentais para a crítica da economia política): conjunto de anotações e estudos realizados por Karl Marx entre 1857 e 1858. Sobre o tema, foi publicada a edição 381 da **IHU On-Line**, de 21-11-2011, intitulada *Os Grundrisse de Marx em debate*, disponível em <http://bit.ly/1kBLhBN>, além das entrevistas com Ricardo Antunes - Os “Grundrisse”: uma mina para ajudar a descartinar o século XXI, disponível em <http://bit.ly/1rDKF8w>, Antoine Artous - *O mundo do trabalho e o marxismo*, disponível em <http://bit.ly/1ua0Fk0>, e Jorge Paiva - “Grundrisse” de Marx. Um outro paradigma teórico para os desafios contemporâneos, disponível em <http://bit.ly/1mKnQJx>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **General Intellect**: é uma expressão criada por Karl Marx para designar a dimensão coletiva e social da atividade intelectual quando esta é fonte de produção de riqueza. A expressão aparece nos *Grundrisse*, no chamado fragmento das máquinas, como sendo uma crucial força produtiva, cuja importância é evidenciada pela crescente importância da maquinaria - entendida como o poder do conhecimento objetivado - no controle dos processos da vida social. Intelecto geral seria uma combinação de expertise tecnológica e intelecto social ou conhecimento social geral ou, ainda, um cérebro social que é, ao mesmo tempo, uma

força produtiva e um princípio de organização dos cidadãos. A expressão foi trabalhada pelo IHU, em textos publicados em seu site. Entre eles a entrevista exclusiva com Pablo Miguez, intitulada *A apropriação privada do ‘general intellect’*. *As mudanças na lógica da acumulação capitalista precisam de uma crítica a partir da periferia*, disponível em <http://bit.ly/2Oo5inv>, além de outros artigos publicados na seção Notícias do Dia, como *Guerras e capital*, disponível em <http://bit.ly/2NWAAGU>; e do Caderno IHU em Formação, intitulado *A crise da sociedade do trabalho*, disponível em <http://bit.ly/2vfiDRC>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Napoleão III** (1808-1873): também chamado Luís Bonaparte, nasceu Charles-Louis Napoléon Bonaparte. Foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador dos Franceses do Segundo Império Francês. Era sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte. Foi o primeiro presidente francês eleito por voto direto. Entretanto, foi impedido de concorrer a um segundo mandato pela constituição e parlamento, organizando um golpe em 1851 e assumindo o trono como imperador no final do ano seguinte. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Irmãos Pereire**: Jacob Rodrigue Emile (1800-1875) e Isaac Rodrigue (1806-1880) foram dois irmãos franceses, banqueiros proeminentes do século XIX, rivais dos Rothschild, que entre outras atividades, participaram da modernização de Paris, conduzida pelo prefeito Haussmann. Eles também possuíam várias empresas, em particular nos ramos de ferrovias e seguros. O seu conglomerado de empreendimentos incluiu: o banco *Crédit Mobilier*, linhas de barcos a vapor transatlânticos, ferrovias, seguradoras, iluminação a gás, um jornal e o sistema de metrô de Paris. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Claude Henri de Rouvroy** - Conde de Saint-Simon (1760-1825): filósofo e economista francês, teórico do socialismo utópico. (Nota da **IHU On-Line**)



líquido” em estruturas empresariais cada vez maiores e de administração mais complexa. Marx conclui: “Quase todas as crises comerciais dos tempos modernos estão relacionadas com o desarranjo nas proporções entre o capital fixo e o “floating capital” (os títulos de dívida e de propriedade negociados diariamente nas Bolsas de Valores e nos demais mercados secundários).

A série de artigos sobre o *Crédit Mobilier* foi estampada nas páginas do “New York Tribune” no período em que Marx trabalhava nos *Grundrisse* e dez anos antes da publicação do primeiro volume de *O Capital*. Quatro décadas iriam transcorrer entre as primeiras e pontuais investigações de Marx sobre as peripécias do capital financeiro e o esforço de Engels¹⁷ para completar os alfarrábios do terceiro volume, publicado em 1894.

Formas concretas que brotam do capital

Marx adverte, na abertura do Livro III de *O Capital*, que até então, nos Livros I e II, o processo capitalista de produção foi considerado em seu conjunto, representando a unidade do processo de produção e de circulação. “Aqui no livro III, não se trata de formular reflexões gerais sobre essa unidade, senão, ao contrário, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do movimento do capital considerado como um todo. Em seu movimento real, os capitais se enfrentam sob essas formas concretas [...] As manifestações do capital se aproximam, pois, gradualmente da forma sob a qual se apresentam na superfície da sociedade, mediante a ação recíproca dos diversos capitais que se enfrentam na concorrência e tal como (essas manifestações) se refletem na consciência habitual dos agentes de produção.” Marx procura articular teoricamente essas formas de modo a demonstrar como o capital, no exercício de sua natureza ex-

pansionista, rompe continuamente as limitações do seu processo mais geral e “elementar” de circulação e reprodução. O capital precisa existir permanentemente de forma “livre” e líquida e, ao mesmo tempo, crescentemente centralizada, para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio e criar novos mercados. Apenas dessa maneira pode fluir para colher novas oportunidades de lucro e, concomitantemente, reforçar o poder do capital industrial e mercantil imobilizado nos circuitos prévios de acumulação. Daí as análises da concorrência, do crédito e, portanto, do processo de concentração e centralização do capital se constituírem na parte mais rica e substantiva da investigação marxista sobre a dinâmica do sistema capitalista e suas metamorfoses.

Uma leitura cuidadosa dos *Grundrisse* e dos três volumes de *O Capital* permite compreender que o dinheiro transformado em capital – origem e finalidade da circulação e da produção capitalistas (Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro) – não só exige a submissão real da força de trabalho ao domínio das forças produtivas como também impõe aos trabalhadores (e aos proprietários do valor-capital) os ditames da acumulação de riqueza abstrata. A acumulação de mais dinheiro mediante o uso do dinheiro para capturar mais valor sob a forma monetária suscita a transfiguração das formas de expansão do valor, isto é, impõe o predomínio das formas “desenvolvidas”: o capital a juros, o dinheiro de crédito e o capital fictício. Nessas formas, o dinheiro-capital realiza o seu conceito de valor que se valoriza e tenta continuamente romper os seus próprios limites ao buscar o acrescentamento do valor sem a mediação da mercadoria força de trabalho. “D-M-D” se converte em “D-D”.

Na (re)constituição teórica do modo capitalista de produção, o dinheiro, enquanto substantivação do valor e objetivo do processo de valorização, assume a forma de dinheiro de crédito. As determinações mercantis e capitalistas do modo de pro-

dução não são distorcidas, mas, ao contrário, alcançam o ápice de seu desenvolvimento quando são introduzidos o capital a juros e o dinheiro bancário. O sistema de crédito é a forma mais adequada para cumprir as determinações do dinheiro: ele “aperfeiçoa” a execução das funções monetárias no capitalismo e constitui uma esfera de “valorização” em que o capital monetário ensaia estabelecer uma relação consigo mesmo, “D-D”. Aqui, o dinheiro realiza o seu conceito de substantivação do valor e de forma universal da riqueza. O movimento de abstração real e o fetichismo chegam ao estágio supremo. “O crédito, que também é uma forma social da riqueza, substitui o dinheiro (metálico) e usurpa o lugar que lhe correspondia. A confiança no caráter social da produção faz a forma dinheiro dos produtos algo destinado a desaparecer. [...] Ao se desenvolver o sistema de crédito, a produção capitalista tende a suprimir continuamente o limite metálico-material e fantástico da riqueza e de seu movimento – mas quebrando seguidamente sua cabeça contra ele.”

Ao concentrar capital monetário, os bancos ganharam a prerrogativa de emitir notas que abastecem a circulação monetária. Com a evolução do sistema de crédito, os passivos bancários mudam de forma: a emissão de notas é substituída por depósitos à vista que podem ser mobilizados por seus titulares como meios de pagamento. “Se B deposita no banco o dinheiro recebido de A e o banqueiro entrega esse dinheiro a C como desconto de uma letra, C faz uma compra a D e este deposita no banco, que por sua vez empresta a E, que compra de F, teremos que o ritmo (da criação monetária) como meio de circulação se opera mediante várias operações de crédito.” (*O Capital*, vol. III, p. 489).

O “salto” no potencial de acumulação promovido pelas formas financeiras engendra a criação de modalidades de negócios e de enriquecimento que pretendem se tornar independentes das leis da produção de mais-valia e das normas de reprodução e acumulação do capital produtivo. A concentração da riqueza

17 Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

za líquida nos bancos e demais instituições financeiras enseja o adiantamento de recursos livres e líquidos para sancionar a aposta do capitalista em funções que resolveu colocar o seu estoque de capital em operação, contratando trabalhadores e adquirindo meios de produção. Concomitantemente, o movimento de expansão do valor, ao ampliar as relações de débito e crédito, “cria” o circuito de negociação de valores – títulos de dívida e direitos de propriedade. A avaliação e negociação dos direitos de propriedade e de dívidas abre espaço para episódios especulativos.

Valorização fictícia

O capital a juros patrocina a valorização “fictícia” da riqueza, o que acentua e acelera as tendências da economia capitalista para deflagrar crises de superacumulação e de crédito, provocando com violência a continuidade do processo de “expropriação dos expropriadores” e de destruição de valor na esfera produtiva e financeira. A “reunião do que não deveria estar separado” impõe o “retorno” aos fundamentos, o que se efetua mediante a desvalorização dos títulos que representam direitos à apropriação da renda futura e do patrimônio: títulos de dívida e de propriedade, mercadorias não vendidas e sem valor, capacidade produtiva excedente. Nas crises, fica demonstrado que não é possível preservar o capital em funções [capital produtivo] das escaladas de valorização da riqueza capitalista na esfera financeira.

As relações entre a “economia real” e a economia monetário-financeira não são de exterioridade, mas nascem das formas necessárias assumidas pelo capital em seu movimento de expansão e transformação permanentes. Aí estão inscritas a concentração e centralização do controle do capital líquido em instituições de grande porte e cada vez mais interdependentes. O circuito “D-D” nasce das tendências centrais do regime do capital: um processo necessário e inexorável, porque a acumulação capitalista é acumulação de riqueza abstrata e, ao mesmo

tempo, um movimento de abstração real que transfigura o dinheiro, a encarnação substantivada do valor e da riqueza, nas formas “desenvolvidas” do dinheiro de crédito, do capital a juros e do capital fictício.

Do capital produtivo ao financeiro, um desenvolvimento contraditório

Não há oposição entre as formas – capital produtivo versus capital financeiro – mas um desenvolvimento contraditório. Por isso, o capital financeiro, em seu movimento de valorização, tende a arrastar o capital em funções para o frenesi especulativo, a criação contábil de capital fictício. A chamada desregulamentação financeira mostrou de forma cabal como a “natureza” intrinsecamente especulativa do capital fictício se apoderou da gestão empresarial, impondo práticas destinadas a aumentar a participação dos ativos financeiros na composição do patrimônio, inflar o valor desses ativos e conferir maior poder aos acionistas. Particularmente significativas são as implicações da “nova finança” sobre a governança corporativa. A dominância da “criação de valor” na esfera financeira expressa o poder do acionista, agora reforçado pela nova modalidade de remuneração dos administradores, efetivada mediante o exercício de opções de compra das ações da empresa.

A “geração de valor” para os acionistas acirra a concorrência entre as empresas na busca de ganhos especulativos de curto prazo, enquanto a liquidez dos mercados permite a constante reestruturação das carteiras pelos administradores dos fundos financeiros “coletivizados”. No sistema de crédito, os prestamistas finais disponibilizam – através dos bancos comerciais e demais intermediários financeiros – recursos destinados ao conjunto da classe capitalista, para um empreendimento que eles não sabem qual é. Entregam aos especialistas das finanças a administração de suas “poupanças” e dependem de seus critérios para a obtenção de rendimentos.

Exuberância financeira e crise

No último ciclo de exuberância financeira, que culminou na crise de 2008, foi ampla e irrestrita a utilização das técnicas de alavancagem com o propósito de elevar os rendimentos das carteiras em um ambiente de taxas de juros reduzidas. Isso favoreceu a concentração da massa de ativos mobiliários em um número reduzido de instituições financeiras grandes demais para falir. Os administradores dessas instituições ganharam poder na definição de estratégias de utilização das “poupanças” das famílias e dos lucros acumulados pelas empresas, assim como no direcionamento do crédito. Na esfera internacional, a abertura das contas de capital suscitou a disseminação dos regimes de taxas de câmbio flutuantes, que ampliaram o papel de “ativos financeiros” das moedas nacionais, não raro em detrimento de sua dimensão de preço relativo entre importações e exportações.

Na esteira da liberalização das contas de capital e da desregulamentação, as grandes instituições construíram uma teia de relações “internacionalizadas” de débito-crédito entre bancos de depósito, bancos de investimento e investidores institucionais. O avanço dessas inter-relações foi respaldado pela expansão do mercado interbancário global e pelo aperfeiçoamento dos sistemas de pagamentos. Os bancos de investimento e os demais bancos “sombra” aproximaram-se das funções monetárias dos bancos comerciais, abastecendo seus passivos nos “mercados atacadistas de dinheiro” (“wholesale money markets”), amparados nas aplicações de curto prazo de empresas e famílias. Não por acaso, nos anos 2000 a dívida intrafinanceira como proporção do PIB americano cresceu mais rapidamente do que o endividamento das famílias e das empresas. A “endoginização” da criação monetária mediante a expansão do crédito chegou à perfeição em suas relações com o crescimento do estoque de quase-moedas abrigado nos “money markets funds”. Esses fenômenos correspondem ao que Marx designou “controle privado da riqueza social”,

fenômeno que se realiza no movimento de expansão do sistema capitalista.

Essa socialização da riqueza significa não apenas que o crédito permite o aumento das escalas produtivas, da massa de trabalhadores reunidos sob o comando de um só capitalista. Significa mais que isso: os capitais individuais passam a ser mais interdependentes e “solidários” no sistema de crédito e, portanto, mais sujeitos a episódio de crise sistêmica. A “separação” entre o capital em funções e o capital a juros (capital-propriedade) promove a subordinação “solidária” do capital produtivo à sua forma mais “desencarnada”.

Juros e dividendos

A remuneração do capital em geral “aparece” sob a forma de juros e dividendos. Formas ‘aparenciais’ são, ao mesmo tempo, formas ilusórias, no sentido de que ocultam as conexões fundamentais desse modo de produção, mas também são formas necessárias, expressões das relações de produção “transformadas” pelo processo de abstração real. Os juros aparecem como forma de remuneração do capital “sans phrase” e sua formação nos mercados de riqueza mobiliária depende da demanda e oferta de capital-dinheiro transfigurado na forma de capital a juros, capital-propriedade. Essa é a forma mais abstrata de existência do capital, a sua forma “verdadeira”, no sentido de que é a mais desenvolvida. “É evidente que no capital a juros, o capital se completa como fonte misteriosa e autocríativa de seu próprio acrescentamento [...] é o capital par excellence.”

IHU On-Line – Durante muito tempo, falou-se da incompatibilidade entre o marxismo e o cristianismo. Mas o senhor é um marxista cristão, correto? Que chaves de leitura essas duas perspectivas são capazes de oferecer para se compreender o mundo?

Luiz Gonzaga Belluzzo – As afinidades entre marxismo e cristia-

nismo são muito mais profundas do que admitem as visões estreitas do materialismo vulgar e do fanatismo religioso. Há tempos, escrevi que, em 2013, o papa Francisco ofereceu aos católicos e cristãos a Primeira Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*¹⁸. Assim como as encíclicas *Rerum Novarum*¹⁹ de Leão XIII²⁰, *Mater et Magistra*²¹ e *Pacem in Terris*²² de João XXIII²³, a exortação apostólica de Francisco abordava as vicissitudes e alegrias da vida cristã no mundo contemporâneo.

Os olhares do nosso tempo perderam de vista a ideia de comunidade cristã, expressão tantas vezes repe-

18 **Evangelii Gaudium**: Alegria do Evangelho (em português), é a Exortação Apostólica pós-Sinodal escrita pelo papa Francisco. Foi publicada no encerramento do Ano da Fé, no dia 24 de novembro do ano de 2013. Trata-se de um documento programático do pontificado do Papa Francisco. Como a maioria das exortações apostólicas, foi escrita após uma reunião do Sínodo dos Bispos, neste caso, a XIII Assembleia Geral Ordinária sobre A Nova Evangelização para a transmissão da fé cristã. O tema principal é o anúncio missionário do Evangelho e sua relação com a alegria cristã, mas fala também sobre a paz, a homilética, a justiça social, a família, o respeito pela criação (ecologia), o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, e o papel das mulheres na Igreja. Ainda critica o consumo da sociedade capitalista, e insiste que os principais destinatários da mensagem cristã são os pobres. Acesse a íntegra do documento em português através do link <http://bit.ly/2LC-NoQ0>. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Rerum Novarum**: primeira encíclica pontifícia que aborda os problemas sociais, publicada no dia 15 de maio de 1891 pelo papa Leão XIII. O título pode ser traduzido por “Das coisas novas”. O subtítulo da encíclica é: “Sobre a condição de vida dos operários”. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Papa Leão XIII** (1810-1903): nascido Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperti-Buzzi, foi Papa de 20 de fevereiro de 1878 até a data de sua morte. Foi ordenado sacerdote da Igreja Católica em 31 de dezembro de 1837, em 18 de janeiro de 1843 foi indicado Núncio Apostólico para a Bélgica e ordenado bispo titular de Tamiathis em 19 de fevereiro de 1843. Em 27 de julho de 1846 tomou posse como Arcebispo de Perugia, Itália, e em 19 de dezembro de 1853 foi criado cardeal com o título de Cardeal-presbítero de São Crisógono. Foi eleito papa em 20 de fevereiro de 1878 e coroado em 3 de março do mesmo ano. Em 1924 seus restos mortais foram transferidos para a Basílica de São João de Latrão. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Mater et Magistra** (em português: Mãe e Mestre): é a carta encíclica do Papa João XXIII “sobre a recente evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã”. Foi publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* e no terceiro ano do pontificado de João XXIII. Esta encíclica é considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja, porque, através de uma profunda leitura dos novos “sinais dos tempos”, atualizou as orientações das encíclicas sociais anteriores (a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII), dando assim a resposta católica para os problemas temporais da época. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Pacem in terris**: Carta encíclica do Papa João XXIII a todos os homens e mulheres de boa vontade, com uma mensagem de esperança. A *Pacem in Terris* enuncia quatro critérios para uma sociedade em paz: verdade, justiça, amor e liberdade. Trata-se de quatro valores tão essenciais que constituem não somente os sinais que nos permitem reconhecer uma sociedade realizada, mas também os quatro princípios que sustentam o edifício da paz. A revista **IHU On-Line** abordou esse tema na edição número 53, datada de 31 de março de 2003, com o título *40 anos depois: Pacem in terris*. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Papa João XXIII** (1881-1963): nascido Angelo Giuseppe Roncalli. Foi Papa de 28-10-1958 até a data de sua morte. Considerado um papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, convocou o Concílio Vaticano II. Conhecido como o “Papa Bom”, João XXIII foi canonizado em 2013 pelo papa Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

tida no texto do Papa e incrustada nas origens do cristianismo. Jacques Le Goff²⁴ diz com razão que no cristianismo primitivo e no judaísmo a eternidade não irrompia no tempo (abstrato) para “vencê-lo”. A eternidade não é a “ausência do tempo”, mas a dilatação do tempo ao infinito. Depois da encarnação, o tempo adquire uma dimensão histórica. Cristo trouxe a certeza da eventualidade da salvação, mas cabe à história coletiva e individual realizar essa possibilidade oferecida aos homens pelo sacrifício da cruz e pela ressurreição. “Não nos é pedido que sejamos imaculados, mas que não cessamos de melhorar, vivamos o desejo profundo de progredir no caminho do Evangelho, e não deixemos cair os braços”.

O cristianismo – o mistério libertador da Encarnação – foi um divisor de águas na história da humanidade, um movimento revolucionário, nascido das crueldades e das sabedorias do mundo greco-romano. Em uma entrevista sobre seu filme *Satyricon*²⁵, Fellini²⁶ desvelou a alma que se escondia no rosto de seus personagens no crepúsculo do império romano. As máscaras se debatiam entre o tédio das concupiscências e as angústias da desesperança. Para o grande Federico, o filme escancarava “a nostalgia do Cristo que ainda não havia chegado”.

24 **Jacques Le Goff** (1924): medievalista francês, formado em história e membro da Escola dos Annales. Presidente, de 1972 a 1977, da VI Seção da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), foi diretor de pesquisa no grupo de antropologia histórica do Ocidente medieval dessa mesma instituição. Entre outras altas distinções, Le Goff recebeu a medalha de ouro do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), pela primeira vez atribuída a um historiador. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu sítio, publicou inúmeros textos sobre o autor. Entre eles *As convicções europeias do historiador Jacques Le Goff*, disponível em <http://bit.ly/2Oss39R>; e “Os dois Franciscos: A última entrevista de Jacques Le Goff”, disponível em <http://bit.ly/2mS1le5>. Leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias (Nota da **IHU On-Line**)

25 **Satyricon**: é um filme italiano de 1969 dirigido por Federico Fellini, baseado no livro homônimo escrito pelo autor romano Petronônio no século I. É uma livre adaptação com pitadas surrealistas e um tom lísergico e psicodélico bem à época em que o filme foi produzido; tem uma construção truncada, uma vez que a peça da qual foi inspirada foi descoberta em fragmentos, o que lhe rende uma atmosfera onírica, como de um sonho descontínuo. (Nota da **IHU On-Line**)

26 **Federico Fellini** (1920-1993): um dos mais importantes cineastas italianos. Ficou eternizado pela poesia de seus filmes, que, mesmo quando faziam sérias críticas à sociedade, não deixavam a magia do cinema desaparecer. Geralmente fazia críticas ao totalitarismo, marxismo e à Igreja. Uma de suas obras mais conhecidas é *La dolce vita*. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **A economia se descolou da vida das pessoas. Uma análise do documento 'Oeconomicae et pecuniariae quaestiones'**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 25-5-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KGe3a9> .

- **"O ajuste, da maneira que foi feito no Brasil, é totalmente equivocado, pois produziu um desajuste"**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 13-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2tXkRc8> .

- **Polanyi e o pensamento econômico do Papa Francisco**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 10-12-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2MLLpVA> .

- **A pulsão de vida do capitalismo é sua pulsão de morte: a acumulação**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 29-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2MFrwiU> .

- **A oligarquia financeira e midiática e o furto da democracia**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 22-3-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2lPr4TT> .

- **O Brasil está caindo para a série C do campeonato mundial e estamos adstritos a fórmulas ultrapassadas**. Entrevista especial com Luiz Gonzaga Belluzzo, publicada nas Notícias do Dia de 19-10-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2lQ7D6C> .



NOTÍCIAS DO DIA

Acompanhe notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU.**



ihu.unisinos.br/noticias/noticias-do-dia



O pensamento de Marx não se limita a uma visão de mundo

Michael Heinrich compreende as concepções do pensador como algo em processo, que não fornece respostas prontas, mas que inspira a construir caminhos para compreender a realidade

João Vitor Santos | Tradução: Luiz Sander

Karl Marx produzia ciência, que como tal se constitui numa obra predisposta à crítica. É assim que o cientista político Michael Heinrich define a essência do trabalho daquele que é tido como ícone da economia política do século XIX. Para ele, é um erro tomar suas produções de forma estanque. “O maior problema com muitos ‘marxismos’ é que eles transformaram o pensamento de Marx em uma espécie de visão de mundo, uma espécie de sistema fechado, que reivindicava dar respostas a todas as questões possíveis”, aponta. “Em Marx só encontramos o início da resposta, e há muito trabalho a ser feito ainda”, completa, identificando aí a maior potência, aquilo que faz sua obra tão atual.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor destaca que somente nas últimas décadas tem sido possível fazer a crítica que Marx esperava acerca de seu trabalho, graças ao acesso aos escritos originais. Enquanto isso, interpretações equivocadas e ortodoxas nos seus conceitos reduziam a potência da obra. Um exemplo desses equívocos é tomar *O Manifesto comunista* como *O Capital* em forma compacta. “Ele é um documento histórico e, neste sentido, é estritamente impossível atualizá-lo. Deveríamos pensar sobre um *Manifesto* inteiramente novo, que esteja baseado nas percepções de *O Capital*, mas que também reflita os des-

dobramentos do final do século XIX e do século XX”, provoca.

Com relação ao estado de crises no Brasil, Heinrich reflete como, a partir de Marx, pode-se conceber uma reinvenção política. Para o professor, a esquerda não se deu conta do perigo que pode ser perder mais espaços a partir das eleições de 2018, já que muitos consideram mais estratégico gestar uma ofensiva que viria só em 2022. “Temo que a direita vá cuidar para que a esquerda não tenha uma segunda oportunidade em cinco anos. Pode ser que vocês tenham de esperar 25 ou 30 anos pela próxima oportunidade”, analisa.

Michael Heinrich é cientista político alemão, professor de Economia na University of Applied Sciences, em Berlim. Ainda é editor do PROKLA, revista de ciência social crítica, colaborador na MEGA-2 (Marx-Engels-Gesamtausgabe), instituição detentora e curadora dos manuscritos de Karl Marx e Friedrich Engels. Produziu vários estudos sobre *O Capital*, de Marx, sendo um dos seus livros mais famosos *Kritik der politischen Ökonomie: eine einföhrung* (Schmetterling Verlag GmbH, 2018), em tradução livre, “Crítica da economia política: uma introdução”. Aqui no Brasil, lançou em 2018, pela Editora Boitempo, *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: Biografia e desenvolvimento de sua obra*.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que Marx se revela a partir de sua pesquisa para elaboração da biografia? Como esses novos estudos atualizam a leitura e o pensamento de Marx?

Michael Heinrich – Há uma tradição segundo a qual marxistas apresentaram um Marx que, como pessoa, é quase perfeito e cujas teorias são completas e resolvem todos

os nossos problemas. Por outro lado, antimarxistas apresentam Marx como uma pessoa com grandes debilidades pessoais e cujas teorias são incompletas, equivocadas ou limita-

das ao século XIX, com o resultado de que Marx não tem muita relevância para a atualidade. As biografias recentes de Marx escritas por Jonathan Sperber¹ e Gareth Stedman Jones² apontam nessa direção. Ao contrário dessas obras unilaterais, tento apresentar Marx como uma pessoa com todos os seus atributos positivos e negativos (que ele tinha como qualquer outro ser humano), mas verifico escrupulosamente o que de fato sabemos. Muitos biógrafos apresentam suposições como se fossem fatos. Em contraposição a isso, eu admito que, em uma série de casos, nós simplesmente não sabemos.

Além disso, apresento a obra de Marx como uma sequência de projetos planejados, aos quais ele deu início; entretanto, não conseguiu concluir nenhum de seus grandes projetos. Ele tinha de interromper, começava de novo com um marco teórico um tanto diferente, e mais uma vez tinha de parar, às vezes por causa de pressões externas, por causa de conflitos em que estava envolvido, às vezes por causa de problemas teóricos que tornavam necessários novos estudos. O Marx que apresento será muito menos completo, muito menos “pronto”; não obstante, ele logrou grandes realizações na compreensão do capitalismo moderno que são de enorme relevância para os dias de hoje. Entretanto, o estudo da obra de Marx fica um pouco mais complicado quando se seguem as concepções que apresento.

IHU On-Line – Como compreender os contextos social e intelectual em que Marx é formado? E como esses contextos se

1 **Jonathan Sperber** (1952): professor americano na Universidade do Missouri, nos Estados Unidos. Escreveu vários livros sobre a história política, social e religiosa da Europa do século XIX. Seu livro de 2013, *Karl Marx: Uma Vida do Século XIX* (São Paulo: Manole, 2014), foi criticamente bem revisado, o que o New York Times descreveu como uma “biografia absorvente e meticulosamente pesquisada”. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Gareth Stedman Jones** (1942): acadêmico e historiador britânico, professor no Queen Mary, Universidade de Londres. A publicação a que o entrevistado se refere é *Karl Marx. Grandeza e Ilusão* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017). Em 2018, revisando a evolução intelectual de Stedman Jones na obra, o historiador Terence Renaud a descreveu como uma “jornada da Nova Esquerda, através do estruturalismo francês, para uma prática contextualista da história intelectual que deixa o marxismo para trás”. (Nota da **IHU On-Line**)

revelam em sua obra?

Michael Heinrich – O primeiro volume de minha biografia começa com um capítulo extenso sobre a juventude de Marx em Trier³. Procuo dar uma impressão das experiências sociais que ele poderia ter tido em Trier (80% da população era pobre, e um Estado bastante opressor reprimia tendências liberais na sociedade) e faço um relato das primeiras influências intelectuais que recebeu em Trier e, mais tarde, na Universidade de Berlim.

Essas influências foram importantes. Por exemplo: o fato de ele ter estudado Direito se torna visível em uma série de matérias posteriores que escreveu para jornais. Entretanto, essas influências iniciais de Trier e Berlim não fizeram dele um comunista. Quando Marx começou a editar o “Jornal Renano” [*Rheinische Zeitung*, no original em alemão] em 1842, ele era um burguês radical, mas de modo algum um comunista. Para entender Marx melhor, temos de acompanhar mais de perto o desenvolvimento de suas concepções e as formas pelas quais suas obras já estavam mudando naqueles anos iniciais.

IHU On-Line – Quais as principais marcas e legados do “jovem Marx”?

Michael Heinrich – Acho que devemos ter muita cautela com periodizações do tipo “jovem Marx” e “Marx maduro”. Eu sustento que não há períodos fixos da vida como o “jovem”, “o adulto” ou “o velho”. Essas coisas não passam de construções dos biógrafos. Também no tocante ao desenvolvimento da obra de Marx, nego tanto a tese que propõe uma continuidade (que há um desenvolvimento contínuo sem rupturas incisivas) quanto a tese da ruptura (que há uma ruptura incisiva entre a obra do “jovem Marx” e do “Marx maduro”). Claro que houve rupturas, mas elas aconteceram em épocas diferentes e em campos de pes-

quisa diferentes, e não é possível construir “a ruptura” [no singular] a partir de todas essas rupturas bastante diferentes. Neste sentido, não há apenas um único jovem Marx, mas vários, com diferentes temas e realizações na filosofia, política e economia.

IHU On-Line – Em que medida podemos afirmar que Marx é fundamental para compreender o surgimento da sociedade moderna?

Michael Heinrich – Autores como Sperber ou Stedman Jones sustentam que Marx está fixado ao século XIX, mas não perguntam qual foi o caráter desse século, ao menos na Europa ocidental. No século XIX, o capitalismo industrial moderno e formas políticas modernas baseadas no parlamentarismo, nos partidos políticos de massas e os primeiros meios de comunicação de massa (jornais diários) surgiram na Europa ocidental e se disseminaram a partir de lá. Marx foi uma testemunha desses processos, um investigador e, em certos anos, também um ativista político militante. Ele analisou como um sistema econômico baseado na troca de equivalentes se baseia na exploração e, ao mesmo tempo, a reproduz, mas não em decorrência de um domínio pessoal, e sim de um domínio impessoal.

Além disso, mostrou como um sistema político que respeita seus cidadãos como juridicamente livres e iguais estabeleceu, ainda assim, um sistema de domínio estrutural de classe – não violando suas próprias regras, mas cumprindo-as. Intitulei minha biografia “Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna” justamente porque podemos aprender muito de Marx sobre as estruturas ainda persistentes da sociedade moderna.

IHU On-Line – No que consiste a gênese do conceito de socialismo para Marx? Esse conceito ainda dá conta de explicar o socialismo de hoje?

Michael Heinrich – Na obra de Marx, o conceito de socialismo/co-

3 Cidade histórica da Alemanha e também a mais antiga, localizada no estado da Renânia-Palatinado. (Nota da **IHU On-Line**)



munismo também mudou. Contudo, ele nunca se reduziu à abolição da propriedade privada dos meios de produção e à instalação de um planejamento central. O que se chamava “socialismo” no século XX tinha bastante menos em comum com o socialismo na acepção de Marx. Em minha opinião, a questão básica para o pensamento de Marx sobre o socialismo é a liberdade e a possibilidade do desenvolvimento do indivíduo, e não do indivíduo como abstração, e sim de cada indivíduo concreto, como diz o “Manifesto Comunista” na famosa afirmação de que o desenvolvimento de cada indivíduo é a condição para o desenvolvimento de todos.

Os pensadores burgueses acreditavam que se alcança a emancipação com a abolição das regulamentações feudais, com mercados livres e eleições livres. Entretanto, Marx percebe muito claramente que sob essas condições as pessoas não controlam realmente as estruturas econômicas e políticas de sua vida. Marx exige uma forma mais completa de emancipação, onde as pessoas realmente controlem as estruturas sociais que produzem. Essa questão de como podemos controlar e regulamentar os processos sociais e econômicos produzidos por nós mesmos ainda é atual. Em Marx só encontramos o início da resposta, e há muito trabalho a ser feito ainda.

IHU On-Line – Quais os limites que o marxismo acabou impondo ao pensamento do próprio Marx, inebriando um sentido mais amplo de sua obra?

Michael Heinrich – Acho que temos de distinguir entre o marxismo (como a soma das contribuições inspiradas pela obra de Marx e Engels⁴) e o pensamento de Marx (e Engels). Isso não implica jogar fora todas as ideias “marxistas”, mas significa, em primeiro lugar, aceitar a

diferença (por exemplo, em toda a obra de Marx e Engels não se encontra um termo como “materialismo dialético”), e então podemos avaliar.

O que talvez tenha sido o maior problema com muitos “marxismos” é que eles transformaram o pensamento de Marx em uma espécie de visão de mundo, uma espécie de sistema fechado, que reivindicava dar respostas a todas as questões possíveis. O próprio Marx não só formulou a famosa frase “Je ne suis pas marxiste”, mas também mostrou sua própria distância para com um “sistema socialista”. Quando o economista alemão Adolph Wagner⁵ escreveu que a teoria do valor de Marx é a pedra angular de seu “sistema socialista”, Marx observou que ele jamais formulou um “sistema socialista” (*Notas sobre Wagner*). A obra de Marx constitui principalmente uma análise científica; não obstante, essa obra tem um objetivo estritamente político. Contudo, esse objetivo não implica a violação de quaisquer padrões científicos.

IHU On-Line – Marx escreve, ainda em 1867, que toda crítica científica é bem-vinda. O que propunha com essa provocação? E em que medida essa crítica estimulada vem sendo feita?

Michael Heinrich – Essa afirmação do prefácio de *O Capital* não é, absolutamente, uma provocação, e sim a consequência do que eu disse antes. Se *O Capital* é uma obra de ciência, ela deve estar aberta à crítica científica assim como qualquer outra obra de ciência, e, como em outros casos, muito provavelmente o crítico encontrará alguns argumentos que não podem ser mantidos, e eles têm de ser corrigidos e ajustados. Só se pode ficar surpreso com essa afirmação de Marx se se concebe *O Capital* como uma espécie de percepção definitiva. A tragédia foi que uma discussão realmente científica de *O*

Capital só começou no século XX, décadas após a morte de Marx.

Marx publicou *O Capital* em alemão e argumentou no mais elevado nível que a ciência econômica tinha alcançado e – como anunciava o subtítulo de *O Capital* – criticou a ciência econômica nesse nível elevado. Na Alemanha, a ciência econômica não era muito bem desenvolvida nessa época. Os economistas alemães não entenderam o que Marx estava realmente fazendo em “O Capital”, e suas resenhas do livro (quando faziam alguma, o que era bastante raro) eram bastante estúpidas.

Na Inglaterra, a situação era um tanto melhor e a discussão econômica se dava em um nível mais alto, mas eles não liam alemão. Quando *O Capital* foi finalmente traduzido para o inglês (após a morte de Marx), o discurso econômico tinha mudado consideravelmente por causa da chamada revolução marginalista. Os marginalistas identificavam as teorias de Marx com o objeto de sua crítica, a economia política clássica. Por conseguinte, também na Inglaterra, *O Capital* de Marx não encontrou realmente o tratamento científico que merece.

Foi só durante as últimas cinco ou seis décadas que uma discussão realmente científica de “O Capital” teve início. E agora temos a MEGA, *Marx-Engels-Gesamtausgabe*⁶ [Edição completa das obras de Marx e Engels], que pela primeira vez apresenta realmente todos os manuscritos de “O Capital”. Além disso, ela apresenta esses manuscritos pela primeira vez em sua forma original (os vols. 2 e 3 de “O Capital” foram fortemente editados por Engels para tornar o texto mais legível). Pela primeira vez, podemos realmente ler o que o próprio Marx escreveu. Além disso, teve início a publicação dos cadernos de anotações de Marx (seu laboratório intelectual). Em minha opinião, a verdadeira discussão científica de *O Capital* das obras originais de Marx apenas só começou há pouco.

⁴ Friedrich Engels (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Adolph Wagner (1835-1917): foi um economista e político alemão, influente socialista de cátedra, estudioso das finanças públicas e defensor do agrarismo. Leva o seu nome a Lei de Wagner, que sugere que o estado de bem-estar social evoluiu do capitalismo de livre mercado. (Nota da IHU On-Line)

⁶ Há uma edição original em alemão de 2012, editada em Berlim pela Walter de Gruyter (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – O *Manifesto Comunista*⁷ completa 170 anos em 2018. Qual a atualidade dessa obra e em que medida, a partir da própria lógica metodológica de Marx, podemos pensar numa atualização da obra?

Michael Heinrich – O *Manifesto Comunista* é um documento histórico. Ele mostra o que era possível articular em meados do século XIX e é, além disso, um documento do desenvolvimento intelectual de Marx. É formulado com base no conhecimento econômico e político bastante limitado que Marx tinha nos anos de 1840, e também é bastante eurocêntrico. Não deveríamos nos esquecer de que o próprio Marx escreveu, no prefácio de 1859, que, após chegar a Londres, ele começou seus estudos de economia a partir do início, e esses estudos mudaram suas concepções em grau considerável. O mesmo se aplica à sua análise do Estado.

O *Manifesto Comunista* foi escrito antes da revolução de 1848⁸. O transcurso (e a derrota) dessa revolução, os desdobramentos diferentes ocorridos na Alemanha e na França, a ascensão de Luís Bonaparte⁹, tudo isso mudou grande parte da concepção de Marx sobre as classes e o Estado. E foi só no fi-

nal dos anos 1860 e durante a década de 1870 que Marx realmente se livrou de seu eurocentrismo.

É um erro considerar o *Manifesto Comunista* uma espécie de versão breve de *O Capital*. Ele é um documento histórico e, neste sentido, é estritamente impossível atualizá-lo. Deveríamos pensar sobre um Manifesto inteiramente novo, que esteja baseado nas percepções de *O Capital* de Marx, mas que também reflita os desdobramentos do final do século XIX e do século XX: o colonialismo e as lutas anticoloniais, a ascensão e derrota da União Soviética, a ascensão do fascismo, o Holocausto, as duas guerras mundiais, que levaram o sentido da guerra a uma nova dimensão, a ascensão e o declínio do Estado de bem-estar social, fome e pobreza extrema em partes do Sul Global, revoluções tecnológicas e crise ecológica – e esta é apenas uma lista incompleta das questões relevantes.

IHU On-Line – No mundo todo, e especialmente no Brasil, fala-se em crise da esquerda. Em que medida uma outra leitura de Marx pode inspirar a superação desse estado de crises? E que leitura seria essa?

Michael Heinrich – Em certo sentido, sempre há uma espécie de crise da esquerda. A esquerda nunca está em uma situação satisfatória, e sempre haverá controvérsias profundas sobre questões fundamentais. Essas crises da esquerda são formas pelas quais ela pode aprender. Entretanto, além de tais crises também há situações em que a esquerda pode falhar totalmente. Na história, temos, por um lado, tendências prolongadas de desenvolvimento socioeconômico e, por outro, situações singulares de crise política (muitas vezes acompanhada por uma crise ou um declínio na economia). Marx analisou tanto as tendências quanto os momentos singulares. Em raros momentos em meio a uma situação singular assim pode surgir uma oportunidade revo-

lucionária, como, por exemplo, na Europa em 1848, e a esquerda deixou de aproveitar essa oportunidade.

Com muito mais frequência, essas crises políticas propiciaram uma oportunidade para uma “contrarrevolução” reacionária, o que torna necessário que a esquerda responda de maneira unificada para proteger o que já foi alcançado. Deixar de dar essa resposta pode ter consequências de longo alcance.

Brasil

No tocante à situação do Brasil, tenho a impressão de que há exatamente uma situação assim após os golpes contra Dilma Rousseff e Lula. Impedir uma vitória da direita nas eleições presidenciais vindouras não é apenas um objetivo limitado no curto prazo. Uma vitória da direita provavelmente mudaria a situação fundamentalmente. Entretanto, tenho a impressão de que uma série de grupos e partidos de esquerda não estão enxergando o grande perigo.

Talvez eles estejam pensando assim: tudo bem que um candidato de direita ganhe a eleição presidencial, e então a política econômica será horrível, mas daqui a cinco anos teremos a próxima eleição e então a situação será melhor para a esquerda e especialmente para nosso grupo ou partido. Essa consideração poderia ser um grande erro: se a direita ganhar, podemos supor que ela vá mudar o marco institucional e jurídico. No momento, isso está acontecendo na Polônia e na Hungria. Contudo, nesses países essas mudanças institucionais são, de alguma forma, limitadas pelas regras da União Europeia, mas não está claro, em absoluto, se isso será suficiente. No Brasil, não há nem mesmo essas pequenas limitações, e temo que a direita vá cuidar para que a esquerda não tenha uma segunda oportunidade em cinco anos. Pode ser que vocês tenham de esperar 25 ou 30 anos pela próxima oportunidade. ■

7 Marx, Karl. *Manifesto do Partido Comunista* (tradução: Sergio Tellaroli). São Paulo: Penguin Companhia, 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Revoluções de 1848** (ou Primavera dos povos): é a série de revoluções na Europa Central e Oriental que eclodiram em função de regimes governamentais autoritários, de crises econômicas, do aumento da condição financeira e da falta de representação política das classes médias e do nacionalismo despertado nas minorias da Europa central e oriental, que abalaram as monarquias da Europa, onde tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. Este conjunto de revoluções, de caráter nacionalista, liberal, socialista e democrático, foi iniciado por uma crise econômica na França, e foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa, embora em menos de um ano, forças reacionárias tenham retomado o controle e as revoluções em cada nação tenham sido dissipadas. Ao direcionar seu governo para interesses da Burguesia, Luís Felipe despertou a oposição da população mais pobre, dos republicanos e também dos socialistas, grupo que se fortalecia cada vez mais na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Napoleão III**: (1808-1873): também chamado Luís Bonaparte, nasceu Charles-Louis Napoléon Bonaparte. Foi o 1º Presidente da Segunda República Francesa e, depois, Imperador dos Franceses do Segundo Império Francês. Era sobrinho e herdeiro de Napoleão Bonaparte. Foi o primeiro presidente francês eleito por voto direto. Entretanto, foi impedido de concorrer a um segundo mandato pela constituição e parlamento, organizando um golpe em 1851 e assumindo o trono como imperador no final do ano seguinte. (Nota da **IHU On-Line**)



“Marxismo só tem sentido como um pensamento aberto”

Para Michael Löwy, a ortodoxia na interpretação dos escritos do filósofo limita a compreensão dos problemas atuais e reduz a potência de seu pensamento

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

Quando Karl Marx reflete acerca de assuntos econômicos, políticos e sociais, está imerso no espírito de seu tempo, o século XIX. Claro, é notória sua contribuição para compreender essa sociedade em transformação. “As tentativas de ‘superá-lo’ só levam a regressões: ao positivismo, ao liberalismo do século XIX, à economia política burguesa etc.”, destaca o professor Michael Löwy. Entretanto, para Löwy, leituras mais duras dos escritos limitam as possibilidades de manter o marxismo atual. “Graças aos trabalhos de John Bellamy Foster, Paul Burkett, Ian Angus e Kohei Saito, descobriu-se toda uma dimensão ecológica da obra de Marx, que havia sido totalmente ignorada pelas leituras da esquerda tradicional”, exemplifica.

É por isso que Löwy, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, vai formular que “o marxismo só tem sentido como um pensamento aberto, em constante evolução, buscando dar conta dos novos problemas e das novas perspectivas para a revolução”. Embora as sociedades capitalistas do século XIX e do século XXI sejam distintas em fun-

ção das transformações, considera que ambas mantêm o funcionamento segundo a lógica do capital estudado por Marx. O que não quer dizer que para compreender uma basta olhar a outra. “O marxismo não se limita a Marx. Não se pode ignorar a riqueza do marxismo do século XX, em toda sua diversidade e suas contradições”, completa.

Michael Löwy é brasileiro, radicado na França. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, possui doutorado na Sorbonne. Em Paris, trabalha como diretor de pesquisas no Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS; também já dirigiu um seminário na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Entre suas publicações, destacamos *Centelhas - marxismo e revolução no século XXI*, escrito com Daniel Bensaïd (São Paulo: Boitempo, 2014), *Afinidades revolucionárias* (São Paulo: Unesp, 2016), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (São Paulo: Boitempo, 2014) e *O que é o cristianismo da Libertação* (São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2017).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A face mais conhecida da produção teórica de Marx é a política e a econômica. Que outras dimensões da vida e da sociedade Marx discutiu em seus textos? Qual a atualidade de seu pensamento?

Michael Löwy – A obra de Marx inclui dimensões culturais – seu interesse pela literatura francesa e inglesa é notório – antropológicas, por

exemplo, em seus *Cadernos Etnológicos*, filosóficas (no conjunto de seus escritos de juventude, mas também na parte metodológica do *Capital*), historiográficas, religiosas (não só na crítica ao “ópio do povo”) etc. Era um autêntico espírito universal.

A atualidade de seu pensamento é imensa: como dizia Sartre¹, ele é o

¹ Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista

horizonte intelectual de nossa época. As tentativas de “superá-lo” só levam a regressões: ao positivismo,

francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A náusea* (1938), e seu principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu ensaio *O existencialismo é um humanismo* como a doutrina na qual, para o homem, “a existência precede a essência”. Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *Saint Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da **IHU On-Line**).

ao liberalismo do século XIX, à economia política burguesa etc. Os dois aspectos decisivos desta atualidade são: 1) a análise científica do funcionamento do capitalismo e sua crítica feroz, como sistema intrinsecamente perverso, baseado na violência, na opressão e na exploração da maioria da população; 2) a proposta de uma alternativa radical ao capitalismo, uma sociedade sem classes e sem opressão, igualitária, libertária e democrática: *o comunismo*.

IHU On-Line – Marx era um crítico contumaz da religião, que para ele era uma forma de opressão e alienação. Contudo, o que está no centro da crítica à religião feita por Marx?

Michael Löwy – Muitos identificam a análise da religião de Marx com a fórmula “a religião é o ópio do povo” (*Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*, 1844). Esta fórmula não tem nada de propriamente marxista: a encontramos em Heine², em Moses Hess³ e vários outros contemporâneos de Marx. Ela é mais bem neo-hegeliana, idealista, definindo a religião como uma essência filosófica intemporal. O estudo marxista, materialista histórico da religião começa com a *Ideologia alemã* (1846) que analisa a religião como uma das formas da ideologia, a ser interpretada do ponto de vista da luta de classes, em cada momento histórico concreto.

Na verdade, Marx não se interessou muito pela religião, foi Engels⁴ que dedicou vários trabalhos a essa

temática. O mais importante é *A guerra dos camponeses* (1850), que analisa os conflitos religiosos na Alemanha do século XVI do ponto de vista da luta de classes. Engels se interessa em especial pela figura do anabatista Thomas Münzer⁵, teólogo revolucionário e inspirador da luta emancipadora dos camponeses.

IHU On-Line – Qual foi a apropriação, a leitura, de Marx durante a Revolução Russa? E agora, um século depois desse episódio, como podemos reler a Revolução a partir das inúmeras recepções que foram surgindo ao pensamento marxiano?

Michael Löwy – É impossível resumir um século de história do marxismo em dois parágrafos... Os revolucionários russos tiveram a inteligência de reler Marx do ponto de vista de uma revolução socialista num país da periferia do sistema capitalista, rompendo assim com o pretensão marxismo ortodoxo da Segunda Internacional. Esta perspectiva já havia sido proposta por Trotsky⁶ em 1906, com sua teoria da “revolução permanente”. O problema é que os bolcheviques se afastaram do programa democrático e libertário do comunismo de Marx,

para defender, a qualquer preço, o poder revolucionário do Partido.

Esta crítica foi feita já em 1918 por Rosa Luxemburgo⁷, em seu panfleto sobre a Revolução Russa: ao mesmo tempo em que faz o elogio dos bolcheviques, de Lenin⁸ e de Trotsky, critica seu autoritarismo e sua visão pouco democrática do poder.

IHU On-Line – Passados pouco mais de 150 anos da publicação de *O Capital*, estamos diante de uma sociedade que hegemonicamente se relaciona com o capitalismo como uma espécie de religião. Até que ponto o marxismo é a outra face dessa mesma “moda messiânica” e até que ponto ele apresenta alternativas novas?

Michael Löwy – A crítica do capitalismo como religião já se encontra nos anos 1920 em escritos de Ernst Bloch⁹ e Walter Benjamin¹⁰. A Te-

7 **Rosa Luxemburgo** (1870-1919): filósofa marxista e revolucionária polonesa. Participou na fundação do grupo de tendência marxista que viria a tornar-se, mais tarde, o Partido Comunista Alemão. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Lenin [Vladimir Ilyich Ulyanov]** (1870-1924): revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Ernst Bloch** (1885-1977) foi um dos principais filósofos marxistas alemães do século XX. Escreveu durante sua vida sobre os mais diversos assuntos, mas especialmente sobre utopia, pelo qual hoje é conhecido. Exerceu uma influência difusa em diferentes ambientes intelectuais: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, os teólogos Jürgen Moltmann, Johann Metz e Gustavo Gutiérrez (e com ele a Teologia da Libertação), o movimento ecologista na Alemanha, Herbert Marcuse, Fredric Jameson, Hans Heinz Holz, dentre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Bertolt Brecht, como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses*, de Charles Baudelaire, e *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constituiu um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas, estão *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de história* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora a **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Thomas Muentzer** (ou Müntzer, Münzer), (1489-1525): sacerdote do início da Reforma Protestante. Foi ordenado padre em 1513, tendo sido feito padre de São Miguel em Braunschweig, em maio de 1514. Juntou-se à Reforma de Martinho Lutero, tendo-se tornado pastor em Zwickau, em 1520, por recomendação de Lutero. Lutero, no entanto, não foi tão longe como Muentzer, que cortou relações em 1521 por divergências quanto ao batismo de crianças, entre outros assuntos, tendo fundado a sua própria seita religiosa. Por esta razão, Muentzer é considerado um dos fundadores do Movimento Anabatista. No entanto, é questionável se ele próprio alguma vez foi “rebatizado”. Foi expulso de Zwickau pelas autoridades em 1521. Em 1522, envolveu-se numa disputa com Lutero. Em 1523, casou-se com uma antiga freira e tornou-se o pastor de Allstadt, onde pregou até 1524, ano em que se tornou um dos líderes das revoltas que ficaram conhecidas como a Guerra dos Camponeses. Em 1515, ele liderou um grupo de cerca de 8000 camponeses na Batalha de Frankenhausen, convencido que Deus iria intervir do seu lado. Muentzer foi capturado e aprisionado. Sob tortura ele abjurou o protestantismo para não ser queimado, sendo decapitado em 27 de maio de 1525. O livro mencionado pelo entrevistado é *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Leon Davidovich Trotsky** (1870-1940): revolucionário bolchevista e intelectual marxista, político influente na União Soviética. Com Joseph Stalin, na União Soviética dos anos 1920, foi expulso do Partido Comunista e deportado da União Soviética. Foi assassinado no México por um agente soviético a mando de Stalin. Frida Kahlo e Diego Rivera hospedaram Trotsky em sua estadia no México. As ideias de Trotsky constituem a base da teoria comunista do trotskismo. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Heinrich Heine [Christian Johann Heinrich Heine]** (1797-1856): poeta romântico alemão, conhecido como “o último dos românticos”. Boa parte de sua poesia lírica, especialmente a sua obra de juventude, foi musicada por vários compositores notáveis como Robert Schumann, Franz Schubert, Felix Mendelssohn, Brahms, Hugo Wolf, Richard Wagner e, já no século XX, por Hans Werner Henze e Lord Berners. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Moses Hess** (1812-1875): foi um precursor do que mais tarde se chamaria sionismo trabalhista ou socialista. Suas obras mais importantes são *História Sagrada da Humanidade por um discípulo de Espinoza* (1837), *Tratarquia europeia* (1841), *Roma e Jerusalém* (1862) e *Consequences of a Revolution of the Proletariat* (1847). Mudou seu nome para Moritz Hess, tendo mais tarde o revertido para Moses. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Friedrich Engels** (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

ologia da Libertação¹¹ (Assmann¹², Hinkelammert¹³, Jon Sobrino¹⁴)

11 **Teologia da Libertação**: escola teológica desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Surge na América Latina, a partir da opção pelos pobres, e se espalha por todo o mundo. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos primeiros que propõe esta teologia. A teologia da libertação tem um impacto decisivo em muitos países do mundo. Sobre o tema confira a edição 214 da **IHU On-Line**, de 2-4-2007, intitulada *Teologia da libertação*, disponível para download em <http://bit.ly/bsMG96>. Leia, também, a edição 404 da revista **IHU On-Line**, de 5-10-2012, intitulada *Congresso Continental de Teologia. Concílio Vaticano II e Teologia da Libertação em debate*, disponível em <http://bit.ly/SSYVTO>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Hugo Assmann** (1933-2008): foi teólogo católico brasileiro que desenvolveu importante obra após o Concílio Vaticano II. É considerado um dos pioneiros da Teologia da Libertação no Brasil. Até 1994, Assmann foi predominantemente um teólogo, mas a partir de então, passaram a predominar em suas publicações textos sobre os paradigmas educacionais e a questão da corporeidade. A partir de 1997, suas pesquisas se direcionaram prioritariamente para questões educacionais no interior da Sociedade do Conhecimento, em 2005, encerrou suas atividades no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). Nos últimos dez anos de sua produção científica, Assmann foi influenciado pela teoria da complexidade elaborada por Edgar Morin. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Franz Hinkelammert** (1931): economista, influenciado pelo marxista luterano Helmut Gollwitzer, obteve doutorado em Economia pela Universidade Livre de Berlim. Entre 1963 e 1973, foi professor da Universidade Católica do Chile e integrante do CEREN. Entre 1973 e 1976, foi professor da Universidade Livre de Berlim. Entre 1978 e 1982, foi diretor do curso de Pós-Graduação em Política Econômica da Universidade Autônoma de Honduras e professor e investigador do Conselho Superior Universitário Centroamericano (CSUCA). Foi fundador, diretor e docente do Departamento Ecológico de Investigações (DEI), em San José (Costa Rica). Como economista, tinha especial interesse pela ideologia da economia. Começou a se interessar por sociologia por meio da leitura de textos de Max Weber e de Karl Marx, e por teologia, por meio da leitura de textos de Helmut Gollwitzer. Em 1963, Hinkelammert chegou ao Chile, convidado pela Fundação Adenauer. Na época, era ligada à democracia cristã, que contava com correntes reformistas no Chile. Ministrou cursos sobre utopia, projetos de transformação, teorias de desenvolvimento, teoria da dependência e outros temas afins na universidade e em movimentos sociais. Nesse processo rompeu com a democracia cristã e com a Fundação Adenauer. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Jon Sobrino** (1938): teólogo espanhol, jesuíta, que em 27-12-1938 entrou para a Companhia de Jesus e em 1956 foi ordenado sacerdote em 1969. Desde 1957, pertence à Província da América Central, residindo habitualmente na cidade de San Salvador, em El Salvador, país da América Central, que ele adotou como sua pátria. Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de St. Louis (Estados Unidos), em 1963, Jon Sobrino obteve o master em Engenharia na mesma Universidade. Sua formação teológica ocorreu no contexto do espírito do Concílio Vaticano II, a realização e aplicação do Vaticano II e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, em Medellín, em 1968. Doutorou-se em Teologia em 1975, na Hochschule Sankt Georgen de Frankfurt (Alemanha). É doutor honoris causa pela Universidade de Lovain, na Bélgica (1989), e pela Universidade de Santa Clara, na Califórnia (1989). Atualmente, divide seu tempo entre as atividades de professor de Teologia da Universidade Centroamericana, de responsável pelo Centro de Pastoral Dom Oscar Romero, de diretor da Revista Latinoamericana de Teologia e do Informativo "Cartas a las Iglesias", além de ser membro do comitê editorial da Revista Internacional de Teologia Conciliar. A respeito de Sobrino, confira a ampla repercussão dada pelo site do IHU em suas Notícias do Dia, bem como o artigo *A hermenêutica da ressurreição em Jon Sobrino*, publicada na editoria Teologia Pública, escrita pela teóloga uruguaia Ana Formoso na edição 213 da **IHU On-Line**, de 28-3-2007, disponível para download em <http://migre.me/UHJB>. A **IHU On-Line** também produziu uma edição especial, intitulada *Teologia da Libertação*, no dia 2-4-2007. A edição 214 está disponível em <http://migre.me/UHKA>. Sobre a censura do Vaticano a Sobrino, confira: *Teólogos espanhóis criticam a condenação de Jon Sobrino*, disponível em <http://migre.me/UHKE>; *Jon Sobrino, com o tempo, será reabilitado*, afirma Ernesto Cavassa, disponível em <http://migre.me/UHL3>; *Notificação a Jon Sobrino. Teólogos apelam por reforma da Congregação para a Doutrina da Fé*, disponível em <http://migre.me/UHLK>; *O caso Jon Sobrino como sintoma. Um artigo de Andrés Torres Queiruga*, disponível em [desenvolveu brilhantes análises da idolatria do mercado no capitalismo, articulando a crítica dos profetas bíblicos ao culto dos ídolos com a teoria marxista do fetichismo da mercadoria.](http://migre.</p>
</div>
<div data-bbox=)

O marxismo nada tem a ver com esta "moeda", que não é messiânica, mas sim um imenso ritual ao redor do Bezerro de Ouro¹⁵. Será o marxismo uma teoria messiânica? Nos escritos de Walter Benjamin se propõe uma leitura do materialismo histórico em perspectiva messiânica.

IHU On-Line – Quais os limites e as possibilidades de compreensão do pensamento de Marx nas sociedades contemporâneas que parecem ser mais complexas e difíceis de compreender que as primitivas sociedades industriais do século XIX?

Michael Löwy – Obviamente as sociedades capitalistas contemporâneas são muito diferentes das do século XIX, mas ainda funcionam segundo a lógica implacável do capital estudada por Marx: a acumulação do capital e a extração do lucro como critério único e exclusivo da atividade econômica. Mas, sem dúvidas, são necessárias novas análises para dar conta das características específicas do capitalismo atual. Felizmente existem muitos trabalhos de autores marxistas modernos, que desenvolvem análises inovadoras neste terreno, desde Ernest Mandel¹⁶ até David Harvey¹⁷, István Mészáros¹⁸ ou

me/UHLN. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Bezerro de ouro**: é o ídolo que, de acordo com a tradição judaico-cristã, foi criado por Arão quando Moisés havia subido o monte Sinai para receber os mandamentos de Deus. O povo de Israel então forçara Arão a criar um ídolo que os reconduzisse ao Egito onde haviam sido escravos. Este incidente é conhecido em hebraico como Khet ha'Egel (כֶּתֶהָאֵגֶל) ou O pecado do bezerro e é descrito na Bíblia, no livro de Shemot (Êxodo 32:1-8). (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Ernest Ezra Mandel** (1923-1995): foi um economista e político belga, considerado um dos mais importantes dirigentes trotskistas da segunda metade do século XX. Além disso, foi significativa a sua contribuição teórica ao Marxismo antilainista. Como economista, especializou-se no estudo das crises cíclicas. Também era conhecido como Ernest Germain, Pierre Goussset, Henri Vallin, Walter etc. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **David Harvey** (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University de New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **István Mészáros** (1930-2017): foi um filósofo húngaro

Immanuel Wallerstein¹⁹ – sem falar dos inúmeros estudiosos latino-americanos e brasileiros.

IHU On-Line – Como os novos estudos sobre Marx revelam um autor muito mais heterodoxo do que sugere a leitura ortodoxa, via de regra de esquerda, de seus escritos?

Michael Löwy – Graças aos trabalhos de John Bellamy Foster²⁰, Paul Burkett²¹, Ian Angus²² e Kohei Saito, descobriu-se toda uma dimensão ecológica da obra de Marx, que havia sido totalmente ignorada pelas leituras da esquerda tradicional. Os escritos pioneiros de Teodor Shanin²³ sobre Marx e a Rússia abriram novas perspectivas, e o mesmo vale para Kevin Anderson²⁴ em seu brilhante livro sobre Marx e os povos não europeus. São apenas alguns

e está entre os mais importantes intelectuais marxistas da atualidade. Professor emérito da Universidade de Sussex, na Inglaterra, onde ensinou filosofia por quinze anos, anteriormente foi também professor de Filosofia e Ciências Sociais na Universidade de York, durante quatro anos. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Immanuel Wallerstein** (1930): sociólogo estadunidense, mais conhecido pela sua contribuição fundadora para a teoria do sistema-mundo. Seus comentários bimensais sobre questões globais são distribuídos pela Agence Global para publicações como *Le Monde diplomatique* e *The Nation*. No Brasil, seus artigos são publicados na revista Fórum e na revista virtual Outras Palavras. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **John Bellamy Foster** (1953): é professor de sociologia na Universidade de Oregon e também editor da *Monthly Review*. Escreve sobre economia política do capitalismo e crise econômica, ecologia e crise ecológica e teoria marxista. Ele deu inúmeras entrevistas e palestras, bem como fez comentários escritos, artigos e livros sobre o assunto. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Paul Burkett**: professor de economia na Indiana State University e autor de *Marx and Nature. A red and green perspective* (Marx e a natureza: uma perspectiva vermelha e verde). New York: St. Martin's Press, 1999. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Ian Angus** (1945): é um ativista ecossocialista canadense. Angus ingressou no Novo Partido Democrático (NDP) em 1962 e depois nos Young Socialists (YS) em Ottawa em 1964. Ele atuou no YS e na Liga pela Ação Socialista na década de 1970. Angus participou da formação da Liga Operária Revolucionária do partido trotskista canadense (RWL; fusão da LSA com o Grupo Marxista Revolucionário e Groupe Marxiste Revolutionnaire) em 1977. Ele deixou a RWL em 1980 e foi um escritor marxista independente. (Nota da **IHU On-Line**)

23 **Teodor Shanin** (1930): sociólogo britânico que foi durante muitos anos professor de sociologia na Universidade de Manchester. Acreditava-se que ele seja pioneiro no estudo do campesinato russo no Ocidente. Após o colapso da União Soviética, Shanin mudou-se para a Rússia onde, com financiamento do Open Society Institute, Fundação Ford e outros, fundou a Escola de Moscou para as Ciências Sociais e Econômicas em 1995. Shanin é Presidente da Escola de Moscou, professor emérito da Universidade de Manchester e membro honorário da Academia Russa de Ciências Agrárias. (Nota da **IHU On-Line**)

24 **Kevin B. Anderson** (1948): sociólogo da Califórnia e humanista marxista. Ele é professor de Sociologia, Ciência Política e Estudos Feministas na Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara. Ele foi professor de Sociologia na Universidade do Norte de Illinois, DeKalb e professor de Ciência Política, Sociologia e Estudos da Mulher na Universidade de Purdue. (Nota da **IHU On-Line**)

exemplos de muitas leituras “heterodoxas” de Marx.

“O marxismo não se limita a Marx. Não se pode ignorar a riqueza do marxismo do século XX”

IHU On-Line – O livro de Marcello Musto *O velho Marx: uma biografia de seus últimos anos (1881-1893)*²⁵ joga luz sobre um período da vida de Marx menos conhecido. O que essas novas informações revelam sobre ele? Ele chegou a repensar seus próprios conceitos e idiossincrasias?

Michael Löwy – Marcello Musto é o primeiro a analisar com profundidade o “Último Marx” (1881-1883),

25 São Paulo: Boitempo, 2018. (Nota da **IHU On-Line**)

descobrendo as fascinantes pistas que abriu, nestes derradeiros anos, o grande adversário do capitalismo.

O quadro que vão desenhando estes escritos – certo, inacabados, e não sistemáticos – é de um Marx extraordinariamente “heterodoxo”, isto é, pouco conforme com o marxismo pseudo-ortodoxo – por exemplo estalinista – que tanto estrago fez no curso do século XX. Um Marx que critica impiedosamente o economicismo, a ideologia do progresso linear, o evolucionismo, o fatalismo histórico, o determinismo mecânico. O exemplo mais impressionante desta reflexão são os últimos escritos sobre a Rússia, examinando a possibilidade para este país de escapar dos horrores do capitalismo. A morte interrompeu um extraordinário processo de reelaboração, de reformulação, de reinvenção do materialismo histórico e da teoria da revolução.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Michael Löwy – A obra de Marx é indispensável para pensar o mundo de hoje e buscar sua transformação. Mas o marxismo não se limita a Marx. Não se pode ignorar a riqueza

do marxismo do século XX, em toda sua diversidade e suas contradições: Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Gramsci²⁶, José Carlos Mariategui²⁷, Georg Lukács²⁸, Ernst Bloch, Walter Benjamin e tantos outros que contribuíram para entender os fenômenos do século XX: imperialismo, fascismo, estalinismo...

Na verdade, o marxismo só tem sentido como um pensamento aberto, em constante evolução, buscando dar conta dos novos problemas e das novas perspectivas para a revolução. ■

26 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

27 **José Carlos Mariategui La Chira** (1894-1930): jornalista, literato, político, pensador e ensaísta peruano. É considerado um dos grandes teóricos do marxismo na América Latina. Sua obra mais conhecida é *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, convertida em consulta obrigatória para os socialistas latino-americanos. (Nota da **IHU On-Line**)

28 **György Lukács** ou Georg Lukács (1885-1971) foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Immanuel Kant, depois o encontro com Friedrich Engels e finalmente, a adesão ao marxismo. Seu nome completo era Georg Bernhard Lukács von Szegeidin em alemão ou Szegeidi Lukács György Bernát em húngaro. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **Revolução ecossocialista e o desafio de não ceder à resignação.** Entrevista com Michael Löwy, publicada na revista IHU On-Line número 513, de 16-10-2017, disponível em <http://bit.ly/2luqGdA>.

- **Michael Löwy: O golpe de Estado de 2016 no Brasil.** Artigo de Michael Löwy, reproduzido nas Notícias do Dia de 18-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2ttGbpv>.

- **A verdadeira Igreja dos pobres.** Artigo de Michael Löwy, reproduzido nas Notícias do Dia de 1-4-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KbaUih>.

5º Ciclo de Estudos

A reinvenção da política no Brasil contemporâneo

Limites e perspectivas

8 de novembro de 2018

ihu.unisinos.br



O marxismo continua atual para crítica do capitalismo e denúncia das desigualdades

José Eustáquio Diniz Alves ressalva, no entanto, que marxismo já nasceu desatualizado no que se refere à relação entre a humanidade e a natureza

Ricardo Machado | Edição: Vitor Necchi

A teoria marxista se sustenta em três linhas do pensamento moderno, surgidos a partir da Revolução Industrial e Energética: economia política inglesa, filosofia alemã e socialismo francês. “De uma forma ou de outra (mas não sem questionamentos), estes três pilares continuam vivos e vão permanecer como referência para a crítica social enquanto houver relações capitalistas de produção”, avalia José Eustáquio Diniz Alves. “Porém, fundamentando toda sua análise na teoria do valor, Marx não conseguiu resolver as incongruências quantitativas entre a magnitude do valor e o preço das mercadorias.” Sendo assim, “uma hipótese fundamental do marxismo que não se confirmou foi a ‘queda tendencial da taxa de lucro’, o que seria um ponto-chave, pois teria como resultado a ‘crise final do capitalismo’”, explica em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Ao refletir sobre o legado teórico de Marx, Alves reconhece que ele nem chegou perto do “sonho de uma sociedade sem exploração e sem dominação, uma sociedade verdadeiramente comunista”. Ao citar o lema “de cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades”, afirma que “esta bela utopia [...] parece estar mais distante da materialização do que a possibilidade de o ser humano ultrapassar os limites da Via Láctea”.

Para discutir marxismo, Alves também trata do capitalismo. Para ele, “a filosofia marxista continua atual, espe-

cialmente no que diz respeito à crítica ao funcionamento do sistema capitalista e à denúncia das desigualdades sociais da sociedade urbano-industrial”. No entanto, ressalva “que o marxismo já nasceu desatualizado no que se refere à relação entre a humanidade e a natureza”.

Sobre um dos debates contemporâneos, acerca da renda básica universal, Alves considera que, “se bem implementada, pode ser um importante mecanismo de transferência de renda, de compensação das falhas do mercado, de combate à pobreza, de melhoria da distribuição de renda e de fortalecimento da cidadania”. No entanto, chama de ideia romântica a aposta de que ela possa salvar o capitalismo. “Acreditar na possibilidade de os capitalistas taxarem os futuros onipresentes e oniscientes robôs e distribuírem uma renda básica universal para que a população desocupada tenha recursos para comprar os seus próprios produtos é uma ideia surreal.”

José Eustáquio Diniz Alves é doutor em Demografia, mestre em Economia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto de 1987 a 2002. É pesquisador titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ence/IBGE.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual a atualidade de Karl Marx em termos filosóficos? Que intuições se confirmaram e quais nunca foram sequer sombras da realidade?

José Eustáquio Diniz Alves – A teoria marxista foi tecida a partir de três linhas do pensamento moderno, que surgiram a partir do início da Revolução Industrial e Energética, entre o último quartel do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX: a economia política inglesa (teoria do valor-trabalho), a filosofia alemã (materialismo histórico-dialético) e o socialismo francês (fim da propriedade privada e da “escravidão assalariada”). De uma forma ou de outra (mas não sem questionamentos), estes três pilares continuam vivos e vão permanecer como referência para a crítica social enquanto houver relações capitalistas de produção.

Porém, fundamentando toda sua análise na teoria do valor, Marx não conseguiu resolver as incongruências quantitativas entre a magnitude do valor e o preço das mercadorias. Assim, um dos problemas não adequadamente equacionados do marxismo é o da “transformação do valor em preço”. Desta forma, uma hipótese fundamental do marxismo que não se confirmou foi a “queda tendencial da taxa de lucro”, o que seria um ponto-chave, pois teria como resultado a “crise final do capitalismo”.

Mas apostar no determinismo do colapso capitalista em função de suas “contradições internas” é como apostar contra o cassino, acreditando na incompetência do crupiê. Com mostrou Geoff Mulgan¹, autor do livro *The locust and the bee* (o gafanhoto e a abelha), o capitalismo é

essencialmente um sistema em movimento, no qual tendências fortemente predatórias (o gafanhoto) se articulam com forças construtivas (a abelha) para formar um amálgama cuja marca é a transformação. Para Mulgan, Marx errou ao subestimar a capacidade do capitalismo de responder e se adaptar às ameaças e pressões políticas. Ou como diria Joseph Schumpeter², o capitalismo é um sistema dinâmico, que funciona em ciclos de “destruição criativa” e que se desenvolve impulsionado pela liderança do empresário inovador.

Completando a resposta, o que nem sequer chegou perto da realidade foi o sonho de uma sociedade sem exploração e sem dominação, uma sociedade verdadeiramente comunista, funcionando à base do lema: “De cada um conforme suas capacidades, a cada um conforme suas necessidades”. Esta bela utopia, que também era compartilhada pelos anarquistas, parece estar mais distante da materialização do que a possibilidade de o ser humano ultrapassar os limites da Via Láctea.

IHU On-Line – É possível pensar a produção teórica de Marx dentro das sociedades contemporâneas cada vez mais imersas na Revolução 4.0?

José Eustáquio Diniz Alves – A teoria do valor-trabalho é uma referência indispensável para a análise do capitalismo, qualquer que seja a fase do desenvolvimento das forças produtivas. Mas nos últimos 200 anos, desde o nascimento de Marx, o conflito capital versus trabalho se complexificou e não gerou uma polaridade entre uma maioria esmagadora de operários empobrecidos e uma reduzida minoria de capitalistas escandalosamente enriquecidos. Marx e Engels³, de certa forma,

deixando implícita a ideia de um empobrecimento absoluto da classe trabalhadora, disseram no Manifesto Comunista: “Os proletários nada têm a perder, a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar”.

Contudo, houve conquistas além dos grilhões e, na realidade, a extrema pobreza foi reduzida. Segundo os dados do site “Our World in Data”, um projeto da Universidade de Oxford com dados disponíveis gratuitamente na internet, a população mundial, que era de 1,08 bilhão de habitantes em 1820, tinha 1,02 bilhão vivendo na extrema pobreza (representando 94% da população total) e 60,6 milhões vivendo acima da linha da extrema pobreza (representando 6% do total). Em 2015, a população mundial chegou a 7,35 bilhões de habitantes, com 6,6 bilhões (89,8%) acima da linha da extrema pobreza e 705,6 milhões de pessoas (10,2%) vivendo na extrema pobreza. Em resumo, a extrema pobreza caiu de 94% do total populacional, em 1820, para 10% em 2015. A significativa redução da extrema pobreza global foi acompanhada pela melhoria dos indicadores demográficos. A mortalidade na infância (0 a 5 anos) atingia 43,3% das crianças em 1800 (56,7% sobreviviam após os 5 anos) e caiu para 4,2% em 2015 (com 95,8% das crianças sobrevivendo após os 5 anos). A esperança de vida ao nascer da população mundial, que estava abaixo de 30 anos no século XIX, chegou a 71,4 anos em 2015.

Todos estes avanços socioeconômicos só foram possíveis porque houve progresso das forças produtivas, avanços científicos e tecnológicos de grande monta, uma ampla diversificação da estrutura produtiva, o surgimento de um bônus demográfico e uma enorme disponibilidade de energia fóssil a preços baixos. Embora as relações capitalistas de produção sejam hegemônicas, o modo de produção capitalista não funciona no vácuo, pois está inserido em formações sociais concretas. Isto quer dizer que as relações capitalistas de produção, mesmo sendo dominan-

¹ **Geoff Mulgan** (1961): diretor executivo do Fundo Nacional para a Ciência, Tecnologia e Artes (em inglês, National Endowment for Science Technology and the Arts - NESTA), instituição de caridade independente que trabalha para aumentar a capacidade de inovação do Reino Unido. Também é professor visitante da University College London, da London School of Economics e da University of Melbourne. Entre os livros que escreveu, estão *Communication and Control: Networks and the New Economies of Communication* (1991), *Politics in an Anti-Political Age* (1994), *Connexity* (1997), *Good and Bad Power: the Ideals and Betrayals of Government* (2006), *The Art of Public Strategy* (2009) e *The Locust and the Bee* (2013). (Nota da **IHU On-Line**)

² **Joseph Schumpeter** (1883-1950): economista austríaco, entusiasta da integração da Sociologia como uma forma de entendimento de suas teorias econômicas. Seu pensamento esteve em debate no I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promovido pelo IHU em 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Friedrich Engels** (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda

análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

tes, não abarcam todas as formas de se produzir bens e serviços em uma sociedade. Desta forma, nem todos os trabalhadores fazem parte da classe operária (“classe em si”). E, mesmo entre os operários, não é fácil alcançar, na prática, uma consciência de classe (“classe para si”). Em geral, há mais divergências do que convergências unindo os interesses dos diversos trabalhadores de uma estrutura produtiva global tão heterogênea e desigual.

IHU On-Line – Como todas as transformações tecnológicas da contemporaneidade reconfiguram o conceito de valor de Marx?

José Eustáquio Diniz Alves – A Revolução 4.0 tende a diversificar ainda mais a estrutura produtiva, rompendo de vez com o rígido arcabouço fordista de uma produção padronizada e de massa. A atual revolução científica e tecnológica difere das três anteriores na profundidade e na velocidade das transformações, com grande impacto no mundo do trabalho. Não se trata mais de lidar com o “gorila domesticado” de Henry Ford⁴, ou com a recomposição da linha de montagem do Toyotismo, que busca capturar o pensamento do operário incorporando suas iniciativas afetivo-intelectuais aos objetivos da produção de bens e serviços. Os trabalhos que vão surgir serão necessariamente diferentes dos atuais, não havendo garantias que serão suficientes para compensar os postos que vão desaparecer, e dificilmente as organizações sindicais atuais dos trabalhadores conseguirão se manter na nova configuração produtiva, tanto quanto os chamados “direitos adquiridos”. Haverá uma produção

⁴ **Henry Ford** (1863-1947): empreendedor estadunidense, fundador da Ford Motor Company e o primeiro empresário a aplicar a montagem em série, de forma a produzir em massa automóveis em menos tempo e a um menor custo. A introdução de seu modelo Ford T revolucionou os transportes e a indústria norte-americanos. Ford foi um inventor prolífico e registrou 161 patentes nos Estados Unidos. Como único dono da Ford Company, se tornou um dos homens mais ricos e conhecidos do mundo. A ele é atribuído o “fordismo”, isto é, a produção em grande quantidade de automóveis a baixo custo por meio da utilização do artifício conhecido como “linha de montagem”, o qual tinha condições de fabricar um carro a cada 98 minutos, além dos altos salários oferecidos a seus operários – notavelmente o valor de 5 dólares por dia, adotado em 1914. (Nota da IHU On-Line)

mais maleável, descentralizada e com flexibilização do processo de trabalho, tanto temporal quanto físico, além da tendência à “individualização” (a “pejotização” é apenas um aspecto) e do enfraquecimento do trabalho material, aglomerado e coletivo. A teoria do valor continuará válida sempre, mas a possibilidade de formação de uma “classe em si” será cada vez menos provável, e o surgimento de uma “classe para si” será um fenômeno quase inimaginável.

IHU On-Line – Dentro da Teoria do Valor, os robôs estão do lado do trabalho ou do capital? Por quê?

José Eustáquio Diniz Alves – Por mais que os robôs possam ser parecidos com os seres humanos, eles entram no processo produtivo do lado do capital e não do trabalho. Isto acontece porque, no regime capitalista, o processo produtivo é composto por dois elementos fundamentais: trabalho e capital, sendo que o primeiro é dividido em duas partes: o trabalho pago (salários) e o trabalho não pago ou mais-valia (trabalho excedente). A lógica dos patrões, para maximizar o lucro capitalista, é aumentar a parte referente ao trabalho não pago (mais-valia) e reduzir a parte do trabalho pago. Como nenhum indivíduo consegue trabalhar 24 horas e 7 dias por semana, existe um limite material à exploração da mais-valia absoluta. Porém, a mais-valia relativa não depende da superexploração física das horas de trabalho e sim da produtividade do trabalho, isto é, do aumento do produto por hora trabalhada. Por conta disto, desde o início da luta entre o capital e o trabalho, o capitalista buscou substituir o trabalhador por máquinas, para criar uma superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) e para aumentar a mais-valia relativa, via aumento da composição orgânica do capital. Os robôs simplesmente exponenciam esta lógica, aumentando a produtividade, desempoderando o trabalhador e aumentando a apropriação capitalista do excedente (mais-valia relativa).

IHU On-Line – Como os robôs reorganizam a noção de mais-valia à medida que, diferente dos humanos, não necessitam de horas de descanso e tampouco exigem reajustes no pagamento das horas de trabalho?

José Eustáquio Diniz Alves – Não há novidade neste aspecto. Os robôs são máquinas. As máquinas nunca necessitaram descanso e pagamento pelas horas trabalhadas, apenas manutenção e reposição. Elas fazem parte do capital fixo. O que a robótica da Revolução 4.0 traz de novo é o casamento das máquinas com a Inteligência Artificial e a Internet das Coisas. Isto permite não só substituir aquele operário representado por Charles Chaplin⁵ em *Tempos modernos*, mas possibilita também uma enorme reorganização da produção e um exponencial aumento da produtividade.

IHU On-Line – O desenvolvimento tecnológico, especialmente a automação e robotização industrial, que retira postos de trabalhos humanos não gera um tipo de produção entrópica? Se não há renda do trabalho para os humanos, como haverá consumidores?

José Eustáquio Diniz Alves – A insuficiência de renda e o subconsumo são componentes inerentes da dinâmica capitalista. As crises de superprodução do capitalismo são recorrentes, e as crises de realização sempre acontecem no processo de reprodução ampliada do capital. As crises são momentos de ajuste de contas e de distribuição dos prejuízos. O *boom* econômico é momento de aumento de salário e distribuição

⁵ **Charles Chaplin** (1889-1977): ator, diretor, produtor, humorista, empresário, escritor, comediante, dançarino, roteirista e músico britânico. Um dos principais atores da era do cinema mudo, notabilizado pelo uso de mímica e da comédia pastelão. Bastante conhecido pelos seus filmes *O Imigrante*, *O Garoto*, *Em Busca do Ouro*, *O Circo*, *Luizes da Cidade*, *Tempos Modernos*, *O Grande Ditador*, *Luizes da Ribalta*, *Um Rei em Nova York* e *A Condessa de Hong Kong*. Considerado por alguns críticos o maior artista cinematográfico de todos os tempos e um dos pais do cinema, junto com os Irmãos Lumière, Georges Méliès e D.W. Griffith. Sua carreira no ramo do entretenimento durou mais de 75 anos, desde suas primeiras atuações quando ainda era criança nos teatros do Reino Unido, durante a Era Vitoriana, quase até sua morte aos 88 anos de idade. (Nota da IHU On-Line)

de lucros. As recessões, como etapas do ciclo econômico, são partes do movimento e da disputa entre as forças predatórias (“gafanhotos”) e as forças construtivas (“abelhas”). Ainda não há elementos para dizer com certeza se a Revolução 4.0 vai criar uma crise permanente de subconsumo, pois a geração de emprego e renda depende da propensão marginal a investir e da demanda agregada, vetores que são influenciados pela política macroeconômica, primordialmente, pelos níveis das taxas de juros e de câmbio. Se os instrumentos da política econômica forem bem administrados e não houver ruptura entre poupança e investimento, poderia valer o estabelecido na chamada Lei de Jean-Baptiste Say⁶: “a oferta cria sua própria demanda”.

A 4ª Revolução Industrial não vai acabar necessariamente com os empregos e o ganha-pão dos trabalhadores. O trabalho é a galinha dos ovos de ouro do capitalismo. Atualmente, os três países com maior uso de robôs em relação à força de trabalho manufatureira são Coreia do Sul, Cingapura e Japão, todos três com baixas taxas de desemprego. A China tinha uma população em idade ativa (15-64 anos) de 1 bilhão de pessoas em 2015, que deve cair para 814 milhões em 2050 e para 555 milhões em 2100. Ou seja, a força de trabalho chinesa vai se reduzir quase pela metade ao longo do século XXI, e o uso de robôs não roubará empregos, mas, provavelmente, substituirá os trabalhadores que vão “desaparecer” em função da queda da fecundidade, especialmente depois da implementação da política de filho único. Já o Brasil de 2018, que está completamente atrasado no avanço da Revolução 4.0, tem uma taxa de desemprego aberto em torno de 13% e uma taxa de subutilização da força de trabalho próxima de 25%. O desemprego no Brasil nada tem a ver com tecnologia, e o desenvolvimento tecnológico da Coreia do Sul não tem gerado desemprego em larga escala.

⁶ Jean-Baptiste Say (1767-1832): economista francês que formulou uma lei econômica, a Lei de Say, que se manteve como princípio fundamental da economia ortodoxa até a grande depressão de 1930. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Nesse sentido, a necessidade daquilo que chamaríamos hoje de renda básica universal não seria a próxima etapa para “salvar” o capitalismo, afinal sem consumidores não há onde escoar a produção, cada vez mais intensiva?

José Eustáquio Diniz Alves – A renda básica universal, se bem implementada, pode ser um importante mecanismo de transferência de renda, de compensação das falhas do mercado, de combate à pobreza, de melhoria da distribuição de renda e de fortalecimento da cidadania. Mas achar que a renda básica universal possa salvar o capitalismo é uma ideia romântica. Acreditar na possibilidade de os capitalistas taxarem os futuros onipresentes e oniscientes robôs e distribuírem uma renda básica universal para que a população desocupada tenha recursos para comprar os seus próprios produtos é uma ideia surreal. Ainda mais bizarro é sonhar com a possibilidade de os robôs com inteligência artificial fazerem todo o trabalho de dominação e exploração da natureza e, obediência, produzirem bens e serviços capazes de sustentar uma humanidade ociosa que, preguiçosamente, possa viver no conforto, no lazer e no desfrute eterno de um crescente consumo conspícuo e antiecológico.

Quando Thomas Paine⁷, em 1795, no livro *Agrarian justice*, propôs a

⁷ Thomas Paine (1737-1809): político britânico, além de panfletário, revolucionário, inventor, intelectual e um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos da América. Viveu na Inglaterra até os 37 anos, quando imigrou para as colônias britânicas na América, em tempo de participar da Revolução Americana. Suas principais contribuições foram os amplamente lidos *Common Sense* (1776), advogando a independência colonial americana do Reino da Grã-Bretanha, e *The American Crisis* (1776-1783), uma série de panfletos revolucionários. Paine também influenciou bastante a Revolução Francesa. Escreveu *Rights of Man* (1791), um guia das ideias iluministas. Mesmo não falando francês, foi eleito para a Convenção Nacional Francesa em 1792. Em dezembro de 1793, foi aprisionado em Paris, sendo solto em 1794. Tornou-se notório por *The Age of Reason* (1793-94). Na França, também escreveu o panfleto *Agrarian Justice* (1797), discutindo as origens da propriedade, e introduziu o conceito de renda mínima. Ele também defendeu a posse de arma por parte dos cidadãos. Paine permaneceu na França durante o início da Era Napoleônica, mas condenava a ditadura de Napoleão, chamando-o de “o mais completo charlatão que já existiu”. A convite do presidente Thomas Jefferson, em 1802 retornou aos Estados Unidos. Foi enterrado onde hoje é chamado Thomas Paine Cottage, em New Rochelle, NY, onde viveu depois de retornar aos EUA. Seus restos mortais foram desenterrados por um admirador, William Cobbett, que procurava retorná-los para o Reino Unido e dar a ele um novo enterro solene em sua terra natal. Os ossos, entretanto, foram perdidos e sua localização atual é desconhecida. (Nota da **IHU On-Line**)

criação de um fundo de cidadania, que seria financiado pela taxação da renda da terra, para apoiar os idosos e fornecer uma renda aos jovens para que eles pudessem, autonomamente, se estabelecer na economia, não estava pensando em eliminar a força de trabalho e nem visava a subsidiar o consumo. A proposta do fundo de cidadania do grande revolucionário britânico, que foi pessoa-chave na Independência dos Estados Unidos e no desenrolar da Revolução Francesa, está mais próxima das atuais políticas de proteção social na área de previdência e de geração de renda para os jovens e não da atual concepção da renda básica universal.

Não dá para ignorar que os robôs, com ou sem inteligência artificial, estão do lado do capital, na equação da teoria do valor, e são utilizados no processo produtivo para aumentar a mais-valia relativa. Taxar os robôs para financiar uma renda básica universal é o mesmo que taxar o capital para “expropriar os expropriadores” da mais-valia. A taxação é uma luta que ocorre dentro do conflito distributivo inerente à disputa capital-trabalho. Ao longo da história do capitalismo urbano-industrial, os trabalhadores e os cidadãos, especialmente aqueles com poder de voto na democracia liberal-burguesa, conseguiram arrancar alguns recursos da mais-valia, que seriam apropriados pelos capitalistas, para financiar os direitos de cidadania nas áreas de saúde, educação, infraestrutura etc. Isso foi possível na medida em que houve uma sinergia entre os trabalhadores mais saudáveis e mais qualificados e o aumento da produtividade do trabalho, que incrementou os excedentes da produção. Este é o pacto que tem viabilizado a sobrevivência do capitalismo. Todos ganham (uns mais do que os outros) com o avanço da produtividade e da acumulação de capital. Os trabalhadores, os cidadãos e os capitalistas ficam mais ricos. Somente perdem os ecossistemas. A humanidade progride, enquanto o meio ambiente regride, pois a natureza não tem direitos intrínsecos e os direitos humanos são totalmente

antropocêntricos. No modelo hegemônico atual, a renda básica universal aumentaria o enriquecimento da humanidade às custas do empobrecimento do meio ambiente.

IHU On-Line – É possível fazer um paralelo entre a renda básica universal e o comunismo, que, segundo Marx, seria o destino final do capitalismo?

José Eustáquio Diniz Alves – Para Marx, o capitalismo seria destruído pelas suas próprias contradições internas e, via luta de classes, seria substituído pelo socialismo, entendido como uma organização social classista, mas com o proletariado no comando (ditadura do proletariado). Como, em tese, no socialismo teórico, os interesses do proletariado coincidiriam com os interesses da humanidade, o fim da dominação e da exploração de classe levaria a uma convivência social sem a apropriação privada dos meios de produção, livre da “escravidão assalariada” e livre do Estado repressor. Sem os elementos centrais da dominação burguesa, o caminho estaria aberto para o desabrochamento da utopia comunista. Pelos princípios do materialismo histórico, o socialismo, liderado pelo proletariado, seria o sucessor do capitalismo, e o comunismo, o sucessor do socialismo, configurando a etapa mais avançada possível do progresso humano.

O comunismo não seria uma sociedade sem trabalho; ao contrário, todas as pessoas teriam trabalho, mas não o trabalho alienado e gerenciado pelas relações sociais de produção, de dominação e de exploração do capital. Na visão marxista, a força de trabalho do comunismo teria o poder de gerar um sistema cornucopian, capaz de criar uma abundância fáustica ilimitada, pois o progresso das forças produtivas não encontraria barreiras para se desenvolver e satisfazer todas as demandas da população (“a cada um conforme suas necessidades”). Portanto, no comunismo não haveria necessidade de uma renda básica universal, mesmo porque não haveria mais capital (e

nem mais-valia) para ser taxado e redistribuído.

IHU On-Line – É possível produzir riqueza sem o trabalho humano?

José Eustáquio Diniz Alves – Depende do conceito de riqueza. Em geral, os dicionários definem riqueza como “abundância na posse de bens materiais, tais como dinheiro e propriedades”. Este tipo de riqueza só surge por meio do trabalho humano. É possível obter “valor de uso” sem trabalho humano, mas não “valor de troca”. A riqueza capitalista é fruto do suor do trabalhador, apropriado pelos proprietários dos meios de produção. Além de gerar riqueza, o trabalho faz parte da essência humana, como explica Engels no texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*.

Mas há também, desde antes do surgimento do *Homo sapiens*, uma incomensurável riqueza que é oferecida gratuitamente pela natureza e que não requer interferência das atividades antrópicas. Refiro-me à riqueza que brota da interação espontânea dos ecossistemas. Por exemplo, o ar que respiramos é a riqueza mais essencial para a vida (ninguém sobrevive alguns minutos sem oxigênio) e, no entanto, ele não tem valor de troca, pois o ato de respirar é gratuito e não requer trabalho humano.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

José Eustáquio Diniz Alves – Voltando à pergunta inicial, reafirmo que a filosofia marxista continua atual, especialmente no que diz respeito à crítica ao funcionamento do sistema capitalista e à denúncia das desigualdades sociais da sociedade urbano-industrial. Mas, completando o raciocínio, é preciso lembrar que o marxismo já nasceu desatualizado no que se refere à relação entre a humanidade e a natureza. O modelo marxista, ao dar ênfase ao conflito capital versus trabalho, deixou em segundo plano o conflito entre as

demandas do ser humano e os direitos da natureza. Evidentemente, Marx escreveu sobre a degradação do meio ambiente em várias ocasiões. Todavia, secundarizou o conflito ecológico, considerando que, no comunismo, não haveria grandes contradições entre homem-natureza-demaís espécies. Marx ignorou contribuições ambientais pioneiras de autores como Alexander Von Humboldt⁸ (1769-1859), Henry David Thoreau⁹ (1817-1862) e John Stuart Mill¹⁰ (1806-1873), pesquisadores que escreveram obras essenciais, antes mesmo de o jovem Marx publicar o *Manifesto Comunista*. A história do marxismo relegou a segundo plano a contradição entre o “capital antrópico” (salários + lucros) e o “capital natural”, fato que as tendências mais antenadas do ecossocialismo tentam corrigir, ao reconhecerem que a depleção da natureza está se convertendo cada vez mais em um elemento desestabilizador da acumulação de capital.

Talvez o maior desafio da contemporaneidade seja levantar evidências de que o capitalismo acabe sendo destruído não por suas contradições internas, mas pelo seu sucesso, já que a enorme produção de bens e serviços e a vitória da incessante acumulação de capital gera uma aceleração tão grande das atividades antrópicas que o modelo “extraí-produz-descarta” entra em contradição direta com a realidade física do fluxo metabólico entrópico da natureza. A produção em massa de mercadorias realizada pelo modo de produção capitalista e pelas formações sociais subordinadas ao capitalismo fizeram a humanidade ultrapassar a capacidade de car-

⁸ **Alexander von Humboldt** [Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt] (1769-1859): naturalista e explorador alemão. Atuou também como etnógrafo, antropólogo, físico, geógrafo, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista, tendo lançado as bases de ciências como Geografia, Geologia, Climatologia e Oceanografia. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Henry David Thoreau** (1817-1862): autor norte-americano, poeta, naturalista, ativista anti-impuestos, crítico da ideia de desenvolvimento, pesquisador, historiador, filósofo e transcendentalista. Ele é mais conhecido por seu livro *Walden*, uma reflexão sobre a vida simples cercada pela natureza, e por seu ensaio *Desobediência Civil*, uma defesa da desobediência civil individual como forma de oposição legítima frente a um estado injusto. A edição número 509 da **IHU On-Line** tem a obra do filósofo como tema de capa. Acesso em <http://bit.ly/2il54rV>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **John Stuart Mill** (1806-1873): filósofo e economista inglês. Um dos pensadores liberais mais influentes do século XIX, defensor do utilitarismo. (Nota da **IHU On-Line**)

ga do Planeta, sendo que a Pegada Ecológica global está 70% acima da Biocapacidade global. Além disso, segundo o Stockholm Resilience Centre, quatro das nove fronteiras planetárias foram ultrapassadas, sendo que, duas delas, a mudança climática e a integridade da biosfera, são o que os cientistas chamam de limites fundamentais e têm o potencial de levar a civilização ao colapso.

A 4ª Revolução Industrial pode ser a festa de despedida do capitalismo, na medida em que gere uma explosão do consumo que seja ao mesmo tempo uma implosão ecológica e o rastilho de pólvora para o aumento da entropia e para o irreversível desequilíbrio homeostático do planeta. A 6ª extinção em massa da vida na Terra colocaria fim não somente à biodiversidade, mas também encerraria o conflito capital-trabalho, seja

no âmbito do capitalismo ou do socialismo. Não daria sequer para voltar à barbárie. Devido à globalização e à universalização da engrenagem insana que move o atual modo de produção e consumo – responsável pela “grande aceleração” do Antropoceno –, um possível colapso do capitalismo não deixaria alternativas ou rotas de fuga, pois significaria, também, um colapso ambiental e civilizacional global. ■

Leia mais

- **A ascensão da China, a disputa pela Eurásia e a Armadilha de Tucídides.** Entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves, publicada nas Notícias do Dia de 21-06-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2NWiCto>.

- **“A Inteligência Artificial pode se transformar em um monstro incontrolável”.** Entrevista especial com José Eustáquio Alves, publicada nas Notícias do Dia de 28-09-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2Ot2tS8>.

- **“As perspectivas para o século XXI são de menor crescimento e de maior desigualdade”.** Entrevista especial com José Eustáquio Alves, publicada nas Notícias do Dia de 24-09-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2OqH7Vz>.

- **Censo 2010. Uma família plural, complexa e diversa.** Entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi, publicada nas Notícias do Dia de 29-10-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2NWXGHA>.

- **As mulheres e o envelhecimento populacional no Brasil,** artigo de José Eustáquio Diniz Alves, publicado nas Notícias do Dia de 21-01-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2NXrUu1>.

- **Demografia e Decrescimento.** Entrevista especial com José Eustáquio Diniz Alves, publicada nas Notícias do Dia de 15-03-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2LCigAj>.





Na gênese do capital, caminhos para compreender as crises e a sociedade contemporânea

Para Marcelo Carcanholo, Marx foi quem melhor conseguiu observar as determinações do capitalismo e, por isso, segue atual para enfrentar desafios de nosso tempo

João Vitor Santos

Karl Marx forjou suas reflexões acerca do capitalismo no calor do século XIX. Hoje, em pleno século XXI, o mundo mudou, o capital se transformou e as lógicas do filósofo e economista foram superadas. Correto? Não. Ao menos para o professor Marcelo Dias Carcanholo. Pois, afinal, ainda vivemos numa sociedade capitalista. “Claro, que com as especificidades da contemporaneidade, mas as determinações básicas, gerais, do que é o capitalismo seguem presentes. As leis de tendência dessa sociabilidade, que necessariamente se manifestam por intermédio de determinações conjunturais específicas, seguem caracterizando nossa vida”, analisa. Para ele, é nesse sentido que Marx se mantém atual. “Sua obra, especialmente *O Capital*, é até hoje a melhor apresentação teórica de uma época social que vivemos até os dias atuais”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Carcanholo observa que nessa obra não é possível detectar um conceito fechado do que seja o capitalismo e como ele se manifesta no século XXI com todas especificidades. “Mas quaisquer que sejam elas (capitalismo europeu, ou capitalismo brasileiro no segundo pós-guerra etc.), o seu substantivo (conteúdo), o capitalismo, só é possível de ser entendido, em sua totalidade, pela teoria de Marx”, aponta. Assim, defende que se volte a Marx, entendendo suas concepções para que, a partir delas, se consiga

movimentar a construção do conceito ao longo dos tempos. “A riqueza desse autor reside justamente no entendimento do processo de acumulação de capital como algo necessariamente cíclico. Por isso ele é tanto inescapável como incômodo, até os dias atuais”, resume. É nessa perspectiva que o professor também reflete sobre as crises das sociedades de hoje e a realidade brasileira. Afinal, por aqui “como na maior parte da economia mundial, o capital procura sair de sua própria crise repassando a conta do ajuste para a classe trabalhadora”.

Marcelo Dias Carcanholo é graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é professor de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), pesquisador do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA-UFRGS) e professor da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST). Entre seus livros publicados, destacamos *Dependencia, Superexplotación del Trabajo y Crisis: una interpretación desde Marx* (Madrid: Maia Ediciones, 2017) e *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo* (São Paulo: Cortez Editora, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que ler Marx hoje? Que respostas os originais ainda são capazes de fornecer às crises de nosso tempo, diferentes do contexto do século XIX?

Marcelo Dias Carcanholo – É um argumento relativamente comum dizer que Marx, no melhor dos casos, serviria apenas para interpretar o capitalismo “clássico” do século XIX, restringindo a validade de seu pensamento para uma época histórica específica. Implicitamente, este argumento sustenta que seu pensamento seria anacrônico, se o objetivo é entender a realidade específica do século XXI.

Evidentemente que Marx é um autor do século XIX e, como não poderia deixar de ser, seu pensamento apresenta os limites e possibilidades de um ser humano do século XIX. Dessa obviedade, entretanto, não se pode concluir que o seu pensamento seja restrito a esse momento histórico. Justamente sua genialidade e a explicação do porquê ele reluta em falecer, ainda que reiteradamente seus críticos decretem sua morte, está no fato de que seu pensamento transcende as especificidades do século XIX. E isso não porque ele possuísse algum poder mágico de vislumbrar quais seriam as especificidades do século XXI. As razões para tanto são, como não poderiam deixar de ser, objetivas.

Desconsiderando alguns teóricos completamente fora da realidade, não se pode negar que ainda vivemos em uma sociedade capitalista. Claro que com as especificidades da contemporaneidade, mas as determinações básicas, gerais, do que é o capitalismo seguem presentes. As leis de tendência dessa sociabilidade, que necessariamente se manifestam por intermédio de determinações conjunturais específicas, seguem caracterizando nossa vida. Aí reside a genialidade de Marx. Ele ainda é o pensador que melhor conseguiu apreender essas determinações do capitalismo. Sua obra, especialmente *O Capital*, é até hoje a melhor apresentação teórica de uma época

social que vivemos até os dias atuais. Não encontraremos nela a descrição exata do que é, por exemplo, o capitalismo brasileiro no século XXI com todas suas especificidades/adjetivações. Mas quaisquer que sejam elas (capitalismo europeu, ou capitalismo brasileiro no segundo pós-guerra etc.), o seu substantivo (conteúdo), o capitalismo, só é possível de ser entendido, em sua totalidade, pela teoria de Marx.

Outro equívoco muito comum é crer que Marx só ressurgiu do limbo teórico em momentos de profundas crises da sociedade capitalista, como se ele tivesse apenas a capacidade de explicar estas etapas específicas do ciclo econômico. A riqueza desse autor reside justamente no entendimento do processo de acumulação de capital como algo necessariamente cíclico. Por isso ele é tanto inescapável como incômodo, até os dias atuais.

IHU On-Line – Em que medida podemos afirmar que o marxismo vai transformando o pensamento de Marx? E no que consiste essa transformação?

Marcelo Dias Carcanholo – A melhor maneira de entender essa questão é pensando em que significaria se o marxismo não transformasse o pensamento de Marx. Neste caso, significaria, por um lado, que todas as respostas para o que é a sociedade capitalista, incluindo todas as manifestações conjunturais específicas de suas leis de tendência, já estariam contidas no pensamento de Marx e, portanto, não haveria necessidade de nenhuma reformulação e/ou resgate crítico. Por outro lado, os marxistas ficariam limitados a propagar a “palavra” daquele que, por princípio, já conteria toda “a verdade”. Em síntese, se o marxismo não transformasse o pensamento de Marx significaria que ele seria mais uma religião, algo completamente distinto dos propósitos originais do pensamento do próprio Marx.

Que algumas tradições marxistas tenham embarcado nessa trajetória

só nos ajuda a entender, talvez, quando o próprio Marx, ao final de sua vida, percebeu o que se dizia (no já autodeclarado “marxismo”) em seu nome, teria dito que, ele Marx, não era marxista.

Finalidade política

Marx se propôs a interpretar o capitalismo porque tinha uma finalidade política: transformá-lo pela via revolucionária. Para ele, conhecer o sistema social que se busca revolucionar é um pré-requisito básico. Entretanto, esse sistema social, embora tenha suas leis gerais de tendência, se apresenta/manifesta de formas distintas em épocas históricas diferentes. O capitalismo não é apenas histórico, frente a outros sistemas sociais, mas também apresenta historicidade dentro de sua própria trajetória histórica. Isso significa que as contradições, especificidades, questões concretas, só podem aparecer nesses momentos específicos e, portanto, o marxismo – entendido como a tradição, a partir de Marx, que busca entender o capitalismo em sua historicidade, para transformá-lo, a partir dessas contradições com manifestações específicas – obrigatoriamente tem que responder questões concretas específicas, as quais Marx não teria como ter vivenciado, por razões óbvias.

IHU On-Line – A Teoria da História em Marx mostra sinais de esgotamento? Por quê?

Marcelo Dias Carcanholo – Ao contrário, a teoria da história em Marx nunca se mostrou tão robusta! Ocorre que, como costuma suceder com o pensamento do autor, é muito amplo, e difundido, o desconhecimento da teoria de Marx. Quando se fala na teoria da história em Marx, a interpretação mais rasteira entende esta como sendo uma teoria que identifica as transformações históricas a partir da ruptura da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas com as relações sociais de produção de determina-

da época, abrindo a porta histórica para um novo modo de produção. Com base nisso, a história passaria necessariamente de um modo de produção para outro. O capitalismo, em específico, desenvolveria as forças produtivas como nenhum outro e, necessariamente, as colocaria em contradição com as relações sociais capitalistas de produção, levando necessariamente ao comunismo.

O curioso é que esta visão teleológica, mecânica, determinista, é completamente estranha ao próprio Marx! Mais uma vez, que boa parte do marxismo tenha acreditado nessa “cartilha” só demonstra o quanto Marx é um profundo desconhecido, até dentro de boa parte do marxismo.

Para Marx, os distintos modos de produção contêm sim suas próprias contradições, e estas definem os leques de possibilidade histórica de sua transformação, abrindo a possibilidade de construção social de outros modos de produção. Esta possibilidade não permite, entretanto, concluir pela inevitabilidade. Evidentemente que, uma vez posto o resultado histórico ele obviamente está... posto! Assim mesmo, antes disso, esse resultado era uma mera possibilidade, dentre outras.

Idealista/utópico?

O capitalismo possui suas contradições (as leis de tendência são necessariamente contraditórias, dialéticas), e estas, quando se explicitam, definem um leque de possibilidades históricas: é possível que se engendre uma nova época histórica, ainda capitalista. É possível que ocorra uma transformação social revolucionária, que construa outra sociabilidade. Qual? Seu estabelecimento *a priori* é impossível, ao menos para Marx. Como pensar uma sociabilidade que ainda nem existe? Isso só é possível para um pensamento descolado da realidade, que a interpreta idealmente (utopicamente) antes que ela mesma exista no concreto. Apesar de ser acusado disso, Marx nunca foi um idealista/utópico. Mais uma vez, ele não tem culpa se boa parte do marxismo transformou

tanto Marx que terminou transformando-se em outra coisa.

E o que define, concretamente, para onde a história caminha? Quem é o sujeito histórico? O de sempre! O ser humano, que atua segundo interesses sociais, e consciências sociais distintas. Estas consciências não podem ser diretamente derivadas desses interesses/posições sociais, mas estão necessariamente (embora de forma contraditória) ligadas a eles. Se se prefere sintetizar a teoria da história em Marx como “a luta de classes”, não há problema, desde que seja entendida da forma correta. Marx tem uma teoria da história, nunca uma “filosofia da história”, determinista, mecânica, teleológica. A história, para Marx, é aberta, felizmente.

IHU On-Line – Como compreender o capitalismo contemporâneo? De que forma ele subverte e incide sobre o conceito de capital em Marx?

Marcelo Dias Carcanholo – O capitalismo contemporâneo deve ser entendido como qualquer época histórica específica do capitalismo, a partir de suas questões concretas. O que é o capitalismo contemporâneo? É o capitalismo que se constrói a partir da última grande crise estrutural, na segunda metade dos anos 60 do século passado. De lá para cá, o capitalismo retomou seu processo de acumulação de capital através de um amplo processo de reestruturação produtiva, que elevou as taxas de mais-valia e a rotação do capital, de políticas econômicas com o objetivo explícito de concentração de renda e riqueza, no intuito de retomar as taxas de valorização do capital, com a liberalização e abertura de vários mercados, principalmente os de trabalho (para elevar a taxa de mais-valia) e financeiro (buscando novos espaços de valorização para um capital superacumulado), tudo isso justificado e implementado sob o manto da estratégia de desenvolvimento que caracteriza essa contemporaneidade, o neoliberalismo.

O capitalismo entra em crises simplesmente porque produz em demasia, não propriamente as mercadorias, que são uma forma de manifestação de seu conteúdo (dinheiro e produção são as outras), mas porque há um excesso de capital por si mesmo. Quando capital é superproduzido, em relação à capacidade que ele mesmo tem de se realizar, as taxas de lucro caem, evidenciando a crise. Superacumulação de capital e queda das taxas de lucro são as duas faces do mesmo fenômeno. Como o capital se recupera? Ou as reduções das taxas de lucro desvalorizam o capital em excesso, ou então ele tem que encontrar novos espaços de valorização para esse capital superacumulado. Normalmente ele combina essas duas formas de saída.

O capitalismo contemporâneo se constrói, a partir dos anos 70 do século passado, justamente combinando essas duas formas. Uma das especificidades desta época histórica é que a lógica de valorização passa a ser determinada pelo que Marx chamou de capital fictício. Outro equívoco muito comum é achar que esse capital fictício é o capital financeiro, que se encontra nos mercados financeiros e, portanto, oposto ao capital (do setor) produtivo. Esta interpretação não é Marx! É Keynes!¹ Outra teoria, outra perspectiva teórica e política.

Capital fictício em Marx

O capital fictício é aquele que se constrói – qualquer que seja o mercado específico – através da venda no presente de uma expectativa de apropriação futura de determinado valor, o que se chama de capitalização. Na prática, isso significa que capital (fictício) se está constituindo a partir de uma expectativa de

¹ **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira o **CADERNOS IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuid37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 6-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

apropriação, que pode nem ocorrer. Constrói-se um direito de apropriação de valor no presente que, diretamente, não contribui para a produção de valor. Está aí o germe da crise que estoura em 2007/2008.

Todo esse processo é inteligível, de forma relativamente fácil, a partir da seção V do livro III de *O Capital*, em suas determinações mais abstratas, e de toda uma tradição crítica (nem toda ela marxista) para suas determinações mais concretas, e até empíricas. Uma vez mais, a realidade concreta é que coloca as questões que são (ou não) apreendidas teoricamente. O capital (fictício) criando as possibilidades de uma nova época de acumulação de capital que, por sua vez, recoloca as contradições (produção versus apropriação de valor) próprias do capitalismo, dando ao processo de acumulação uma trajetória dialética, contraditória, cíclica.

O que me surpreende é alguém achar como isso subverteria a categoria capital de Marx! A não ser, é claro, que ela seja amplamente desconhecida, confundida, por exemplo, com um conceito (preestabelecido).

IHU On-Line – Como, a partir do conceito de trabalho em Marx, enfrentar as desigualdades advindas da revolução tecnológica que, ao mesmo tempo em que aumenta a capacidade produtiva, aumenta a força produtiva ociosa, pessoas incapazes de acessar o trabalho?

Marcelo Dias Carcanholo – O processo de acumulação de capital, por força da concorrência, obriga os capitais particulares a aumentarem a produtividade (desenvolvimento das forças produtivas). Os capitais, por sua vez, para fazerem isto aumentam as proporções de meios de produção, em relação à força de trabalho, no processo produtivo. Isto implica que cada força de trabalho consegue transformar mais meios de produção em produto final.

O efeito desse aumento de produtividade (aumento da composição técnica do capital, nos termos de Marx) é a elevação da composição orgânica do capital (a composição em valor, refletindo o incremento da composição técnica). Os capitais particulares fazem isso porque isso reduz os valores individuais de suas mercadorias e, como elas são vendidas pelos valores de mercado, eles conseguem se apropriar do que Marx chamou de mais-valia extraordinária.

Outro equívoco bastante comum é inferir desse processo que o capital expulsa força de trabalho do processo produtivo substituindo-a por máquinas. Em primeiro lugar, meios de produção não se restringem às máquinas. Em segundo lugar, o aumento de produtividade requer apenas que a massa de meios de produção no processo produtivo cresça mais do que proporcionalmente ao incremento de força de trabalho, e esta é, em termos absolutos, como tendência, incorporada em maior magnitude, uma vez que é a fonte de mais-valia.

O famoso exército industrial de reserva de Marx não é determinado pela expulsão de força de trabalho do processo produtivo em termos absolutos. Ao contrário, a acumulação requer que mais força de trabalho seja incorporada ao processo produtivo. Apenas que o ritmo de incorporação de meios de produção é superior a isso. O exército industrial de reserva é produzido pelo capital porque este incorpora apenas uma fração de toda a massa de trabalhadores que necessita vender sua força de trabalho no mercado para conseguir sobreviver. O curioso é que, no capitalismo, cresce o número de empregados e, ao mesmo tempo, o exército industrial de reserva, como tendência, o que pode ser limitado/aprofundado pelos movimentos cíclicos da economia.

Que esse desenvolvimento das forças produtivas, na contemporaneidade, seja dado pela tal revolução tecnológica, trata-se apenas de uma manifestação histórica específica do movimento mais geral do capitalis-

mo, da tendência. Quem conseguiu identificar essa tendência do capitalismo? Marx.

“O capitalismo não é apenas histórico, frente a outros sistemas sociais, mas também apresenta historicidade dentro de sua própria trajetória histórica”

IHU On-Line – Que relações podemos estabelecer entre os conceitos de “dependência”, “exploração do trabalho” e “crises”?

Marcelo Dias Carcanholo – “Exploração do trabalho” é apenas outra forma de dizer que o capital, uma vez pago o valor da força de trabalho, consome seu valor de uso no processo produtivo, com o intuito de produzir mais-valia. O valor que percorre esse processo e se incrementa, no próprio processo, é o capital. Como esse capital é uma unidade dialética entre produção e apropriação, e essa dialética se manifesta necessariamente em crises, “capital” e “crises” são dois termos para um mesmo processo de acumulação.

Esse capital, por sua própria natureza, tem a tendência histórica a espalhar-se por todas as partes do planeta. O valor-capital tem, em si, a tendência para a formação do mer-

cado mundial. Isso, entretanto, não significa que as leis de funcionamento do capitalismo se expressem da mesma forma, no mesmo ritmo, no mesmo grau, em todos os espaços. Esse desenvolvimento desigual e combinado do capital, na escala do mercado mundial, é que conforma a dependência. Capitais particulares que operem em determinado lugar, com menor composição orgânica (produtividades) tendem a produzir uma massa de valor maior do que aquela que eles mesmos se apropriam. Capitais com maiores produtividades tendem a se apropriar de um valor maior do que aquele que eles mesmos produziram. De onde vem esse valor “a mais” em sua apropriação? Justamente daqueles capitais com menor produtividade. Isso define um processo de transferência de valor de capitais que operam em determinado espaço, para outros que se encontram em outros espaços. Esta é a base real-concreta da categoria de dependência.

Ao contrário de uma perspectiva mais weberiana, não é que uma nação dependa de outra. A categoria central no marxismo não é a entidade abstrata “nação”. A categoria central no capitalismo é... o capital(ismo)! Isto não significa, entretanto, que os Estados Nacionais não cumpram nenhum papel. Apenas que toda a variedade de funções e papéis que eles cumprem decorre do fato de que Estados Nacionais, no capitalismo, são... capitalistas!

“Seu
pensamento
[Marx]
transcende as
especificidades
do século XIX”

IHU On-Line – No que consiste a chamada “crise do capitalismo” e quais seus efeitos? O que pode emergir a partir desse estado de crise?

Marcelo Dias Carcanholo – A atual crise pela qual passa o capitalismo contemporâneo, do ponto de vista do embate teórico, tem algumas serventias. Em primeiro lugar, ao atestar o caráter meramente apologético das interpretações teóricas hegemônicas que caracterizam estes tempos neoliberais, permitiu que estas passassem de uma fase de extrema arrogância para outra em que se encontram relativamente na defensiva.

Em segundo lugar, a atual crise serve para lembrar aos esquecidos que faz parte da natureza do processo de acumulação de capital a sua trajetória cíclica, isto é, que sempre após uma fase de crescimento advém um momento de crise e, ao mesmo tempo, posteriormente a épocas de crise, o capitalismo consegue reconstruir novas bases para um novo processo de acumulação de capital. Do ponto de vista teórico-ideológico isto desmistifica duas concepções muito comuns: (I) aquela que acreditava (acredita) que pode resolver os problemas do capitalismo com uma mera operacionalização correta dos instrumentos de política econômica, de forma que as crises só ocorrem por falhas nesta última, e que, bem administrada, poderíamos viver em um capitalismo pós-cíclico, como alguns chamam; (II) aquela que aguarda, pacientemente ou não, a crise terminal do capitalismo, a partir da qual todos os sonhos socialistas se realizariam como em um passe de mágica. Ao contrário destas visões, uma interpretação teórica correta do capitalismo tem que reconhecer sua natureza cíclica.

Uma teoria do ciclo deve, portanto, explicar duas coisas. Inicialmente, ela deve fornecer uma explicação dos pontos de inflexão, isto é, do ponto de ruptura que leva à crise e da retomada do crescimento econômico. Em segundo lugar, a teoria deve mostrar como se dá o processo cumulativo que propaga os efeitos das duas inflexões, tornando-os atuantes durante certo período. Brevemente, uma teoria deve explicar os pontos de inflexão e mostrar por que a econo-

mia leva algum tempo para chegar ao outro ponto de inflexão, por que a crise leva algum tempo até chegar à depressão e por que a passagem desta para a retomada também leva tempo.

Não bastasse isto, há outra exigência. O fornecimento de uma explicação para os pontos de inflexão é uma condição necessária, mas não suficiente. Além disso, é preciso que o ponto de inflexão seja uma consequência necessária dos efeitos provocados pela inflexão imediatamente anterior. Mais claramente, podemos exemplificar dizendo que a retomada deve ser explicada através dos efeitos provocados pela crise, e esta última deve ser consequência dos efeitos do crescimento econômico induzido pela retomada. Esta exigência metodológica é que define a existência do ciclo como algo regular e necessário.

Acumulação de capital ciclicamente

Se há um consenso na teoria econômica é que o processo de acumulação de capital transcorre, com o passar do tempo, de forma cíclica. O que não há consenso é sobre como explicá-lo. Como, para explicar os ciclos, é necessário explicar que o capitalismo entra em crise porque cresceu, e volta a crescer porque entrou em crise, a teoria econômica explicita seus limites, quando procura explicar esse fenômeno que ela mesma reconhece como necessário. Para explicá-lo é necessária uma perspectiva dialética. Por isso, em primeiro lugar, a teoria econômica hegemônica entra em crise sempre que o capitalismo está em suas crises estruturais. Em segundo lugar, Marx é, uma vez mais, lembrado como o pensador que inicia a única tradição que consegue entender o capitalismo como ele é, cíclico.

O que pode emergir da atual crise do capitalismo contemporâneo? Para ser coerente com a perspectiva materialista, não há como antever certamente uma época histórica ainda não posta. Mesmo assim, como se trata de uma crise cíclica,

pode-se, em termos mais gerais, arriscar que, de duas uma: ou o capitalismo reconstrói o processo de acumulação de capital em novas bases (históricas), o que requer desvalorizar algo do capital superacumulado e reconstruir novos espaços de valorização (com maior exploração do trabalho, necessariamente); ou o sujeito histórico, o ser humano, dividido em classes sociais, transforma essa sociedade.

Há, ainda, uma terceira possibilidade de curto prazo. O capitalismo continuar buscando se valorizar sob a lógica do capital fictício, o que só aprofunda a contradição entre produção e apropriação do valor, postergando a atual crise por mais tempo ainda e abrindo a possibilidade de um novo, e mais profundo crash. É possível que ainda não tenhamos vivenciado a manifestação mais intensa da atual crise.

são necessários no capitalismo, é da sua natureza. Portanto, não há política econômica, qualquer que seja sua coloração teórica ou política, que consiga resolver as crises. Não existe capitalismo sem crises. Não existe capitalismo pós-cíclico.

Isso não significa que as políticas econômicas (monetária, fiscal, cambial e de rendas) não tenham nenhum papel. Ao contrário. As políticas econômicas podem antecipar/postergar os pontos de ruptura cíclica, tanto a crise como a retomada. As políticas econômicas podem ainda ampliar/reduzir os efeitos (políticos e sociais), tanto dos processos cumulativos (crescimento ou depressão) como das rupturas. Mas, decididamente, não podem acabar com os ciclos. A única forma de acabar com as crises é acabar com aquilo que necessariamente as contém, o capitalismo.

que dois dos preços mais importantes de uma economia, a taxa de juros e a taxa de câmbio, são determinadas pelos fatores externos, justamente reflexos do caráter dependente.

Mesmo com essa especificidade da economia dependente, a política econômica brasileira, em seu sentido mais amplo, isto é, como uma estratégia estrutural de desenvolvimento, vem seguindo os marcos gerais da forma como o capitalismo está tentando sair desta crise estrutural. Por um lado, no curto prazo, promoção de fortes ajustes fiscais, para garantir que o Estado obtenha saldos primários positivos, que lhe permitam financiar a sua atuação nos mercados financeiros, comprando os títulos do capital fictício superacumulado, propiciando que esse excesso de oferta não seja precificado para baixo, desvalorizando esse capital. Por outro lado, no médio e longo prazo, como o problema é maior quantidade de títulos de apropriação sobre um valor não produzido naquela magnitude, deve-se ampliar a produção de valor, o que implica elevar a taxa de exploração do trabalho. Por isso a necessidade de um novo ciclo de reformas, trabalhista, da previdência, e novas privatizações.

O significado disso é que, assim como na maior parte da economia mundial, o capital procura sair de sua própria crise repassando a conta do ajuste para a classe trabalhadora. Se ele for bem sucedido, como parece que está sendo, a síntese que, talvez, caracterize melhor nosso futuro é: “capitalismo e barbárie”.■

IHU On-Line – Quais os limites do olhar macroeconômico como forma de compreender a economia política de hoje? Como uma visada marxista pode ampliar esse horizonte de análise?

Marcelo Dias Carcanholo – Ao contrário de uma visão mais “economicista”, de fundo keynesiano, do ponto de vista da teoria econômica, ou reformista, do ponto de vista político, a política (macro)econômica não pode solucionar as crises, ou, de forma mais ampla, corrigir a trajetória de médio e longo prazo da economia para um tendência de crescimento sem ciclos. Por quê? Porque os ciclos

IHU On-Line – Como o senhor tem acompanhado a política econômica brasileira dos últimos anos? Como, diante do atual cenário, conceber uma recuperação econômica?

Marcelo Dias Carcanholo – Como já mencionado, embora não possam “resolver” as crises, isto é, garantir uma recuperação econômica, a política econômica pode agravar/aliviar seus efeitos. O caráter restrito das possibilidades da política econômica, em uma economia dependente, como a brasileira, só se potencializa. Em economias dependentes, a margem de manobra da política econômica é menor ainda. Basicamente, por-

Leia mais

- **A lógica hegemônica do capital fictício.** Entrevista especial com Marcelo Dias Carcanholo, publicada nas Notícias do Dia de 19-10-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KIWIU>.

- **“A alternativa ao neoliberalismo é... romper com o neoliberalismo!”** Entrevista especial com Marcelo Carcanholo, publicada nas Notícias do Dia de 3-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2K8wfwM>.



Capitalismo no século XXI e a força cerebral no cerne da cadeia do valor

A partir da clássica expressão do pensador, *general intellect*, Yann Boutang analisa as transformações nos modos de produção que extrapolam o ambiente fabril e invadem um mundo neural de redes e conexões

João Vitor Santos | Tradução: Vanise Dresch

Desde o tear até a impressora 3D, as tecnologias vêm impactando não só os modos de produção, mas também um realinhamento das relações dos seres humanos com o mundo. Karl Marx apreendeu isso quando observava o contexto do século XIX e, de muitas de suas reflexões, emergiu o conceito de *general intellect* que, além de designar a dimensão coletiva e social da atividade intelectual quando esta é fonte de produção de riqueza, também leva em consideração a tecnologia. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor francês Yann Moulier Boutang revisita o conceito marxiano e, a partir dele, olha para o século XXI. “A força de trabalho está cada vez menos no centro da produção. São a força cerebral e a força de invenção que estão no cerne da cadeia do valor. Em todas as atividades, a atividade humana se situa na origem da concepção, durante a fabricação, na supervisão, no controle das máquinas, e, na outra ponta, nos processos de design do consumo”, analisa. E conclui: “foi exatamente isso que Marx previu naquele fragmento esclarecedor dos *Grundrisse* (1857-58) dedicado às máquinas”.

Boutang recorda que passamos por um processo de mecanização que foi se sofisticando até chegarmos a máquinas que funcionam como memórias acessórias que potencializam a capacidade humana produtiva. “Posteriormente, a partir de 1995 (com a internet), em 2005 (web 2.0 interativa) e, por fim, em 2015 (com a internet das coisas), a substituição visou a operações complexas do cérebro (efetuadas, em grande parte, pelo lado direito do cérebro). De que modo? Mediante um novo tipo de robôs que designamos pelo termo geral de inteli-

gência artificial”, completa. Estamos no contexto da revolução 4.0, que também realinha o capital. Se chegamos a sonhar em dinamizar a produção para sermos mais livres, acabamos sendo acordados abruptamente numa dura realidade. “Hoje, em pleno capitalismo cognitivo, é ainda profunda a discrepância entre a sociedade prometida – e possível – por esse mesmo capitalismo plenamente desenvolvido e a miserável sociedade de injustiça, de indiferença e com tantos pobres, em que tanta gente tem de trilhar um caminho penoso”, sintetiza.

Por fim, Boutang deixa um desafio, já que, para ele, para romper com um novo aprisionamento do humano por esse novo sistema capitalista, é preciso pensar em algo como uma renda básica universal. “Uma renda para liberar a força da atividade humana do jugo cada vez mais opressor do trabalho doado em excesso a outrem ou de um trabalho falsamente independente e fortemente dependente do mercado (mundial), um patrão bem mais tirânico e intrusivo que o velho patrão paternalista”.

Yann Moulier Boutang é professor de Ciências Econômicas na Université de Technologie de Compiègne - Sorbonne Universités, na França, membro do laboratório Connaissance, Organisation, Systèmes Techniques - COSTECH EA 22 23, Trivium CNRS. Leciona também na China, na Universidade de Shanghai - UTSEUS, na Ecole Nationale Supérieure de Création Industrielle - ENSCI, Paris, no curso Master Innovation by Design. Entre suas obras mais recentes, estão *Cognitive capitalism* (Inglaterra: Polity Press, 2012) e *L'abeille et l'économiste* (Paris: Carnets Nord, 2010).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que significa o conceito de “general intellect” de Karl Marx?

Yann Moulier Boutang – O conceito de *general intellect* tem dois significados que se completam e formam um verdadeiro sistema em Marx:

1) ele assinala o caráter cada vez mais social da produção, o que quer dizer que o produto social global depende cada vez menos da contribuição individual de cada trabalhador. Falar da produção de mais-valia ou sobrevalia na escala do operário não tem mais sentido. Isso se deu progressivamente desde o advento do capitalismo industrial, como demonstram a parte crescente de bens e serviços produzidos por empresas públicas e o papel cada vez maior das somas obrigatórias retiradas do PIB – o que significa que a produção e a divisão estão cada vez mais estreitamente ligadas não só pela distribuição dos lucros, mas também pelas despesas sociais (o orçamento social do Estado), inclusive nos países desenvolvidos mais “liberais”;

2) ele indica também algo muito mais revolucionário. No “Fragmento sobre as máquinas” dos *Grundrisse*¹ (1857-58), Marx explica, de fato, que a principal força produtiva deixa de ser o coletivo operário ou assalariado e passa a ser diretamente a ciência e suas aplicações:

Com o desenvolvimento da grande indústria e do maquinismo, a geração de riqueza depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada do que da potência dos agentes mecânicos movimentados durante o período de trabalho, cuja força eficaz é desprovida de relação proporcional com o tempo de trabalho direto gasto em sua produção.

Isso significa que a lei do valor deixa de ser e não deve mais servir de base de leitura da produção capitalista. Alguns parágrafos mais adiante, Marx põe os “pingos nos Is”:

O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre o qual repousa a riqueza atual apresenta-se como uma base miserável em relação à nova base criada e desenvolvida pela mesma grande indústria. A partir do momento em que o trabalho sob sua forma direta deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixar de ser, e deve deixar de ser, sua medida e, conseqüentemente, o valor de troca deixa de ser o valor de uso.

Ora, se o primeiro sentido, aquele da socialização crescente da produção, foi bem visto pelo marxismo do Movimento Operário, já o segundo, um momento presente na Carta de Amiens² (1906) que tinha como programa a abolição do assalariado, foi rapidamente relegado por uma glorificação do trabalho “socialista” já desde a formação da União Soviética. Desaparece a perspectiva de uma recusa do trabalho assalariado como vínculo de subordinação, que ainda pode ser encontrada na obra *O direito à preguiça*³, de Paul Lafargue⁴, genro de Marx. É justamente com a passagem ao que eu denomino capitalismo cognitivo – ou que Greenwald⁵ e Stiglitz⁶ chamam de “sociedade do conhecimento” – que essa prodigiosa hipótese de Marx se torna uma realidade.

2 Carta de Amiens é o nome com que ficou conhecida a declaração produzida pelo 9º Congresso da CGT francesa, ocorrido na cidade de Amiens, em 1906. (Nota do entrevistado)

3 **O Direito à preguiça**: famoso livro de Paul Lafargue, *O Direito à preguiça* pode ser encontrado juntamente com o pequeno, mas instigante livro de Thierry Pacquot, em Paul Lafargue-Thierry Pacquot, *O Direito à preguiça/ A arte da sesta*, publicados pela editora portuguesa Campo das Letras, em 2002. No ano 2000 foi publicada uma versão brasileira do livro de P. Lafargue, com uma introdução da profa. Marilena Chauí, que está esgotada. Sobre a arte da sesta cf. **IHU On-Line** nº 61, de 26 de maio de 2003. (Nota da **IHU On-Line**).

4 **Paul Lafargue** (1842-1911): revolucionário jornalista socialista francês, escritor e ativista político. Foi genro de Karl Marx, casando-se com sua segunda filha, Laura. Seu mais conhecido trabalho foi *O Direito à Preguiça*, publicado no jornal socialista L'Égalité. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Glenn Edward Greenwald** (1967): um advogado, jornalista e escritor americano, mais conhecido por seu papel em uma série de reportagens publicadas pelo jornal The Guardian a partir de junho de 2013, detalhando os programas de vigilância global dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha baseado em documentos confidenciais divulgados por Edward Snowden. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Joseph Stiglitz**: ex-vice-presidente do Banco Mundial - Bird, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. Ele é autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura, 2003) e *Os Exuberantes anos 90* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line – Atualmente, no contexto da chamada 4ª Revolução Industrial, das transformações do mundo do trabalho pela tecnologia, quanto nos aproximamos e quanto nos afastamos da ideia de “general intellect”?

Yann Moulier Boutang – Descrevi detalhadamente as transformações do valor (daquilo que a economia política moderna praticada pelos empresários capitalistas chama de cadeia do valor nas duas pontas do segmento cada vez mais estreito da fabricação propriamente dita): o papel determinante da ciência e de sua aplicação em toda a indústria 4.0, formação de parte essencial do valor que pode ser identificada na divisão do valor agregado contável, na concepção, na incorporação contínua da inovação, no design, na marca, na logística. Da produção de mercadorias por meio de mercadorias, como resume a admirável expressão de Sraffa⁷, passa-se à “produção de conhecimento por meio de conhecimento”.

O slogan da IBM que pode ser visualizado na sua sede em Binghamton, no estado de Nova York, é “*work to learn*”, em vez de “*learn to work*”, aquele da fábrica de sapatos (Johnson) que imperava na cidade operária. Nessa profunda mutação, a tecnologia digital tem um papel crucial. O que o moinho de vento significa para o feudalismo, e a máquina a vapor, para o capitalismo industrial, o computador pessoal, a interação da massa em redes digitais significam para esse terceiro capitalismo. Propus essa tese no ano de 2004, e a definição mais corrente do capitalismo de ponta (o grupo dito Gafami:

7 **Piero Sraffa** (1898-1983): economista italiano, marxista, amigo de Antonio Gramsci, foi levado por Keynes a Cambridge nos anos 1920. Sua crítica da teoria de Marshall influi em muitos economistas, entre eles a economista inglesa Joan Robinson. Piero Sraffa é considerado um dos gigantes da economia do século XX. Suas principais obras são *The Works and Correspondence of David Ricardo* (1951) e *Production of Commodities by means of Commodities, Prelude to a critique of Economic Theory* (1960). Também escreveu sobre inflação, moeda e bancos. Sobre Sraffa o IHU promoveu, em 10-5-2006, o evento Quarta com Cultura Unisinos – Repensando os Clássicos da Economia, na Livraria Cultura, em Porto Alegre. A palestra esteve a cargo da Profª. Drª. Maria Heloisa Lenz, da FEE. A mesma atividade foi trazida ao II Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, na Unisinos, em 17-5-2006. (Nota da **IHU On-Line**)

Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft, IBM, com suas filiais Twitter, Instagram, seus homólogos chineses e as empresas ditas “unicórnios”⁸) tornou-se aquela de um capitalismo de plataforma.

“O desenvolvimento das inteligências artificiais permite automatizar profissões muito qualificadas”

IHU On-Line – Em que medida o atual estágio de desenvolvimento das máquinas no mundo do trabalho degrada e desvaloriza o capital humano? Que associações podem ser feitas com os altos índices de desemprego no mundo? E como construir alternativas a essa realidade?

Yann Moulier Boutang – O papel crescente das máquinas e dos autômatos no capitalismo não é novo. No capitalismo mercantilista (1450-1750), as máquinas vitais da expansão foram os navios e a tração animal (o boi, o cavalo), o moinho d’água para a geração de energia. No capitalismo industrial, a máquina a vapor (o cavalo-vapor), tendo como base a energia fóssil (carvão, petróleo), combina a mecanização dos músculos animais e humanos. A substituição (ou mecanização) do tear com cartões perfurados de Jacquard⁹ pela máquina de fiar hidráulica ocorre após as greves, ou seja,

8 Start-ups “unicórnio” são empresas cuja avaliação de preço no mercado supera US\$ 1 bilhão, antes de abrir seu capital em bolsas de valores. Elas começaram pequenas, mas, com algo de fantástico em suas propostas, impactaram o mundo. (Nota da tradutora)

9 Jacquard é o nome dado a padronagens complexas de entrelaçamento, tanto em tecelagem como em malharia em jersey duplo (no caso de jersey simples, chama-se entarçaria). É tido como complexo tudo aquilo que (no caso da tecelagem em cala) teares maquinados não conseguiram fazer. (Nota da IHU On-Line)

toda vez que o preço das horas de trabalho operário ultrapassa, devido aos movimentos sociais, o preço desses autômatos combinados com outro tipo de trabalho humano.

Num período recente (a partir de 1975), esse movimento de mecanização e de substituição se voltou para o produto do cérebro (operações lógicas e simbólicas elementares efetuadas por um acoplamento de máquinas de cálculo e memória (*hardware*) e de instruções sob forma de programas operacionais, de processamento (*software*). Posteriormente, num segundo momento, a partir de 1995 (com a internet), em 2005 (web 2.0 interativa) e, por fim, em 2015 (com a internet das coisas), a substituição visou a operações complexas do cérebro (efetuadas, em grande parte, pelo lado direito do cérebro). De que modo? Mediante um novo tipo de robôs que designamos pelo termo geral de inteligência artificial.

Distinguem-se duas famílias de inteligência artificial: uma que provém de uma abordagem simbólica e preditiva, a partir de modelos analíticos, e outra que resulta da abordagem conexionista das chamadas redes neuronais. A segunda repousa em algoritmos de aprendizagem do tipo *try and fail* alimentados por um imenso número de dados. A robustez obtida por um programa que retém apenas as soluções exitosas tem, contudo, um defeito considerável: sabemos que isso funciona, mas somos incapazes de explicar por quê. Trata-se de uma caixa preta. Para um grande número de operações complexas (um grande número de variáveis, de funções não lineares), a “solução” das redes neuronais consiste na otimização das soluções práticas operadas por humanos e registradas sob a forma de *big data*, isto é, de dados estruturados. Mas, quando a solução preconizada está errada, não somos capazes de resolver mediante a aplicação de regras explicáveis.

O segundo tipo de inteligência artificial da realidade aumentada, superior em robustez aos modelos de redes neuronais, foi desenvolvi-

do por Zyed Zalila¹⁰, professor de lógica difusa (*fuzzy mathematics*) da UTC de Compiègne, na empresa Intellitech¹¹. Ela consiste em extrair automaticamente modelos preditivos explicáveis sob forma de regras (portanto, automatizar a indução de modelos preditivos). Diferentemente dos modelos conexionistas que repousam na exploração, como esses modelos obedecem a leis matemáticas, a operação seguinte consiste em prever e verificar por simulação. Uma das explicações interessantes desse tipo de inteligência artificial é a possibilidade de verificar, a partir das bases de dados utilizadas para algoritmos, a qualidade dos modelos, não somente certificar a pertinência, a fidelidade dos algoritmos, mas também detectar se a base de dados foi corretamente constituída, ou até mesmo voluntariamente alterada (sonegação fiscal).

Automatização de profissões qualificadas

Por toda a parte em que a atividade humana é levada a manipular um grande número de variáveis (superior a 9 dimensões), ela procede mais por intuição (alimentada por um *try and fail*) do que por cálculo, pois nossa memória e nossa capacidade de cálculo são limitadas (*bounded rationality*, de Herbert Simon¹²). O

10 **Zyed Zalila**: é presidente fundador da INTELLITECH, diretor de P & D na área de engenharia, especificamente em Inteligência Artificial e Matemática da Compiègne Universidade de Tecnologia Aplicada (UTC). Iniciou sua pesquisa sobre a teoria difusa em 1989, sob a co-orientação do professor Arnold Kaufmann, um dos pais da Lógica Fuzzy. É, ainda, doutor em matemática. (Nota da IHU On-Line)

11 Saiba mais em <https://xtractis.ai/fr/> (Nota da IHU On-Line)

12 **Herbert Alexander Simon** (1916 —2001): foi um economista estadunidense. Foi agraciado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1978. Foi um pesquisador nos campos de psicologia cognitiva, informática, administração pública, sociologia econômica, e filosofia. Por vezes, descreveram-no como um polímata. Recebeu em 1975 o Prêmio Turing da ACM, juntamente com Allen Newell, pelas suas “contribuições básicas à Inteligência Artificial, à Psicologia de Cognição Humana, e ao processamento de listas.” Em 1978, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, pela sua “pesquisa precursora no processo de tomada de decisões dentro de organizações econômicas”. Recebeu ainda a Medalha Nacional de Ciência, em 1986 e o Award for Outstanding Lifetime Contributions to Psychology, da APA, em 1993. Desenvolveu a *bounded rationality*, limitação da racionalidade, em português, que procura compreender aspectos que influenciam a tomada de decisão do indivíduo baseada em sua limitação de informação. Essa teoria, propõe a complementação da racionalidade como “otimização”, que vê a tomada de decisão como um processo totalmente racional de encontrar uma opção ideal dada a informação disponível. Para Herbert Simon, a racionalidade pessoal está limitada por três dimensões. (Nota da IHU On-Line)

desenvolvimento das inteligências artificiais permite automatizar profissões muito qualificadas. Os *chats bots* (robôs falantes capazes de responder às perguntas de clientes e detectar emoções sem que os clientes percebam que estão se comunicando com não humanos) são um exemplo espetacular, assim como Watson¹³, a inteligência artificial da IBM, ou as caixas de som inteligentes domésticas (Alexa, da Amazon). Ainda mais impressionantes são os resultados do Alfa Go do Facebook, que venceu o melhor jogador de Go do mundo.

Em 2015, durante as eleições regionais francesas, o jornal *Le Monde* conseguiu redigir, por intermédio de um autômato, 56.000 artigos, apresentando uma análise dos resultados, das tendências para cada circunscrição, tudo com um selo local. No Japão, um livro do gênero policial foi escrito por inteligência artificial de forma anônima e conseguiu vencer o segundo prêmio de um concurso literário. Jornalistas, advogados, médicos especializados principalmente em radiologia e em diagnóstico de câncer, gerentes de banco, engenheiros encontram-se hoje na linha de frente desse tsunami do *Big Data*. A nova onda de automatização não afeta mais apenas os trabalhadores pouco qualificados da indústria, estendendo-se também à logística e ao trabalho qualificado. Como sempre, seguem a desqualificação de grande parte deles e a superqualificação de um número bem menor de ativos. Foi somente na primeira onda da Revolução Industrial de 1750-1850 que a crise do emprego alcançou tamanha proporção.

IHU On-Line – A revolução tecnológica permite a liberação do capitalismo clássico, promo-

¹³ **Watson:** é a plataforma de serviços cognitivos da IBM para negócios. A cognição consiste no processo que a mente humana utiliza para adquirir conhecimento a partir de informações recebidas. Com o avanço da tecnologia, essa capacidade passa a ser integrada a sistemas que podem aprender em larga escala e ajudar a sociedade em uma série de finalidades, desde o atendimento a clientes até ao combate a doenças graves, essa solução também é chamada de inteligência artificial. O Watson foi criado pela IBM para auxiliar profissionais, desenvolvedores, startups e empresas a construir sistemas cognitivos que possam melhorar processos, interações e ações. Só no Brasil, já existem cerca de 30 casos de uso públicos em áreas como Saúde, Educação, Bancos, Agricultura, Cultura, entre outras. (Nota da **IHU On-Line**)

viendo uma evolução do próprio capitalismo? De que forma? E que tipo de capitalismo surge desse movimento?

Yann Moulier Boutang – A tecnologia digital teve várias fases que se estenderam por um período que ultrapassou aquele das transformações técnicas da Revolução Industrial. Entre 1936 (Turing), a decodificação do código Enigma (1940-43), as bases do computador (1945), a fabricação dos grandes computadores, os computadores pessoais baseados na revolução cibernética, a calculadora e o processamento da informação numérica (1940-1950), os grandes computadores, a internet, o celular, a internet das coisas. A revolução da supracondutividade, da fibra ótica, a miniaturização dos transistores, as nanotecnologias ampliaram as capacidades de memória e cálculo (a Lei de Moore¹⁴, que está começando apenas agora a desacelerar), bem como a transmissão. A fase da web 1.0 se contentava com a exibição de conteúdo por *download*. Com a web 2.0, a interação se torna efetiva (pode-se comentar, marcar conteúdos, ter um blog, reagir, anotar, escolher diversos aplicativos, conectar-se a redes profissionais e sociais). A web 3.0 é aquela do armazenamento da informação, do *Big Data*, gerados pelo rastreamento da interatividade na internet das coisas, e da personalização do consumo, da produção.

Essa fase é coroada hoje pelo empreendimento 4.0 e pela generalização da inteligência artificial em todos os níveis. O digital entra não apenas nos serviços de gestão de informática e logística, mas também na concepção, na “cobótica” (uso de robôs combinados com humanos), na fabricação por robôs ou por im-

¹⁴ **Lei de Moore:** Até meados de 1965, não havia nenhuma previsão real sobre o futuro do hardware quando Gordon E. Moore, fez sua profecia, na qual o número de transistores dos chips teria um aumento de 100%, pelo mesmo custo, a cada período de 18 meses. Essa profecia tornou-se realidade e acabou ganhando o nome de Lei de Moore. Esta carta serve de parâmetro para uma elevada gama de dispositivos digitais, além das CPUs. Na verdade, qualquer chip está ligado a lei de Gordon E. Moore, até mesmo o CCD de câmeras fotográficas digitais (sensor que capta a imagem nas câmeras nuclear; ou CNCL, sensores que captam imagens nas câmeras fotográficas profissionais). Esse padrão continuou a se manter, e não se espera que pare até, no mínimo, 2021. (Nota da **IHU On-Line**)

pressoras 3D, substituindo, sobretudo, tarefas de serviços considerados complexos por inteligência artificial, isto é, por algoritmos aprendizes, geralmente por *machine learning* com base em redes neuronais. Essa indústria de fabricação e serviços por *software 4.0* tem um poder de substituição do emprego muito qualificado comparável somente com a onda de mecanização da Revolução Industrial (1750-1850).

A força de trabalho está cada vez menos no centro da produção. São a força cerebral e a força de invenção que estão no cerne da cadeia do valor. Em todas as atividades, a atividade humana se situa na origem da concepção, durante a fabricação, na supervisão, no controle das máquinas, e, na outra ponta, nos processos de design do consumo. A principal força produtiva passa a ser a ciência e suas aplicações. Foi exatamente isso que Marx previu naquele fragmento esclarecedor dos *Grundrisse* (1857-58) dedicado às máquinas.

IHU On-Line – O que é, para Marx, uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida?

Yann Moulier Boutang – Para Marx, uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida é uma organização complexa e contraditória que combina instituições, como empresas, Estados, direitos de propriedade (não somente privada), compatíveis com dois imperativos:

1) a possibilidade de manter o controle sobre a revolução permanente das técnicas, pois, se essas inovações permanentes põem o trabalho assalariado na defensiva (os operários), elas são, ao mesmo tempo, um elemento de contestação radical das relações de produção capitalista. Por exemplo, a questão da gratuidade do acesso às plataformas interativas das empresas do *Gafami*, das quais o capitalismo cognitivo precisa absolutamente, levando-o a assentar-se nos direitos de propriedade tradicionais, apesar de gerar uma atitude “*Market unfriendly*”, ou seja, uma hostilidade à mercantilização de tudo e um

movimento orientado para os *novos bens comuns* [ou de interesse geral] digitais (principalmente o movimento do conteúdo livre). Quando se trata de gerar lucro, as empresas do Gafami voltam a ser as defensoras absolutas dos direitos de propriedade intelectual. Deveríamos reler os debates sobre a pobreza evangélica dos franciscanos (1250-1350)¹⁵ e a distinção entre o *usus pauper* e o *simplex usus facti* para interpretar a querela das novas propriedades digitais. De fato, vivemos hoje no estágio do acúmulo primitivo desse terceiro capitalismo, depois do mercantilismo e do capitalismo industrial. E a questão dos direitos de propriedade sobre os bens imateriais do intelecto é tão crucial quanto a conquista da ideia de finitude dos recursos ecológicos, relembra com tanta pertinência pela encíclica *Laudato Si'*¹⁶.

2) O segundo elemento de uma sociedade capitalista plenamente desenvolvida é justamente a organização de toda a sociedade como meio de frear continuamente a força revolucionária da atividade humana plenamente desenvolvida que tem como objetivo libertador uma maior justiça e abundância. No capitalismo industrial, durante muito tempo, com um baixo nível de desenvolvimento da força produtiva da ciência e da pessoa humana comparado às possibilidades atuais, a sociedade democrática e liberal das classes médias cercou a fábrica, controlando finalmente o proletariado de forma muito mais eficiente que as milícias dos patrões, a força pura ou os regimes comunistas do “socialismo real”. Hoje, é a sociedade digital e seu modelo de *creative class* que ca-

valga o tigre da revolução digital da “nova grande transformação”.

Trata-se de um processo eminentemente contraditório, repleto de surpresas possíveis. Em suma, tudo é possível, exceto o fim da história de Fukuyama¹⁷, embora a marginalização das classes médias superiores, ameaçadas pela inteligência artificial, provoque uma reação nacional populista e soberanista que, na Europa, na América Latina e na Ásia, pode levar a involuções catastróficas sem futuro, mas extremamente destrutivas a curto e médio prazo. Nesse sentido, uma sociedade correspondente a um capitalismo plenamente desenvolvido é quase um oxímoro. Hoje, em pleno capitalismo cognitivo, é ainda profunda a discrepância entre a sociedade prometida – e possível – por esse mesmo capitalismo plenamente desenvolvido e a miserável sociedade de injustiça, de indiferença e com tantos pobres, em que tanta gente tem de trilhar um caminho penoso. A política não acabou, e o reinado do controle apaziguado e pacífico das coisas não passa de uma falsa utopia.

IHU On-Line – Marx, a partir das reflexões do conceito de “general intellect”, diz que é o tempo do não trabalho, o tempo liberado pela enorme produtividade da atividade, que está na origem da riqueza. Mas, hoje, toda a tecnologia empregada nos processos produtivos não tem liberado tempo dos trabalhadores. Pelo contrário, faz crescer cada vez mais o tempo de produção. Como compreender essa realidade, que parece ir em sentido contrário ao que foi pensado por Marx?

Yann Moulier Boutang – Você tem razão de assinalar que a promessa de liberar o trabalho genitivo subjetivo do trabalho genitivo objetivo pode acabar se tornando uma servidão, um superfordismo e um taylorismo eletrônicos e digitais, reis da intrusão na vida privada, em nossas vidas simplesmente, como inspiradores de novas formas de totalitarismo estatal, ao lado das quais as velhas ditaduras parecem brincadeiras inofensivas. Vejamos isso mais atentamente. Nesse momento de antecipação absolutamente genial dos *Grundrisse* (que marcou o momento de renascimento do marxismo operário, o único ramo verde do tronco carcomido do marxismo desde Bordiga¹⁸, Gramsci¹⁹ e Lukács²⁰), Marx²¹ escreveu duas grandes heresias em relação ao marxismo socialista. A primeira é o fato de que, com o desenvolvimento da grande indústria e do maquinismo, a geração de riqueza depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada do que da potência dos agentes mecânicos movimentados durante o período de trabalho, cuja força eficaz é desprovida de relação proporcional com o tempo de trabalho direto gasto em sua produção.

Isso significa que a lei do valor deixa de ser e não deve mais servir de base

15 Principalmente Peter Garsney, *Penser la propriété, de l'Antiquité jusqu'à l'ère des révolutions*, Paris, Les Belles Lettres, 2013 (ed. inglês 2007). (Nota do entrevistado)

16 *Laudato Si'* (português: Louvado sejas; subtítulo: “Sobre o Cuidado da Casa Comum”); encíclica do Papa Francisco, na qual critica o consumismo e desenvolvimento irresponsável e faz um apelo à mudança e à unificação global das ações para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Publicada oficialmente em 18 de junho de 2015, mediante grande interesse das comunidades religiosas, ambientais e científicas internacionais, dos líderes empresariais e dos meios de comunicação social, o documento é a segunda encíclica publicada por Francisco. A primeira foi *Lumen fidei* em 2013. No entanto, *Lumen fidei* é na sua maioria um trabalho de Bento XVI. Por isso *Laudato Si'* é vista como a primeira encíclica inteiramente da responsabilidade de Francisco. A revista **IHU On-Line** publicou uma edição e um debate a Encíclica. Confira em <http://bit.ly/1NqbhAJ>. (Nota do **IHU On-Line**)

17 **Yoshihiro Francis Fukuyama** (1952): filósofo e economista político nipo-estadunidense. Figura chave e um dos ideólogos do governo Ronald Reagan, Fukuyama é uma importante figura do conservadorismo. Também é considerado o mentor intelectual de Margaret Thatcher. Doutor em ciência política pela Universidade de Harvard e professor de economia política internacional na Universidade Johns Hopkins, em Washington. Ele ficou mundialmente conhecido em 1989, ao lançar um artigo intitulado *O Fim da História*, transformado em livro em 1992, chamado de *O Fim da História e o Último Homem*, tornando-o milionário. Atualmente vive em Palo Alto, e leciona estudos internacionais na Universidade Stanford. (Nota do **IHU On-Line**)

18 **Amadeo Bordiga** (1889-1970): foi um destacado marxista italiano, colaborador da teoria Comunista, fundador do Partido Comunista da Itália, um dos líderes da Internacional Comunista e, após ser expulso do Partido Comunista da Itália, foi uma das figuras de liderança do Partido Comunista Internacional, associado às posições da Esquerda Comunista Italiana. (Nota do **IHU On-Line**)

19 **Antonio Gramsci** (1891-1937): filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 do **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota do **IHU On-Line**)

20 **György Lukács** [Georg Lukács] (1885-1971): foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Immanuel Kant, depois o encontro com Friedrich Engels e finalmente, a adesão ao marxismo. Seu nome completo era Georg Bernhard Lukács von Szegedin em alemão ou Szegedi Lukács György Bernát em húngaro. (Nota do **IHU On-Line**)

21 *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, Rohenwurf, 1857-1858, publicado em 1939-43 pela primeira vez em Moscou; tradução francesa, in Karl Marx, *Oeuvres*, vol. II, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, 1968, pp. 304-316. Capítulo do capital (Cahiers II à VII). (Nota do entrevistado)

de leitura da produção capitalista. Mais adiante, Marx é ainda mais explícito e rompe de antemão com a tradição da “lei do valor” como “a lei e os profetas” da crítica do acúmulo capitalista: O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre o qual repousa a riqueza atual apresenta-se como uma base miserável em relação à nova base criada e desenvolvida pela mesma grande indústria. A partir do momento em que o trabalho sob sua forma direta deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixar de ser, e deve deixar de ser, sua medida e, consequentemente, o valor de troca deixa de ser o valor de uso.

A produtividade do trabalho composta pelo conjunto da sociedade torna impertinente, insignificante, uma explicação pela lei do valor trabalho. Não se pode mais compreender a sociedade do capitalismo plenamente desenvolvido com base na lei do valor, que só se encaixa no contexto do capitalismo industrial. Pode-se até mesmo dizer que, esquecendo essa visão de liberação do trabalho e da figura humana do trabalhador e tentando encaixar a era digital nos moldes da lei do valor, obtemos justamente essa prisão ou escravidão digital. É Prometeu acorrentado, não libertado.

IHU On-Line – O senhor trabalha muito com a ideia de polinização. Como esse seu conceito se associa com a ideia de “general intellect”, de Marx?

Yann Moulier Boutang – Comecei minha atividade intelectual e meu engajamento deparando-me com o trabalho que foge, se desloca, migra (o tema da minha tese foi a origem do assalariamento, e escrevi trabalhos sobre as migrações internacionais), a partir do Marx que já não era mais nem jovem nem o cientista do *Capital*. O capitalismo cognitivo que comencei a definir em 1999 (meu livro *O capitalismo cognitivo* foi publicado em 2007) me levou a esse texto do fragmento sobre as máquinas, e pude compreender melhor essa antecipação prodigiosa de Marx.

Vamos partir da definição que Marx propõe da mais-valia, ou da sobrela-

lia, no âmbito da minha análise da atividade da abelha, como paradigma para pensar realmente a atividade humana. O trabalho da abelha não é apenas a produção do mel e da cera para fabricar os alvéolos da colmeia; o verdadeiro trabalho ecológico e reprodutor da vida é a polinização (como fazem todos os insetos polinizadores). Em termos de valor (de riqueza, mesmo mercantil), essa atividade é infinitamente mais produtiva do que a fabricação de mel e cera. Podemos fornecer números concretos sobre esse multiplicador: entre 500 e 5.000 vezes mais produtivo que a produção de um *output* a partir de um *input*.

Marx e a polinização

Na classificação de Marx, onde situar a polinização? A polinização como tal não é sobrelaia; ela é valor ou riqueza. A única coisa que se parece com a sobrelaia é o que acontece quando o apicultor põe a abelha a trabalhar (domesticando-a desde o neolítico). O que faz o apicultor? Em troca de serviço (uma colmeia, cuidado das abelhas), ele consegue fazer com que a abelha trabalhe mais do que o necessário para ela, ou seja, o tempo de acumular reservas de mel para alimentar a rainha e a progenitura da colmeia, e para o inverno também. Ao retirar os favos de mel preenchidos pelo trabalho reprodutor das abelhas, o apicultor se apropria do mel e da cera e obriga as abelhas a trabalharem além do que fariam sem a hábil predação humana. *Labor improbus vincit omnia*, como diz Virgílio²². O dono da fábrica ou da oficina não faz um uso diferente do companheiro ou do empregado. Mas o que dizer da polinização, essa verdadeira atividade *byproduct* (produção ligada) que a abelha realiza inconscientemente?

Pode-se falar de sobrelaia? Ela está ligada apenas indiretamente ao trabalho da abelha. No entanto, sabemos hoje que o trabalho industrial do homem agricultor ou industrial que utiliza agrotóxico e adubos químicos para aumentar o rendimento agrícola

destrói essa atividade vital, do ponto de vista ecológico, dos polinizadores.

Passemos aos humanos. A atividade humana é muito mais ampla que o trabalho reconhecido como trabalho remunerado e protegido pelo status do emprego. Ela abrange todas as atividades de reprodução dos humanos em sociedade (criação, educação, aprendizagem da linguagem, da escrita, produção da língua, dos símbolos, da cultura, trabalho voluntário, trabalho “doméstico”, em suma, toda a categoria da esfera da reprodução que sempre foi o buraco negro da lei do valor e de todas as tentativas de reduzi-la a uma produção de mercadorias). No capitalismo mercantilista, no capitalismo industrial, a polinização é usada e sofre uma predação contínua, um acúmulo primitivo continuado. Paradoxalmente, contudo, ela não tem lugar no universo socialista da lei do valor. Em compensação, na época do maquinismo, ou seja, da inteligência artificial, do digital e da ciência e suas aplicações, “a geração de riqueza depende menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho utilizada do que da potência dos agentes mecânicos movimentados durante o período de trabalho”.

O que vemos no capitalismo cognitivo? A captação, pelas plataformas interativas instrumentadas pelo digital e pelos aplicativos em rede, das externalidades positivas provenientes da polinização humana, da interação das massas. Ou, se preferirem, o uso do trabalho produtivo de valor da parte polinizadora da atividade humana. As *Gafami* descobriram o eldorado das externalidades positivas graças ao uso da ciência. As *Gafa* exploram metodicamente e saqueiam com frequência o imenso reservatório da produção do vivente por meio do vivente. Essas multinacionais são os conquistadores do Novo Mundo digital.

IHU On-Line – Como podemos, a partir dessas perspectivas de Marx, pensar em construir, de fato, a sociedade de justiça e abundância?

Yann Moulier Boutang – A solu-

²² Publius Vergilius Maro (70 a.C.-19 a.C.): mais conhecido como Virgílio, é um poeta romano. (Nota da IHU On-Line)

ção seria canalizar toda essa polinização humana para a lei do valor, fazendo pagar por esse “trabalho invisível”? Todo o mundo assalariado, como propõe Bernard Friot²³? Não. Porque é somente uma pequena parte do trabalho de polinização (e não o mais útil para a humanidade) que é movimentada

23 **Bernard Friot**: é um sociólogo e economista francês nascido em 16 de junho de 1946 em Neufchâteau (Vosges), professor emérito de Paris - Universidade de Nanterre (Paris X). (Nota da **IHU On-Line**)

pelas grandes companhias do digital que exploram os rastros da interação humana para alimentar as máquinas inteligentes. É mais no sentido de uma renda existencial ou universal desvinculada de qualquer contrapartida de trabalho ou emprego que devemos buscar a solução para conter a colonização do vivente e da força de invenção cerebral pelas tecnologias digitais.

Uma renda suficiente para viver, equivalente ao salário mínimo, individual, incondicional, acumulável com uma atividade assalariada ou comercial. Uma renda para liberar a força da atividade humana do jugo cada vez mais opressor do trabalho doado em excesso a outrem ou de um trabalho falsamente independente e fortemente dependente do mercado (mundial), um padrão bem mais tirânico e intrusivo que o velho padrão paternalista. ■

Leia mais

- **O socialismo chinês e a equação desafiadora de Xi Jinping**. Entrevista com Yann Moulier-Boutang, publicada nas Notícias do Dia de 10-1-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LuWjCn>.

- **O poder das finanças e as estratégias para romper a crise sistêmica**. Entrevista com Yann Moulier-Boutang, publicada na revista IHU On-Line, número 492, de 5-9-2016, disponível em <http://bit.ly/2mFUAMi>.

- **A financeirização e as mutações do capitalismo**. Entrevista com Yann Moulier-Boutang, publicada na revista IHU On-Line, número 468, de 29-6-2015, disponível em <http://bit.ly/2LLWjL5>.

- **“O sistema financeiro de mercado é como o sismógrafo desta crise”**. Entrevista com Yann Moulier-Boutang, publicada na revista IHU On-Line, número 301, de 20-7-2009, disponível em <http://bit.ly/2LObmnH>.

- **A difícil tarefa de se mover na economia da complexidade**. Entrevista especial com Yann Moulier Boutang, publicada nas Notícias do Dia de 12-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LLCkw7>.

- **A bioprodução. “O capitalismo cognitivo produz conhecimentos por meio de conhecimento e vida por meio de vida”**. Entrevista especial com Yann Moulier Boutang publicada na revista IHU On-Line, número 216, de 23-4-2007, disponível em <http://bit.ly/2c00ntM>



Exibição e debate do filme

**No intenso
agora**

**Maio de 68 – 50 anos
de história**

28 de agosto e
05 de setembro de 2018

ihu.unisinos.br

Impacto destrutivo do capitalismo já é maior do que todas as destruições anteriores da vida no planeta

Marildo Menegat, ao analisar a Revolução 4.0 e seus efeitos, destaca que ela é um aprofundamento da Terceira Revolução Tecnocientífica

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

56

Ao analisar a Revolução 4.0 e seus efeitos, Marildo Menegat destaca que ela é um aprofundamento da Terceira Revolução Tecnocientífica, a da microeletrônica. “Ela amplia soluções na elaboração de informações em alguns pontos que não eram ainda suficientemente rentáveis para o capital, quando essa transformação tecnológica iniciou-se nos anos 1950-60”, contextualiza em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Na década de 1980, ela já era dominante na indústria automobilística em países como o Japão. Mas ainda faltava se desenvolver o robô, que poderia ser definido como uma máquina com ‘órgãos de sentidos e inteligência artificial’. Essas máquinas – que parecem ‘quase humanos’ – são o eixo central da Revolução 4.0.”

Sobre os impactos da mudança tecnológica “que finalmente poderá substituir o trabalho humano em larga escala em atividades antes tão especializadas”, ou mesmo a operação de “máquinas flexíveis de múltiplas tarefas numa linha de produção de celulares”, projeta: será “um desastre que provavelmente não se completará em toda sua potencialidade tecnocientífica”. Menegat acredita que “o próprio capitalismo, como sujeito automático, afundará totalmente na catástrofe ‘algumas horas antes’, por falta de condições para continuar simulando, por meio do sistema financeiro, a produção especulativa de novos valores que sustentariam artificialmente estas fábricas sem trabalho”.

Ao refletir sobre os efeitos da técnica, Menegat afirma que, no essencial, ela “aumentou loucamente o sofrimento psíquico necessário para os indivíduos se adaptarem às suas tarefas e ao mun-

do que dela resulta”. Para ele, não há por que querer melhorar o trabalho se a situação for avaliada a partir de uma perspectiva crítica dos fundamentos do capital. “Antes, o urgente seria superá-lo como atividade insana que tem levado a humanidade a saltar num abismo sem volta.” Ao citar as teorias do antropoceno, lembra que “o impacto destrutivo do capitalismo – e nisto seus fundamentos, como o valor, o dinheiro e o trabalho, estão implicados totalmente – já é maior do que todas as destruições anteriores da vida no planeta, que foram parciais, enquanto esta poderá ser total!”.

Menegat aponta que o dado mais relevante que emana da análise da história recente do Brasil “é o desastre social medido em termos de desemprego – sem esquecer o subemprego e todas as modalidades de precarização – e a violência assombrosa presente nos números de homicídios e presos, nas guerras diárias em bairros da periferia que impedem que crianças possam estudar”. Para ele, “só considera que vivemos um tempo não catastrófico quem vive numa bolha”. Ao aprofundar o entendimento dessa bolha, diz que “ter um emprego com direitos assegurados se tornou um privilégio”. E a esquerda tradicional, “que tem seu ethos nesta bolha”, para ela se trata de lutar por “nem um direito a menos”. Por outro lado, “para a massa deserdada do lado de fora desta bolha, a realidade crua é que o mundo do trabalho não tem mais vagas, e os direitos são uma garantia de previsibilidade que nunca houve em suas vidas”.

Menegat projeta que, até 2025, “os efeitos da Revolução 4.0, juntamente com os novos capítulos da crise global,

tornarão o cotidiano de nossas vidas um verdadeiro inferno, dessa vez para um número muito maior de pessoas”. Ele cogita que a esquerda não está entendendo isso, “portanto, é provável que, como em 2013, fique desarmada (ou alarmada?) diante do caos”.

Marildo Menegat é graduado, mestre

e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo - USP. É professor no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como observa os impactos da chamada Revolução 4.0 na sociedade de nosso tempo, especialmente no mundo do trabalho?

Marildo Menegat – Poderíamos começar com esta expressão: “mundo do trabalho”; ela denota um mundo apartado da vida que tem sua origem histórica no capitalismo. Ao mesmo tempo, o trabalho é uma categoria fundamental da economia, que é, na verdade, esta esfera total separada da vida e que a determina. A gênese desta esfera foi o processo de violência espantosa da acumulação primitiva de capital. Neste processo, iniciado na Europa entre os séculos XIV e XVI, houve a imposição brutal desta atividade como forma básica da socialização das modernas sociedades produtoras de mercadorias. Se se for além do momento fundamentalista dos debates sobre o trabalho, frequente no campo do marxismo tradicional e do pensamento liberal iluminista, se poderá observar que esta categoria não define nada além de uma atividade abstrata objetivada da produção de valor, que é essencial para a sustentação e continuidade da dinâmica e do sentido desta sociedade, que se resume na transformação de dinheiro em mais dinheiro.

Não há, desta maneira, nenhuma diferenciação qualitativa, no essencial, nas diferentes modalidades desta atividade. Tanto faz se se gasta energia humana produzindo pão, cadernos ou bombas nucleares. Em todas elas, o centro que as organiza não são as necessidades humanas, mas a necessi-

dade imperativa de valorização do capital, que, como disse Marx, é “o sujeito automático do processo social”, portanto, uma estrutura impessoal (e cega) de dominação. Marx diz também que o capital é a ‘verdadeira barreira da produção capitalista’. Com isso ele assinalava o fato de que apenas o trabalho vivo produz mais valor, mas, contraditoriamente, o regime de concorrência do capitalismo obriga os capitais individuais a reduzir custos permanentemente. As transformações tecnológicas, quando são de largas proporções e mudam a matriz dos processos de produção, fazem isso expelindo ‘do mundo do trabalho’ grandes quantidades de força de trabalho.

A Revolução 4.0 é um aprofundamento da Terceira Revolução Tecnocientífica, a da microeletrônica. Ela amplia soluções na elaboração de informações em alguns pontos que não eram ainda suficientemente rentáveis para o capital, quando essa transformação tecnológica iniciou-se nos anos 1950-60. A automação da fábrica fordista começou com a elaboração em tempo real por meio de mecanismos eletrônicos de boa parte das informações necessárias ao processo de produção. Na década de 1980, ela já era dominante na indústria automobilística em países como o Japão. Mas ainda faltava se desenvolver o robô, que poderia ser definido como uma máquina com ‘órgãos de sentidos e inteligência artificial’. Essas máquinas – que parecem ‘quase humanos’ – são o eixo central da Revolução 4.0.

A automação da fase anterior já colocara o ‘mundo do trabalho’ de joelhos, produziu no planeta inteiro o que a sociologia chamou de desemprego estrutural. Pela primeira vez na história do capitalismo, se havia chegado a um limite absoluto na capacidade de o sistema criar empregos produtivos – que são os que contam para a valorização do valor. As taxas de desemprego passaram a ser muito altas. Diante deste fato, num primeiro momento, os governos mexeram nos métodos de produzir as estatísticas. Formas de trabalho temporário, bicos e empregos degradantes, que na fase anterior de expansão do capitalismo não eram considerados empregos, passaram a ser agora uma mistura de empreendedorismo com emprego por conta própria! Essas estatísticas se fixam em perguntar se você tem alguma fonte de renda, não importa em que condições. Porém, somente isso não bastou. Foram necessárias outras passadas de lebre, como o esforço permanente de se empurrar as mulheres para o espaço doméstico, que voltou à cena no mundo inteiro. Basta prestar atenção na captura que deste fato fazem os políticos de extrema direita. No Brasil dos anos lulo-petistas, uma pesquisa mais rigorosa em suas perguntas demonstrou que 39% da População Economicamente Ativa não trabalhava. As mães cuidavam da casa e dos filhos, e estes estudavam até mais tarde – sem se falar dos que nem trabalhavam nem estudavam. Com isso, os índices de desemprego andaram em baixa, pois essas pessoas pararam de procurar empregos e de pressionar as estatísticas.

Você pergunta sobre os impactos de uma mudança tecnológica que finalmente poderá substituir o trabalho humano em larga escala em atividades antes tão especializadas, como pilotar um avião ou atender a uma reclamação de um cliente por telefone, ou mesmo operar máquinas flexíveis de múltiplas tarefas numa linha de produção de celulares. Será um desastre que provavelmente não se completará em toda sua potencialidade tecnocientífica. O próprio capitalismo, como sujeito automático, afundará totalmente na catástrofe ‘algumas horas antes’, por falta de condições para continuar simulando, por meio do sistema financeiro, a produção especulativa de novos valores que sustentariam artificialmente estas fábricas sem trabalho – observe a inversão sobre a qual a economia se segura (por um fio) desde os anos 1980. Tampouco este processo de colapso será uma novidade, pois já está em curso há muito tempo. O que teremos na próxima década é a sua aceleração. Para se entender isso, é necessário explicar muito rapidamente a crise em que o capitalismo entrou desde os anos 1970, justamente quando a revolução microeletrônica começou a impactar negativamente na produção absoluta de valor.

Trocando em miúdos, esses sintomas começaram a aparecer entre 1971 e 75, quando o marco sinalizador deste colapso se mostrou como uma virada epocal, com a sequência que vai do fim do Acordo de Bretton Woods¹ à crise do petróleo e, desta, à primeira grande recessão

¹ **Conferência de Bretton Woods:** nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as nações, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos de dois organismos das Nações Unidas – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fundo ajuda a manter constantes as taxas de câmbio, além de socorrer países com crises nas suas reservas cambiais, como no caso do Brasil e da Rússia, em 1998. O banco realiza empréstimos internacionais a longo prazo e dá garantia aos empréstimos feitos através de outros bancos. (Nota da **IHU On-Line**)

mundial depois de 1929, em 1974-75. Depois disso, a história social do capitalismo foi uma ladeira abaixo dos padrões civilizatórios mínimos que tinha acumulado no pós-Guerra. Países inteiros, como a URSS, o Brasil, o México etc., entraram em falência. Não se trata de mais uma das crises de superacumulação, mas da crise em que se apresentou o limite lógico interno do capital e que o impede de continuar produzindo mais valor (Kurz²). O capitalismo eliminou demasiadamente trabalho produtivo e perdeu a fonte excelsa de sua existência. Era nisto que consistia a afirmação de Marx de que ‘o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção de riqueza enquanto tal’.

IHU On-Line – De que forma as revoluções tecnológicas impactam o capitalismo?

Marildo Menegat – O capitalismo é empurrado a revolucionar permanentemente a técnica por razões sistêmicas. Estas revoluções são consequências do regime de concorrência. Ao mesmo tempo que elas empurram o capital para superar suas barreiras internas da acumulação, depois de um certo tempo elas criam barreiras maiores e intransponíveis para esta mesma acumulação. A concorrência se realiza por meio da apropriação do mais valor produzido por capitalistas individuais, mas, pa-

² **Robert Kurz** (1943-2012): sociólogo e ensaísta alemão, co-fundador e redator da revista teórica *Krisis – Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (*Krisis – Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do Iluminismo e a relação entre cultura e economia. É autor de *O Colapso da Modernização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993) e *Os Últimos Combates* (Petrópolis: Vozes, 1998). A **IHU On-Line** entrevistou Kurz na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, sob o título *A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário*, disponível em <https://bit.ly/2LnuuKM>. Na edição 161, de 24 de outubro de 2005, Kurz concedeu a entrevista *Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias*, disponível em <https://bit.ly/2uFPq6M>. Confira, ainda, as entrevistas *O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema*, publicada na edição 188 de 10-07-2006, disponível em <https://bit.ly/2L4D2rK>, e *O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna*, publicada na edição 278 da **IHU On-Line**, de 21-10-2008, disponível em <https://bit.ly/2NVy4LK>. Leia também uma entrevista sobre seu legado, concedida por Ricardo Antunes e Dieter Heidemann à **IHU On-Line**, intitulada *Um crítico da economia política*, publicada na edição número 400, de 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/NZa8ls> (Nota da **IHU On-Line**)

radoxalmente, quanto menos trabalho vivo este capitalista usa para produzir suas mercadorias, maior será o lucro que ele irá obter no mercado. Por outro lado, o capitalista individual que usa maior quantidade de trabalho vivo (e produz quantidade maior de mais valor) corre o risco de perder a competição devido aos altos custos de seus produtos, por isso ele é levado a se igualar ou superar seu concorrente com novas tecnologias – caso contrário, irá à falência.

Quanto mais os capitais individuais são impelidos a poupar trabalho por meio da técnica, menos valor o capital na sua totalidade irá produzir. Natalie Moszkowska³ mostrou que, mesmo que as condições técnicas para a mudança de um paradigma tecnológico estejam dadas, esta mudança apenas será efetivada se houver ao fim a garantia do capital fazer uma economia no mínimo igual ao seu custo. Dessa forma, ao término de cada onda de acumulação de capital, tivemos uma grande crise de superacumulação e o início de uma revolução tecnológica que iria mudar o patamar da taxa de extração do mais valor (ou de sua massa) e procurar, com isso, inverter a tendência de queda da taxa de lucro então em curso. A técnica é *um dos* elementos essenciais neste processo.

O primeiro campo em que estas novas tecnologias impactam é no seu uso na inovação dos processos de produção. A Segunda Revolução Tecnológica, iniciada no fim do século XIX, ao generalizar o uso dos motores elétricos e a combustão, expulsaram enormes quantidades de trabalhadores das linhas de produção. Este desemprego massivo pode ser acompanhado pela história da imigração europeia para outros continentes neste período. Países que se industrializavam justamente durante a segunda onda industrializante, forjada por estas novas técnicas, expatriaram grandes contingentes de sobrepopulação. Itália, Japão,

³ **Natalie Moszkowska** (1886-1968): economista nascida em Varsóvia, na Polônia. Produziu contribuições significativas à teoria marxista. (Nota da **IHU On-Line**)

Alemanha – em menores proporções – ajudaram a criar as condições de países como os Estados Unidos formarem um exército industrial de reserva, que tornou viável a implementação dos novos métodos de organização do trabalho elaborados por Taylor e, posteriormente, aprofundados por Ford.

Este processo poderia ter findado na grande crise geral do capitalismo entre 1914-45. Porém, como estas técnicas, num segundo momento, são usadas na inovação de produtos, criando novos ramos de produção e permitindo ao capital novas oportunidades de investimentos, com retornos muito lucrativos – como foi o caso da massificação da produção do automóvel, dos eletrodomésticos e toda produção de infraestrutura necessária para manter viável a expansão do uso destes novos produtos, como, por exemplo, as autoestradas ou hidroelétricas ou a exploração de petróleo –, foi possível se evitar o colapso e realizar uma imponente expansão da economia – que, diga-se de passagem, justamente chegou ao fim no início dos anos 1970.

Neste segundo momento do processo, o de inovação dos produtos, se tende a reabsorver parte da massa de trabalhadores dispensada anteriormente durante a inovação do processo de produção. No caso do fordismo, estas transformações foram tão profundas e exigiram tanta destruição para se efetivarem que, de fato, produziram uma mudança no modo de vida das sociedades que passaram por essa modernização – basta lembrar que o fordismo foi introduzido na Alemanha, de maneira mais substantiva, durante o nazismo, na Rússia após a revolução soviética⁴, especialmente no período stalinista, e,

4 **Revolução Russa:** série de eventos políticos na Rússia que, após a eliminação da autocracia russa e depois do Governo Provisório (Duma), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, que durou até 1991. A revolução compreendeu duas fases distintas: a Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II, o último czar a governar, e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal, e a Revolução de Outubro, na qual o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lênin, derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético. (Nota da **IHU On-Line**)

no Brasil, durante a ditadura do Estado Novo⁵, depois completado pela outra ditadura civil-militar⁶, após 1964. Veja, estas revoluções tecnológicas impactam não apenas a acumulação de capital como transtornam destrutivamente a vida social.

IHU On-Line – Imaginava-se que uma grande transformação tecnológica seria capaz de melhorar as condições de trabalho. Mas não é isso que temos visto, pelo contrário: jornadas ainda mais exaustivas e uso da tecnologia para aumentar a produção, além de restringir o acesso ao emprego a quem é menos preparado para esse mundo. Quais os desafios para reverter esse quadro?

Marildo Menegat – As ideologias da sociedade burguesa procuram adaptar as ideias às necessidades do capital. O conceito de progresso, por exemplo, é uma abstração niilista, um vazio total de sentido, mas moveu mais montanhas do que Maomé poderia desconfiar. A máquina fascina o ideário social desde o século XIX. Poucos, no entanto, pensaram criticamente a sua origem. Este mecanismo não tem a finalidade de melhorar a vida dura do trabalhador, seja nas profundezas das minas de carvão, onde ela começou a ser usada para bombear a água que impedia de se adentrar mais um pouco nas entranhas escuras da terra para ex-

trair carvão, ou na indústria têxtil. Sua função foi, desde sempre, como disse Marx, um “meio de produção de mais-valia”.

Se naturalizarmos o trabalho, que é um fundamento histórico da sociedade capitalista – e apenas dela –, tenderemos a achar que a técnica sorri para o trabalhador, pois sempre requererá menos da sua força e atenção, até ao fim implicar na impossibilidade de este encontrar um emprego. Ela pode inclusive ajudá-lo a não sofrer acidentes graves, como queimaduras em aciarias, mas esta naturalização seria um horizonte cultural demasiadamente pobre e acrítico.

No essencial, a técnica aumentou loucamente o sofrimento psíquico necessário para os indivíduos se adaptarem às suas tarefas e ao mundo que dela resulta. Um exemplo limite são os trabalhadores de usinas nucleares que manuseiam o lixo radioativo, ou os trabalhadores agrícolas que precisam manusear venenos altamente tóxicos. Nenhuma destas técnicas melhoram a vida, mas ambas contribuem para que o processo de destruição ecológica do planeta seja irreversível. Seria uma estupidez discutirmos estes temas em termos de mais ou menos ou melhores empregos, quando no capitalismo todo emprego, como disse acima, tem apenas a finalidade de acumular o capital.

Se olharmos para estes fenômenos a partir de uma perspectiva crítica dos fundamentos do capital, não há por que querer melhorar o trabalho. Antes, o urgente seria superá-lo como atividade insana que tem levado a humanidade a saltar num abismo sem volta. As teorias do antropoceno mostram que o impacto destrutivo do capitalismo – e nisto seus fundamentos, como o valor, o dinheiro e o trabalho, estão implicados totalmente – já é maior do que todas as destruições anteriores da vida no planeta, que foram parciais, enquanto esta poderá ser total!

Um outro aspecto em que as transformações tecnológicas produzem um impacto regressivo é na socia-

bilidade. Como essas transformações são determinadas por razões sistêmicas, tais como o regime de competição e o estado que este atingiu historicamente, elas vão influir na socialização, já que esta, no capitalismo, se funda na produção de mercadorias, o que exige que todos se transformem em sujeitos monetários (Kurz). Contudo, tal imposição, realizada por meio do trabalho, entrou em crise junto com o capital no fim do século XX, e o desenvolvimento das técnicas da microeletrônica estão na origem deste fato.

A partir deste momento, todas as conquistas de direitos começaram a ser ameaçadas. A reprodução social se tornou um gigantesco estorvo para uma economia incapaz de ampliar a base da produção de valor e, no mesmo ato, ficou fortemente reticente em permitir aumentos de impostos para sustentar e ampliar estes direitos. Desde então, o mundo do trabalho colapsado passou a ser uma sucursal do horror que assola a sociedade na sua totalidade. Dentro de uma fábrica ou em qualquer posto de trabalho, a pressão para manter a fonte de monetização dos indivíduos é um sarcástico sistema de sacrifícios, cada vez mais inconcebível e insuportável, enquanto no lado de fora das empresas, para a massa de desempregados, a vida simplesmente acabou – ao menos nos moldes de uma sociabilidade fundada no valor.

IHU On-Line – As lutas por melhores condições de trabalho sempre foram pauta da chamada esquerda. No contexto da Revolução 4.0, a esquerda compreendeu a emergência da atualização dessa sua luta?

Marildo Menegat – O que era a esquerda nas manifestações de Junho de 2013? A esquerda tradicional – entendida na chave conceitual (crítica) proposta por Postone⁷ – chegou tarde à aveni-

da. Talvez porque as reivindicações, o modo de organização do MPL [Movimento Passe Livre] – um grupo autonomista, a léguas de qualquer manual leninista – e o público a quem era dirigido o protesto criavam dificuldades de serem apreendidos numa lógica de luta de classes. Principalmente depois dos ‘20 centavos a menos’ não serem mais a razão dos protestos. Esta esquerda estava deslumbrada com o Estado, convencida de uma sobreavaliação do legado dos governos lulo-petistas, e considerava que as massas estavam satisfeitas com as conquistas desse período. Portanto, se não há uma crise social grave nos moldes do mundo do trabalho sob ataque, qual o sentido de protestos tão amplos e difusos como os daquele momento? Não obstante, esta foi a maior onda de manifestações populares desde os anos 1980, e ela se deu durante um governo de esquerda!

Se analisarmos a história recente do Brasil, o dado mais relevante é o desastre social medido em termos de desemprego – sem esquecer o subemprego e todas as modalidades de precarização – e a violência assombrosa presente nos números de homicídios e presos, nas guerras diárias em bairros da periferia que impedem que crianças possam estudar; enfim, só considera que vivemos um tempo não catastrófico quem vive numa bolha.

Pois bem, esta bolha pode ser habitada por uma espécie de privilegiados que não poderiam ter imaginado este inusitado destino anos atrás. Mas a verdade é que ter um emprego com direitos assegurados se tornou um privilégio. Para a esquerda tradicional, que tem seu ethos nesta bolha, trata-se de lutar por ‘nem um

direito a menos’. Mas para a massa deserdada do lado de fora desta bolha, a realidade crua é que o mundo do trabalho não tem mais vagas, e os direitos são uma garantia de previsibilidade que nunca houve em suas vidas. Se você insistir em reconstituir este mundo, a esta altura um ideal, de empregos e direitos, é bom saber que a matéria que o sustentava, ou seja, a capacidade do capitalismo se expandir com vigor sob uma produção real de novo valor por meio de empregos produtivos, se negará a ceder às ordens do programa. Por isso, se criam dois universos. A ilha dos bem-aventurados, que querem eterno seu mundo – coxinhas à frente (mas não somente, se me faça entender!) –, e o continente dos desvalidos e outros tipos resultantes das desgraças em curso. Por esta e outras, não é mais possível agirmos dentro de um quadro de referências de relações sociais que estão desmoronando, achando que está tudo bem, como se nada de muito grave estivesse acontecendo.

Desse modo, a fração mortadela do embate clássico que sucedeu aos acontecimentos de 2013 se aferra em defender as conquistas de governos que se pautaram em fazer o que eu chamo de uma bem sucedida ‘gestão da barbárie’. Para isso foram desenvolvidas técnicas de governabilidade social (bolsa família, programa de erradicação do trabalho infantil, pontos de cultura etc.) que poderiam ser pensadas como escoras para manter em pé um mundo que desabou. Enquanto ainda há oxigênio na ilha dos bem aventurados, este setor mantém sua solidariedade com os do continente selvagem, defendendo estas políticas públicas que, por sinal, depois do estouro da verdadeira bolha, a da especulação com os preços das commodities, que tornou viável o ‘nunca antes’ dos governos de 2003 a 2012, estas políticas públicas não puderam mais ser sustentadas – o que explica a guinada do consenso anterior, no qual sequer existia oposição, para a defesa aberta desta realidade temerosa e suas reformas regressivas. Até 2025, os efeitos da Revolução 4.0, juntamente com os

reinterpretação radical da teoria crítica de Karl Marx, principalmente de *O Capital* e dos *Grundrisse*. Também investigou a relação entre capitalismo e antissemitismo, com fundamento na forma-mercadoria e no trabalho abstrato. Postone foi influenciado, em sua interpretação, pelo livro *História e consciência de classe*, de Georg Lukács, pelos teóricos do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (onde estudou de 1976 a 1982) e por marxistas heterodoxos como Sohn-Rethel, Isaak Rubin e Roman Rosdolsky. Influenciou profundamente os teóricos da crítica do valor (Anselm Jappe, Robert Kurz, Norbert Trenkle), assim como outros intérpretes de Marx, como Antoine Artous. (Nota da IHU On-Line)

7 **Moishe Postone** (1942-2018): nascido no Canadá, foi professor de história na Universidade de Chicago. Conhecido tanto por sua interpretação do antissemitismo moderno quanto por sua reinterpretação da teoria crítica marxista. Em seu livro *Time, Labor and Social Domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*, propõe uma

novos capítulos da crise global, tornarão o cotidiano de nossas vidas um verdadeiro inferno, dessa vez para um número muito maior de pessoas. Não sei se a esquerda está entendendo isso, portanto, é provável que, como em 2013, fique desarmada (ou alarmada?) diante do caos.

IHU On-Line – Todas as revoluções tecnológicas promoveram rupturas e mudaram as formas de vida em sociedade. Mas, nesse aspecto, no que as transformações advindas da Revolução 4.0 se diferenciam das revoluções tecnológicas anteriores?

Marildo Menegat – A inovação do processo de produção que a microeletrônica criou, ainda no final do século XX, expulsou do mundo do trabalho um contingente gigantesco de pessoas. No segundo momento, o da inovação de produtos que esta técnica possibilitava, como a produção de computadores, celulares e todo tipo de máquinas da Revolução agora chamada de 4.0, não houve condições para se absorver mais do que uma minúscula fração dessa massa dispensada no momento anterior. Todos estes produtos novos são fabricados com máquinas que utilizam estas tecnologias superpouadoras de força de trabalho. Diferente do fordismo, essas mudanças não criaram mecanismos de compensação capazes de evitar a tendência de crise do capitalismo, abrindo uma longa onda de expansão da acumulação. As distopias de ficções científicas ao estilo de Philip Dick⁸ tornaram-se atuais: ferramentas high-tech em plena barbárie.

IHU On-Line – Quais os limites de apostar no trabalho como uma forma de humanização e de fazer frente ao avanço

8 **Philip Dick** (1928-1982): também conhecido pelas iniciais PKD, de Philip Kindred Dick, foi um escritor americano de ficção científica que alterou profundamente este gênero literário. Apesar de pouco reconhecido em vida, a adaptação de vários dos seus romances ao cinema acabou por tornar a sua obra conhecida de um vasto público, sendo aclamado tanto pelo público como pela crítica. (Nota da IHU On-Line)

maquínico da tecnologia sobre a vida?

Marildo Menegat – Marx fala de um necessário metabolismo entre sociedade e natureza. O marxismo tradicional, seguindo seu modelo, que é o Iluminismo – lembrando que este foi a forma mais elevada do pensamento burguês –, compreendeu esta questão de modo trans-histórico, tomando o trabalho da sociedade moderna como atividade universal existente desde sempre em todas as sociedades anteriores e, por conseguinte, eixo central de construção do socialismo. Mas o trabalho, como explica Marx no caráter fetichista da mercadoria, é uma atividade abstrata característica do capitalismo, que torna possível a mediação social ‘na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas’. O fetichismo que adere aos produtos do trabalho não é uma ideologia, no sentido de uma falsa consciência, mas a própria forma objetivada desta atividade. Portanto, se esta atividade, que é um dos fundamentos da sociedade produtora de mercadorias, não for negada radicalmente, continuaremos a viver num tempo em que ‘as coisas governarão os homens’, e todos os horrores dos movimentos inconscientes do ‘sujeito automático’ serão lógica e historicamente necessários, inclusive o fim do mundo – para onde nos encaminhamos.

A crítica à técnica sempre gozou de pouco prestígio no Ocidente. Os indivíduos completamente assujeitados às leis da economia política têm dificuldades de pensar para fora da gaiola de aço que os protege de um mundo melhor. Não se trata de uma crítica à técnica *tout court*, mas de um critério radical para se pensar o que dela ainda pode sustentar a emancipação humana. Até hoje, a técnica esteve totalmente submetida às necessidades do capital e, portanto, foi muito mais um fator de produção de mais-valia do que uma força emancipatória. Em outras palavras, ela foi um instrumento de destruição e opressão imanente ao mundo do trabalho, e não uma força impulsionadora de uma revolução contra o trabalho.

Você fala em ‘avanço maquínico sobre a vida’. Fico pensando o quão distante de uma reflexão crítica da esquerda estão as experiências do socialismo real, em que este avanço produziu uma modalidade de vida moderna soterrada no mais violento tédio, quando não, em tédio, medo e extermínio em massa. A escritora Svetlana Aleksievitch⁹, no seu livro *O fim do homem soviético*, traz testemunhos dessa experiência de tirar o fôlego, que não podemos deixar que se tornem obscuros novamente. Uma crítica ao capitalismo não pode ser feita a partir da absurda proposição de que este impede o desenvolvimento das forças produtivas, mas de que estas, assim como o sentido geral da sociedade moderna, é uma poderosa força de destruição contra a qual a humanidade precisa urgentemente se levantar.

IHU On-Line – A Revolução 4.0 coloca em xeque conceitos como liberdade, tornando os seres humanos cada vez menos autode-terminados? De que forma?

Marildo Menegat – Um dos mitos fundadores do pensamento de adaptação às condições de vida da sociedade moderna é o de livre arbítrio. Spinoza¹⁰, muito lucidamente, mostrou que esta ficção formulada por Descartes¹¹

9 **Svetlana Aleksievitch** (1948): escritora e jornalista com cidadania bielorrussa, nascida na Ucrânia. Ganhou o Nobel de Literatura de 2015. A sua obra é uma crônica pessoal da história de mulheres e homens soviéticos e pós-soviéticos, a quem entrevistou para as suas narrativas durante os momentos mais dramáticos da história do seu país, como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra do Afeganistão, a queda da União Soviética e o desastre de Chernobyl. Abandonou a Bielorrússia em 2000 e viveu em Paris, Gotemburgo e Berlim. Em 2011, voltou a Minsk. No Brasil, lançou pela editora Companhia das Letras *O fim do homem soviético*, *A guerra não tem rosto de mulher* e *Vozes de Tchernóbil*. (Nota da IHU On-Line)

10 **Baruch Spinoza** (ou Espinoza, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século 17 dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da IHU On-Line, de 6-8-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <https://goo.gl/GEGuI5>. (Nota da IHU On-Line)

11 **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e da matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo),

era uma perda de realidade, e não a compreensão mais ampliada da nova realidade. Mas havia no fundo algo novo e difícil de ser expresso conceitualmente na experiência daquele tempo, que ambos autores procuraram entender: como explicar esta estrutura oculta que dominava a vida social?

Na nascente sociedade produtora de mercadorias, este domínio condicionava violentamente o espaço de escolhas dos indivíduos. Tal condicionamento obedecia a uma forma impessoal que, na falta de conceitos mais claros, ambos chamaram – ao seu modo – de o mundo criado por Deus. A diferença deste conceito em Descartes e Spinoza ocorre porque aquele tomou o mundo condicionado na perspectiva do dinheiro, e teorizou as condições de possibilidade de existência do sujeito monetário (que, não por acaso, é o sujeito da modernidade). O dinheiro – que é a essência do capital e possui as mesmas características de onipotência, onipresença etc. que um dia o conceito de Deus também possui –, na aparência, permite um espaço de escolhas – falso, diga-se desde já – que torna a liberdade uma de suas virtudes, no entanto, compartilhada apenas com quem o possui particularmente. Mas o dinheiro, depois de passar pela necessária encarnação no mundo dos homens, precisa voltar ao seu movimento teleológico de se multiplicar abstratamente – movimento este que submete o destino de todos, tenham eles dinheiro ou não.

Observe como há uma teologia negativa por detrás das leis da economia política, que permite o que Alfred Sohn-Rethel¹² fez, que foi demonstrar o quanto as categorias da filosofia moderna, em particular a kantiana, são oriundas das for-

mas abstratas das relações sociais – justamente aquelas que se realizam por meio de coisas e, para isso, devem abstrair a existência de seres humanos concretos que se encontram diante destas relações. No capitalismo, em que as leis do capital são este modo de dominação impessoal, com leis férreas próprias (Postone), falar de liberdade em abstrato é repetir Descartes e esperar milagres do livre arbítrio. Este foi um problema filosófico importante também para Hegel¹³. De um lado ele repetiu Descartes: a sociedade burguesa tende a ser formalmente uma sociedade de homens e mulheres livres (desde que tenham dinheiro ou alguma mercadoria para vender – como a força de trabalho), mas, por outro lado, como não concordar com Spinoza de que nossos atos são frequentemente alheios à vontade e à compreensão última de seu sentido, impelidos por imperativos objetivos nas próprias relações sociais? Movidos por deliberações individualistas, como estamos certos de que o seu resultado será o bem comum, que, na chave do filósofo alemão, significa um mundo mais racional?

Hegel tentou salvar o mito da liberdade do indivíduo na sociedade burguesa, mesmo que ao preço de reconhecer o fenômeno da alienação, que para ele era um preço necessário a ser pago por tal conquista histórica. Lembro muito sumariamente que Marx iniciou sua teoria crítica do capitalismo justamente se opondo a esta apreciação da alienação, nos conhecidos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*¹⁴. Para ele, a alienação

era um fenômeno negativo que colocava em questão a concepção de que, na sociedade moderna, somos livres. Na obra madura de Marx, a crítica a esta condição de i-liberdade é um dos aspectos centrais e mais profundos de sua crítica da economia política. Portanto, se não aderimos às ideologias de adaptação justificadoras deste tempo histórico, o capital é uma forma de dominação inconsciente e, quando se fala de emancipação humana, é contra esta forma histórica específica de dominação que a crítica deve se dirigir.

Dito isso, ainda resta compreendermos o papel particular da técnica na vigilância e no controle da vida dos indivíduos. Se as relações sociais já são de i-liberdade, este aparato técnico não é a diferença, o que nos prende, mas o modo em que esta prisão é realizada na época do pleno desenvolvimento de suas forças produtivas – que são, além de destrutivas, formas poderosas de controle. A inteligência artificial, que está sendo desenvolvida como parte da Revolução 4.0, precisa da contribuição inconsciente e voluntária de todas as pessoas para captar seus conteúdos. Ao usarem as redes sociais, todos estão dando informações valiosas sobre suas vidas, seu entorno, suas ideias, seus hábitos – que passam a ser ‘previstos’ pelo mercado e o Estado –, enfim, criam os limites sobre os quais cada passo pode ser acompanhado pelo Big Brother.

Na cidade de Londres, uma pessoa pode ser filmada até 300 vezes ao longo do dia! Um celular no bolso é garantia de localização imediata – não se assuste se gentilmente um aplicativo lhe sugerir ‘uma paquera’ que passou ao seu lado ou um restaurante para almoçar na região em

13 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, desenvolveu um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-4-2007, disponível em <https://goo.gl/m0FJnp>, intitulada *Fenomenologia do espírito, de (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 9-6-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <https://goo.gl/D94swr>; *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <https://goo.gl/62UATd> e *Hegel. Lógica e Metafísica*, edição 482, disponível em <https://goo.gl/lldAkV>. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844**: série de notas escritas entre abril e agosto de 1844 por Karl Marx. Não publicado pelo autor durante sua vida, foram lançados pela primeira vez em 1932 por pesquisadores

posição filosófica dos séculos 17 e 18 na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Alfred Sohn-Rethel (1899-1990): economista e filósofo marxista alemão nascido na França, especialmente interessado em epistemologia. Ele também escreveu sobre a relação entre a indústria alemã e o nacional-socialismo. Autor de *Intellectual and manual labour: a critique of epistemology* (Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1977) e *Economy and class structure of German fascism* (London, CSE Books, 1978) (Nota da **IHU On-Line**)

da União Soviética. Os cadernos são uma expressão inicial da análise de Marx da economia, principalmente de Adam Smith, e crítica da filosofia de G. W. F. Hegel. Os cadernos cobrem uma ampla gama de tópicos, incluindo propriedade privada, comunismo e dinheiro. Eles são mais conhecidos por sua expressão inicial do argumento de Marx de que as condições das sociedades industriais modernas resultam no distanciamento (ou alienação) dos trabalhadores assalariados da própria atividade/trabalho de sua vida. (Nota da **IHU On-Line**)

que você passeia ou um museu para você exercitar pela enésima vez a insensibilidade que este tipo de sociedade requer como uma premissa básica de sobrevivência: estes são modos de demonstração do sentido articulado entre a liberdade das relações sociais com técnicas refinadíssimas de controle.

Tenho acompanhado vez ou outra a esquerda tradicional exercitando seu desprezo pelo pensamento crítico e requeitando conceitos, como o de fascismo. Mas veja, Hitler¹⁵ não tinha na sua época um décimo desta parafernália que as democracias possuem hoje em dia. Um governo como o de Trump ou Putin já mostraram como são ativos no uso destas informações para sustentar democraticamente seus regimes de exceção. Nas denúncias de Snowden¹⁶, o governo de Obama não se saía melhor. O estado de exceção desta época será muito pior e mais destrutivo do que qualquer experiência monstruosa do passado, e a técnica será sua aliada, assim como

todos os que com ela mantêm uma relação ambígua.

“As ideologias da sociedade burguesa procuram adaptar as ideias às necessidades do capital”

IHU On-Line – Essa revolução tecnológica que vivemos aumenta a barbárie vivida após a Modernidade? Como enfrentar esse estado de barbárie?

Marildo Menegat – Se não usarmos o conceito de barbárie como mero adjetivo de coisas ruins que acontecem ou nos cercam, mas como um esforço de compreensão substantiva da realidade, de sua dinâmica cega de colapso, não a revolução técnica em si, mas ela como uma parte imanente da lógica da acumulação de capital, isso aprofundará o processo de desintegração em que vivemos, sem volta, desde o início de sua crise estrutural nos anos 1970. Uma saída seria nos descondicionarmos o máximo possível desta forma social, pensando modos de sociabilidade que suprimam a produção de mercadorias e a necessidade imperativa de dinheiro. A transição para este outro tipo de vida emancipada não poderá se realizar pelos meios

tradicionais da política, entendida como a luta pelo poder do Estado, pois não há como se suprimir a dominação do capital sem se suprimir a forma de dominação do Estado.

Marx, ao comentar os acontecimentos da Comuna de Paris¹⁷ de 1871, deu importância central para as iniciativas de desmonte do aparato de poder apartado da sociedade. A ideia de uma sociedade autogovernada ainda pulsa forte em nossa época. O lugar da natureza, de objeto a ser dominado, no sociometabolismo do capital, precisará ser revisto com muita radicalidade. A ruptura metabólica que o capital produz em sua sujeição da natureza criou uma paisagem de destruição que o máximo que poderemos fazer no futuro será mitigá-la, na espera de que, como diz André Villar Gomez¹⁸, uma consciência de responsabilidade com um mundo a ser legado às futuras gerações nos faça ser capazes de nos modificarmos tão profundamente que ‘o tempo do fim’ se torne finalmente um instante de lucidez incontornável. Depois disso, o capitalismo precisará soar como o verdadeiro absurdo que é. ■


¹⁵ **Adolf Hitler** (1889-1945): ditador austríaco. O termo Führer foi o título adotado por Hitler para designar o chefe máximo do Reich e do Partido Nazista. O nome significa o chefe máximo de todas as organizações militares e políticas alemãs, e quer dizer “condutor”, “guia” ou “líder”. Suas teses racistas e antissemitas, bem como seus objetivos para a Alemanha, ficaram patentes no seu livro de 1924, *Mein Kampf* (Minha luta). No período da ditadura de Hitler, os judeus e outros grupos minoritários considerados “indesejados”, como ciganos e negros, foram perseguidos e exterminados no que se convencionou chamar de Holocausto. Cometeu o suicídio no seu Quartel-General (o Führerbunker) em Berlim, com o Exército Soviético a poucos quarteirões de distância. A edição 145 da **IHU On-Line**, de 13-6-2005, comentou, na editoria Filme da Semana, a obra dirigida por Oliver Hirschbiegel *A Queda – as últimas horas de Hitler*, disponível em <https://goo.gl/Diukrq>. A edição 265, intitulada *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, de 21-7-2008, trata dos 75 anos de ascensão de Hitler ao poder, disponível em <https://goo.gl/rhiz3l>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Edward Snowden** (1983): analista de sistemas, ex-funcionário da CIA e da NSA, a Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Tornou-se conhecido por revelar detalhes do sistema de Vigilância Global norte-americano. Sobre o tema, acesse *Abandonar Snowden é uma causa indigna*. Entrevista especial com Sérgio Amadeu, no de 19-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihusnowden>, no sítio do IHU. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Comuna de Paris**: é um período insurrecional na história de Paris, que durou pouco mais de dois meses, de 18 de março de 1871 até a “Semana Sangrenta” de 21 a 28 maio de 1871. Esta insurreição contra o governo foi uma reação à derrota francesa na guerra franco-prussiana de 1870. (Nota da **IHU On-Line**)


¹⁸ **André Villar Gomez**: graduado em Educação Física pela Universidade Gama Filho e em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na sua tese, estudou o problema da crise estrutural do capitalismo e os impactos destrutivos do metabolismo capitalista sobre a natureza: aceleração da pilhagem ecológica, produção destrutiva (com destaque para a economia política da guerra) e a produção de um mundo pós-natural. (Nota da **IHU On-Line**)

II Ciclo de Palestras
Trajетória da Política Econômica Brasileira 2013-2017.
 Crescimento, crise e novas possibilidades



De 08/10 a 08/11 de 2018
 Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU Unisinos | Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br



A potência da concepção de uma economia para além dos números

Para Andrea Fumagalli, as teorias de Marx se mantêm atuais para analisar a realidade de hoje porque concebem uma Ciência Econômica recheada de Filosofia e epistemologia

João Vitor Santos | Tradução: Moisés Sbardelotto

O economista italiano Andrea Fumagalli é daqueles que creem que o pensamento de Karl Marx ainda serve como subsídio para análises das dinâmicas do século XXI. Mas, para ele, tão importante quanto apreender as elaborações do autor, é observar o que o faz chegar até elas. “A atualidade de Marx está no fato de que ele nos lembra que todo economista, principalmente hoje, deveria ter uma sólida base filosófica e epistemológica. Infelizmente, hoje, vigora a regra oposta”, aponta. Ou seja, concebendo a economia não como algo estanque e duro, se é capaz de avançar as análises diante de transformações mais contemporâneas. “Não existem leis imanentes na economia política. A atual metafísica econômica (imposta pelo neoliberalismo) não faz sentido”, dispara. E, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, acrescenta: “a análise de Marx (mas não em todo o marxismo) é uma análise ‘humanista’”.

É, por exemplo, o caso da “teoria do valor” que, embora pensada por Marx num contexto específico, mantém linhas de fuga capazes de fazer avançar as análises em outros cenários. “A teoria tradicional do valor do trabalho deve ser revista em relação a uma nova teoria do valor, em que o conceito de trabalho é cada vez mais caracterizado por ‘conhecimento’, ‘reprodução social’ e é permeado pela vida humana e pelo tempo de vida. Podemos chamar essa passagem como a transição a uma teoria do valor-vida”, analisa. Fumagalli ainda observa que a matriz marxiana pode ser empregada como instrumental para observar os avanços da biotecnologia nos contextos sociais e produtivos

de hoje, bem como as movimentações do capital nesses cenários. “Com o advento do capitalismo biocognitivo, que é uma extensão do capitalismo cognitivo, em que a vida humana inteira é transformada em valor, entramos em uma nova fase da relação capital-trabalho”, indica.

Andrea Fumagalli é doutor em Economia Política pela Università Bocconi e Università Cattolica di Milano, Milão, graduado em Economia e Ciências Sociais pela mesma instituição e posteriormente desenvolveu atividades de pesquisa em parceria com a École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, e a New School for Social Research (Nova York). Professor no Departamento de Economia Política e Método Quantitativo da Faculdade de Economia e Comércio da Università di Pavia, Itália. Entre suas publicações, destacamos a edição em espanhol do livro **Bioeconomia y capitalismo cognitivo** (Madri: Traficantes De Sueños, 2010), a edição em inglês do livro **Cognitive Capitalism, Welfare and Labour: The Commonfare Hypothesis** (Londres: Routledge, 2010) e o artigo **O conceito de subsunção do trabalho ao capitalismo biocognitivo**, publicado no Cadernos IHU ideias número 246, disponível em <http://bit.ly/2L13Ucs>. Em 2017, publicou **Economia politica del Comune. Sfruttamento e sussunzione nel capitalismo biocognitivo** [Economia política do Comune. Exploração e subsunção no capitalismo biocognitivo] (Roma: Derive Approdi, dezembro de 2017).

Confira a entrevista.



“A análise de Marx (mas não em todo o marxismo) é uma análise ‘humanista’”

IHU On-Line – Quais os limites e as potencialidades das ideias marxistas para orientar reflexões acerca do mundo do trabalho em nosso tempo?

Andrea Fumagalli – A principal potencialidade e a grande atualidade de Marx está na abordagem metodológica. Em particular, em relação a dois aspectos.

O primeiro deriva da constatação de que, no centro da análise marxiana, está o “sujeito humano”. A análise de Marx (mas não em todo o marxismo) é uma análise “humanista”. O “humanismo” de Marx deriva da sua abordagem filosófica juvenil, que se condensa principalmente nos *Manuscritos histórico-filosóficos de 1844*, quando Marx começa a delinear alguns instrumentos conceituais, como alienação e fetichismo, que somente mais tarde seriam conjugados em chave mais econômica. Mesmo depois da “descoberta” da economia política burguesa, graças à investigação de Engels¹ sobre a condição social da classe operária inglesa, e, portanto, do desenvolvimento de uma rigorosa análise do funcionamento da acumulação capitalista (os três volumes de *O Capital*), a referência à subjetividade, contudo, não desaparece e retorna prepotentemente nos *Grundrisse*. A atualidade de Marx está no fato de que ele nos lembra que todo economista, principalmente hoje, deveria ter uma sólida base filosófica e epistemológica.

¹ **Friedrich Engels** (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

Infelizmente, hoje, vigora a regra oposta.

O segundo elemento de potência da análise marxiana está em reconhecer que toda análise social e econômica é sempre uma análise a definir e, portanto, dinâmica, resultado de um processo dialético em constante metamorfose. A abordagem historicista nos diz que a compreensão de uma dinâmica social só pode ser válida dentro de um contexto histórico e/ou espacial bem definido e delineado. Não está dito que aquilo que pode valer hoje pode valer amanhã. Não existem leis imanentes na economia política. A atual metafísica econômica (imposta pelo neoliberalismo) não faz sentido.

Aqui também está o limite não tanto de Marx (cuja análise sempre deve ser avaliada em relação ao seu tempo histórico), mas sim de um certo marxismo, que podemos definir como “científico”, que tem a ambição de formular uma análise social (e, conseqüentemente, a identificação dos processos de sua transformação) que tende a permanecer inalterada ao longo do tempo, através da definição de conceitos básicos e de agregados sociais definidos de modo “a-histórico”.

IHU On-Line – De que forma o capitalismo cognitivo reconstrói o cenário pensado por Marx no século XIX?

Andrea Fumagalli – A hipótese do capitalismo, como definida por Carlo Vercellone²:

² **Carlo Vercellone**: é um dos principais referenciais teóricos do capitalismo cognitivo. Atua como um economista do laboratório do Centro de Economia da Sorbonne (CES). (Nota da **IHU On-Line**)

*o termo capitalismo designa a permanência, na metamorfose, das variáveis fundamentais do sistema capitalista: em particular, o papel-guia do lucro e da relação salarial, ou, mais precisamente, as diferentes formas de trabalho dependente das quais se extrai a mais-valia; o atributo cognitivo evidencia a nova natureza do trabalho, das fontes de valorização e da estrutura de propriedade, sobre as quais se fundamenta o processo de acumulação e as contradições que essa mutação gera.*³

se insere na análise marxiana. Ela indica o declínio de uma metamorfose da relação social capital-trabalho na sequência da crise da valorização fordista, graças ao desenvolvimento de um novo paradigma tecnológico, de novas formas de valorização (financeirização e internacionalização da produção) e de novos processos de governança do mercado de trabalho e dos processos de subsunção. Como se sabe, Marx havia antecipado no “fragmento sobre as máquinas”, nos *Grundrisse*, o papel cada vez mais relevante do conhecimento na definição da relação capital-trabalho e entre trabalho morto e trabalho vivo.

IHU On-Line – Como Marx compreende o conceito de trabalho?

Andrea Fumagalli – O tema do trabalho em Marx é bastante complexo. Ele, o trabalho, “não é a fon-

³ Didier Lebert, Carlo Vercellone, “Il ruolo della conoscenza nella dinamica di lungo periodo del capitalismo: l’ipotesi del capitalismo cognitivo”, in Carlo Vercellone (org.), *Capitalismo cognitivo*. Roma: Manifestolibri, 2006, p. 22. (Nota do entrevistado)

te de toda a riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (e nestes consiste a riqueza efetiva!) tanto quanto o trabalho, que, em si, é apenas a manifestação de uma força natural, a força de trabalho humana”, escreve Marx no primeiro parágrafo da *Crítica ao Programa de Gotha* (1875). E, depois, acrescenta que tal afirmação é verdadeira no mesmo momento em que há um equilíbrio com a natureza e, ao mesmo tempo, uma diferença. Equilíbrio que não é dado no capitalismo, uma vez que o trabalho capitalista nada mais é do que pura *extrinsecação* (via exploração) da força de trabalho (ou seja, capacidade de produzir valor de uso) voltada à produção de valores de troca.

Trinta anos antes, nos *Manuscritos histórico-filosóficos* de 1944, Marx havia escrito:

*O animal produz unicamente aquilo que lhe é imediatamente necessário para si ou para os seus nascidos; produz de modo unilateral, enquanto o homem produz de modo universal; produz apenas sob o império da necessidade física imediata, enquanto o homem produz também livre da necessidade física, e só produz verdadeiramente quando está livre dela; o animal só reproduz a si mesmo, enquanto o homem reproduz toda a natureza (...) O animal só constrói de acordo com a natureza e a necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe produzir de acordo com a medida de cada espécie e, por toda a parte, sabe predispor a medida inerente àquele determinado objeto; portanto, o homem também constrói de acordo com as leis da beleza.*⁴

Marx, portanto, considera a atividade laboral “livre” como um fator instituinte da subjetividade humana. A esse respeito, acredito que pode ser útil distinguir entre trabalho (no sentido capitalista do termo: que produz valor de troca: *labor*) e obra (atividade que produz valor de uso: *opus*).

Nas palavras do Marx de *O Capital*:

*De fato, o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela finalidade externa; portanto, por sua natureza, encontra-se além da esfera da produção material propriamente dita.*⁵

Em última análise, creio que, para Marx, o trabalho faz parte da natureza humana apenas quando envolve a superação do trabalho determinado por uma necessidade que, para o sujeito individual, se apresenta como heterônoma e heterofinalista. Rejeição do trabalho capitalista em nome de uma atividade liberada e autônoma. Como diz o poeta: “Considerarei a vossa procedência: não fostes feitos para viver quais brutos, mas para buscar virtude e sapiência”.⁶

IHU On-Line – Quais os desafios para, a partir de uma releitura de Marx, pensar novas formas da relação capital-trabalho no mundo de hoje? E como a ideia de “subsunção” pode ser compreendida atualmente?

Andrea Fumagalli – Com o advento do capitalismo biocognitivo, que é uma extensão do capitalismo cognitivo, em que a vida humana inteira é transformada em valor, entramos em uma nova fase da relação capital-trabalho. Em particular, são dois os aspectos que é preciso destacar. O primeiro tem a ver com o fato de que, entre elemento maquínico e elemento humano, a separação tende a desaparecer: a máquina se torna “humana”, e o ser humano, “maquínico”. O segundo aspecto, crucial, é que, em tal contexto, surge um problema de “medida”. Em outras palavras, como pode ser medida a vida transformada em valor? Falaremos disso mais adiante.

Em relação à temática da subsunção (muito importante para mim) remeto ao meu último livro: *Econo-*

mia politica del Comune. Sfruttamento e sussunzione nel capitalismo bio-cognitivo [Economia política do Comum. Exploração e subsunção no capitalismo biocognitivo] (Roma: Derive Approdi, dezembro de 2017).⁷ A minha hipótese é a de que o capitalismo biocognitivo é caracterizado pela coexistência de subsunção formal e subsunção real ao mesmo tempo. A subsunção formal, implícita no capitalismo biocognitivo, tem a ver com a redefinição da relação entre trabalho produtivo e trabalho não produtivo, tornando produtivo aquilo que, no paradigma fordista, era improdutivo.

A subsunção real tem a ver com a relação entre o trabalho vivo e morto, como consequência das passagens de tecnologias mecânicas repetitivas às linguísticas e relacionais. As tecnologias estáticas, na base do crescimento da produtividade e da intensidade dos desempenhos do trabalho (economias de escala dimensional) se transformam em tecnologias dinâmicas capazes de explorar a aprendizagem e as economias de rede, combinando simultaneamente atividades manuais e atividades relacionais. O resultado foi o aumento de novas formas de trabalho mais flexíveis, em que as fases de projeto e execução (CAD-CAM-CAE) não são mais perfeitamente separáveis, mas cada vez mais interdependentes e complementares. Nos últimos anos, a organização do trabalho é cada vez mais condicionada pelo uso de algoritmos, capazes de organizar diretamente uma atividade laboral, aparentemente caracterizada por um alto grau de autonomia. A separação entre execução e produção de serviços também se torna mais difícil de analisar. Elas se tornam inseparáveis dentro da cadeia de produção. Quanto à produção material, a introdução de novos sistemas de produção computadorizados, como o CAD-CAM e CAE, requer competências, habilidades e conhecimentos profissionais que tornam a relação entre homem e máquina cada vez mais inseparável,

⁴ Karl Marx, *Il Capitale*. Roma: Editori Riuniti, 1970, vol. III, sec. VII, cap. 48, p. 933. (Nota do entrevistado)

⁵ Dante Alighieri, *A Divina Comédia*, Inferno, canto XXVI, vv. 112-120 [tradução ao português de Italo Eugenio Mauri, São Paulo: Editora 34, 1998]. (Nota do entrevistado)

⁷ Saiba mais em <http://bit.ly/2uUNdEH>. (Nota do entrevistado)

a ponto de que, agora, o trabalho vivo é capaz de dominar o trabalho morto da máquina, mas dentro de uma nova forma de organização do trabalho e de governamentalidade social. Do lado da produção de serviços (financeirização, pesquisa e desenvolvimento, comunicação, marca, marketing, serviços pessoais), estamos assistindo a uma predominância da valorização a montante, acompanhada por um papel crescente de novas formas de automatização (baseadas nos algoritmos).

Dois lados de uma mesma moeda

No capitalismo biocognitivo, a subsunção real e a subsunção formal são dois lados da mesma moeda e se alimentam mutuamente. Juntas, criam uma nova forma de subsunção, que eu chamo de *subsunção vital*. Prefiro esse termo ao de *subsunção do intelecto geral*, como proposto por Carlo Vercellone, porque não nos referimos apenas à esfera do conhecimento e da formação, mas também à esfera das relações humanas, em sentido lato. Essa moderna forma de acumulação capitalista evidencia alguns aspectos que estão na base da crise do capitalismo industrial. Isso leva à análise de novas fontes de valorização (e de rendimentos crescentes) no capitalismo biocognitivo. Elas derivam da crise do modelo de divisão social e técnico do trabalho (gerado pela primeira revolução industrial e levada ao extremo pelo taylorismo) e são alimentadas “pelo papel e pela difusão do conhecimento que obedece a uma racionalidade social cooperativa que escapa da visão restritiva do capital humano”⁸.

Segue-se daí que o tempo de trabalho certificado não pode ser considerado como o único tempo produtivo, com o efeito de que surge um problema da unidade de medida do valor. A teoria tradicional do valor do trabalho deve ser revista em relação a uma nova teoria do valor, em que o conceito de trabalho é cada vez mais caracterizado por “conhecimento”, “reprodução social” e é permeado pela vida humana e

pelo tempo de vida. Podemos chamar essa passagem como a transição a uma *teoria do valor-vida*, em que o capital fixo é o ser humano “em cujo cérebro reside o conhecimento acumulado pela sociedade”⁹.

Quando a vida se torna força de trabalho, o tempo de trabalho não é medido em unidades-padrão (horas, dias). A jornada de trabalho não tem limites, senão a natural. Estamos na presença de subsunção formal e extração da mais-valia absoluta. Quando a vida se torna força de trabalho, porque o cérebro se torna máquina, ou “capital fixo e capital variável ao mesmo tempo”, a intensificação do desempenho laboral alcança o seu máximo: assim, estamos na presença de subsunção real e extração da mais-valia relativa.

IHU On-Line – Marx pensou na categoria de “general intellect” como a máquina, que seria a materialização do progresso científico. Em entrevista que o senhor nos concedeu em 2010¹⁰, diz que atualmente essa categoria é mais compreendida como a bios humana, onde o “corpo humano se tornou capital maquínico”. Gostaria que detalhasse essa perspectiva, pontuando como se dá essa transformação do conceito.

Andrea Fumagalli – Já se escreveu muito sobre o *General Intellect*. O debate, pelo menos em seu início, se deteve, utilizando as categorias dos *Grundrisse*, sobre o tema da relação entre trabalho vivo e trabalho morto. Acredito que hoje tal debate está superado pelo processo em curso de hibridação entre humano e maquínico, ou seja, entre trabalho vivo e trabalho morto. Somos testemunhas do devir humano da máquina e do devir maquínico do humano. Por um lado, o corpo vivo humano se torna cada vez mais manipulável por elementos artificiais. Não se trata mais de matéria ou fibras artificiais, como aquela produzida e realizada no século XX, após a descoberta da tabela periódica dos

elementos de Mendeleev¹¹.

Com a decodificação do genoma, agora o homem é capaz de criar matéria viva artificial, abrindo as portas, assim, a um novo paradigma biotecnológico, do qual a medicina, a farmacêutica, a biogenética, as neurociências e as nanotecnologias são a coluna vertebral. Os setores da prevenção e dos cuidados de saúde (a manutenção do corpo e o seu aperfeiçoamento) estão hoje no centro do processo de valorização (e mercantilização) capitalista da vida. São inúmeros os exemplos a esse respeito, desde a experimentação com células-tronco até a criação artificial de embriões humanos, com consequências que podem assumir imaginários distópicos. De fato, o ser humano continua perseguindo o sonho de se tornar imortal e, portanto, de elevar-se a Deus!

Ao mesmo tempo, as novas tecnologias na manipulação, agregação e cálculo dos dados permitem o desenvolvimento de algoritmos mecânicos capazes de acumular, de maneira autônoma, conhecimentos e aprendizagem: a Inteligência Artificial e as *machine-learning* representam hoje a fronteira do devir humano da máquina. Os setores dos *big data*, capazes de captar, coletar, selecionar enormes quantidades de dados da vida cotidiana dos indivíduos, estão no centro do novo paradigma biotecnológico.

O *General Intellect* está se transformando em *General Life*!

IHU On-Line – A partir do marxismo, como podemos conceber saídas para a redução de empregos no contexto da revolução tecnológica?

Andrea Fumagalli – Pessoalmente, acredito que estamos diante do surgimento de um novo paradigma tecnológico, que se articula em torno das tecnologias da vida e da manipulação e cálculo de quantidades enormes de dados. Os dois aspectos são sinérgicos entre si. O salto tecnológico que se pros-

8 C. Vercellone, “From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism”, in *Historical Materialism*, n. 15, 2007, p. 31. (Nota do entrevistado)

9 K. Marx, *Grundrisse*, Penguin Books, 1973, p. 725. (Nota do entrevistado)

10 A entrevista completa está disponível em <http://bit.ly/2LiULvV>. (Nota da IHU On-Line)

11 **Dmitri Ivanovic Mendeleev** (1834-1907): foi um químico e físico russo, criador da primeira versão da tabela periódica dos elementos químicos, prevendo as propriedades de elementos que ainda não tinham sido descobertos. (Nota da IHU On-Line)

pecta, de acordo com a teoria das ondas longas de 50 anos de Kondratiev¹², certamente terá efeitos ocupacionais. Não é uma novidade. Em um sistema de produção capitalista, a inovação tecnológica sempre está voltada a reduzir o peso do trabalho vivo e a diminuir seu valor para permitir uma maior extração de mais-valia. A questão não é se a possível nova onda tecnológica reduzirá a ocupação nos atuais setores da economia. Isso é certo. A verdadeira questão é se tal onda tecnológica será capaz de promover mecanismos de compensação à perda dos postos de trabalho, identificando novas alternativas de produção e de consumo.

A compensação à desocupação tecnológica geralmente ocorria em médio e longo prazo, graças ao impulso ao crescimento econômico (arrastado pelos setores com inovações de produto), induzido pelo incremento de produtividade causado pelas inovações técnicas. O taylorismo, a partir desse ponto de vista, é exemplificativo. O desenvolvimento dos setores dos bens duráveis no pós-guerra, embora na presença de um forte incremento de produtividade, permitiu um aumento de ocupação graças ao forte crescimento desses mesmos setores.

Mas isso não basta. Os mecanismos de compensação à desocupação tecnológica também devem ser acompanhados por políticas econômicas específicas. No caso do taylorismo, a compensação foi possível graças à redução do horário de trabalho e ao aumento salarial que manteve elevada a taxa de crescimento da demanda (fordismo e keynesianismo).

Com o advento do paradigma das TICs (tecnologias da informação e comunicação), a hemorragia dos postos de trabalho nos setores manufatureiros após a maciça introdução das tecnologias digitais foi compensada pelo incremento dos ocupados nos serviços às empresas, após os processos de externalização e descentralização da grande fábrica. Paralelamente, a globa-

lização econômica (desenvolvimento da demanda externa, principalmente de bens intermediários) e o papel crescente dos mercados financeiros permitiram, embora em menor grau, um crescimento da demanda agregada, mesmo na presença de salários estagnados. O multiplicador financeiro da governança neoliberal, assim, substituiu parcialmente o multiplicador keynesiano do fordismo, com pesados efeitos distorsivos e de desigualdade na distribuição da renda.

Na presença do novo paradigma biotecnológico, qual poderia ser o novo mecanismo compensatório? Se tal paradigma vier a incidir pesadamente na ocupação terciária, o risco é que nenhum fator compensatório de mercado poderá entrar em ação, a menos que novos setores ligados à tecnologia da vida sejam desenvolvidos. Portanto, torna-se necessária uma intervenção de política econômica. A partir desse ponto de vista, a proposta de uma renda básica e a redução do horário de trabalho (onde o horário de trabalho é mensurável) tornam-se opções cada vez mais inevitáveis.

IHU On-Line – Como o senhor avalia o papel do Estado na promoção do desenvolvimento tecnológico, mas assegurando que isso não vá se reverter em perda de postos de trabalho?

Andrea Fumagalli – No capitalismo biocognitivo, o papel do Estado é ambivalente. Por um lado, nas fases de crescimento, ele é cada vez mais interno a uma lógica neoliberal (desmantelamento dos serviços sociais, privatizações etc.) capaz de favorecer o biopoder das oligarquias financeiras. Isso ocorre de modo diferente de acordo com os territórios e a divisão espacial do trabalho e da produção (por exemplo, os dispositivos entre a Europa e o Brasil são diferentes), mas sempre em função dos interesses das grandes corporações internacionais, financeiras ou não.

Por outro lado, nas fases de crise (a crise já é um fator estrutural e necessário para a valorização capitalista contemporânea), ele intervém como emprestador de última instância, no plano

mais geopolítico e geoeconômico. A globalização geoeconômica já alcançou todos os seus objetivos e o máximo da extensão. Portanto, é no plano geopolítico que podem nascer conflitualidade. As tendências protecionistas confirmam isso. Nesse contexto, o apoio à inovação tecnológica pode desempenhar um papel importante, ainda a ser decifrado totalmente. Estamos apenas no início.

IHU On-Line – Hoje, na era da informação e da hiperconectividade, falamos em trabalho imaterial, quando estamos trabalhando mesmo quando parecermos não estar. Em alguma medida, Marx anteviu essa categoria de trabalho do século XXI? Algo similar a isso aparece em suas reflexões? Como?

Andrea Fumagalli – Marx não podia prever a 160 anos da escrita de *O Capital* a evolução da dinâmica tecnológica. A ideia de que o conhecimento desempenharia um papel cada vez mais importante já demonstra uma capacidade intuitiva fora do comum. Uma intuição que Marx, único pensador do seu tempo, é capaz de conjugar graças a uma análise atenta e rigorosa da necessária metamorfose contínua da relação capital-trabalho, na passagem do sistema manufatureiro ao sistema fábrica, da subsunção formal para a subsunção real da grande empresa manchesteriana.

No afresco do *General Intellect*, Marx não podia captar especificamente as formas de prestação do trabalho vivo cognitivo. Não gosto de falar de “trabalho imaterial”, porque, seja qual for a forma, o trabalho é sempre “material”. Prefiro falar de trabalho “cognitivo-relacional”.

Na atual dinâmica da vida transformada em trabalho e, portanto, em valor, o valor tem origem de modo poliédrico e variado. Estamos diante de uma composição técnica diferenciada do trabalho. De fato, o capitalismo biocognitivo se baseia em uma múltipla e variável modalidade de transformação em valor da subjetividade laboral – poderíamos dizer da vida. As diferenças

¹² Nikolai Dimitrievich Kondratiev (1892-1938): foi um economista russo. É conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos (ciclo econômico) de aproximadamente 50 anos de duração, conhecidos posteriormente na Economia como ciclos de Kondratiev. (Nota da IHU On-Line)

criam valor. E são diferenças que permeiam as experiências subjetivas dos indivíduos, até prescindir do gênero, da etnia ou da religião, a ponto de serem elas mesmas falsos valores de troca. Não importa quem você é, homem, mulher, transgênero, LGBT ou o que quer que seja: todos/as são funcionais à valorização. E tal valorização tem a fonte primigênia na vida cotidiana. Um fato que vai bem além da intuição de Marx do *General Intellect*. Um bom exemplo a esse respeito é a criação do “valor de rede” por parte da indústria dos *Big Data*.

Tal indústria cria valor com base em um processo de produção cuja “matéria-prima” é constituída pela vida dos indivíduos. Tal “matéria-prima” é fornecida, em boa parte, gratuitamente, pois está voltada à produção de valor de uso.

Do trabalho concreto ao abstrato

O “segredo”¹³ da acumulação está na

13 A referência é K. Marx, *Das Kapital - Bd. I, VII. Der Akkumulationsprozeß des Kapitals*, 24. *Die sogenannte ursprüngliche Akkumulation*: <http://www.textlog.de/kapital-geheimnis.html>. “Geheimnis” significa “segredo” em italiano [e

transformação do valor de uso em valor de troca. Ou, em outras palavras, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Segundo Marx, o trabalho concreto, qualitativamente definido, volta-se a produzir valor de uso; o trabalho abstrato, em vez disso, é pura extrinsecação da força de trabalho humana, que prescinde dos aspectos qualitativos e das determinações específicas referidas à utilidade dos trabalhos individuais e cuja quantidade determina o valor criado. No sistema capitalista de produção, o trabalho abstrato é o trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria que se realiza no mercado final, ou seja, valor de troca, com base na tecnologia disponível.

Na indústria dos *big data*, o trabalho abstrato é constituído pela organização e pela integração dos dados. Tal atividade pressupõe uma relação salarial com os empregados contratados para esse fim. A matéria-prima, em vez disso, é trabalho concreto, e não matéria em sentido estrito: são os dados brutos da vida cotidiana, dos quais se extrai valor. Por isso, falamos de “valor-da-

em português]. (Nota do entrevistado)

do”, um valor que se soma ao valor-trabalho necessário, para que tal valor-dado, que aparece inicialmente como valor de uso, possa se transformar em valor de troca.

Na valorização dos *big data*, o processo de subsunção se divide, portanto, em duas partes e muda de aparência. Na primeira fase, implementa-se um processo de acumulação originária como extensão da base produtiva até englobar o tempo de vida, que, no entanto, não é assalariado, ou seja, remunerado: na maior parte dos casos, é *participação passiva não subjetivada*. A esse respeito, portanto, não podemos falar de uma verdadeira *subsunção formal*.¹⁴ Na segunda fase, sucede-se a utilização de força de trabalho organizada (e assalariada), que procede à atividade de *processing*, de acordo com os cânones mais tradicionais da *subsunção real*. Por isso, podemos concluir que o processo de valorização dos *big data* é um ótimo exemplo de *subsunção vital* do homem ao capital. ■

14 Não é por acaso que, nos Estados Unidos, surgiram movimentos para pedir ao Facebook que a participação na plataforma seja, de algum modo, remunerada. Entre muitos, <https://on.ft.com/2LiVhdl>. (Nota do entrevistado)

Leia mais

- **O biopoder e os mercados financeiros.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 13-5-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2A2R4VN>.
- **Os impactos da financeirização sobre o sujeito.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 10-9-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LvtDsQ>.
- **A morte da democracia e a farsa neoliberal da neutralidade da moeda.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 20-9-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2A1cDWN>.
- **O comando bioeconômico do trabalho vivo.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 30-4-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LiULvV>.
- **A esquerda e a “política dos dois tempos” na era da financeirização.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 13-9-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JNqjEo>.
- **“Os mercados financeiros são o coração pulsante do capitalismo cognitivo”.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 2-8-2009, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LyRbgm>.
- **Do Welfare State para o Workfare e a necessidade de novos sistemas financeiros autônomos.** Entrevista especial com Andrea Fumagalli, publicada nas Notícias do dia de 2-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2LunRaW>.

O fetichismo da mercadoria

Marx explicou o papel determinante das coisas e dos objetos nas relações interpessoais. Daí o seu conceito de fetichismo da mercadoria

Anselm Jappe | Tradução: Vanise Dresch

“A teoria do fetichismo permite explicar, entre outras coisas, um fenômeno que Marx ainda não podia conhecer bem: a crise ecológica. O papel cada vez maior das tecnologias e os ganhos de produtividade gerados por elas reduzem o trabalho necessário para uma determinada mercadoria, reduzindo assim, também, o seu valor e o sobrevalor que ela contém. A única solução – apenas temporária – é produzir mais exemplares da mercadoria em questão e estimular uma demanda equivalente”, escreve Anselm Jappe, em artigo originalmente publicado na revista francesa *Alternatives Economiques*, “Dossier Marx”, nº 103, abril de 2018, cedido pelo autor à **IHU On-Line**. “Sair do fetichismo significaria, então, que a sociedade seja capaz de retomar seu destino em mãos. Mas isso não será possível sem sair das próprias bases do fetichismo: dinheiro e trabalho, mercadoria e valor”, prossegue.

Anselm Jappe é filósofo e ensaísta nascido na Alemanha. Fez seus estudos na Itália e na França, onde vive atualmente. É reconhecido por ter escrito livros como *Guy Debord*, sobre a vida e a obra do pensador e ativista francês (Petrópolis: Vozes, 1999). Recentemente publicou o livro *As Aventuras da Mercadoria* (Lisboa, Portugal: Editora Antígona, 2006), que reconstrói a trajetória filosófica e política da crítica do valor. Entre outras publicações em português estão *Violência, mas para quê?* (São Paulo: Hedra, 2011) e *Crédito à morte* (São Paulo: Hedra, 2010), ambos construídos com ensaios publicados por ele em revistas francesas.

Eis o artigo.

O primeiro capítulo do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, traz uma frase célebre: “A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. Até hoje, o primeiro conceito que a grande maioria das pessoas associa ao nome de Karl Marx é seguramente o da “luta de classes”. A luta de classes remete imediatamente ao proletariado, sobretudo aquele das fábricas.

Alguns leitores da obra de Marx, ao mesmo tempo em que insistem na atualidade desta, privilegiam aspectos diferentes daqueles que costumam ser considerados. Tais abordagens se concentraram, durante muito tempo, na questão da “alienação”, temática desenvolvida, principalmente, nas obras da juventude de Marx. Trata-se, então, de denunciar não só a exploração econômica, mas também a globalidade das condições de vida criadas pelo capitalismo.

“O fetichismo consistiria numa forma de ideologia apologética. Poderíamos dizer, até mesmo, de embuste”

“Segredo”, “misterioso”, “hieróglifo”

Nas últimas décadas, o que tem chamado a atenção dos marxistas críticos é, com frequência, o conceito de “fetichismo da mercadoria”. Essa expressão é seguidamente empregada no discurso corrente, mas para designar de maneira vaga uma espécie de adoração excessiva às mercadorias, referindo-se mais à psicologia do consumidor. No pensamento de Marx, o termo “fetichismo” tem um significado bem mais amplo e mais profundo. Encontramos referências ao fetichismo em toda a sua obra, desde os seus primeiros artigos.

No entanto, é no final do primeiro capítulo do *Capital*, publicado em 1867, que Marx fornece a abordagem mais detalhada do fetichismo, no subcapítulo intitulado “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”. Nessas poucas páginas, mesclam-se considerações filosóficas, referências históricas e citações literárias, num estilo eufórico que recorre a formulações paradoxais do tipo “*sensível suprassensível*” e ao emprego de palavras como *segredo*, *misterioso*, *caprichos*, *enigmático*, *hieróglifo*, *misticismo*, *forma fantástica* etc. Tais termos demonstram que Marx entra numa *terra incógnita* da reflexão. Outra abordagem do fetichismo pode ser encontrada no final do Livro III do *Capital*.

Em termos mais gerais, o fetichismo é determinado pelo fato de que, na sociedade mercantilista, as relações interpessoais apresentam-se como relações entre coisas. E as relações entre as coisas apresentam-se como relações entre pessoas. Esse conceito suscitou interpretações bastante divergentes. Segundo os marxistas tradicionais, ligados ao movimento operário, Marx estaria denunciando uma mistificação das verdadeiras relações de produção capitalistas: a exploração do operário estaria ocultada – velada – detrás de uma relação aparentemente objetiva entre os “fatores de produção”, notadamente o capital, o trabalho e a terra. O fetichismo consistiria numa forma de ideologia apologética. Poderíamos dizer, até mesmo, de embuste.

Alguns poucos marxistas, a partir da década de 1920 com Georg Lukács¹, passando pelos autores da Escola de Frankfurt² e pelos situacionistas, abriram caminho para uma interpretação contemporânea que atribui grande importância ao fetichismo. É o caso, principalmente, da “crítica do valor”³.

O valor criado pelo trabalho abstrato

Nessa perspectiva, o conceito de fetichismo é um dos pivôs de toda a crítica da economia política de Marx. Podemos falar, até mesmo, de uma identidade entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo. Marx introduz o fetichismo depois de ter analisado, no início do *Capital*, as catego-

1 **Georg Lukács** (1885-1971): foi um filósofo húngaro de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Immanuel Kant, depois o encontro com Friedrich Engels e finalmente, a adesão ao marxismo. Seu nome completo era Georg Bernhard Lukács von Szegedin em alemão ou Szegedi Lukács György Bernát em húngaro. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Escola de Frankfurt**: escola de pensamento formada por professores, em grande parte sociólogos marxistas alemães. Abordou criticamente aspectos contemporâneos das formas de comunicação e cultura humanas. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como indústria cultural e cultura de massa. Entre os principais professores e acadêmicos da Escola podemos destacar: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1885-1973), Walter Benjamin, Herbert Marcuse (1917-1979), Franz Neumann, entre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Cf. Moishe Postone, *Temps, travail et domination sociale*, Mille et une nuits, 2009; Robert Kurz, *Lire Marx*, La Balustrade, 2012; Robert Kurz, *Vies et mort du capitalisme. Chroniques de la crise*, Lignes, 2011; Moishe Postone, *Critique du fétiche capital. Le capitalisme, l'antisémitisme et la gauche*, PUF, 2013; Norbert Trenkle et Ernst Lohoff, *La Grande dévalorisation. Pourquoi la spéculation et la dette de l'Etat ne sont pas les causes de la crise*, Post-éditions, 2014; Anselm Jappe, *Les aventures de la marchandise. Pour une critique de la valeur*, La Découverte 2017; Anselm Jappe, *La société autophage. Capitalisme, démesure et autodestruction*, La Découverte, 2017; Robert Kurz, *Impérialisme d'exclusion et état d'exception*, Editions Divergences, 2018. (Nota do autor)

rias basais do capitalismo: a “mercadoria”, paralelamente ao seu valor de uso, possui um “valor” que é representado pelo “dinheiro”, mas criado pelo “trabalho abstrato” ou, melhor dizendo, pelo “lado abstrato do trabalho”.

No capitalismo, o trabalho não é considerado socialmente por sua utilidade, mas pelo tempo necessário para realizá-lo, sem levar em conta o seu conteúdo. Todo trabalho possui duas dimensões ao mesmo tempo: ele produz algo, um objeto ou um serviço, e, como tal, cada trabalho é diferente um do outro. Mas enquanto gasto de energia humana medida pelo tempo, todos os trabalhos são iguais; distinguem-se apenas pelo seu aspecto quantitativo.

Concretamente, uma garrafa de vinho e uma mesa são bem diferentes; numa perspectiva abstrata, a única diferença entre os dois objetos reside no fato de que a garrafa representa, digamos, meia hora de trabalho e a mesa, uma hora. De fato, quanto menos tempo for necessário para produzir uma mercadoria (e seus componentes), menor é o seu valor (e menos ela custa).

O aspecto verdadeiramente revolucionário – muitas vezes subestimado pelos próprios marxistas – dessa análise é o fato de não conceber o dinheiro e o valor, a mercadoria e o dinheiro, como fatores “evidentes” ou “naturais” presentes em toda sociedade por menos “evoluída” que seja. Marx demonstra que esses são elementos específicos do capitalismo e estabelece também seu caráter destrutivo.

Numa sociedade baseada nessas categorias, não pode haver controle consciente da economia. Os seres humanos veem as mercadorias criadas por eles e suas interações (os preços, o mercado, as crises etc.) como divindades que os governam. A referência irônica à religião contida no conceito de fetichismo adquire aqui todo o sentido: o homem se inclina diante de coisas sem saber que elas são seus próprios produtos. Ao mesmo tempo, não se trata de uma fatalidade: essa subordinação do homem aos seus produtos é o resultado do modo de produção capitalista (mesmo que ela prolongue formas anteriores de fetichismo, principalmente religiosas).

No fetichismo da mercadoria – que é inseparável da sociedade capitalista e só com ela desaparecerá –, o lado concreto dos produtos, dos trabalhos e, em última análise, de qualquer manifestação da vida humana é posto em segundo plano, atrás do lado “quantitativo”. O lado concreto é apenas o “portador”, a “representação”, a “encarnação” de uma substância invisível, abstrata e sempre igual: o trabalho reduzido unicamente à sua dimensão temporal.

O valor contém o sobrevalor [ou a mais-valia], que gera o lucro e cuja busca motiva os capitalistas. No entanto, Marx não faz uma crítica moralista: a “sede de lucro” é somente uma das peças da engrenagem. O que caracteriza a sociedade fetichista é o seu caráter anônimo e automático. Todos os atores cumprem apenas leis que foram criadas “nas suas costas”. O mercado cessará a produção de brinquedos em proveito da fabricação de bombas se isso for mais lucrativo, sem levar em conta o lado “concreto” destas e suas consequências. A lógica fetichista ignora a diferença concreta entre a bomba e o brinquedo, comparando apenas duas quantidades de trabalho abstrato. Se, por escrúpulo, um capitalista não aceitasse essa lógica, ele seria rapidamente eliminado do mercado. As mercadorias “sensíveis” (concretas) são submetidas à sua invisível natureza “suprassensível”, dada pelo trabalho abstrato.

Uma explicação da crise ecológica

Bem antes de ser uma sociedade de classes baseada na exploração, o capitalismo já é, num nível mais profundo e estrutural, uma sociedade absurda, destrutiva e autodestrutiva, porque o lado abstrato – não humano – prevalece sobre o lado concreto e humano. Os seres humanos vêm a reboque das coisas que eles produzem e sobre as quais perderam o controle. Nenhuma concordância consciente é possível, nem mesmo entre os capitalistas: cada ator produz isoladamente, e é só no mercado que seus produtos adquirem *a posteriori* uma dimensão social e criam um “laço social”.

A teoria do fetichismo permite explicar, entre outras coisas, um fenômeno que Marx ainda não podia conhecer bem: a crise ecológica. O papel cada vez maior das tecnologias e os ganhos de produtividade gerados por elas reduzem o trabalho necessário para uma determinada mercadoria, reduzindo assim, também, o seu valor e o sobrevalor que ela contém. A única solução – apenas temporária – é produzir mais exemplares da mercadoria em questão e estimular uma demanda equivalente. O problema é que o consumo de recursos e energia cresce de maneira



exponencial, somente para evitar que o montante global de valor caia. A teoria do fetichismo contém também, portanto, uma teoria da crise tanto econômica quanto ecológica.

Para que a sociedade retome seu destino em mãos

A teoria do fetichismo não exime os homens – as classes dirigentes principalmente – de suas responsabilidades. Contudo, ela ressalta outro aspecto: o grande vício do capitalismo consiste no fato de que os homens não são senão os executores de uma lógica que parece residir nas coisas, mas que é, na verdade, o resultado das ações humanas. Sair do fetichismo significaria, então, que a sociedade seja capaz de retomar seu destino em mãos. Mas isso não será possível sem sair das próprias bases do fetichismo: dinheiro e trabalho, mercadoria e valor. Que vasta tarefa! Não será realizada em um único dia.

Percebe-se, no entanto, que essas categorias se dissipam por toda parte: a sociedade do trabalho não tem mais muito trabalho a oferecer, e o dinheiro “verdadeiro” (não o “capital fictício” do crédito, como o chama Marx) começa a escassear. No capítulo sobre o fetichismo, Marx fala de “uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho”. Esta seria uma sociedade pós-fetichista.■



Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.

Publicações disponíveis em: ihu.unisinos.br

Papel fundamental do marxismo é contribuir para reinvenção do socialismo no século XXI

Para Carlos Eduardo Martins, isso deve ocorrer mediante comprometimento com uma democracia radical nos diversos planos

João Vitor Santos | Edição: Vitor Necchi

Depois da morte de Marx, “o marxismo torna-se uma força intelectual e política incontestável, convertendo-se em objeto de disputa de distintas frações de classe e grupos de interesse nacionais e internacionais, dando lugar a distintas formulações e orientações teóricas e políticas, muitas vezes rivais e antagônicas”, afirma Carlos Eduardo Martins, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. O mesmo ocorreu na América Latina.

A teoria da dependência, para Martins, ainda é capaz de auxiliar na compreensão das realidades. Isso, no entanto, “exige uma revisão da obra dos fundadores, tendo em vista dois níveis articulados, que são os do desenvolvimento lógico-analítico dos conceitos e sua adequação às tendências de longa duração do capitalismo e à realidade concreta no século XXI”.

Sobre a esquerda brasileira, Martins avalia que ela “abandonou as questões estratégicas nacionais e as relativas à construção de um novo eixo geopolítico regional e mundial”. Isso se deve, em grande parte, “porque o PT no poder desistiu de um projeto de enfrentamento do protagonismo do capital financeiro e da transnacionalização da economia brasileira”. Afirma que a esquerda brasileira “deve sair de uma posição de ajuste à ordem ou de sectarismo e voltar a fazer política de hegemonia”. Na sua visão, “é preciso que a esquerda recupere a ousadia, os projetos estratégicos, as mobilizações sociais e adote políticas universalistas como parâme-

tro, colocando apenas dentro destas as políticas focalizadas”.

No cenário atual, Martins entende que o marxismo deve analisar, entre outras coisas, “a natureza da financeirização do capitalismo contemporâneo e sua relação com a crise civilizatória do modo de produção capitalista”, “a extensão da superexploração aos países centrais e o caráter que assume no centro e na periferia no século XXI”, “a crise do liberalismo político, o caos sistêmico a que se aproxima a ordem internacional e o recrudescimento do fascismo no século XXI” e “o caráter colonial e violento das estruturas de poder no capitalismo contemporâneo, denunciando o racismo, a heteronormatividade e promovendo sua descolonização e democratização”.

Por fim, defende que “é papel fundamental do marxismo contribuir para reinvenção do socialismo no século XXI, comprometendo-o com uma democracia radical no plano local, nacional, internacional e mundial”.

Carlos Eduardo Martins é graduado em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ, mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - FGV-RJ e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Leciona no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É autor de *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (Boitempo, 2011).

Confira a entrevista.

“A teoria da dependência, em sua versão marxista, tem contribuído para desvendar o caráter profundamente antinacional de nossa burguesia”

IHU On-Line – Como o marxismo foi apreendido na América Latina? Essa leitura se mantém atual?

Carlos Eduardo Martins – Após a morte de Marx, o marxismo torna-se uma força intelectual e política incontestável, convertendo-se em objeto de disputa de distintas frações de classe e grupos de interesse nacionais e internacionais, dando lugar a distintas formulações e orientações teóricas e políticas, muitas vezes rivais e antagônicas. No caso europeu, os debates sobre o imperialismo, a guerra, o neocolonialismo, as nacionalidades, as tendências monopólicas ou associativas da economia capitalista, o caráter do Estado capitalista, o papel do partido, dos intelectuais, das universidades, das distintas camadas populares, da greve de massas, das reformas, dos ciclos econômicos, da violência e da paz na transição ao socialismo, o caráter da URSS, suas frações de classe e estratégias de desenvolvimento dividirão as interpretações que reivindicam o marxismo como instrumento de análise da realidade em várias correntes: podemos destacar, na Segunda Internacional¹, a direita,

o centro e a esquerda, representados de Eduard Bernstein², Karl Kautsky³ e Rosa Luxemburgo⁴; a renovação do marxismo com a Revolução Russa⁵,

em que se destacam os aportes de Lenin⁶, Trotsky⁷, Bukharin⁸, Kondratiev⁹ e Plekhanov¹⁰ até a afir-

1888, em Londres. Em 1889, houve um avanço, quando o Congresso Internacional de Paris decidiu promover a realização de congressos internacionais periodicamente. Alguns anarquistas que estiveram presentes ao congresso, defenderam a concentração da luta dos trabalhadores essencialmente no terreno econômico, rejeitando a divisão política, mas eles foram excluídos do congresso, em razão das claras divergências táticas. Posteriormente foram realizados congressos unificados em Bruxelas (1891), em Zurique (1893) e em Londres (1896). De todo modo, em geral, o ano de 1889 é considerado como o ponto de partida da Segunda ou Nova Internacional, embora somente em 1900, durante o Congresso de Paris daquele ano, tenha sido adotada uma constituição definitiva para a Nova Internacional. Foi então criado o Bureau Socialista Internacional, integrado por representantes de cada seção nacional filiada, com um executivo, um secretário remunerado e um escritório central. Os membros do Bureau se reuniam pelo menos uma vez por ano. O escritório central foi instalado em Bruxelas. O presidente, o secretário e o executivo, encarregados das atividades permanentes da Internacional, eram membros da seção belga. Entre as ações da Segunda Internacional incluem-se a declaração, em 1889, do 1º de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores e, em 1910, a declaração do 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Além disso, a Segunda Internacional iniciou a campanha internacional pela jornada de trabalho de oito horas. Baseada, tal como a Primeira Internacional, no conceito de luta de classes, a Segunda Internacional orientou-se, até o início do século XX, pelo marxismo. Mas algumas correntes se desenvolvem à direita da Internacional, pregando o abandono do princípio segundo o qual “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores” – um princípio revolucionário da Primeira Internacional – e recomendando privilegiar o parlamentarismo e o reformismo. Mas em 1904, o congresso segue a posição do revolucionário Jules Guesde contra o reformista Jean Jaurès, escolha oposta ao resultado das eleições, que deram 31 deputados a Jaurès e 12 a Guesde. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Eduard Bernstein** (1850-1932): político e teórico político alemão. Foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da social-democracia. Membro do Partido Social-Democrata (SPD), é o fundador do socialismo evolutivo e do revisionismo. Tinha realizado estreita associação de Karl Marx e Friedrich Engels, ele viu falhas no pensamento marxista e começou a criticar opiniões defendidas pelo marxismo. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Karl Kautsky** (1854-1938): teórico político alemão, um dos fundadores da ideologia social-democrata. Foi uma das mais importantes figuras da história do marxismo, tendo editado o quarto volume de *O Capital*, de Karl Marx. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Rosa Luxemburgo** (1870-1919): filósofa marxista e revolucionária polonesa. Participou na fundação do grupo de tendência marxista que viria a tornar-se, mais tarde, o Partido Comunista Alemão. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Revolução Russa**: série de eventos políticos na Rússia que, após a eliminação da autocracia russa e depois do Governo Provisório (Duma), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, que durou até 1991. A revolução compreendeu duas fases distintas: a

Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou a autocracia do Czar Nicolau II, o último czar a governar, e procurou estabelecer em seu lugar uma república de cunho liberal, e a Revolução de Outubro, na qual o Partido Bolchevique, liderado por Vladimir Lenin, derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Lenin [Vladimir Ilyich Ulyanov]** (1870-1924): revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Leon Davidovich Trotsky** (1870-1940): revolucionário bolchevista e intelectual marxista, político influente na União Soviética. Com Joseph Stalin, na União Soviética dos anos 1920, foi expulso do Partido Comunista e deportado da União Soviética. Foi assassinado no México por um agente soviético a mando de Stalin. Frida Kahlo e Diego Rivera hospedaram Trotsky em sua estadia no México. As suas ideias constituem a base da teoria comunista do trotskismo. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Nikolai Ivanovich Bukharin** (1888-1938): revolucionário, intelectual bolchevique e político soviético. Estudou economia e em 1906 se uniu ao setor bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo, foi um dos teóricos marxistas mais destacados, além de jornalista e de colaborador próximo de Vladimir I. Lenin a partir de 1912. Desde então foi uma das figuras dirigentes dos bolcheviques, embora frequentemente tenha entrado em conflito com a linha dura do partido. Após alguns anos no exílio, regressou em 1917 à Rússia e, durante a Revolução de Outubro (1917), organizou o levantamento bolchevique em Moscou. Bukharin formulou os princípios da economia soviética (Economia da Etapa de Transformação, 1920), embora criticasse o crescimento desmesadamente acelerado do socialismo nos anos 20. Bukharin ocupou importantes cargos políticos e no partido. Após a morte de Lenin, de início tomou partido por José V. Stalin contra Trotsky e a oposição de esquerda, mas a partir de 1928 foi considerado por Stalin como possível rival e presumível líder da oposição de direita, razão pela qual foi afastado do poder em 1929. Mais tarde, depois de uma reconciliação formal, recebeu o lugar de redator-chefe do jornal *Izvestia* (1934). No entanto, em 1937 foi preso e, um ano mais tarde, em 1938, acabou condenado a morte no terceiro falso processo de Moscou e executado nesse mesmo ano. Em 1988, durante a era de Mikhail Gorbachev, foi reabilitado jurídica e politicamente. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Nikolai Dimitrievich Kondratiev** (1892-1938): economista russo. Um dos teóricos da Nova Política Econômica – NEP, é mais conhecido por ter sido o primeiro a tentar provar estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, movimentos cíclicos (ciclo econômico) de aproximadamente 50 anos de duração, conhecidos posteriormente na Economia como ciclos de Kondratiev. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Georgi Valentinovich Plekhanov** (1856-1918): revolucionário e teórico marxista russo. Abandonou os estudos no Instituto de Mineralogia para se dedicar ao movimento populista revolucionário. Líder da organização Terra e Liberdade, organizou uma dissidência quando o grupo passou a adotar práticas terroristas. Um dos fundadores do movimento social-democrata na Rússia e um dos primei-

1 **Segunda Internacional** (1889-1916): ou Internacional Socialista, ou ainda Internacional Operária, foi uma organização dos partidos socialistas e operários criada principalmente por iniciativa de Friedrich Engels, por ocasião do Congresso Internacional de Paris, em 14 de julho de 1889. Do congresso, participaram delegações de 20 países. Embora sem a participação do ainda poderoso movimento anarco-sindicalista e dos sindicatos, a Segunda Internacional representou a continuidade do trabalho da extinta Primeira Internacional, dissolvida nos anos 1870, e existiu até 1916. No período que se seguiu ao colapso da Primeira Internacional, os movimentos trabalhista e socialista cresceram de maneira praticamente independente em cada país, mantendo apenas uma tênue ligação. Entre 1876 e 1889, não houve qualquer vínculo estável. Eventualmente havia conferências internacionais de trabalhadores, convocadas ad hoc por diferentes entidades: 1876, em Berna; 1877, em Ghent; 1881, em Chur; 1883 e 1886, em Paris;

mação do stalinismo; os aportes de Dimitroff¹¹, de Gramsci¹² e seus desdobramentos euro-comunistas. Este processo colossal de articulação com forças sociais em aliança ou disputa nos coloca diante da necessidade, independentemente do nível de criatividade e rigor teórico, de perceber o marxismo no plural enquanto realidade histórica.

Na América Latina, não será diferente. O marxismo assume aqui diferentes formatos e projetos teóricos e políticos em função de suas conexões internacionais e bases sociais internas. É introduzido por imigrantes europeus alemães, italianos e espanhóis no final do século XIX e sofre influência europeia e soviética em cujas estrutu-

ras de poder sindicais, partidárias ou estatais havia penetrado mais amplamente. O marxismo latino-americano vai se afirmar entre a influência destes centros e a necessidade de formular uma elaboração original de interpretação e transformação da realidade latino-americana e da própria economia mundial de que era parte. Entre as temáticas sobre as quais vai se debruçar o marxismo latino-americano, estão, além da reelaboração daquelas estabelecidas inicialmente pelo pensamento europeu e soviético, as referentes ao caráter das economias coloniais latino-americanas e caribenhas, à articulação entre as economias capitalistas e pré-capitalistas, ao papel dependente ou revolucionário das burguesias latino-americanas, aos limites da industrialização no capitalismo periférico, à superexploração do trabalho e sua compatibilidade com a mais-valia relativa, ao colonialismo interno e a descolonização do poder, ao caráter socialista ou anti-imperialista das tarefas nacionais, ao populismo e seu papel na formulação do nacionalismo revolucionário, ao papel dos povos originários, do negros e mestiços na transformação social.

Podemos distinguir no marxismo latino-americano diversas formulações que marcarão distintas elaborações complementares ou antagônicas, que formam um vasto e importante patrimônio cultural, teórico e analítico de interpretação da realidade. Assim podemos enunciar, sem nenhuma pretensão de esgotá-lo, as correntes anti-imperialistas radicais dos anos 1920 que encontram no peruano José Carlos Mariátegui¹³ e no cubano Julio Antonio Mella¹⁴ sua mais alta elaboração; a

presença do stalinismo através do argentino Vittorio Codovilla¹⁵, que busca aplicar o modelo mecânico a etapista formulado pelo Comintern à realidade latino-americana; as análises do brasileiro Caio Prado Júnior¹⁶ e do argentino Sergio Bagú¹⁷ do capitalismo colonial do Brasil, da América Latina e do Caribe; os aportes sobre o colonialismo interno do alemão radicado no México Rodolfo Stavenhagen¹⁸ e do mexicano Pablo Gonzalez Casanova¹⁹; as formulações dos brasileiros Theotonio dos Santos²⁰, Ruy Mauro

ros russos a se identificar como "marxista". Enfrentando perseguição política, emigrou para a Suíça em 1880, onde continuou a sua atividade política em tentar derrubar o regime czarista na Rússia. Durante a Primeira Guerra Mundial, uniu-se à Triplíce Entente contra a Alemanha e voltou para sua casa na Rússia após a Revolução de Fevereiro de 1917. Era hostil ao partido bolchevique liderado por Vladimir Lenin e foi opositor do regime soviético, que chegou ao poder em outubro de 1917. Em seus trabalhos *O socialismo e a luta política* (1883) e *Nossas diferenças* (1885), Plekhanov formulou as bases ideológicas do marxismo russo. Participou também das reflexões sobre a presença da arte e da religião na sociedade. Apesar de sua oposição vigorosa e sincera ao partido político de Lenin, em 1917, Plekhanov foi tido em alta estima pelo Partido Comunista da União Soviética após a sua morte como um pai fundador do marxismo russo e um pensador filosófico. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Georgi Mikhailov Dimitroff** (1882-1949): estadista búlgaro, secretário-geral da Internacional Comunista - IC entre 1934 e 1943 e dirigente da Bulgária entre 1948 e 1949. Militante comunista desde a juventude, foi um dos líderes da insurreição revolucionária de 1923 na Bulgária. Exilou-se e passou a trabalhar para o Komintern em vários países, sendo preso em 1933 na Alemanha depois que os nazistas chegaram ao poder. Após ser processado, conseguiu ser repatriado para a URSS, que lhe concedeu cidadania soviética. Em 1934, foi eleito secretário-geral da IC e, como tal, presidiu seu último Congresso em 1935, no qual foi aprovada a tática da Frente Popular. Após a Segunda Guerra Mundial e a libertação da Bulgária pelo Exército Vermelho, em 1944, Dimitroff retornou ao seu país natal e foi eleito deputado pela Frente Democrática, que venceu as eleições por maioria absoluta. Num referendo em 1946, os búlgaros votaram pelo fim da monarquia de Simão II e instalaram uma república. No ano seguinte, o Partido Comunista Búlgaro (BKP) chegou ao poder, nacionalizando a economia. Dimitroff foi então eleito secretário geral do BKP. Depois de doença e de uma longa convalescença, o estadista foi enviado para um hospital na URSS, onde faleceu em junho de 1949. Em sua homenagem, construíram um mausoléu em Sofia, onde seu corpo permaneceu com todas as honras até ao derrube do socialismo na Bulgária, em 1990. O mausoléu, um prédio de mármore que ficava na Praça Battenberg, foi demolido pelo governo em 1999, e os restos de Dimitroff foram cremados. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Antonio Gramsci** (1891-1937): filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela "hegemonia" do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **José Carlos Mariátegui** (1894-1930): jornalista, filósofo político e ativista peruano. Foi um escritor prolífico até a sua morte prematura, aos 35 anos. É considerado um dos socialistas latino-americanos mais influentes do século XX. Algumas de suas obras foram traduzidas para o português, entre elas *Do sonho às coisas: retratos subversivos* (São Paulo: Boitempo, 2005) e *Por um socialismo indo-americano* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Julio Antonio Mella** (1903-1929): uma das figuras mais importantes do movimento revolucionário cubano durante a república neocolonial. Em 1923, foi presidente do Primeiro Congresso Nacional de Estudantes, e neste mesmo ano fundou a Universidade José Martí. Em 1924, criou a Liga Anticlerical e, em 1925, a seção cubana da

Liga Anti-imperialista das Américas. Em 1924, ingressou no Agrupamento Comunista de Havana. Em 1925, foi um dos fundadores do primeiro partido marxista-leninista de Cuba. Em 1926, foi expulso da Universidade em razão de suas atividades revolucionárias, ocasião em que fez uma célebre greve de fome. Depois se exilou no México e fundou a Associação de Novos Emigrantes Revolucionários Cubanos (Anerc). Em 1927, participou como delegado do IV Congresso da Internacional Sindical Vermelha na União Soviética. Foi assassinado no México em 10 de janeiro de 1929. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Vittorio Codovilla** (1894-1970): dirigente comunista nascido na Itália, emigrou para a Argentina em 1912. Ingressou no Partido Socialista, dele saindo em 1918 para fundar o Partido Socialista Internacional, posteriormente Partido Comunista. Enviado a Moscou em 1926, permaneceu por dois anos na União Soviética, onde conviveu com dirigentes como a alemã Clara Zetkin, o italiano Palmiro Togliatti e o búlgaro Georgi Dimitroff. Em 1928, participou dos trabalhos do VI Congresso da Internacional e foi enviado pela Internacional Comunista a missões na guerra civil espanhola, no Chile e no México. Tornou-se membro do Comitê Central, da Executiva e em seguida secretário-geral do PC argentino, além de representante da Internacional Comunista na América Latina. Morreu em Moscou. Até o fim de seus dias, seguiu fiel à linha soviética. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Caio Prado Júnior** (1907-1990): pensador e político brasileiro. Em 1942, publica sua obra mais importante, *A formação do Brasil contemporâneo*, sofrendo perseguições devido ao seu alinhamento político com a orientação comunista, tendo seu mandato cassado dois anos depois da publicação do livro. Sua obra criou, porém, uma tradição historiográfica no Brasil, identificada sobretudo com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial. A obra foi apresentada no I Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU em 14-8-2003, e é tema de entrevista com a professora Marcia Eckert Miranda, publicada na **IHU On-Line** número 70, de 11-8-2003, disponível <http://bit.ly/1IrlO8>. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Sergio Bagú** (1911-2002): jornalista, advogado, historiador, filósofo e sociólogo argentino. Ocupa um lugar de destaque entre os pensadores latino-americanos no século 20 por conta de sua interpretação da história da conquista do continente a partir do enfoque do desenvolvimento do capitalismo. Lecionou na Argentina, no Chile, nos Estados Unidos, na Venezuela, no Peru e no Uruguai. Deixou a Argentina em 1966, devido a perseguições políticas. A partir de 1974, tornou-se professor e pesquisador da Universidade Autónoma do México (UNAM). (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Rodolfo Stavenhagen Gruenbaum** (1932-2016): sociólogo alemão, defensor dos direitos humanos dos povos indígenas. Sua família teve que abandonar a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial e foi morar no México quando ele ainda era criança. Destacou-se como professor e pesquisador de ciências sociais. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Pablo González Casanova** (1922): advogado, sociólogo e doutor em Ciências Políticas mexicano, condecorado pela Unesco em 2003 com o Prêmio Internacional José Martí por sua defesa da identidade dos povos indígenas da América Latina. Foi reitor da Universidade Nacional Autónoma de México. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Theotonio dos Santos Júnior** (1936-2018): economista nascido em Carangola (MG). Está entre os formuladores da Teoria da Dependência e é um dos principais expoentes da teoria do sistema-mundo. Bacharel em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília - UnB, obteve a titulação de notório saber (equivalente ao

Marini²¹ e Vânia Bambirra²² e do chileno Orlando Caputo²³ sobre dependência, sistema mundial, superexploração, subimperialismo, ciclos e a debilidade da democracia na região; as contribuições do argentino Ernesto Laclau²⁴ e do brasileiro Octávio

Ianni²⁵ sobre o populismo; os trabalhos sobre articulação de modos de produção nas obras do equatoriano Agustín Cueva²⁶ e do brasileiro Ciro Flamarion Cardoso²⁷, ou entre classes e estamentos nos brasileiros Florestan Fernandes²⁸ e Sedi Hirano²⁹ para entender um capitalismo

suí generis; os aportes sobre poder dual e sociedade abigarrada do boliviano René Zavaleta Mercado³⁰; a formulação da teologia da libertação pelo peruano Gustavo Gutiérrez³¹ sob forte inspiração marxista; as formulações geopolíticas da mexicana Ana Esther Ceceña³² e do argentino Atilio Boron³³; e a elaboração de um pensamento decolonial pelo argentino Enrique Dussel³⁴, pelo peruano

grau de doutor) em Economia, concedida pela UFMG e pela Universidade Federal Fluminense - UFF, da qual era professor emérito. Foi também coordenador da Cátedra Unesco em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável e da Universidade das Nações Unidas - UNU sobre economia global e desenvolvimento sustentável. Entre seus aportes teóricos mais destacados à economia e às ciências sociais, estão a contribuição à formulação geral do conceito de dependência, à periodização das diversas fases da dependência na história da acumulação capitalista mundial, à caracterização das estruturas internas dependentes e a definição dos mecanismos reprodutivos da dependência. Trabalhou também sobre a teoria dos ciclos, a dinâmica de longo prazo do capitalismo e a teoria do sistema-mundo. Outra contribuição teórica sua foi a formulação do conceito de "civilização planetária". Autor de 38 livros, coautor ou colaborador de outros 78, publicou cerca de 150 artigos em revistas científicas, além de colaborar com diversos periódicos voltados ao público em geral. Seus trabalhos foram publicados em 16 línguas. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Ruy Mauro Marini (1932-1997): cientista social nascido em Barbacena (MG), considerado um dos mais brilhantes intelectuais militantes da América Latina. Destacou-se por sua importante obra que subverteu o pensamento colonizado dominante e por sua militância coerente. Sua vida, marcada por exílios recorrentes, condensa um dos períodos mais intensos da história política latino-americana. Suas teses em torno das características do capitalismo dependente constituem a base para a compreensão não só do continente, mas também das diversas formas da superexploração da força de trabalho e do subimperialismo. É autor de diversas obras, entre as quais *Dialética da dependência* (Petrópolis: Vozes, 2000). (Nota da **IHU On-Line**)

22 Vânia Gelape Bambirra (1940-2015): cientista política e economista nascida em Belo Horizonte (MG). Graduada em 1962 pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, mestre pela Universidade de Brasília - UnB e doutora em Economia pela Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM, é mais conhecida na América de língua espanhola do que no próprio Brasil. Era filha de uma dona de casa e de um alfaiate militante do Partido Comunista Brasileiro. Em 1961, inscreveu-se com um grupo de intelectuais, entre eles Theotonio dos Santos, como voluntária para defender a Revolução Cubana. Participou da organização revolucionária Política Operária - Polop, que lutou contra o regime militar de 1964. No Chile, exilada, integrou o Centro de Estudos Sócio-Econômicos - Cesco com um grupo de marxistas que desenvolveu uma nova leitura da realidade latino-americana e um instrumental analítico da realidade que influenciou o programa da Unidade Popular, partido de Salvador Allende, eleito presidente em 1970. Três anos depois, com o golpe de estado promovido pelas forças militares, Vânia parte para novo exílio, dessa vez no México, onde lecionava na Universidade Nacional Autónoma do México. Volta ao Brasil na década de 1980. Ao lado de intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotonio dos Santos, formulou a Teoria da Dependência, uma interpretação crítica, marxista não dogmática, dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo. (Nota da **IHU On-Line**)

23 Orlando Caputo: economista e ex-gerente geral da Codelco (estatal chilena de mineração de cobre) durante o governo de Salvador Allende, responsável pela nacionalização do cobre no Chile. Pesquisou sobre o imperialismo e o papel do cobre no país. Foi convidado por Theotonio dos Santos para integrar o primeiro grupo de pesquisa do Cesco sobre a dependência da América Latina. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Ernesto Laclau (1935-2014): teórico político argentino. Pesquisador e professor da Universidade de Essex, recebeu o título de doutor Honoris Causa de várias universidades: Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Rosario, Universidade Católica de Córdoba, Universidade Nacional de San Juan e Universidade Nacional de Córdoba. Em 10-3-2008 concedeu a entrevista *1968 e a construção de um novo discurso político* à edição 250 da **IHU On-Line**, disponível em <http://bit.ly/1gvx8Fu>. A edição número 508 da **IHU On-Line** trouxe uma reflexão sobre o conceito mais célebre do autor: o populismo. Acesse em <http://bit.ly/2vq0bf3>. (Nota da

IHU On-Line)

25 Octávio Ianni (1926-2004): sociólogo brasileiro e um dos fundadores do Cebrap. Aposentado compulsoriamente, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969. Somente voltou a lecionar no Brasil em 1977, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Em suas pesquisas, especializou-se na análise do populismo e do imperialismo. É autor de várias obras, entre as quais *Estado e capitalismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965). (Nota da **IHU On-Line**)

26 Agustín Cueva (1937-1992): sociólogo e crítico literário equatoriano. Nunca se filiou a um partido de esquerda, mas sua formação maoísta (de juventude) jamais o abandonou inteiramente. Crítico da burocracia e do dogmatismo dos Partidos Comunistas latino-americanos, caracterizou-se, entretanto, por posição militante antitrotskista. Teve formação acadêmica tradicional, diplomando-se em Direito; interessado por política, literatura e sociologia, acabou por iniciar uma carreira acadêmica na Universidade Central do Equador. (Nota da **IHU On-Line**)

27 Ciro Flamarion Santana Cardoso (1942-2013): renomado historiador nascido em Goiânia (GO). Tem larga produção bibliográfica, incluindo interesses temáticos que vão da Historiografia e da Metodologia da História até os estudos sobre Antiguidade e, mais particularmente dentro deste campo, a Egíptologia. Também foi responsável por uma revisão significativa da discussão conceitual acerca do escravismo colonial brasileiro, contribuindo para o estabelecimento do conceito de Modo de Produção Escravista Colonial nos anos 1980. A partir da década de 1990, interessou-se pela introdução de métodos semióticos na análise e interpretação de fontes históricas de diversos tipos. Fiel desde o princípio de sua carreira de historiador e ensaísta aos princípios básicos do Materialismo histórico, sua linha de análise deslocou-se de um Marxismo um pouco mais fechado no princípio de sua carreira (culminando esta primeira fase com os *Ensaio racionalistas*) para uma abordagem marxista mais flexível, voltada para interações interdisciplinares diversas. Um dos primeiros livros, talvez o que o tornou mais conhecido do público acadêmico nos primeiros tempos por ter se propagado como um manual importante no campo da metodologia da história, foi *Os métodos da História*, que escreveu em parceria com Hector Perez Brignole no período em que foi professor da Universidade da Costa Rica, durante o período repressivo da ditadura militar no Brasil. Representativa da fase em que já adota a Semiótica como um paradigma importante para a análise historiográfica é a obra *Narrativa, sentido, História*, onde desenvolve um relevante mostruário das diversas possibilidades de análise semiótica – inclusive o uso dos Quadrados semióticos e Grupos de Klein – preocupando-se concomitantemente em discutir as suas possibilidades de utilização na análise historiográfica. No âmbito dos estudos da Antiguidade, produziu algumas obras que são referências importantes para esta área de estudos históricos, como *Trabalho compulsório na Antiguidade e Sete olhares sobre a Antiguidade*. Além do extenso currículo na área historiográfica, escreveu um livro chamado *A ficção científica - Imaginário do mundo moderno - Uma introdução ao gênero*. (Nota da **IHU On-Line**)

28 Florestan Fernandes (1920-1995): sociólogo e político brasileiro. Foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT, tendo participado da Assembleia Nacional Constituinte. Recebeu o Prêmio Jabuti em 1964 pelo livro *Corpo e alma do Brasil* e foi agraciado postumamente, em 1996, com o Prêmio Anísio Teixeira. O nome de Florestan Fernandes está obrigatoriamente associado à pesquisa sociológica no Brasil e na América Latina. Sociólogo e professor universitário, com mais de 50 obras publicadas, ele transformou o pensamento social no país e estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, marcado pelo rigor analítico e crítico, e um novo padrão de atuação intelectual. (Nota da **IHU On-Line**)

29 Sedi Hirano: graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Foi pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária da USP, diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da qual é professor emérito, e integrou o Conselho Superior da Fapesp. Foi professor visitante do Departamento de Estudos Brasileiros da Universidade de

Tenri, Japão, e proferiu conferências em diversas universidades da América Latina, da Europa, do Japão e dos Estados Unidos. Suas pesquisas voltam-se sobretudo para a sociologia do desenvolvimento, com ênfase nos temas América Latina, Leste Asiático, desigualdade, pobreza, trabalho e violência. (Nota da **IHU On-Line**)

30 René Zavaleta Mercado (1935-1984): político, sociólogo e filósofo marxista boliviano. Seu pensamento costuma ser dividido em três períodos: ao primeiro, nacionalista, seguiu-se ao marxismo ortodoxo e, finalmente, um marxismo não ortodoxo que se mostrou a mais influente fase dentro de uma perspectiva exclusivamente boliviana. Os conceitos derivados de suas ideias são fundamentais para o desenvolvimento posterior das ciências sociais da Bolívia. (Nota da **IHU On-Line**)

31 Gustavo Gutiérrez Merino (1928): teólogo peruano e sacerdote dominicano, considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação. Sofreu de osteomielite na infância e adolescência, permaneceu em cadeira de rodas dos 12 aos 18 anos. Ao recuperar a mobilidade, estudou medicina e letras na Universidad Nacional Mayor de San Marcos em Lima. Foi militante da Ação Católica, o que o motivou a aprofundar os estudos teológicos. Decidido pelo sacerdócio, entrou para o seminário em Santiago do Chile. Estudou Filosofia e Psicologia na Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Seus estudos de Teologia foram efetuados na Universidade Católica de Lyon, França, na Universidade Gregoriana de Roma e no Instituto Católico de Paris, chegando ao grau de doutor. Ordenado sacerdote em 1959. Foi professor de Teologia e Ciências Sociais na Universidade Católica de Lima e fundador do Instituto Bartolomé de Las Casas-Rimac. Foi conselheiro nacional da União de Estudantes Católicos - Unec e padre em Rimac, um bairro popular de Lima. Foi consultor teológico na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano - Celam, realizada em 1968 em Medellín (Colômbia). Lecionou Teologia na Universidade de Notre-Dame (Estados Unidos). Em 1971, publicou *Teologia da libertación. Perspectivas*, razão pela qual é considerado por muitos o pioneiro na sistematização da Teologia da Libertação. Em 1982, foi notificado pela Congregação para a Doutrina da Fé para responder a dez objeções sobre seus escritos teológicos. Em maio de 1985, obteve o doutorado em teologia pela Faculdade de Teologia do Instituto Católico de Lyon. Durante 20 anos, foi diretor da Revista Concilium. Em 1998, ingressou como noviço na Ordem dos Pregadores. Tem 23 títulos de doutor Honoris Causa outorgados por universidades de diversos países: cinco no Peru, Argentina, Holanda, Suíça, dois na Alemanha, dez nos Estados Unidos, dois no Canadá e também na Escócia, obtidos entre 1979 e 2006. Ganhou o Prêmio Príncipe das Astúrias em 2003 na Categoria Comunicação e Humanidades, por seu compromisso com os mais desfavorecidos e por haver iniciado a Teologia da Libertação, e em 2014 o Prêmio Capri San Michele. Em setembro de 2013, foi recebido em audiência pessoal pelo papa Francisco, em um gesto que foi considerado um passo para a reabilitação da Teologia da Libertação. (Nota da **IHU On-Line**)

32 Ana Esther Ceceña Martorella (1950): economista, PhD em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade de Paris I - Sorbonne, coordena o Observatório Latino-Americano de Geopolítica, que se dedica a estudar, teorizar e mapear os processos contemporâneos de dominação e resistência. É professora da Universidade Nacional Autónoma do México. Sua linha de trabalho centra-se no estudo dos recursos naturais, movimentos sociais, militarização e da hegemonia global. Ele foi diretor da revista *Chiapas* de 1994 a 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

33 Atilio Boron (1943): sociólogo argentino, doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard. Escreveu vários livros de ciência social e filosofia com orientação marxista e uma aposta política clara de compromisso com o socialismo para a América Latina. É professor na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires desde 1986. (Nota da **IHU On-Line**)

34 Enrique Dussel (1934): filósofo argentino radicado

Anibal Quijano³⁵ e pelo mexicano Hector Diaz Polanco³⁶, entre outros.

IHU On-Line – A teoria da dependência é um dos principais caminhos para renovação do marxismo? Por quê?

Carlos Eduardo Martins – A teoria da dependência, em sua versão marxista, tem contribuído para desvendar o caráter profundamente antinacional de nossa burguesia, os limites históricos de seus projetos de desenvolvimento em função do lugar subordinado que ocupam na divisão internacional do trabalho, o caráter profundamente excludente de seus padrões de acumulação, o alto nível de barbárie de seus processos civilizatórios, que coloca sob risco a estabilidade política dos regimes democráticos, ameaçados pelo recrudescimentos de neofascismos. Tem contribuído ainda para analisar a crise do capitalismo contemporâneo, formulando as bases de uma teoria marxista do sistema mundial na qual tenho trabalhado a partir dos caminhos abertos por Theotonio dos Santos. A teoria marxista da dependência tem formado novas gerações cujo desafio é o de atualizar conceitos deixados por seus fundadores, como os de superexploração, subimperialismo, padrões de acumulações e seus ciclos, e de formular uma teoria política que seja capaz de analisar o caráter da crise do Estado na Amé-

(exilado) desde 1975 no México. É um dos maiores expoentes da Filosofia da Libertação e do pensamento latino-americano em geral. Autor de uma grande quantidade de obras, seu pensamento discorre sobre temas como: filosofia, política, ética e teologia. Tem se colocado como crítico da pós-modernidade chamando por um novo momento denominado transmodernidade. Tem mantido diálogos com filósofos como Apel, Gianni Vattimo, Jürgen Habermas, Richard Rorty, Lévinas. É um crítico do pensamento eurocêntrico contemporâneo. (Nota da **IHU On-Line**)

35 Anibal Quijano (1930-2018): sociólogo e pensador humanista peruano, doutor Honoris Causa pelas Universidades Central da Venezuela (UCV) e Nacional Autónoma de Guadalajara (UAG). Conhecido por ter desenvolvido o conceito de “colonialidade do poder”. Seu trabalho tem sido influente nas áreas de estudos pós-coloniais e da teoria crítica. Destacou-se por várias publicações que refletem sobre a realidade da América Latina. Foi professor da Universidad Nacional de San Marcos, atuando também na Universidade de Binghamton, e foi fundador da cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder na Universidad Ricardo Palma. Considerado como um dos fundadores da sociologia crítica. (Nota da **IHU On-Line**)

36 Hector Diaz Polanco: ensaísta, antropólogo, sociólogo e historiador mexicano. Professor e pesquisador no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social - CIESAS. Em 2008, recebeu o prêmio Casa de las Américas, outorgado o melhor ensaio publicado em espanhol em 2006. (Nota da **IHU On-Line**)

rica Latina e promover sua transformação rumo a um socialismo democrático e articulado à construção de um novo eixo de poder geopolítico mundial.

IHU On-Line – A teoria da dependência ainda é capaz de auxiliar na compreensão das realidades do nosso tempo? De que forma?

Carlos Eduardo Martins – Penso que sim. Isso exige uma revisão da obra dos fundadores, tendo em vista dois níveis articulados, que são os do desenvolvimento lógico-analítico dos conceitos e sua adequação às tendências de longa duração do capitalismo e à realidade concreta no século XXI. A teoria da dependência deve se desenvolver para ser um dos suportes de uma teoria marxista do sistema mundial, buscando não apenas romper com a dependência nos países periféricos, mas disputar o comando do sistema mundial, modificando sua estrutura rumo a uma civilização planetária, plural e democrática. Para isso é necessário um trabalho de integração e articulação de instrumentos analíticos formulados seja pelo grupo da dependência, seja pelo grupo do sistema mundial, tradicionalmente sediado na esquerda dos Estados Unidos, que carece de maior suporte marxista.

IHU On-Line – Em que medida a intelectualidade brasileira, essencialmente paulista e alicerçada na Universidade de São Paulo - USP, apresenta outra leitura do marxismo, distanciando-se das lógicas das teorias da dependência? E quais os limites dessa leitura?

Carlos Eduardo Martins – A intelectualidade paulista foi profundamente marcada pelo projeto desenvolvimentista do capitalismo dependente brasileiro, que teve em São Paulo seu epicentro nacional. São Paulo lançou-se como centro econômico, demográfico, cultural e político brasileiro a partir dos anos 1930, beneficiando-se, posteriormente, da

transferência da capital política do país do Rio de Janeiro para Brasília. Após o fracasso da Revolução de 1932³⁷, as oligarquias paulistas fundam a USP em 1934, retomando a perspectiva de protagonismo sob forte orientação eurocêntrica e buscando conciliá-la com a desenvolvimentista.

A derrota imposta pelo golpe de 1964³⁸ ao nacionalismo-popular de origem varguista garantiu o protagonismo a um desenvolvimentismo excludente e controlado desde cima, ainda que as oligarquias paulistas só consigam exercer diretamente o protagonismo político e cultural a partir da década de 1990, perdendo espaço para o PT em 2002 e retomando-o com o golpe de Estado de 2016. A transição a este protagonismo se deu

37 Revolução Constitucionalista de 1932: também conhecida como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no estado de São Paulo entre julho e outubro de 1932. O objetivo era derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas, seguido da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. O golpe de estado decorrente da Revolução de 1930 derrubou o então presidente da república, Washington Luís; impediu a posse do seu sucessor eleito nas eleições de março de 1930, Júlio Prestes; após a maioria dos presidentes estaduais (atualmente se denominam governadores); fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais; e, por fim, cassou a Constituição de 1891, até então vigente. Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1930 e um dos líderes desse movimento revolucionário, veio a assumir a presidência do governo provisório nacional em novembro de 1930 com amplos poderes, colocando fim ao período denominado República Velha, porém, sob a promessa de convocação de novas eleições e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte para a promulgação de uma nova Constituição. Nos anos subsequentes, essa expectativa deu lugar a um sentimento de frustração, em razão da indefinição quanto ao cumprimento dessas promessas e do acúmulo de ressentimento contra o governo provisório, principalmente no estado de São Paulo, com o fato de Getúlio Vargas governar de forma discricionária por meio de decretos, sem respaldo de uma Constituição e de um Poder Legislativo. Essa situação também fez diminuir a autonomia que os estados brasileiros gozavam durante a vigência da Constituição de 1891, pois os interventores indicados por Vargas, em sua maioria tenentes, não correspondiam aos interesses dos grupos políticos locais e frequentemente entravam em atritos. Foi a primeira grande revolta contra o governo de Getúlio Vargas. (Nota da **IHU On-Line**)

38 Golpe de 1964: movimento deflagrado em 1º de abril de 1964. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista liderada e financiada pelos Estados Unidos, desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do golpe, que substituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango. Em seu lugar, os militares assumiram o poder e se mantiveram governando o país entre os anos de 1964 e 1985. Sobre a ditadura de 1964 e o regime militar, o IHU publicou o 4º número dos **Cadernos IHU em formação**, intitulado *Ditadura 1964. A memória do regime militar*, disponível em <https://goo.gl/a4e8VX>. Confira, também, as edições nº 96 da **IHU On-Line**, intitulada *O regime militar: a economia, a igreja, a imprensa e o imaginário*, de 12 de abril de 2004, disponível em <https://goo.gl/a2yUBR>; nº 95, de 5 de abril de 2005, *1964 – 2004: hora de passar o Brasil a limpo. 1964*, disponível em <https://goo.gl/cU7FEV>; nº 437, de 13 de março de 2014, *Um golpe civil-militar. Impactos, (des)caminhos, processos*, disponível em <https://goo.gl/gXbCaL>; e nº 439, de 31 de março de 2014, *Brasil, a construção interrompida – Impactos e consequências do golpe de 1964*, disponível em <https://goo.gl/wENVN6>. (Nota da **IHU On-Line**)

com a destruição do projeto cultural do nacionalismo popular e com relações íntimas e perigosas com a ditadura. Zeferino Vaz³⁹, que conduziu a construção e estabelecimento da Unicamp [Universidade Estadual de Campinas], de onde foi reitor por 12 anos, foi também o interventor nomeado pelo então general Castelo Branco⁴⁰ para destruir a UNB [Universidade de Brasília], de onde demitiu Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Perseu Abramo⁴¹, entre outros.

39 **Zeferino Vaz** (1908-1981): médico nascido em São Paulo (SP). Conduziu a construção, estabelecimento e desenvolvimento da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp durante as décadas de 1960 e 1970. O principal campus da universidade leva o nome de Zeferino, que lutou para reunir alguns dos melhores cientistas brasileiros para formar uma instituição de pesquisa sólida e respeitável. Estudou Medicina na Universidade de São Paulo - USP e se formou em 1932, com especializações em Parasitologia, Doenças Parasitárias, Biologia, Genética e Zoologia. Logo após sua graduação, tornou-se professor de Zoologia e Parasitologia na Escola de Medicina Veterinária da USP. Foi diretor desta escola entre 1936 e 1947. De 1951 a 1964, foi diretor-fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Em 1963, foi secretário estadual de Saúde pública. De 1964 a 1965, ele foi o primeiro presidente do Conselho de Educação do Estado de São Paulo e reitor da Universidade de Brasília, em 1964. Em 1965, foi designado pelo governador Ademar Pereira de Barros como presidente da comissão de organização para a Universidade Estadual de Campinas. Assumiu o cargo de reitor em 1966 e manteve-o até sua aposentadoria compulsória, em 1978. Depois disso, manteve o cargo de presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp - Funcamp até 1981, quando morreu vítima de um aneurisma de aorta. Em sua homenagem, foi dado seu nome ao trecho de Campinas à Mogi Guaçu da SP-332 (Rodovia Professor Zeferino Vaz). (Nota da **IHU On-Line**)

40 **Humberto de Alencar Castelo Branco** (1897-1967): militar e político brasileiro. Foi um dos articuladores e primeiro presidente do período do Regime Militar instaurado pelo golpe militar de 1964. Os principais objetivos da intervenção militar eram impedir que o comunismo se instaurasse no Brasil, através do governo eleito de João Goulart, influenciado pelo seu cunhado Leonel Brizola, e aproximar o Brasil dos Estados Unidos. Uma das primeiras medidas de seu governo foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, assinalando a mudança de orientação da política externa brasileira, que passou a buscar apoio econômico, político e militar nos Estados Unidos. Era filho do general Cândido Borges Castelo Branco e de Antonieta Alencar, membro da família do escritor José de Alencar. (Nota da **IHU On-Line**)

41 **Perseu Abramo** (1929-1996): sociólogo, professor e jornalista nascido em São Paulo (SP). Nascido numa família de imigrantes italianos, seus pais, Athos Abramo (jornalista) e Athea Tommasini, eram primos em primeiro grau. Suas avós paterna e materna eram irmãs, filhas de Bortolo Scarmagnan, ativista anarquista italiano radicado no Brasil. Pela família Abramo, era sobrinho dos jornalistas Cláudio Abramo e Fulvio Abramo, do artista plástico Lívio Abramo e da atriz Lélia Abramo. Ainda jovem, conseguiu seu primeiro emprego como suplente de conferente de revisor no primeiro Jornal de São Paulo, em 1946. De 1948 a 1950, trabalhou como repórter no segundo Jornal de São Paulo e, na mesma época, como colaborador e repórter na Folha Socialista, semanário do Partido Socialista Brasileiro. Trabalhou em A Hora, de 1951 a 1952, e, nesse ano, entrou para O Estado de S. Paulo, onde permaneceu por dez anos, chegando a subsecretário de redação. No Estadão, coordenou a equipe que fez a cobertura da inauguração de Brasília e obteve o Prêmio Esso de Reportagem, em 1960. Em 1959, graduou-se em Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP, como bacharel e licenciado em sociologia. Participou ativamente da criação da Universidade de Brasília - UnB, onde lecionou no Departamento de Ciências Humanas, de 1962 - quando a Universidade foi inaugurada - até 1964, quando ocorreu o golpe militar, e a UnB foi invadida por tropas do Exército. Em 1968, obteve o grau de mestre em Ciências Humanas na Universidade

A formulação teórica do desenvolvimento dependente encontrou sua mais alta elaboração na obra de Fernando Henrique Cardoso⁴², que aponta na dependência o paradigma de desenvolvimento do Brasil e do capitalismo periférico. Na sua formulação, Cardoso salpicou marxismo aqui e ali, mas para tingir uma arquitetura weberiana de pensamento. Onde a dependência era apresentada como o único padrão legítimo de dominação, o único que promovia desenvolvimento. Todavia, paradoxalmente, quando alcança o poder político, este projeto já se torna obsoleto. A reformulação do capitalismo internacional mediante a globalização neoliberal destruiu grande parte da indústria brasileira, e a burguesia optou pela financeirização e pelo subdesenvolvimento para garantir o controle político sobre a classe trabalhadora, impondo-lhe altas taxas de desemprego.

O fracasso deste projeto é melancólico: Fernando Henrique Cardoso, supostamente democrata, se torna um dos articuladores do golpe de 2016 e da aprovação da lei que congela gastos públicos primários por 20 anos. A suposta via do desenvolvimento pela dependência desde a década de 1980 proporciona taxas medíocres de crescimento econômico, excetuado o período de 2004-2012, sob direção heterodoxa petista e aditivada pelo boom dos preços das commodities.

Importante mencionar, entretanto, que se esta é a via que se tornou dominante no padrão uspiano de pen-

samento, não foi a única vertente ali formulada, nem este o único padrão que se associou à dependência.

Cumprir destacar na USP a sociologia militante de Florestan Fernandes, a geografia de Milton Santos⁴³, os pensamentos de Octávio Ianni⁴⁴, de Francisco de Oliveira⁴⁵, de Sedi Hirano, de Ruy Braga⁴⁶, de Leda Paulani⁴⁷, entre outros, como importantes referências críticas ao padrão de desenvolvimento dependente e

43 **Milton Santos** (1926-2001): geógrafo brasileiro, foi um dos pensadores de nosso país mais respeitados em sua área. Em 1994, ele recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, na França, uma espécie de Nobel da Geografia. Santos exerceu boa parte da carreira acadêmica no exterior (França, Canadá, EUA, Peru, Venezuela etc.). Foi professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, tendo falecido em 2001. Publicou mais de 40 livros e 300 artigos em revistas especializadas. A Editora Unesp publicou o livro *Milton Santos: Testamento Intelectual* (São Paulo: Editora Unesp, 2004), resultado de entrevista concedida ao autor Jesus de Jesus da Assis, com a colaboração de Maria Encarnação Beltrão Sposito São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**)

44 **Octávio Ianni** (1926-2004): sociólogo brasileiro e um dos fundadores do Cebrap. Aposentado compulsoriamente, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-5 em 1969. Somente voltou a lecionar no Brasil em 1977, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Em suas pesquisas, especializou-se na análise do populismo e do imperialismo. É autor de várias obras, entre as quais *Estado e capitalismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965). (Nota da **IHU On-Line**)

45 **Francisco de Oliveira**: sociólogo brasileiro, também conhecido como Chico de Oliveira, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH-USP, foi um dos fundadores do Cebrap. Coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic, da USP, deixou o Partido dos Trabalhadores e recentemente filiou-se ao PSol (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2003, ano em que deixou o PT, Francisco de Oliveira disse que Lula nunca foi de esquerda. Em 25 de agosto de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 28 de agosto de 2008, o de professor emérito pela FFLCH-USP. Em 22 de novembro de 2010, o de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba. Sua contribuição mais recente à **IHU On-Line** foi a entrevista *A democracia brasileira é chata. Não entusiasma ninguém*, publicada nas Notícias do Dia, de 20-8-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1LuKW8P>. (Nota da **IHU On-Line**)

46 **Ruy Braga** [Ruy Gomes Braga Neto]: graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. É livre-docente da Universidade de São Paulo - USP. Também realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley. Atuou como professor visitante nas seguintes universidades: École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), Universidade de Coimbra e Universidade da Califórnia em Berkeley. Além disso, proferiu palestras e minicursos na Universidade de Roma 1 "La Sapienza", na Universidade Nova de Lisboa, no ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), na Universidade Católica de Louvain - UCL e na Universidade de Witwatersrand. Coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania - Cenedic na USP. Autor de *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012) e de *A rebelião do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2017). (Nota da **IHU On-Line**)

47 **Leda Paulani** (1954): é economista brasileira e livre docente da Universidade de São Paulo - USP. Bacharel em Economia e em Comunicação Social, com especialização em Jornalismo, pela USP. Doutora pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - IPE/USP. A professora já contribuiu no *Cadernos IHU ideias* número 41, sob o título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/2oMaaYO>. (Nota da **IHU On-Line**)

Federal da Bahia. Também foi professor da Fundação Cásper Líbero (1960-1962), da Universidade Federal da Bahia (1965-1970) e da FAAP (1970-1971). Trabalhou por 15 anos como professor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em disciplinas específicas de jornalismo, de 1981 até 1996. Exerceu atividade jornalística também na Folha de S. Paulo, no jornal Movimento e no Jornal dos Trabalhadores, órgão do Partido dos Trabalhadores - PT. Fora da imprensa escrita, trabalhou na rádio Eldorado (1955) e na TV Globo (1983-1985). É autor dos livros *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa* e *Um Trabalhador da Notícia*, ambos publicados pela editora da Fundação Perseu Abramo, vinculada ao PT. A Fundação Perseu Abramo foi criada em 1996 pelo PT para desenvolver projetos de caráter político-cultural; seu nome foi uma homenagem a Perseu Abramo. (Nota da **IHU On-Line**)

42 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

subordinado.

IHU On-Line – A esquerda latino-americana, especialmente a brasileira, baseia-se essencialmente num marxismo atravessado pela teoria da dependência? Como compreender essa leitura e quais seus limites e potências?

Carlos Eduardo Martins – A esquerda brasileira abandonou as questões estratégicas nacionais e as relativas à construção de um novo eixo geopolítico regional e mundial. Em grande parte, porque o PT no poder desistiu de um projeto de enfrentamento do protagonismo do capital financeiro e da transnacionalização da economia brasileira. Fez políticas desenvolvimentistas e sociais pontuais e graduais, mas que não enfrentaram o monopólio midiático, a apropriação do orçamento público pelos rentistas, o aumento do controle estrangeiro sobre a Petrobras, o monopólio das terras pelo agronegócio, a privatização dos serviços de educação, saúde e transporte e nem impulsionaram uma agenda de integração regional efetivamente robusta. Diante da ausência de enfrentamento das questões estruturais, houve um deslocamento para uma agenda liberal progressista em torno do tema das identidades, mas que, descolada dos temas estruturais, enfrenta limites para avançar mais profundamente, seja porque necessita de mais recursos econômicos, seja porque necessita de ampla mobilização para promover uma ofensiva mais contundente.

IHU On-Line – Como pode se compreender a ascensão de novas potências, como a China, sem romper a ordem capitalista? E que socialismo emerge dessa relação?

Carlos Eduardo Martins – A ascensão da China se dá dentro de uma ordem mundial dominante que é capitalista desde o século XVI e de forma mais ampla desde o século XIX, com a conquista

européia de Ásia e África. Não há como se ameaçar e romper com este comando antes da ascensão, do contrário o que se cria é isolamento. A ascensão chinesa revela o movimento de placas tectônicas que tendem a gerar conflitos amplamente explosivos na ordem econômica predominante. Vemos o agravamento das tensões entre Estados e China, com Trump⁴⁸, e os Estados Unidos cada vez mais na defensiva. O socialismo chinês é um socialismo em elaboração, tal como foram as experiências de socialismo no século XX. Representam uma versão ainda primitiva de socialismo que transita da escassez para abundância de forças produtivas. Neste processo de transição, há uma hibridização com o capitalismo que não retira o antagonismo do processo de ascensão chinesa e nem o comando interno. Estes conflitos pela hegemonia durarão ainda 20 ou 30 anos.

É bastante provável que a humanidade esteja entrando em uma era de caos sistêmico, como postulamos em nosso livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011). A crise acelerada do liberalismo político no mundo, o abandono de política de hegemonia por parte dos Estados Unidos por uma política de força e o avanço da extrema direita indicam que uma ordem está chegando ao fim. Cabe às esquerdas se organizarem para tirar partido deste período. O socialismo só poderá ser aprofundado e desenvolvido com o avanço das lutas de classes e a capacidade de os trabalhadores dirigirem-na.

IHU On-Line – Em entrevista concedida à IHU On-Line⁴⁹ em

⁴⁸ **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)
⁴⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2Kd6LOg>

2017, o senhor destaca que a esquerda brasileira sucumbe ao neoliberalismo e se afasta da teoria da dependência. Hoje, o senhor reforça essa sua análise ou já vivemos um outro momento? E, com base na conjuntura atual, quais as possibilidades de a esquerda promover uma retomada dessas teorias?

Carlos Eduardo Martins – A esquerda brasileira ainda vive os profundos efeitos do colapso do petismo. Divide-se entre o apego à liderança carismática de Lula⁵⁰, cada vez mais fantasmagórica e afastada de projetos concretos de governo e perspectivas de poder, o radicalismo ultraesquerdista estéril e a valorização das temáticas identitárias dentro de um contexto liberal que as desconecta das questões de classe. A esquerda brasileira não está compreendendo a natureza da mudança de regime político que está em curso no país. Saímos de um período de redemocratização inconcluso para um regime de exceção neofascista, ou fascista liberal, em que se estabelece uma ditadura civil do grande capital. Este regime não desmonta completamente o liberalismo político, mas o viola cirurgicamente em seus pontos mais vitais: no livre exercício da soberania popular, manifesto na

⁵⁰ **Luiz Inácio Lula da Silva** (1945): trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato e foi denunciado em setembro de 2016 pelo Ministério Público Federal - MPF, apontado como receptor de vantagens pagas pela empreiteira OAS em um triplex do Guarujá. No dia 12 de julho de 2017, Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, em primeira instância, a nove anos e seis meses de prisão em regime fechado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. No dia 24 de janeiro de 2018, por unanimidade, os três desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmaram a condenação de Lula, elevando a pena para 12 anos e um mês de prisão. No dia 7 de abril de 2018 Lula, após mandato de prisão expedido pelo judiciário, entregou-se à Polícia Federal, onde se mantém sob custódia na Superintendência do órgão em Curitiba. (Nota da **IHU On-Line**)

deposição da presidente Dilma⁵¹, na prisão e cassação dos direitos políticos de Lula e na criminalização das políticas sociais com a aprovação da lei que congela gastos primários por 20 anos. Trata-se de um regime muito similar ao que se estabeleceu na Itália entre 1922-24, quando Mussolini⁵² ascendeu à condição de primeiro-ministro e organizou eleições pluripartidárias sem romper com a legalidade liberal, mas submetendo-a à violência e ao despotismo para que se tornasse uma superestrutura de fachada. A razão pela qual o capitalismo brasileiro mantém esta formulação é a de impedir a criação de um monopólio político que possa rivalizar com o monopólio exercido pelo grande capital na sociedade

51 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

52 **Benito Mussolini** (1883-1945): jornalista e político italiano, governou a Itália com poderes ditatoriais entre 1922 e 1943. Liderou o Partido Nacional Fascista e é tido como uma das figuras-chave na criação do fascismo. Tornou-se o primeiro-ministro da Itália em 1922 e em 1925 começou a usar o título *Il Duce*, que significa "o condutor", em italiano. Após 1936, seu título oficial era Sua Excelência Benito Mussolini, Chefe de Governo, Duce do Fascismo e Fundador do Império. Também criou e sustentou a patente militar suprema de Primeiro Marechal do Império, junto com o rei Vítor Emanuel III da Itália, quem deu-lhe o título, tendo controle supremo sobre as forças armadas do país. Mussolini permaneceu no poder até ser substituído em 1943. Foi um dos fundadores do fascismo, que incluía elementos de nacionalismo, corporativismo, sindicalismo nacional, expansionismo, progresso social e anticomunismo, combinado com a censura de subversivos e propaganda do Estado. Nos anos seguintes à criação da ideologia fascista, Mussolini conquistou a admiração de uma grande variedade de figuras políticas. Entre suas realizações de 1924 a 1939, destacam-se os seus programas de obras públicas como a drenagem das áreas pantanosas da região do Agro Pontino e o melhoramento das oportunidades de trabalho e transporte público. Mussolini também resolveu a Questão Romana ao concluir o Tratado de Latrão entre o Reino de Itália e a Santa Sé. A ele também é creditado o sucesso econômico nas colônias italianas e dependências comerciais. Embora inicialmente tenha favorecido o lado da França contra a Alemanha no início da década de 1930, Mussolini tornou-se uma das figuras principais das potências do Eixo e, em 10 de junho de 1940, inseriu a Itália na Segunda Guerra Mundial ao lado dos alemães. Três anos depois, foi deposto pelo Grande Conselho do Fascismo, motivado pela invasão aliada. Logo depois de preso, Mussolini foi resgatado da prisão no Gran Sasso por forças especiais alemãs. Após seu resgate, Mussolini chefiou a República Social Italiana nas partes da Itália que não haviam sido ocupadas por forças aliadas. Ao final de abril de 1945, com a derrota total aparente, tentou fugir para a Suíça, porém, foi rapidamente capturado e sumariamente executado próximo ao lago de Como por guerrilheiros italianos. Seu corpo foi então trazido para Milão, onde foi pendurado de cabeça para baixo em uma estação petrolífera para exibição pública e a confirmação de sua morte. (Nota da **IHU On-Line**)

brasileira, e não por zelo à legalidade democrática.

O reencontro teórico com as formulações da teoria da dependência depende de um reencontro político com a criação de saídas para a crise brasileira, e isto implica em colocar a questão do socialismo dentro de uma problemática nacional envolvendo amplos setores sociais. A esquerda deve sair de uma posição de ajuste à ordem ou de sectarismo e voltar a fazer política de hegemonia. Isso implica em formular orientações estratégicas e táticas e começar do início, e não do final. Pleno emprego, desenvolvimento e democracia se tornaram palavras subversivas para a atual ordem burguesa. Isso exige enfrentar o domínio do capital financeiro sobre os processos de acumulação, democratizar o monopólio midiático e o Poder Judiciário. É necessário partir para reorganizar o movimento popular rumo a tarefas mais ofensivas.

IHU On-Line – Fala-se, no mundo todo, em esgotamento das esquerdas. No Brasil, a esquerda chegou ao seu limite? Por quê?

Carlos Eduardo Martins – Não creio. Chegou ao limite um tipo de esquerda e sua proposta gradualista de transformação. O capitalismo dependente continua cada vez mais desigual, e a superexploração se estende aos países centrais, gerando ensaios de respostas violentas pela direita, que atacam os imigrantes preservando o capital monopólico, seu grande responsável. A esquerda apostou numa versão compensatória do cosmopolitismo liberal e vê seus projetos perderem substância à medida que o capitalismo mundial, mas sobretudo o europeu e o estadunidense, perdem dinamismo. A recuperação europeia e estadunidense não impediu o crescimento da pobreza, cada vez mais associada à baixa remuneração dos empregos e não apenas ao alto desemprego.

É preciso que a esquerda recupere a ousadia, os projetos estratégicos,

as mobilizações sociais e adote políticas universalistas como parâmetro, colocando apenas dentro destas as políticas focalizadas. É preciso também uma política para a juventude. É preciso descriminalizar o uso das drogas e dar uma solução à questão prisional e carcerária que afeta as maiores pobres do Brasil e sua população preta e mestiça. É preciso descriminalizar o aborto. A esquerda limitada pelo neoliberalismo, pelo pensamento conservador católico ou neopentecostal, pelo pensamento que o golpe de 1964 legou às forças armadas ou restrita às negociações com o Congresso se esclerosou e tem pouco a dizer à população brasileira.

IHU On-Line – Como conceber uma reinvenção da esquerda? E quais as contribuições do marxismo nesse desafio?

Carlos Eduardo Martins – A reinvenção da esquerda no Brasil exige retomar o papel do Estado como produtor de bens e serviços estratégicos e o seu controle acionário sobre empresas chaves; sua projeção latino-americana e mundial; a vinculação das políticas identitárias às políticas universalistas. Precisamos montar um importante sistema de inovação, ciência e tecnologia baseado no uso de nossos recursos naturais, como a biodiversidade, reservas de hidrocarburos, de minerais estratégicos como o urânio e o nióbio. Para isso, é preciso parceria e cooperação internacional com os países da América Latina e aqueles que despontam como promotores de um novo eixo geopolítico internacional, tais como China, Rússia, Índia e África do Sul. É preciso ainda romper com a tutela de nosso Estado pelo capital financeiro, democratizando-o radicalmente e ultrapassando os limites autocráticos do liberalismo político e das formas neofascistas. É necessário ainda estabelecer também uma política de segurança e soberania alimentar, o que nos lança o desafio de democratizar a estrutura fundiária da sociedade brasileira. E não menos importante, é necessário orientar a universidade brasi-

leira para sua missão pública e seu compromisso social, restabelecendo sua autonomia e soberania nacional diante do corporativismo privatista que as agências de fomento e os cortes orçamentários lhe impuseram.

Estas são questões que desafiam o marxismo brasileiro a encontrar respostas. Este deve romper com os vícios autoritários, elitistas e desnacionalizantes que o desenvolvimentismo assumiu durante a era Geisel⁵³ e os governos militares e enfrentar o protagonismo ideológico do neoliberalismo em todas as suas formas: seja como ideologia empresarial e de Estado, seja como ideologia dos movimentos sociais de protesto, seja

⁵³ **Ernesto Geisel** (1908-1996): ditador militar e político brasileiro. Foi adido militar no Uruguai, comandante da XI Região Militar em Brasília, chefe do gabinete militar da presidência da República no governo Castelo Branco, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Petrobras (1969-1973). Eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral (1973), indicado pelos militares, tomou posse em 15 de março de 1974, como penúltimo ditador militar depois do golpe de 1964. (Nota da **IHU On-Line**)

como ideologia de ascensão pessoal e empreendedorismo dos pobres.

IHU On-Line – Diante das transformações do capitalismo de hoje, da especulação financeira e das constantes transformações apoiada nas mudanças tecnológicas, quais as contribuições do marxismo?

Carlos Eduardo Martins – O marxismo deve analisar a natureza da financeirização do capitalismo contemporâneo e sua relação com a crise civilizatória do modo de produção capitalista; a extensão da superexploração aos países centrais e o caráter que assume no centro e na periferia no século XXI; o papel dos ciclos na definição de conjunturas internacionais e nacionais, em particular os ciclos sistêmicos, os de Kondratiev e os ciclos de entradas e saídas de capitais estrangeiros nos

países dependentes; a crise do liberalismo político, o caos sistêmico a que se aproxima a ordem internacional e o recrudescimento do fascismo no século XXI, bem como as novas formas que assume; o caráter colonial e violento das estruturas de poder no capitalismo contemporâneo, denunciando o racismo, a heteronormatividade e promovendo sua descolonização e democratização; e ainda comprometer-se com a criação de uma cultura do bem-viver que reinscreva o ser humano em suas comunidades e nos ecossistemas, rompendo com o antagonismo e a solidão que fundamenta o mal-viver da cultura capitalista e seu apelo ao consumo como saída fictícia. Finalmente é papel fundamental do marxismo contribuir para reinvenção do socialismo no século XXI, comprometendo-o com uma democracia radical no plano local, nacional, internacional e mundial. ■



medium.com/@_ihu

Giorgio Agamben

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

ihu.unisinos.br



A esquerda ferida

Jose Arthur Giannotti

“**A** exploração do trabalho pelo capital é brutal, mas não é homogênea. Todas as revoluções de esquerda, desde a russa, que tentaram produzir sem passar pelas misérias do mercado, foram obrigadas a recuar. Toda política distributiva tem que saber como se produz a riqueza a ser distribuída. Hoje ser de esquerda é pensar nesse dilema. A mera acusação contra o capitalismo sem levar em conta esse desafio é enganação religiosa. Daí a importância da democracia como o terreno onde essas discussões possam ser feitas. Esconder o problema, só pensar na distribuição, é enganar o público e fomentar o populismo”, escreve Jose Arthur Giannotti. E acrescenta: “nada mais prejudicial à modernização da esquerda do que a repetição das críticas a um capital que deixou de existir”.

Jose Arthur Giannotti é professor emérito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - FFCL/USP. É membro fundador e Pesquisador Senior no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, São Paulo, professor contratado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP e, ainda, professor titular na área de Filosofia política do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP. Entre seus livros publicados, destaque para *Apresentação do mundo. Considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein* (São Paulo: Cia. das Letras, 1995), *Universidade em ritmo de barbárie* (São Paulo: Brasiliense, 1986), *Trabalho e reflexão* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *O capital: crítica da economia política* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013).

Eis o artigo.

Por mais que o sistema capitalista tenha mudado, o conceito marxista de capital ainda nos obriga a pensar e a levar em conta que nosso sistema econômico cria riqueza e muita desigualdade ao mesmo tempo. Devemos, porém, levar em consideração que houve uma enorme transformação em nosso sistema de produção: para crescer ele depende cada vez mais de invenções de novos produtos, por conseguinte de novas tecnologias. Essa dependência de novos conhecimentos trava a formação da mercadoria tal como Marx a pensou. Para que ela seja parcela do trabalho social total, como ensinara Ricardo¹, é necessário que todos os produtores de um mesmo ramo

¹ **David Ricardo** (1772 - 1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de

de produção tenham acesso à mesma tecnologia. Não me parece que isso seja o caso atualmente; mais ainda, as grandes fortunas nascem de descobertas tecnológicas que se tornam monopólio e são derrubadas com o nascimento de outros monopólios. A informática é o caso típico. Nessas condições haveria múltiplos valores médios circulando num mercado mundializado. Seria necessário repensar as novas formas de fetiche da mercadoria.

No entanto, o capital não se define apenas como produtor de mercadoria, mas de mercadorias -investimentos que só são mobilizadas quando geram lucro. Sem uma tacha média de produtividade do capital, não há condições de formar a contradição tipo hegeliana entre o capital total e o proletário total. Aliás, em vez de se unificar o proletariado se espatifou em várias categorias de trabalhador e o próprio emprego se torna cada vez mais variável.

O jovem Marx, enquanto hegeliano, apostava numa revolução que opusesse capital e trabalho, mas o velho Marx não consegue fechar o terceiro volume de seu maior livro, porque os dados não levam nessa direção. Depois da publicação dos textos escritos no período, depois dos vários estudos sobre esse problema, em particular aqueles de Michael Heinrich², fica evidente que Engels³, depois da morte de Marx, costurou esses textos o melhor possível para que ainda dessem a impressão de que a revolução proletária terminaria regenerando o gênero humano.

Daí a questão: a exploração do trabalho pelo capital é brutal, mas não é homogênea. Todas as revoluções de esquerda, desde a russa, que tentaram produzir sem passar pelas misérias do mercado, foram obrigadas a recuar. Toda política distributiva tem que saber como se produz a riqueza a ser distribuída. Hoje ser de esquerda é pensar nesse dilema. A mera acusação contra o capitalismo sem levar em conta esse desafio é enganação religiosa. Daí a importância da democracia como o terreno onde essas discussões possam ser feitas. Esconder o problema, só pensar na distribuição, é enganar o público e fomentar o populismo. Nada mais prejudicial à modernização da esquerda do que a repetição das críticas a um capital que deixou de existir. ■

bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O Ciclo de Estudos em EAD – Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da **IHU On-Line**)

² Cientista político alemão, professor da Universidade de Berlim; é um os entrevistados da presente edição da **IHU On-Line**. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Friedrich Engels** (1820-1895); filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, entre elas *Manifesto Comunista*. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **'Podemos sair da crise, mas não sairemos do século 20', diz José Arthur Giannotti.** Entrevista reproduzida nas Notícias do dia de 28-8-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2JXXcTW>.

- **Ética e Política: "A corrupção é um dos esteios da nossa formação", destaca José Arthur Giannotti.** Entrevista reproduzida nas Notícias do dia de 2-12-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KaUI3H>.

Ciclo de debates
Desigualdades
 no contexto econômico brasileiro

ihu.unisinos.br

02/04 a 07/11 de 2018



Uma outra política para a esquerda e a necessidade de rever a relação com Marx

Ruy Fausto analisa impasses políticos de hoje e a relação com as confusões que se dão com os escritos marxianos

João Vitor Santos

A esquerda no mundo todo está doente, mas em *terra brasilis* há problemas crônicos. Essa é a interpretação do professor Ruy Fausto, que ainda acrescenta: “as grandes patologias da esquerda são o totalitarismo e o populismo, a acrescentar a social-democracia *adesista*”. Para ele, há emergência de se reinventar novos caminhos para a esquerda que, aliás, podem muito bem passar por uma releitura dos escritos de Karl Marx, sem os atravessamentos que o marxismo muitas vezes tende a fazer. “A esquerda tem de se definir rigorosamente em relação ao corpus marxiano. Isso não foi bem feito, até aqui. E persiste a confusão”, analisa. Confusão que, para ele, se dá pela incidência de perspectivas populistas, mas, especialmente, bolchevistas. “O bolchevismo foi uma catástrofe para a esquerda. Continuamos a pagar um preço pelos seus erros”.

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Fausto ainda acrescenta que no mundo, em particular no Brasil, “é preciso articular as lutas ‘clássicas’, com as chamadas ‘novas’ lutas: feminismo, antirracismo, LGBT etc. Parece banalidade, mas esse trabalho é fundamental, e não tem nada de simples”. Assim, de certa forma, encarando esse desafio se estaria voltando ao Marx da essência, aos escritos marxianos e não às leituras dos seguidores, os marxistas, para pensar nos desafios de nosso tempo.

Também sobre a realidade da esquerda nacional, dispara: “vai de mal a pior”. Isso porque o PT, partido clássico da esquerda brasileira, para Fausto, comete erros como a defesa cega do governo da Venezuela e a insistência da candidatura de Lula, enquanto figuras

ultraconservadoras crescem. “Precisamos de uma outra política para a esquerda”, resume.

Ruy Fausto possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP, graduação em Direito pela mesma instituição e doutorado em Filosofia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne. Atualmente é professor titular da USP e membro de corpo editorial dos Cadernos de Ética e Filosofia Política da USP. Entre seus livros publicados, destacamos *Outro dia: intervenções, entrevistas, outros tempos* (São Paulo: Editora Perspectiva, 2009), *Os piores anos da nossa vida* (Niterói: Editora da Fundação Astrojildo, 2008), *A Esquerda Difícil: em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas* (São Paulo: Editora Perspectiva, 2007) e *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética* (São Paulo: Editora 34, 2002). Recentemente publicou *Caminhos da Esquerda, elementos para uma reconstrução* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017).

Ruy Fausto participou do **2º Ciclo de Estudos A reinvenção política no Brasil contemporâneo. Limites e perspectivas**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em que proferiu a palestra Possíveis caminhos para a reconstrução da esquerda no Brasil. A íntegra da conferência pode ser acessada em <http://bit.ly/2Ir7ZjI>. Na mesma ocasião, concedeu a entrevista *A reversão da crise requer uma exigência democrática sem perda do impulso anticapitalista*, disponível em <http://bit.ly/2K6kVkJ>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os limites e as potencialidades de Marx para pensar a política do século XXI, uma época de grandes instabilidades e de rápidas e constantes transformações?

Ruy Fausto – Vamos dividir e também deslocar um pouco a questão. *O Capital* é um clássico. Não um clássico como as obras dos grandes filósofos modernos ou antigos. Ele é mais atual. Mas também não um clássico, como é, a meu ver, um livro como a *Dialética Negativa*, de Adorno¹. *O Capital* é um clássico “um pouco” distante do nosso tempo, mas não demasiado distante (essas minhas fórmulas são muito aproximadas e sem rigor, sem dúvida, mas é preciso começar por aí).

Quanto à política de Marx, se ela continua a ser relevante, ela envelheceu mais do que a teoria estrito senso. Eu diria que o essencial é que Marx viveu antes da época do totalitarismo, o que faz toda a diferença. Não apenas ele não conheceu o nazismo e o stalinismo, como, diferentemente de outros pensadores do seu tempo, praticamente não pensou na possibilidade deles. Nós vivemos numa época pós-totalitária; entretanto, esse “pós” é inclusivo. Vivemos ainda, digamos assim, “no tempo” do totalitarismo. O que não significa que a crítica do capitalismo perdeu atualidade.

IHU On-Line – Como compreender a gênese da lógica de Karl Marx? Em que medida o marxismo vai inebriando e diminuindo a potência da gênese desse pensamento?

Ruy Fausto – O corpus marxista-

no brota a partir de um campo de ideias e experiências, muito rico e complexo. A *Lógica* de Hegel² tem um papel saliente nisso tudo. Na tradição marxista, há uma enxurrada de desenvolvimentos muito à *côté de la plaque* (fora da jogada), e também muita bobagem, além de muita deformação sinistra, o que é o mais grave.

Há, entretanto, coisas sérias na tradição, digamos, pós-marxista (com um “pós” semi-inclusivo). O importante: os alemães de Frankfurt³, principalmente Theodor Adorno. A *Dialética Negativa*⁴ de Adorno, é, ao meu ver, o nosso “clássico atual” (para usar de uma expressão um pouco paradoxal). Também os franceses (ou semi-franceses), como Cornelius Castoriadis⁵ e Claude Lefort⁶, aos quais se poderia acrescentar Edgard Morin⁷, e também André

Gorz⁸. Em matéria de crítica da economia política, acho que tudo está por fazer. Mas há muita gente jovem, e menos jovem, tentando avançar pelo caminho crítico.

“Marx viveu antes da época do totalitarismo, o que faz toda a diferença”

IHU On-Line – De que forma o senhor observa as transformações no pensamento do “jovem” para o “velho Marx”? Quais as mudanças mais significativas?

Ruy Fausto – Claro que muda, quando se passa de um ao outro. Mas não se trata da “coupure” althusseriana, que é simplesmente um erro. A fórmula está meio usada, mas há, na passagem, um misto de continuidade e descontinuidade. Digamos que o fundamento antropológico do discurso de juventude desaparece *como fundamento*, mas *não desaparece de forma absoluta* (isto é, se a antropologia deixa de ser fundamento, ela não “some”). Não se suponha, entretanto, que essa mudança é pequena. Falo isso no plano da análise de fato. Em termos do julgamento da obra de Marx, acho que, por razões diferentes, os “dois” Marx

e até biologia, pois, para ele, não há pensamento que corresponda à nova era planetária. Além de *O Método*, é autor de, entre outros, *A religião dos saberes. O desafio do século XXI* (Bertrand do Brasil, 2001). Confira a edição especial sobre esse pensador, intitulada *Edgar Morin e o pensamento complexo*, de 10-9-2012, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/402>. (Nota da **IHU On-Line**)
8 **André Gorz** (1923-2007): filósofo austríaco radicado na França desde 1948. Escreveu 16 livros, dos quais vários traduzidos para o português, entre eles *Adeus ao proletariado* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho. Crítica da razão econômica* (São Paulo: Annablume, 2003) e *Misérias do Presente, Riqueza do Possível* (São Paulo: Annablume, 2004). A **IHU On-Line** realizou entrevista com Gorz, publicada parcialmente na 129ª edição da revista **IHU On-Line**, de 2-1-2005, disponível em <http://bit.ly/2K76b5i>, e na integra no número 31 dos **Cadernos IHU ideias**, com o título *A crise e o êxodo da sociedade salarial*, disponível em <http://bit.ly/2KHUN5S>. Sobre André Gorz também pode ser lido o texto *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*, de André Langer, publicado nos **Cadernos IHU** nº 5, de 2004, disponível em <http://bit.ly/2lrsM6W>. (Nota da **IHU On-Line**)

1 **Theodor Adorno** (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia conhecido como Escola de Frankfurt. Sobre Adorno, confira a entrevista concedida pelo filósofo Bruno Pucci à edição 386 da Revista **IHU On-Line**, intitulada *Ser autônomo não é apenas saber dominar bem as tecnologias*, disponível em <https://bit.ly/215xMSv>. A conversa foi motivada pela palestra *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais*, proferida por Pucci dentro da programação do *Ciclo Filosofias da Inter-subjetividade*. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Georg Wilhelm Friedrich Hegel** (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, desenvolveu um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-4-2007, disponível em <https://goo.gl/m0FJnp>, intitulada *Fenomenologia do espírito, de (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 9-6-2008, *Carlos Roberto Velho Carne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <https://goo.gl/D94swr>; Hegel. *A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <https://goo.gl/62UATd> e Hegel. *Lógica e Metafísica*, edição 482, disponível em <https://goo.gl/lldAKv>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Escola de Frankfurt**: escola de pensamento formada por professores, em grande parte sociólogos marxistas alemães. Abordou criticamente aspectos contemporâneos das formas de comunicação e cultura humanas. Deve-se à Escola de Frankfurt a criação de conceitos como indústria cultural e cultura de massa. Entre os principais professores e acadêmicos da Escola podemos destacar: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1885-1973), Walter Benjamin, Herbert Marcuse (1917-1979), Franz Neumann, entre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

4 *Dialética negativa* é um livro do filósofo, musicólogo e sociólogo alemão Theodor W. Adorno. O livro foi lançado em 1966. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Cornelius Castoriadis**: (1922-1997): filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, defensor do conceito de autonomia política. É considerado um dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX. Em 1949, fundou, com Claude Lefort, o grupo Socialismo ou barbárie, que deu origem à revista homônima. Autor de inúmeras obras de filosofia e, em especial, de filosofia política, Cornelius Castoriadis é considerado um filósofo da autonomia. Entre suas inúmeras obras destacam-se: *Instituição Imaginária da Sociedade, Encruzilhadas do Labirinto, Socialismo ou Barbárie*. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Jean-Claude Lefort** (1924-2010): filósofo francês, autor de, entre outros *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a **IHU On-Line** entrevistou a filósofa Olgária Matos, na edição 348 da Revista **IHU On-Line**, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/34019> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Edgar Morin** (1921): sociólogo francês, autor da célebre obra *O Método*. Os seis livros da série foram tema do *Ciclo de Estudos sobre “O Método”*, promovido pelo IHU em parceria com a Livraria Cultura de Porto Alegre em 2004. Embora seja estudioso da complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas, se recusa a ser enquadrado na sociologia e prefere abarcar um campo de conhecimentos mais vasto: filosofia, economia, política, ecologia

são interessantes.

IHU On-Line – Voltemos à lógica hegeliana. Qual é seu papel no pensamento do “Marx mais maduro”? Em que medida essa lógica amplia o pensamento de Marx?

Ruy Fausto – Papel muito grande, mal compreendido no passado, mal compreendido ainda hoje. A lógica hegeliana não “amplia” o pensamento de Marx, ela é um “elemento” decisivo desse pensamento. O que não significa que Marx seja, a rigor, “hegeliano”. Se se quiser simplificar muito, e dar uma fórmula, *Marx cultiva uma sintaxe hegeliana, e uma semântica que não é hegeliana*. Mas isso é uma aproximação um pouco grosseira. Para mais detalhes e mais rigor, ver o que escrevi a respeito em meus livros.

IHU On-Line – Qual a contribuição do pensamento de Marx para concebermos saídas para o estado de crises em que a esquerda mundial parece mergulhada?

Ruy Fausto – Embora isso não seja o mais urgente, a esquerda tem de se definir rigorosamente em relação ao corpus marxiano. Isso não foi bem feito, até aqui. E persiste a confusão. Mas o grande problema (que, entretanto, tem a ver com a crítica a Marx) é o do bolchevismo⁹ e também o do populismo. O bolchevismo foi uma catástrofe para a esquerda. Continuamos a pagar um preço pelos seus erros, ou antes, por tudo o que ele significou e significa de negativo.

IHU On-Line – Como uma apropriação ortodoxa (de esquerda e de direita) dos escritos de Marx, em termos acadêmicos e políticos, inviabilizou

⁹ **Bolchevismo**: doutrina da ala esquerda majoritária do Partido Operário Social-Democrata Russo, adepta do marxismo revolucionário pregado por Lenin, que tinha como compromissos para os componentes do partido a militância e o engajamento políticos, implementação integral do programa socialista, liderança proletária e centralizada. (Nota da **IHU On-Line**)

uma crítica à sua obra que, inclusive, era estimulada por ele durante o período de sua produção?

Ruy Fausto – A ortodoxia sempre foi um peso negativo. A ortodoxia acadêmica inclusive. Mas teríamos que fazer distinções: há o lado errado do pensamento do próprio Marx, depois houve a deformação leninista, depois a deformação bolchevista e também a social-democrata. É necessário precisar o sentido e o alcance de cada caso, porque os erros e deformações são de natureza bastante diferente. De qualquer modo, uma soma de erros produziu uma enorme confusão. A fortiori no Brasil. Diz-se, até, que hoje, no Brasil, não são poucos os stalinistas.

IHU On-Line – No campo político, especialmente no espaço da esquerda, essa crítica sempre estimulada pelo próprio Marx foi feita ou, muitas vezes, há aplicação de suas ideias numa cega ortodoxia?

Ruy Fausto – Fez-se pouco. No plano político, a principal crítica a Marx foi a que fez a revista *Socialismo ou Barbárie*¹⁰, que encerrou a sua carreira, paradoxalmente, às vésperas da revolta de 68. A revista foi fundada por Lefort¹¹ e Castoriadis¹², mas Castoriadis a dirigiu por mais tempo. Acho que Castoriadis

¹⁰ **Socialismo ou Barbárie** (em francês *Socialisme ou barbarie*; S ou B): foi um grupo socialista libertário radical francês do período pós-guerra, criado à volta da revista com o mesmo nome. Seu nome vem de uma frase de Rosa Luxemburgo usada em um ensaio de 1916, *The Junius Pamphlet*. O grupo existiu de 1948 até 1965. A personalidade que o animava era Cornelius Castoriadis, também conhecido como Pierre Chaulieu ou Paul Cardan. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Jean-Claude Lefort** (1924-2010): filósofo francês, autor de, entre outros *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a IHU On-Line entrevistou a filósofa Olgária Matos, na edição 348 da Revista IHU On-Line, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/34o19> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Cornelius Castoriadis** (1922 —1997): foi um filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, defensor do conceito de autonomia política. É considerado um dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX. Em 1949, fundou, com Claude Lefort, o grupo *Socialismo ou barbárie*, que deu origem à revista homônima, que circulou regularmente até 1965. Autor de inúmeras obras de filosofia e, em especial, de filosofia política, Cornelius Castoriadis é considerado um filósofo da autonomia. Entre suas inúmeras obras destacam-se: *Instituição Imaginária da Sociedade*, *Encruzilhadas do Labirinto*, *Socialismo ou Barbárie*. (Nota da **IHU On-Line**)

é, de longe, a grande figura, em termos de crítica da política marxista, embora, como sempre, haja muita coisa a discutir, no pensamento dele, tanto no plano teórico, como também no plano da própria política. De qualquer modo, eu diria: fala-se de Castoriadis, publicam-se teses e livros a respeito, mas acho que, apesar de tudo, não se reconheceu plenamente o papel que ele teve e tem.

“Acho que Castoriadis é, de longe, a grande figura, em termos de crítica da política marxista”

IHU On-Line – O senhor diz que a esquerda brasileira carece de autocritica. Em que medida podemos associar essa falta de crítica com as transformações que vão sendo feitas no socialismo, levando-a para muito mais perto do capitalismo?

Ruy Fausto – A esquerda brasileira padece das doenças da esquerda mundial, mas tem também patologias próprias (ou, talvez, melhor, as deformações universais aparecem aqui com particularidades locais). As grandes patologias da esquerda são o totalitarismo e o populismo, a acrescentar a social-democracia *adesista*. Há um imenso trabalho a fazer. Tentei definir as grandes linhas deste, no meu livro *Caminhos da Esquerda, elementos para uma reconstrução*¹³, que publiquei no ano passado. Nas conferências e intervenções que fiz em seguida à publicação do livro, inclusive uma na Unisinos, tentei prolongar o debate. No Brasil, como no

¹³ São Paulo: Companhia das Letras, 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

mundo, é preciso articular as lutas “clássicas”, com as chamadas “novas” lutas: feminismo, antirracismo, LGBT etc. Parece banalidade, mas esse trabalho é fundamental, e não tem nada de simples.

IHU On-Line – A lógica da luta de classes ainda é válida para compreender realidades como a brasileira? E que nexos podemos estabelecer entre luta de classes e as desigualdades ainda muito presentes no Brasil de hoje?

Ruy Fausto – Alguma coisa que poderia ser chamada de “luta de classes” é essencial para entender também a situação brasileira. Mas a expressão tem quer ser analisada. Trata-se exatamente de “luta de classes”, no Brasil? Ou de exploração de classe, e de desigualdade? E de protesto popular. De resistência popular, mesmo se mais ou minoritária até aqui. Existem lutas, e também classes, mas até aqui o que se tem não é exatamente “luta de classes”. Isso para tentar falar em termos mais teóricos. O essencial é que existe uma desigualdade brutal, que se reforça através de um sistema tributário escandaloso. E que, bem ou

mal, há alguma resistência a isso.

IHU On-Line – Num tempo em que o capitalismo industrial se transforma no volátil capitalismo financeiro, qual a atualidade de uma obra como *O Capital*?

Ruy Fausto – Impossível evitar a fórmula banal: mudou muita coisa, mas há certo número de elementos que ficam. Precisaríamos de uma nova crítica da economia política, porém *O Capital* não pode simplesmente ser posto na gaveta, quando estivermos escrevendo essa nova crítica. Em compensação, seria preciso abandonar todo tabu em relação à crítica. Mesmo elementos fundamentais como a teoria da “mais valia” teriam de ser radicalmente reexaminados.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Ruy Fausto – Sobre o nosso sistema tributário, sobre o qual não se fala. Ou antes, se conta uma história de fadas: “no Brasil – dizem – os impostos são muito altos”. Muito altos para quem, cara pálida? Eles são altos para os pobres, através do mecanismo da imposição sobre os

meios de consumo. Mas são baixíssimos para os mais ricos. Basta ver a alíquota superior de imposto de renda (comparar com a de qualquer país “sério”), ver o baixíssimo imposto sobre herança, ver o imposto zero (!) para os dividendos de pessoa física etc. E no entanto, até aqui, nos afogamos (a mídia *not least*) no mito dos impostos altos.

Diria, concluindo, que a situação do Brasil é trágica. Provavelmente uns quinze milhões de brasileiros (espero estar enganado) vão votar, em outubro, num candidato neofascista. O partido hegemônico na esquerda (até aqui) vai de mal a pior. Desde a defesa do governo tirânico de Maduro¹⁴, na Venezuela, até a incapacidade em forjar desde cedo uma candidatura de unidade que nos desse alguma esperança quanto ao resultado das eleições. Importa tirar Lula da cadeia, mas o melhor jeito de obter isso (para não falar dos outros problemas) não é alimentar simplesmente o mito Lula, como fez o PT. Precisamos de uma outra política para a esquerda. ■

¹⁴ **Nicolás Maduro Moros** [Nicolás Moros] (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assumir o cargo com a morte do presidente Hugo Chávez, foi eleito em 14 de abril de 2013 para mandato como 57º presidente da Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

Leia mais

- **A reversão da crise requer uma exigência democrática sem perda do impulso anticapitalista.** Entrevista especial com Ruy Fausto, publicada nas Notícias do Dia de 25-10-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2K6kVkJ>.

- **Possíveis caminhos para a reconstrução da esquerda no Brasil.** Vídeo da conferência com Ruy Fausto, realizada em 25-10-2017 no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2lr7Zjl>.

- **O socialismo sem dentes de Ruy Fausto.** Artigo de Ruy Fausto, reproduzido nas Notícias do Dia de 19-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KhMM0F>.

- **'Hegemonia de esquerda não pode ser mais do PT'.** Entrevista com Ruy Fausto, reproduzida nas Notícias do Dia de 26-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2KiYrci>.

- **“O PT não defende a causa da esquerda. Nem a do país”.** Entrevista com Ruy Fausto, reproduzida nas Notícias do Dia de 21-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2stmheu>.

UNISINOS LAB

Se você é aluno de graduação da Unisinos, o IHU disponibiliza 10 vagas gratuitas para o Simpósio através da plataforma Unisinos LAB.

Confira a relação dos nossos eventos em ihu.unisinos.br/eventos e matricule-se pela plataforma do LAB.

Francisco, a autoridade que tenta frear a reversão de conquistas do século XX

Massimo Faggioli analisa como, em cinco anos de pontificado, o Papa articula reformas e leva a Igreja ao protagonismo no cenário geopolítico

João Vitor Santos | Tradução: Mariana Szajbely

A perspectiva de que a Igreja Católica não deve apenas se preocupar com assuntos relacionados à fé parece, atualmente, algo dado. Porém, como destaca o historiador italiano Massimo Faggioli, essa visão de que a Igreja deve se posicionar em perspectiva aos desafios da humanidade hoje é muito particular do pontificado de Francisco. “Ele tem esta tarefa e a tem desenvolvido de um modo muito complicado, porque ele é um papa que tem rejeitado claramente a ideia de fazer alianças com grupos políticos de um só hemisfério”, analisa. O professor ainda pontua que “Bergoglio faz e consegue expandir sua visão porque a Igreja Católica é a organização global” e é a partir daí que se coloca como uma autoridade que chama atenção para questões globais.

Faggioli esteve recentemente no Brasil, participando do *XVIII Simpósio Internacional IHU. A virada profética de Francisco. Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo*¹, realizado em maio. Na ocasião, conversou com a equipe da **IHU On-Line**. Além de analisar as novidades e desafios desse pontificado, o professor também observou como Francisco tem se colocado em contraposição a visões como a do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. “Trump é o americanismo, o nacionalismo, o imperialismo; Bergoglio é o mundo global, o mundo dos excluídos”, resume. Entretanto, aponta que Trump não é alguém isolado, “é a versão norte-americana daquilo que acontece na Rússia, na Índia, nas Filipinas”. “Não é somente Francisco contra Trump, mas Francisco contra um modo de entender

a política e as relações internacionais, a economia”, acrescenta.

O historiador destaca que é importante compreender o que tem proporcionado a ascensão de figuras como o presidente estadunidense. Ele explica que conquistas do século passado, especialmente na área de Direitos Humanos, pareciam solidificadas. Entretanto, tais mudanças trouxeram decepções. “Estamos acordando depois de uma geração, depois de 20, 25 anos, em que há uma insubstancial insatisfação, uma desilusão com um sistema que tem dado muito menos do que havia prometido”. O risco é que essa desilusão pode potencializar o totalitarismo de todos os tipos. Para ele, Francisco “é uma autoridade que tenta frear essa reversão coletiva”. “Mas não é uma posição muito popular hoje, muito compartilhada. Hoje, é bastante impopular a defesa da democracia em alguns países”, adverte.

Massimo Faggioli é doutor em História da Religião e professor de Teologia e Estudos Religiosos da Universidade de Villanova, na Filadélfia, Estados Unidos. Entre suas publicações recentes, destacamos *Catholicism and Citizenship. Political Cultures of the Church in the Twenty-First Century* (Collegeville, EUA: Liturgical Press, 2017) e o livro, traduzido em português, *Vaticano 2. A Luta Pelo Sentido* (São Paulo: Paulinas, 2013).

Também podem ser lidos os artigos de Massimo Faggioli publicados pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU:

- A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco. Artigo publicado no

¹ Acesse o repositório com materiais referentes ao XVIII Simpósio Internacional IHU em <http://bit.ly/2F3gmV0>. (Nota da IHU On-Line)

Cadernos Teologia Pública, número 134, disponível em <http://bit.ly/2LqrWti>.

- “Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja

aprendente. Artigo publicado no Cadernos Teologia Pública, número 95, disponível em <http://bit.ly/2pY55hk>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Na sua última passagem pelo IHU, o senhor fez uma avaliação dos dois anos do pontificado de Francisco¹. Agora, já se passaram cinco anos. O que mudou nesses últimos três anos de Francisco à frente da cátedra de Pedro?

Massimo Faggioli – A maior diferença, nesses últimos três anos, é que antes não havíamos visto ainda o processo sinodal em curso. Havia ocorrido o primeiro sínodo, mas não o segundo, e não tínhamos visto frutos do Sínodo com *Amoris Laetitia*². Não é que o Papa tenha mudado, mas é mais evidente agora o seu plano, a sua visão. E, com isso, é muito mais claro que aqueles que, desde o início, não o compreendiam, não o apreciavam, não o aceitavam, ainda não se convenceram. É uma minoria que se solidificou culturalmente e politicamente em alguns países de uma forma mais evidente a partir de 2015. Tais posições já eram claras, mas o Sínodo solidificou isso.

IHU On-Line – Não significa dizer que há uma menor resistência ao pontífice. O que há de maior clareza quanto a resistências. Correto?

1 Assista às duas conferências de Faggioli, à época em que esteve no Brasil avaliando os dois anos do pontificado de Bergoglio, em <https://youtu.be/LdTe2vfBdDg> e <https://youtu.be/izPIMQAKowQ>. Em 2015, ele também concedeu uma entrevista em que avalia os primeiros movimentos de Francisco. Acesse em <http://bit.ly/2txfM8c>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 *Amoris laetitia* (a “Alegria do Amor”): é uma exortação apostólica do papa Francisco, publicada em 8 de abril de 2016. Possui nove capítulos e tem como base os resultados de dois Sínodos dos Bispos sobre a Família ocorridos em 2014 e 2015. Para saber mais, leia a edição *Amoris Laetitia e a ética do possível: Limites e possibilidades de um documento sobre a família*; hoje, disponível em <http://bit.ly/1SseNsc>. (Nota da **IHU On-Line**)

Massimo Faggioli – Sim. É claro que o pontificado deverá lidar com uma minoria resistente que é diferente da resistência ou da dissidência em relação a outros pontificados, como o de João Paulo II³ ou Paulo VI⁴, que era uma resistência mais clara, muito revolucionária no sentido negativo. Esse pontificado não tem como resistência um conservadorismo da velha escola. Não são conservadores, são uns bolcheviques católicos, que dizem que a ordem eclesial deve ser abatida porque se vendeu ao liberalismo teológico. Ou seja, é uma resistência diferente a respeito do passado e é única.

Acredito fundamentalmente que isso se dá porque o papa Francisco é um papa latino-americano, e algumas coisas emergem porque vêm de um papa e de uma Igreja não tão central. Eles classificam Francisco como um papa liberal, livre, no sentido de moderno, e o rejeitam da mesma forma que rejeitam a modernidade filosófica, científica, cultural. E isto se acentuou, pois a passagem

3 **Papa João Paulo II** (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de outubro de 1978 até sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de trinta e sete anos, e Pio IX, que reinou por trinta e um anos. Foi o único Papa eslavo e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. João Paulo II foi aclamado como um dos líderes mais influentes do século XX. Com um pontificado de perfil conservador e centralizador, teve papel fundamental para o fim do comunismo na Polónia e talvez em toda a Europa, bem como significante na melhora das relações da Igreja Católica com o judaísmo, Islã, Igreja Ortodoxa, religiões orientais e a Comunhão Anglicana. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Papa Paulo VI**: nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, Paulo VI foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica de 21 de junho de 1963 até 1978, ano de sua morte. Sucedeu ao Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, e decidiu continuar os trabalhos do predecessor. Promoveu melhorias nas relações ecumênicas com os Ortodoxos, Anglicanos e Protestantes, o que resultou em diversos encontros e acordos históricos. (Nota da **IHU On-Line**)

do papa Bento⁵ para o papa Francisco não é só a passagem de Bento para outro papa. É a de um papa antiteologia da libertação para um papa que vem da América Latina. É um salto muito mais longo, diferente de um salto habitual de um pontificado para outro.

IHU On-Line – Qual é a maior fragilidade do pontificado de Bergoglio hoje?

Massimo Faggioli – Não se entende o quanto sua visão pode transformar-se ou está se transformando em uma reforma de instituição, das leis da igreja. Creio que é isso que ele está fazendo, uma reforma. Mas, do modo como ele está fazendo, é uma reforma que pode ser anulada muito facilmente por um sucessor. Isso em razão de que a sua prioridade não é mudar a instituição, mas mudar a mentalidade dos membros da Igreja. E, com isso, precisa de mais tempo, se expõe a riscos, a tal ponto que o próximo papa pode fazer de conta que aquilo que aconteceu, que foi feito, não tenha acontecido.

É uma fragilidade muito clara que ele tem, mas tem consciência disso. Essa fragilidade tem a ver com o buraco que existe entre a sua visão, a sua promessa de Igreja, e aquilo que se vê. Por exemplo, a questão da sinodalidade. Francisco fala muito,

5 **Bento XVI**, nascido **Joseph Aloisius Ratzinger** (1927): foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma. Foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

aponta muito sobre a sinodalidade, mas uma crítica, legítima, que é muito feita é a de que ele fez dois sínodos, e prepara outros dois, mas somente de bispos. Ou seja, fala muito da sinodalidade, mas promove esses encontros somente de bispos.

IHU On-Line – Relacionando esse seu ponto com as nomeações de novos bispos que ocorreram recentemente⁶. Isso revela uma intenção de Bergoglio em começar a reforma da Igreja mexendo nas pessoas que podem decidir o futuro da Igreja?

Massimo Faggioli – Um dos aspectos mais interessantes, e que é difícil pensar que pode ser anulado, é o seu redesenho do rosto dos cardeais da Igreja. Esta é a coisa mais concreta e visível que ele tem feito. Francisco tem redesenhado o rosto de quem representa a Igreja num momento muito importante, que seria um conclave com estes cardeais. Isso é algo que ele tem feito, mas que deveria ter sido feito 20 anos, 50 anos atrás. Ele cumpriu esta tarefa essencial, mas não sabemos qual será o resultado. Não sabemos, não podemos afirmar qual visão de Igreja o cardeal do Japão ou o cardeal de Myanmar articulariam num próximo conclave. Isso é uma aposta, um ato de confiança na Igreja global.

Para mim, é muito mais do que pensar que Bergoglio está construindo o conclave para o seu sucessor. Isto é muito ingênuo. Ninguém consegue preparar o conclave que quer. O que ele faz é dar um rosto de Igreja que é universal e isto é excepcionalmente importante. Mas é preciso observar como Bergoglio tem algumas cegueiras. Por exemplo, o arcebispo de Los Angeles⁷ não foi feito cardeal.

⁶ Em maio de 2018, Francisco nomeou 14 novos cardeais. Saiba mais em <http://bit.ly/2LpLr8O>. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **José Horacio Gómez** (1951): religioso católico de origem mexicana que atua nos Estados Unidos. Atualmente, é Arcebispo de Los Angeles, atuou como Bispo Auxiliar de Denver de 2001 a 2004 e como Arcebispo de San Antonio de 2004 a 2010. Ainda é vice-presidente da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos, primeira pessoa de ascendência latina a ocupar essa posição. (Nota da IHU On-Line)

É um pouco estranho porque essa é uma cidade dos Estados Unidos em que é grande o catolicismo, por isso considero um ponto cego, difícil de compreender.

Bergoglio também tem uma relação difícil com os Estados Unidos. O fato de não fazer cardeal o bispo de Los Angeles é criticável. Não consegui compreender, pois esse seria o fato que daria mais ajuda e credibilidade ao Papa. É só um exemplo, mas é um fato difícil de explicar.

IHU On-Line – E isso aumenta a resistência a ele dentro dos Estados Unidos?

Massimo Faggioli – Não, não aumenta, mas também não ajuda. Fala-se muito da relação difícil entre Bergoglio e Estados Unidos. Essa suposta nomeação do bispo de Los Angeles não mudaria muito essa relação, mas algumas das suas posições poderiam ser defendidas um pouco melhor. Mas isto tudo é muito difícil de explicar.

IHU On-Line – O que mais lhe surpreendeu positivamente nesses cinco anos de pontificado?

Massimo Faggioli – O mais chocante está na reabilitação de teólogos que eram deixados de lado. Isso é uma coisa muito chocante porque ocorreu muito rapidamente, nos primeiros meses de pontificado. Em 2013, já ocorre com Gutiérrez⁸, Sobrino⁹, e com todos

⁸ **Gustavo Gutiérrez Merino** (1928): é um teólogo peruano e sacerdote dominicano, considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação. (Nota da IHU On-Line)

⁹ **Jon Sobrino** (1938): teólogo espanhol, jesuíta, que entrou para a Companhia de Jesus em 1956 e foi ordenado sacerdote em 1969. Desde 1957, pertence à Província da América Central, residindo na cidade de San Salvador, em El Salvador, país da América Central, que ele adotou como sua pátria. Licenciado em Filosofia e Letras pela Universidade de St. Louis (Estados Unidos), em 1963, Jon Sobrino obteve o master em Engenharia na mesma Universidade. Sua formação teológica ocorreu no contexto do espírito do Concílio Vaticano II, a realização e aplicação do Vaticano II e da II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano, em Medellín, em 1968. Doutorado-se em Teologia em 1975, na Hochschule Sankt Georgen de Frankfurt (Alemanha). É doutor honoris causa pela Universidade de Lovain, na Bélgica (1989), e pela Universidade de Santa Clara, na Califórnia (1989). Atualmente, divide seu tempo entre as atividades de professor de Teologia da Universidade Centroamericana, de responsável pelo Centro de Pastoral Dom Oscar Romero, de diretor da Revista Latinoamericana de Teologia e do Informativo "Cartas a las Iglesias", além de ser membro do comitê editorial da Revista Internacional de Teologia Concilium. A respeito de

os outros que vamos ver. Foi uma grande surpresa. Com o passar do tempo, vamos compreendendo que a Igreja possui diversidade de opiniões e de visão das coisas, o que para o Papa é válido e normal, não é reprimido. Isso é uma surpresa para nós que vivemos na Igreja de João Paulo II e de Bento XVI.

IHU On-Line – Bergoglio tem despontado como alguém que tem uma perspectiva alternativa ao conservadorismo de figuras como Donald Trump¹⁰. Como podemos compreender esse momento que vivemos hoje, tendo esses dois como líderes populares e de perspectivas tão distintas? Como ler a figura de Trump tendo em perspectiva Bergoglio?

Massimo Faggioli – Eles têm duas visões de mundo, de humanidade, muito diversas. Trump é o americanismo, o nacionalismo, o imperialismo; Bergoglio é o mundo global, o mundo dos excluídos. São duas personalidades opostas. Ao mesmo tempo, acredito que Bergoglio é verdadeiramente único na Igreja. Na Igreja Católica, ele é o único que usa essa linguagem. Trump, pelo contrário, é um representante muito visível de uma onda política, porque temos Trump, Pu-

Sobrino, confira a ampla repercussão dada pelo site do IHU em suas Notícias do Dia, bem como o artigo *A hermenêutica da ressurreição em Jon Sobrino*, publicada na editoria Teologia Pública, escrita pela teóloga uruguaia Ana Formoso na edição 213 da **IHU On-Line**, de 28-3-2007, disponível para download em <http://migre.me/UHJB>. A **IHU On-Line** também produziu uma edição especial, intitulada *Teologia da Libertação*, no dia 2-4-2007. A edição 214 está disponível em <http://migre.me/UHKA>. Sobre a censura do Vaticano a Sobrino, confira: *Teólogos espanhóis criticam a condenação de Jon Sobrino*, disponível em <http://migre.me/UHKF>, *Jon Sobrino, com o tempo, será reabilitado*, afirma Ernesto Cavassa, disponível em <http://migre.me/UHL3>, *Notificação a Jon Sobrino. Teólogos apelam por reforma da Congregação para a Doutrina da Fé*, disponível em <http://migre.me/UHLK>, *O caso Jon Sobrino como sintoma. Um artigo de Andrés Torres Queiruga*, disponível em <http://migre.me/UHLN>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ **Donald Trump** (1946): é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

tin¹¹, Xi Jìnpíng¹² na China, e na Índia o primeiro-ministro, Narendra Modi¹³.

Assim, Trump é menos surpreendente porque é a versão norte-americana daquilo que acontece na Rússia, na Índia, nas Filipinas. Em certo sentido são muito diferentes, mas ver Trump junto com esses outros revela que não é somente Francisco contra Trump, mas Francisco contra um modo de entender a política e as relações internacionais, a economia. É mais complicado ainda porque Trump, em seis anos, no máximo, sumiria, Putin creio que mais seis anos, enquanto temos um pontificado que tem de lidar com uma situação internacional muito deteriorada, muito pior do que os últimos 50 anos.

IHU On-Line – Mas como compreender o surgimento dessas duas perspectivas políticas tão distintas no nosso tempo? Na América Latina, por exemplo, vivíamos ideias muito mais progressistas e inclusivas e, agora, parecemos estar vivendo uma virada.

Massimo Faggioli – Nós estávamos convencidos de que algumas coisas tinham sido conquistadas e adquiridas: a democracia e os Direitos Humanos, os direitos sociais, a liberdade civil. No século XX, da luta com o comunismo de uma parte e do fascismo com regime militar de outra parte, o mundo sai, nos anos 1980, 1990, com todos convencidos de que

11 **Vladimir Putin** (1952): presidente da Rússia. Também é ex-agente da KGB no departamento exterior e chefe dos serviços secretos soviético e russo, KGB e FSB, respectivamente. Putin exerceu a presidência entre 2000 e 2008, além de ter sido primeiro-ministro em duas oportunidades, a primeira entre 1999 e 2000, e a segunda entre 2008 e 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Xi Jìnpíng** (1953): é um político da República Popular da China, atual Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista da China. Xi é atualmente o principal membro do Secretariado do Partido Comunista Chinês, o presidente da China, o diretor da Escola Central do Partido, e o mais importante membro do Comitê Permanente do Politburo, que é o órgão de controle de fato do país. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Shri Narendra Modi** (1950): é um político indiano e atual 14º primeiro-ministro do seu país. É membro do Partido Bharatiya Janata (BJP). Foi eleito primeiro-ministro da Índia em 16 de maio de 2014, com seu partido conquistando 275 das 543 cadeiras do parlamento, maioria absoluta e a primeira vez desde 1984 que a população indiana entrega o poder a um único partido. Com a maioria absoluta no Congresso, Modi não precisará fazer alianças para realizar as completas mudanças econômicas pregadas pela oposição ao atual governo na Índia. (Nota da **IHU On-Line**)

“está feito”, “ganhamos”, “os Direitos Humanos venceram, a democracia venceu”. Agora, estamos acordando depois de uma geração, depois de 20, 25 anos, em que há uma insubstancial insatisfação, uma desilusão com um sistema que tem dado muito menos do que havia prometido.

Estamos vivendo um período de raiva e desilusão e a idade de crer em qualquer coisa. É a idade das crises da fé, da fé em Deus, da secularização, mas, ao mesmo tempo, é a idade de quem crê em tudo: em Trump, em populismo, em demagogia. É um momento muito contraditório e perigoso, porque quem crê em tudo pode acreditar que um sistema não democrático possa ser melhor que um sistema democrático. É muito perigoso e esse modo de pensar não está somente nas Filipinas, não está somente nos Estados Unidos. É um modo de pensar que parece infiltrado em todo o mundo.

Enquanto isso, o papa Francisco está em um mundo onde deve falar também de coisas que não são estritamente da Igreja, como defender o humano, quer dizer, defender uma certa ideia de Direitos Humanos, não é algo que não é propriamente tarefa do Papa. Afinal, o pontífice normalmente se preocupa com outras coisas, mas, num momento como este, esta converteu-se em uma das suas tarefas. Ele é uma autoridade que tenta frear essa reversão coletiva contra as conquistas do século XX no que diz respeito aos Direitos Humanos, reações que, acredito, fizeram muito além do que foi feito no fascismo ou no totalitarismo. Mas não é uma posição muito popular hoje, muito compartilhada. Atualmente, é bastante impopular a defesa da democracia em alguns países.

IHU On-Line – Como enfrentar essa “perspectiva trumpista” e irradiar a visão de Bergoglio?

Massimo Faggioli – Bergoglio faz e consegue expandir sua visão porque a Igreja Católica é a organização global, supranacional mais importante. Não vou dizer potente, mas mais radicada, com um sentido

do mundo muito mais desenvolvido em respeito a outras igrejas. Ele tem esta tarefa e a vem desenvolvendo de um modo muito complicado, porque ele é um papa que tem rejeitado claramente a ideia de fazer alianças com grupos políticos de um só hemisfério, que era uma coisa típica de João Paulo II, de Bento XVI ou de qualquer papa dos anos 80.

Ou seja, havia os bons e os maus. A Igreja escolhia os bons. Hoje, quem são os bons? Francisco fala com todos, tem de falar com todos. Ele o faz com atenção à ideia que se tinha de que a Igreja precisava se converter em uma Igreja de poder. Aliás, ele rejeita isto, o que é difícil. A Igreja tem, hoje, uma função de testemunho, mas não tem que se converter em instrumento do poder. É um quebra-cabeças muito complicado, porque ele tem o dever de falar com todos e olhar especialmente as áreas esquecidas do mundo. Francisco quer fazer isso sem dar a impressão de uma Igreja constantiniana.

E isto é uma perspectiva também apontada pelos não católicos. É uma passagem mais difícil do que João Paulo II enfrentou, porque ele tinha um mundo muito mais claro, bons e maus, tinha-se o comunismo e o anticomunismo. Francisco, pelo contrário, tem um mundo onde bons e maus são misturados, e são a mesma pessoa substancialmente. Hoje, há uma passagem muito mais dramática, porque não tem uma Igreja que é de uma parte, e os outros são de outra. É uma Igreja que quer estar em todos os lados, onde está o povo. É um exercício que é profético, mas não sei se é também desesperado às vezes. Na Bíblia, os profetas não são conhecidos por seus sucessos políticos. São todos derrotados politicamente e isto pode acontecer com o papa Francisco.

IHU On-Line – Podemos pensar que o papa Francisco busca uma união de cristandade comparado ao que havia antes da fragmentação moderna, especialmente com as divisões decorrentes da constituição dos

estados-nação? Seria essa uma possibilidade de pensar o humanismo para além do nacionalismo?

Massimo Faggioli – O papa Francisco sabe bem que vivemos na idade da crise do Estado nacional, isso é bastante claro. Eu acredito que ele também sabe bem que não há possibilidade de retornar a uma era anterior. Ele tem uma ideia do mundo que é supranacional, isto sim, que é por áreas globais, áreas continentais, pelos fluxos migratórios, fluxos culturais, a grande pátria. Mas ele não é um antinacional, que é algo que está retornando. Nos Estados Unidos, por exemplo, tem um catolicismo que namora com antiliberalismo, anti-modernidade e anti-Estado. Francisco é um homem que olha além das fronteiras nacionais, mas creio que ele sabe que o mundo não pode ser imaginado hoje sem os Estados. Tem funcionado mal? Sim, mas...

94

IHU On-Line – É um sentido em que a Igreja assume um protagonismo político, mas não um protagonismo de Estado, que supera o estado-nação. Correto?

Massimo Faggioli – Sim, é um protagonismo, mas não “neomedieval”. É um protagonismo internacionalista, de diálogo entre povos, mas não é antinacional, não é neomedieval, nem neoimperial. É uma coisa diferente. O Papa rejeita ver o catolicismo em termos nacionais. Não há catolicismo dos Estados Unidos e catolicismo de Cuba, como se fossem diferentes. Ele não sonha em levar Cuba e os Estados Unidos para dentro do império espanhol [como no passado, quando o Estado espanhol era o exemplo de nação católica]. Mas isso é uma tentação que alguns têm. Não é que queiram voltar a um império espanhol, mas é pensar que nós, como católicos, não devemos nada a nenhum Estado, a nenhuma comunidade política.

Essa perspectiva está acontecendo em países como os Estados Unidos. Para Francisco, há uma ideia fundamental de que a pessoa é parte de um

povo, de uma nação, parte de um Estado. Muitos católicos, porém, como nos Estados Unidos, odeiam tanto o estado moderno, o estado secular, o estado liberal, que odeiam o conceito de povo. Isso é impressionante. Francisco, ao contrário, está muito alinhado com o século XX: não tem uma perspectiva pós-moderna numa espécie de neo-ortodoxia, que propõe voltar ao medievo. **Francisco** não propõe um novo medievo.

IHU On-Line – Vivemos um período de muita intolerância, de inabilidade para o diálogo e de ataques. Como o senhor tem observado este momento e os ataques não só ao papa Francisco, mas a todos que compactuam com suas perspectivas, como as de acolhimento aos marginalizados?

Massimo Faggioli – Isto é um desafio, a ideia de que a religião é um instrumento pela defesa de uma identidade. Francisco não vê o catolicismo nos termos da defesa de uma identidade particular. Segundo ele, a Igreja é povo e, por definição, povo é inclusivo. É uma grande tenda onde o maior número possível possa estar dentro. Estas reações ao que diz são típicas, são normais. O problema é que Francisco tem dado a mensagem de um catolicismo que é inclusivo também em algumas questões como a LGBT, que se converteram nas únicas questões importantes para alguns tipos de católicos. Ele tem rompido um tabu. Francisco não é inclusivo em geral, mas em específico com qualquer um que, segundo alguns católicos, não pode ser membro da Igreja. Isso gera e continua gerando ataques a ele e a uma série de personagens da Igreja.

IHU On-Line – Falando mais sobre geopolítica, como avalia as movimentações da Igreja em direção ao Oriente?

Massimo Faggioli – Essa é uma das grandes aberturas de Francisco em direção à Ásia. É algo que já vinha acontecendo nos anos 1980,

1990, mas, com Francisco, esse processo é acelerado. É uma grande aposta. O fator China é interessante de ser visto desde os Estados Unidos, porque um certo catolicismo norte-americano vê como perigoso, não pelo comunismo, mas porque o catolicismo é essencialmente ocidental, do Ocidente. É um desafio sobre muitos níveis, uma questão de política diplomática, mas também é cultural, porque o papa Francisco está convencido de que o catolicismo na Ásia pode se dar de modo tão católico como na Europa, como aqui na América.

Isso é um tabu também para muitos que ficaram nos anos 1700, quando se condenavam os ritos chineses. É uma abertura que não sei aonde levará, do ponto de vista diplomático. Coreia? Quem sabe. Mas com relação à China, especialmente, e ao Vaticano é claro que Francisco tem mudado a atenção. Aliás, tem dado atenção à Ásia muito mais do que à Europa ou a qualquer outro continente. Isso fala muito da sua visão de Igreja e seu “ser jesuíta”. É algo que podia vir de um papa jesuíta e não de um dominicano, ou de um agostiniano. É uma semente que deverá gerar frutos, e sim, vai gerá-los, nos próximos séculos. É algo pequeníssimo, mas foi plantado, em um mundo que nós não conhecemos.

IHU On-Line – E o Papa tem essa consciência de que é um mundo completamente novo?

Massimo Faggioli – Ele sabe que este é um mundo amplamente desconhecido, um mundo que faz parte da Igreja, mas é ainda escondido e considerado “Série B” da Igreja.

IHU On-Line – É esse o conceito de inculturação da fé, tão falado ainda no início desse pontificado?

Massimo Faggioli – Certo. Ele pode dizer certas coisas sobre a Ásia porque veio da América Latina. Ele vê a Ásia desde Roma, mas de modo exatamente diferente de como, por exemplo, Roma viu a América Latina

por muitíssimo tempo. Ele viveu isto desde aqui, desde a América Latina. Sofreu, entendeu isto e, como Papa, diz: o catolicismo é uma Igreja universal, ser católico chinês não é ser menos católico.

Isso é uma coisa muito grande, e é uma aposta porque não sabemos o que se dará a partir disso. Há muitas diversidades em ser católico chinês. Eu sei, por exemplo, que na China, nos seminários, celebra-se a missa toda em latim. Mas isso que Francisco faz é algo que precisava ser feito, que era justo fazer. É um “kairós”, é um dever. É uma aposta de abertura, mas com uma pergunta de como isso vai acontecer.

IHU On-Line – Qual sua avaliação quanto ao documento do Vaticano que trata da economia

e das finanças¹⁴?

Massimo Faggioli – O documento é importante por muitos motivos, mas o primeiro é que está muito claro que ele quer dizer coisas sobre a economia global que os bispos de Wall Street não querem dizer. Nos últimos 10 anos de crises globais, os bispos não têm dito nada. Não porque não sabem, mas porque têm medo de dizer. Depois de 2008, jamais tocaram nesses assuntos [que o documento toca]. O papa Francisco, nessa questão, e Roma disseram coisas que a igreja local não é capaz

14 *Oeconomicae et pecuniariae quaestiones*: documento do Vaticano elaborado pela Congregação para a Doutrina da Fé e pelo Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral e publicado em maio 2018, durante o pontificado de Francisco. Trata de questões econômicas e financeiras de forma crítica. Acesse a íntegra do documento em português em <http://bit.ly/2kzna0V>. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu sítio, publicou diversas análises sobre o texto. Entre elas *Documento vaticano sobre economia é uma acusação séria e intelectualmente grave*, disponível em <http://bit.ly/2Jitw2w>. Leia mais em ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias. (Nota da **IHU On-Line**)

de dizer. Isso é interessante porque Roma é vista como a voz que oprime, mas não nesse caso. Afinal, só mesmo o Papa pode falar por que os bispos da igreja local também pegam dinheiro de Wall Street, por isso a necessidade de ter Roma como quem deve falar essas coisas. Enfim, é um documento importantíssimo, porque revela um mecanismo que diz respeito à riqueza global de hoje.

IHU On-Line – Agora, deve ser curioso como o documento chega aos bispos de Wall Street.

Massimo Faggioli – A conferência episcopal norte-americana, ao longo desses dez anos, nunca pôde fazer um documento conjunto sobre esse tema. O papa Francisco é muito necessário neste momento em que se levanta essa questão. ■

Leia mais

- Bergoglio e Trump: duas formas particulares de populismo. Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 25-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2NX2nBP>.
- Francisco: o primeiro Papa totalmente pós-Concílio. Entrevista com Massimo Faggioli, publicado na revista IHU On-Line número 465, de 18-5-2015, disponível em <http://bit.ly/2tx-fM8c>.
- “Seguidores radicalizados de Reagan venceram e precisam administrar um governo federal que eles odeiam”. Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 16-11-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2uHq34z>.
- “O tesouro da Igreja reside no Evangelho, e não em uma determinada cultura católica ou em uma determinada ideia católica do passado”. Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 12-6-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2zOKphQ>.
- Papa Francisco nos EUA - Uma avaliação. “Sem filtros e sem intérpretes”. Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 7-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2uuAjk>.
- “Este é um momento muito delicado para a Igreja”. Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 23-2-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2Nq6eWY>.

Assista às conferências de Massimo Faggioli no XVIII Simpósio Internacional IHU. A virada profética de Francisco. Possibilidades e limites para o futuro da Igreja no mundo contemporâneo

- O Papa Francisco na história papal do século passado e a periodização do seu pontificado. <http://bit.ly/2uwOPFj>
- A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. <http://bit.ly/2LgNrhH>

A administração Zuma e o legado na política externa da África do Sul

Anselmo Otavio

Pretória pautou-se na inserção política não apenas apoiada nas relações Norte-Sul, mas também ancorada nas relações Sul-Sul. De fato, mesmo valorizando a parceria com Estados Unidos e União Europeia, dois dos principais parceiros econômicos do país, tornou-se claro o interesse da administração Zuma em fortalecer laços com países do BRIC, escolha que garantiu novos investimentos à África do Sul.

Anselmo Otavio é professor de Relações Internacionais da Unisinos e Pesquisador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (Cebrafica/UFRGS).

Eis o artigo.

Em meados de fevereiro de 2018, chegava ao fim na África do Sul a administração Zuma (2009-2018). Marcada por crítica por parte da população sul-africana, bem como pelo próprio partido, o Congresso Nacional Africano (CNA), cujo ápice foi a solicitação de renúncia do presidente, a administração Zuma não obteve os resultados esperados no âmbito interno. No entanto, a pergunta que ganha relevância diz respeito à política externa, isto é, qual foi o legado deixado por Zuma na política externa adotada pela África do Sul? É pautado em tal questão que o artigo buscará apresentar, ao menos sintetizar, os principais pontos encontrados na inserção internacional de Pretoria.

Integração regional e relações Sul-Sul: a política externa da administração Zuma

De modo geral, especulava-se que a administração Zuma traria algumas mudanças tanto no âmbito interno como no externo ao país, uma vez que o novo governo sul-africano trazia na base de apoio grupos como o Congress of South African Trade Unions, o South African Communist Party e a ANC Youth League, estes contrários às políticas adotadas pelas administrações anteriores. Logo, se no plano interno esperava-se atuação direcionada ao rompimento com o desemprego, a melhora das condições de saúde e educação para grande parcela da população, enfim, encontrar soluções a desafios herdados do regime do apartheid não resolvidos pelas administrações anteriores, no âmbito das relações internacionais, as expectativas giravam em torno da política que passaria a direcionar Pretória na África e no mundo, principalmente a partir da transformação do Department of Foreign Affairs em Department of International Relations and Cooperation, cuja finalidade objetivava reforçar aos países africanos o caráter não hegemônico de sua atuação no continente (LANDSBERG, 2010).

Todavia, quando analisados os quase dez anos da administração Zuma, é possível destacar a continuidade, e não o rompimento com a política externa que vinha sendo adotada pelo país. Primeiramente porque pontos como a valorização da democracia, o desenvolvimento econômico, o respeito ao multilateralismo, a resolução de conflitos através do diálogo, a diversificação e a ampliação de parcerias estratégicas, dentre outros que já vinham norteando a atuação sul-africana pós-apartheid, foram mantidos. Em segundo, porque também houve a contínua priorização do continente africano, esta simbolizada pela manutenção e intensificação da Agenda Africana. Neste caso, um primeiro exemplo pode ser encontrado na busca pela pacificação do continente, seja através do apoio a missões de *peacekeeping* e *peacemaking*, seja por meio do auxílio à reconstrução de países pós-conflito.

“Quando analisados os quase dez anos da administração Zuma, é possível destacar a continuidade, e não o rompimento com a política externa que vinha sendo adotada pelo país.”

Além do âmbito securitário, outro exemplo pode ser encontrado na criação ou manutenção de acordos bilaterais no âmbito econômico, os chamados *Business Forums*, forjado com países como Nigéria, Senegal, Tanzânia, Namíbia, Zâmbia e destacadamente Angola, cuja visita presidencial contou com a participação de 150 empresários, no caso, o maior número de empresários participantes em uma visita oficial. Paralelamente a isso, um segundo exemplo destas relações econômicas pode ser encontrado em dois projetos que a administração Zuma se pautou, no caso, à consolidação do SADC [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em inglês Southern Africa Development Community] *Free Trade Area* – lançado ainda durante a administração Mbeki (1999-2008) – e à construção de uma zona de livre comércio baseada na integração entre a SADC, a East African Community, e a Common Market for Eastern and Southern Africa. No âmbito da infraestrutura, a realização de tais iniciativas caminhava lado a lado ao Presidential Infrastructure Champion Initiative e o Programme for Infrastructure Development in Africa.

Ainda no âmbito econômico, porém, no que diz respeito à relação da África do Sul com o mundo, o que se viu foram algumas transformações referentes ao posicionamento dos principais parceiros comerciais de Pretória. Evidentemente que a União Europeia se manteve como principal parceiro comercial da África do Sul, no entanto, ao longo dos anos 2005 e 2017, o que se viu foi a China ultrapassar os EUA e se transformar no segundo maior parceiro comercial do país africano. Além disso, as trocas comerciais com o Mercosul também se mantiveram relevantes, uma vez que, somada à continuidade nos exercícios navais do IBSAMAR (II, III e V), demonstrou o interesse sul-africano em considerar o Atlântico Sul (DTI, 2018a; 2018b; OTAVIO, 2017).

Conclusão

Ao apresentarmos os principais pontos encontrados na inserção internacional de Pretória, tornou-se claro a continuidade na política externa da África do Sul. De fato, seguindo os passos de Mandela, Zuma pautou-se em pontos como a valorização da democracia, o desenvolvimento econômico, o respeito ao multilateralismo, dentre outros adotados no imediato pós-Guerra Fria. Já acerca de Mbeki, Zuma manteve o interesse pelo continente africano, valorizando a diplomacia econômica, como também buscou intensificar as relações com as potências emergentes. Reflexo disso foi a manutenção da Agenda Africana e a entrada no grupo dos BRICS. ■

Referências

OTAVIO, Anselmo. From Mandela to Zuma: the importance of the Southern Atlantic Region for South Africa's Foreign Policy. In **Brazilian Journal of African Studies**. Porto Alegre: v.2, n.3, p. 169-189, 2017.

DEPARTMENT TRADE AND INDUSTRY OF SOUTH AFRICA (DTISA). **AS Export Value HS8 (Annually)**. Pretoria, 2018a.

DEPARTMENT TRADE AND INDUSTRY OF SOUTH AFRICA (DTISA). **AS Import Value HS8 (Annually)**. Pretoria, 2018b.

LANDSBERG, Chris. The Foreign Policy of the Zuma Government: Pursuing the 'national Interest'? **South African Journal of International Affairs**, London: v. 17, n. 3, p. 273-293, 2010.

Expediente

Coordenadores do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme (aleme@unisinos.br) e Prof^a Dr^a Nádia Barbacovi (nbmenezes@unisinos.br)

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha (blimar@unisinos.br)

Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo

A edição número 273 do Cadernos IHU ideias apresenta entrevista com Acauam Oliveira, na qual afirma que, em todo planeta, o discurso é de que a esquerda precisa se reinventar. Essa pauta, conforme o autor, é bem antiga e acompanha a progressiva vitória global do capitalismo, aparentemente irreversível. Esta análise vai muito além, quando se discute temas como a profunda crise de representatividade, que se desenrola a olhos vistos e cresce à medida que se aproximam as eleições de 2018; o

racismo, um dos elementos fundamentais de estruturação da sociedade brasileira desde a colônia; e expressões culturais como a MPB e o funk. Para Oliveira, a tragédia farsesca da esquerda brasileira está toda contida na imagem de Lula preso, e boa parte do seu futuro dependerá da maneira como ela irá lidar com o legado petista e, ao mesmo tempo, sustentar novas pautas que não têm mais lugar nesse modelo que, ao que tudo indica, se esgotou. A tarefa da esquerda, contudo, em certo sentido permanece a mesma: encontrar formas de barrar o caráter predatório automático do capitalismo que ameaça a totalidade da existência do planeta.

Acauam Oliveira é graduado em Letras, mestre em Teoria Literária e Literatura Comparada e doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo - USP. É professor da Universidade de Pernambuco - UPE, atuando na graduação em Letras e no mestrado profissional em Letras. Editor do site de crítica política e cultural CHIC Pop.

A versão completa da entrevista em PDF está disponível no link <https://bit.ly/2N7woym>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Tendências econômicas do mundo contemporâneo

A edição número 275 do Cadernos IHU ideias traz o artigo de Alessandra Smerilli, no qual ela afirma que vivemos em um mundo que passou, nos últimos duzentos anos, por progressos rápidos: várias nações saíram de estados atrasados de desenvolvimento econômico, a tecnologia está revolucionando empresas e trabalho. Enquanto olhamos admirados para os resultados obtidos, nos perguntamos, no entanto, se realmente vivemos no melhor dos mundos possíveis, ou se precisamos de perspectivas diferentes, de novos modelos de desenvolvimento.

Alessandra Smerilli é religiosa das Filhas de Maria Auxiliadora. Ensina economia política e elementos de estatística na Pontifícia Faculdade de Ciências da Educação “Auxilium” de Roma. Em 2014, doutorou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de East Anglia (Norwich, Reino Unido), e, em junho de 2006, recebeu um PhD em Economia pela Faculdade de Economia na “Sapienza” de Roma.

A versão completa do artigo em PDF está disponível no link <https://bit.ly/2mJm2Ja>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



A universalidade e o (não) lugar político da Igreja no mundo de hoje. A eclesiologia da globalização de Francisco

Cadernos Teologia Pública, em seu número 134, apresenta artigo de Massimo Faggioli, no qual trata da proposta de Francisco de inaugurar uma nova eclesiologia da globalização desde o início de seu pontificado, tema que é um traço comum na mensagem dele à Igreja. O autor sustenta que a visão de Igreja do papa Francisco responde a um dos desafios da globalização, qual seja, a virtualização dos espaços eclesiais e dos “não espaços” (um neologismo cunhado pelo antropólogo francês Marc Augé

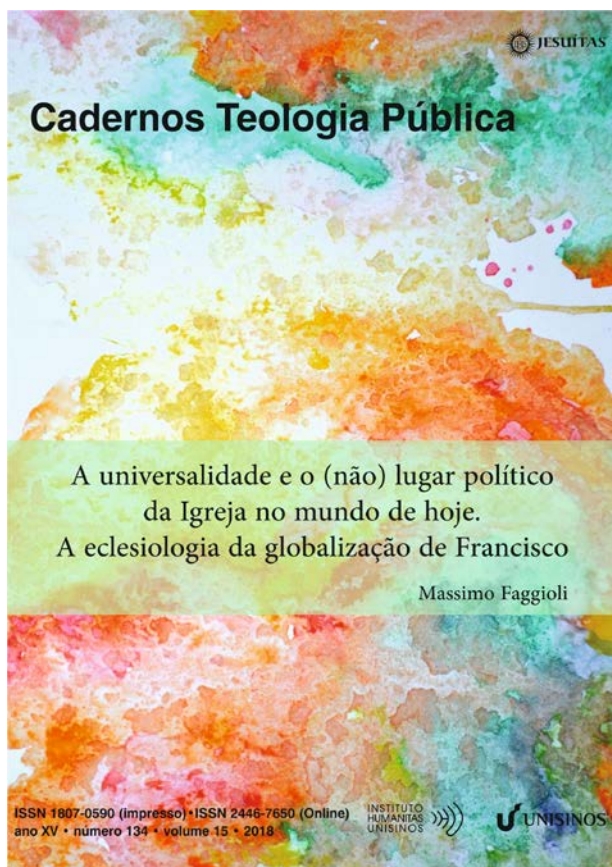
para designar espaços antropológicos de transitoriedade onde os seres humanos permanecem anônimos e não têm importância suficiente para serem considerados “lugares”). Há diferentes dimensões na eclesiologia da globalização de Francisco e em sua forma de lidar com a percepção do espaço da Igreja Católica. O autor escreve que tentou abordar essa questão de quatro pontos de vista específicos: 1) uma fase particular na longa história da inculturação do papado romano; 2) o catolicismo institucional e missionário no mundo global; 3) uma reencarnação da mensagem sociopolítica da Igreja em sua eclesiologia; 4) a eclesiologia do laicato e a espacialidade da Igreja na globalização.

Massimo Faggioli é doutor em História da Religião e professor de Teologia e Estudos Religiosos da Universidade de Villanova, na Filadélfia, Estados Unidos. Também é editor colaborador da revista *Commonweal*.

A versão completa do artigo em PDF está disponível no link <https://bit.ly/2LPLw2w>

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

100



Os documentos eclesiais pós-sinodais “Familiaris Consortio” de Wojtyla e “Amoris Laetitia” de Bergoglio como respostas aos desafios da pastoral matrimonial

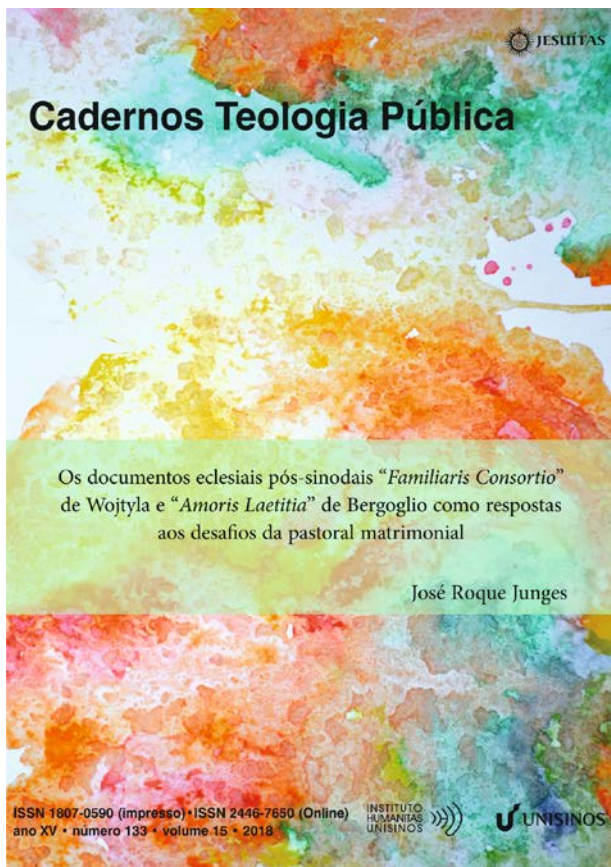
O Cadernos Teologia número 133, traz o artigo de José Roques Junges. No texto, o autor analisa os dois documentos pós-sinodais da Igreja Católica que trataram do matrimônio, nos últimos anos, A Familiaris Consortio de Wojtyla (1982) e a Amoris Laetitia de Bergoglio (2016). “O primeiro documento tem uma perspectiva canônico-moral ao propor respostas aos problemas enfrentados pelos casais, enquanto que o segundo se caracteriza por um enfoque mistagógico-espiritual da vida matrimonial.

Essa diferença de perspectiva poderia ser interpretada como uma reedição da controvérsia que, no século XVIII, opôs os dois sistemas que, naquela época, tentavam dar respostas aos problemas morais: o probabilismo que acentuava a consciência, defendido pelos jesuítas, e o probabiliorismo, centrado na lei, assumido pelos dominicanos”, analisa Roque. E completa: “Essa diferença aparece quando se considera o modo de tratar a questão da eucaristia aos divorciados nos dois documentos”.

José Roque Junges possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialização em História do Brasil Contemporâneo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, Itália (1985). Atualmente é professor de bioética nos cursos de graduação da área de saúde e professor/pesquisador do PPG em Saúde Coletiva da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A versão completa do artigo em PDF está disponível no link <http://bit.ly/2K887FK>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira

A edição número 273 do Cadernos IHU ideias traz o artigo de Celso Gabatz, que pretende aprofundar a perspectiva dos direitos humanos, as questões inerentes às minorias e grupos vulneráveis, o preconceito suscitado pela violência simbólica e a retórica do preconceito alicerçado pela crítica pública com nuances fundamentalistas. O texto trata da lógica que configura a composição do quadro doutrinário religioso conservador na contemporaneidade brasileira e que supõe uma cartografia discursiva marcada

pela fragmentação das subjetividades. A religiosidade conservadora se articula e amolda, em grande medida, com base em um discurso acusatório que deriva dessa sua capacidade de tocar, atingir, incorporar e reorientar alguns elementos presentes no universo simbólico de referência da população brasileira.

Celso Gabatz é doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo - UPF, graduado em Teologia pelas Faculdades EST de São Leopoldo, graduado em Sociologia pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul - Unijuí e graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano - Ceucar. É membro associado da Associação Brasileira de História das Religiões - ABHR, da Associação dos Cientistas Sociais de Religião do Mercosul - ACSRM e da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

A versão completa do artigo em PDF está disponível no link <https://bit.ly/2AdQfK6>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas

Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.





Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia

Edição 449 – Ano XIV – 4-8-2014

*A desigualdade sobrevive. Aliás, o mundo contemporâneo tem testemunhado o aceleração dos níveis globais de desigualdade. Em síntese, é isso que demonstra o livro do economista francês Thomas Piketty O Capital no Século XXI (Le capital au XXIe Siècle, Paris: Seul, 2013). Ao analisar historicamente o capitalismo e desconstruir o mito da meritocracia, Piketty desafia a narrativa de que o liberalismo poderia resultar em uma sociedade mais igualitária. É diante deste horizonte, onde, via de regra, o fascínio com o aumento da renda é confundido com justiça social, que a **IHU On-Line** apresenta o debate sobre a desigualdade no século XXI.*



Os Grundrisse de Marx em debate

Edição 381 – Ano XI – 21 -11-2011

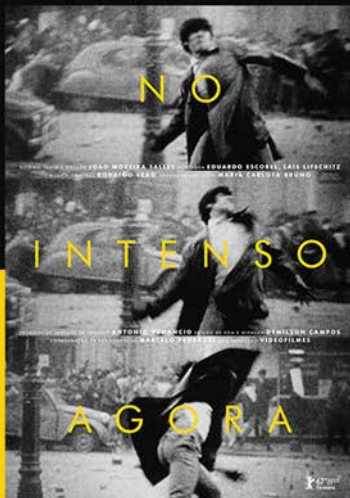
*Publicados integralmente e pela primeira vez em português, os Manuscritos Econômicos de 1857-1858, que compõem a importante obra de Karl Marx Os Grundrisse, são o tema de capa desta edição da **IHU On-Line**. Contribuem no debate sobre a atualidade e a pertinência deste clássico, tão tardiamente traduzido para o português, estudiosos da obra e do pensamento marxianos.*



A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx

Edição 278 – Ano IX – 21-10-2008

*A mais grave e complexa crise do capitalismo depois de 1929 é a que o mundo vive neste mês de outubro de 2008. Um ciclo maior do capitalismo, iniciado há quase 80 anos, parece estar no fim. A importância do momento que nos cabe viver faz com que novamente a edição da **IHU On-Line** desta semana retome o tema. Se, há duas semanas, falávamos do retorno de J. M. Keynes, nesta edição testemunhamos o retorno de Marx.*



Exibição e debate do filme

No intenso agora

Maio de 68 – 50 anos
de história

ihu.unisinos.br

28 de agosto de 2018
Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU
Unisinos Campus
São Leopoldo

05 de setembro de 2018
Torre Educacional –
Sala 803
Unisinos Campus
Porto Alegre

II Ciclo de Palestras

Trajetória da Política Econômica Brasileira 2003-2017. Crescimento, crise e novas possibilidades

08 de outubro a
06 de novembro de 2018

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Unisinos | Campus São Leopoldo

ihu.unisinos.br






Ciclo de debates **Desigualdades** no contexto econômico brasileiro

De 27 de agosto a
07 de novembro de 2018

Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br

 twitter.com/_ihu  bit.ly/faceihu  bit.ly/instaihu  bit.ly/youtubeihu  medium.com/@_ihu